



INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
EM SAÚDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM
SAÚDE

**‘Transver o mundo’: o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas,
campanhas e notícias**

Tatiana Clébicar Leite

TATIANA CLÉBICAR LEITE

‘TRANSVER O MUNDO’: o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas,
campanhas e notícias

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Informação e Comunicação em Saúde do Instituto
de Comunicação e Informação Científica e
Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Informação e Comunicação em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Lerner

Coorientador: Prof. Dr. Guilherme Almeida

Rio de Janeiro
2022

Leite, Tatiana Clébicar.

'Transver o mundo': o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas, campanhas e notícias / Tatiana Clébicar Leite. - Rio de Janeiro, 2022. xxi; 285 f.; il.

Tese (Doutorado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2022.

Orientadora: Kátia Lerner.

Co-orientador: Guilherme Almeida.

Bibliografia: f. 253-271

1. Gênero. 2. Visibilidade trans. 3. Campanhas. 4. Notícias. 5. Pessoas. I. Título.

TATIANA CLÉBICAR LEITE

**‘TRANSVER O MUNDO’: o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas,
campanhas e notícias**

Aprovada em 28 de julho de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Kátia Lerner
PPGICS/Fiocruz

Prof. Dr. Guilherme Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Janine Miranda Cardoso
PPGICS/Fiocruz

Profa. Dra. Irene Kalil
PPGICS/Fiocruz

Profe. Dre. A. Condeixa de Araújo
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Profa. Dra. Daniela Murta
Universidade Estácio (Unesa)

Profa. Dra. Inesita Soares de Araújo (suplente)
PPGICS/Fiocruz

Profa. Dra. Danielle Brasiliense (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro
2022

Para Suely Nogueira Marques, *in memoriam*, pelo passado.

Para Pilar e Laís, com amor, pelo futuro.

AGRADECIMENTOS

Quando me candidatei ao curso de doutorado, em 2017, e escrevi na carta de intenção que desejava desenvolver o trabalho na Fiocruz, instituição comprometida com o fomento de políticas públicas que contribuam para a universalização de direitos e o fortalecimento da democracia, não poderia imaginar o que testemunharíamos nos anos seguintes. Na aula inaugural de 2018, ministrada no Dia Internacional das Mulheres, em que o tema gênero foi tratado sob a perspectiva do gestar, do parir e do nascer dentro das prisões, conheci pessoalmente uma aguerrida vereadora sobre cujas lutas apenas havia lido no jornal. Como sabemos, Marielle Franco seria assassinada poucos dias depois e alguns meses antes da eleição que se confirmaria uma tragédia anunciada e, para a qual, tantas pessoas próximas e amadas lamentavelmente contribuíram. Em 2020, a emergência da pandemia de Covid-19 nos colocou no cerne de um fato histórico sem precedentes para o campo que abracei como jornalista e pesquisadora em formação – Comunicação e Saúde – e que dois anos depois havia resultado na morte de 650 mil pessoas oficialmente. Os últimos quatro anos foram difíceis, e eu agradeço à Fiocruz por tê-los passado na instituição, durante o mandato de uma mulher, cientista social. Agradeço ao conjunto de seus trabalhadores e trabalhadoras que, desempenhando funções na gestão, assistência, ensino, pesquisa, manutenção e comunicação, contribuíram para mitigar tanto quanto possível os efeitos de uma doença que em nosso país proliferou também pela boca do presidente. Agradeço pela vacina, que chegou ao meu braço pelo entendimento de que a pós-graduação também pode ser compreendida como trabalho, tema que precisamos debater mais a fundo, e por um circuito de comunicação discente que se pautou nas diretrizes do SUS. Obrigada por isso, Alice Gatto! Agradeço pelo cuidado disponível por meio do Centro de Apoio ao Discente (CAD) e pelo financiamento parcial da pesquisa até que pudesse ser implementada uma bolsa da Capes¹, entidade a que também agradeço.

Por tudo isso, registro meus agradecimentos às professoras Dras. Célia Landmann Szwarcwald, Inesita Soares de Araújo e Maria Cristina Soares Guimarães, que integravam a banca do processo seletivo e viram qualidades no projeto e, desde lá, apontaram contribuições para que fosse aprimorado. À Cristina agradeço também pela generosidade como docente e pelo apoio no desenvolvimento de um produto acadêmico e cultural que concretizou elementos conceituais da interdisciplinaridade e rendeu frutos *para* a saúde das pessoas envolvidas. Devo

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

dizer obrigada também à Inesita autora, por textos que inspiram; e professora, pela escuta atenta nas sessões de Portfólio e por ter aceitado compor a banca examinadora neste momento final, encerrando o ciclo.

Expresso minha gratidão também às professoras e aos professores que contribuíram para minha trajetória acadêmica e para o desenvolvimento do projeto: Drs. Wilson Borges e Igor Sacramento, do PPGICS; Drs/as. Sonia Berger, Vanda D’Acri, Regina Simões Barbosa, Maria Martha de Luna Freire, Danielle Moraes, Gilney Costa, Luiz Montenegro, Nicolas Câmara, Ana Luísa Ferreira e Jaqueline de Jesus, com quem tive aulas na Ensp; Dras. Adriana Kelly-Santos e Natália Fazzioni, pelos diálogos em fases distintas; a todo corpo docente da Especialização em Gênero e Sexualidade, com ênfase para Silvia Aguião, que me acompanhou mais de perto na Uerj, e aos/às integrantes do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, pelo zelo na avaliação e aprovação do projeto.

Agradeço também às professoras Dras. Danielle Brasiliense, Irene Kalil e Daniela Murta pelas variadas contribuições em diferentes fases e enfoques da pesquisa e pela disposição em integrar a banca examinadora; a profe. Dre. A. Condeixa de Araújo, pela relação de interlocução que construímos nos últimos anos e pelas experiências que compartilhou; à profa. Dra. Janine Cardoso, pela trajetória dentro da Fiocruz e do movimento sanitário, que excede o escopo deste trabalho e que o viabiliza politicamente no âmbito da Comunicação e Saúde, pelo permanente incentivo intelectual e afetivo, pelo aguçado olhar para as desigualdades sociais e pela generosidade ao apontar, de forma tão horizontal quanto possível, questões que sem esse mesmo olhar passariam despercebidas, pelo sorriso largo e as lágrimas sensíveis.

Não poderia deixar de mencionar espaços de estudo e pesquisa, fundamentais para encontrar argumentos teóricos para este e outros trabalhos e também dividir as angústias e as alegrias que atravessamos nesses quatro anos. Muito obrigada ao grupo Diversidade Sexual, Cidadania e Religião, da PUC-Rio, liderado pelo prof. Dr. Pe. Luís Corrêa Lima, onde o projeto começou a ser gestado; à Rede Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero (Ressege), da UFRJ, coordenada pelo prof. Dr. Guilherme Almeida, a quem agradeço também por ter aceitado compartilhar a produção da tese no papel de coorientador, trazendo seu olhar especializado e sensível para o trabalho; ao grupo Covid-19 e Subjetividade Neoliberal, da UFRJ, organizado pelo prof. Dr. Paulo Vaz; e, ainda, ao grupo Covid-19 nas Mídias, coordenado pela minha querida orientadora, profa. Dra. Kátia Lerner, a quem os agradecimentos não farão jus. Kátia me pôs no mundo acadêmico ao me acolher com o olhar em minha primeira tentativa de ingresso no mestrado, em 2009. De lá pra cá me formou como pesquisadora, ocupando-se de atribuições de professora, orientadora e coordenadora, em cursos

de atualização, especialização, mestrado e doutorado. Agradeço pela relação de confiança que acredito que conseguimos tecer e que permitiu que ela me lesse mesmo quando as palavras me abandonaram nos dias mais tristes da pandemia e, ainda, por não ter largado minha mão mesmo quando ela própria enfrentou momentos difíceis. Fica aqui minha gratidão pelo respeito intelectual, político, religioso e humano, sem o qual eu não teria concluído o trabalho, e que renova minha aposta numa produção científica de qualidade acadêmica, ética e afetiva.

Agradeço intensamente às pessoas que se dispuseram a participar da tese e compartilharam tempo, histórias pessoais, saberes e visões de mundo. Bernardo Mota, Chopelly Santos, Danieli Balbi, Ivana Spears, Kaique Theodoro, Marcelly Malta, Raicarlos Coelho Durans, Tathiane Araújo, Tom Grito, muito obrigada pela disponibilidade e generosidade e por tudo o que me ensinaram durante o percurso. Também agradeço a outras pessoas a quem convidei, mas por diferentes razões não participam diretamente do trabalho. Suas existências dão a ver a beleza e o valor da diversidade humana!

Além disso, gostaria de registrar meus agradecimentos a Amanda Santos, Carina Bernardes, Eli Pinheiro, Enzo Gomes, Gil Casimiro e Sayonara Nogueira, que me ajudaram na coleta de materiais e informações importantes ou intermediaram contatos com participantes.

Nesses anos atípicos em que os desafios do doutorado se somaram aos do distanciamento imposto pela pandemia, foi uma alegria dividir o percurso com pares e ímpares cuja amizade, trabalho ou simples presença me ajudaram a avançar. Agradeço à turma de 2018 e de modo muito especial a Rejane Meirelles, com quem dividi angústias desde o processo seletivo e que, cedendo livros e confiança, me ensinou sobre os efeitos das assimetrias de gênero na teoria e na prática. Também preciso agradecer às colegas de disciplina na Ensp Marcela Sfalsin e Anna Beatriz Bela Almeida, pelas trocas e companhias no início do percurso; à turma Eges 2019, da Uerj, especialmente a Sara York por expandir fronteiras de vários tipos para si e para quem vem depois; a Bernardo Tura, Ednéa Ornella, Gláucia Lima, Maria Adelaide Gomes, Maria Cristina Furtado e demais integrantes do Caminho Sinodal LGBTQIA+, por compartilharem uma vivência espiritual profundamente amorosa; a Carmen Rainer e Fátima Brasil, por não se furtarem a abrir o coração para ideias permeadas de amor; aos profissionais de saúde mental que me deram suporte quando precisei; a Victor Lima, cujo trabalho solucionou meus problemas de informática sempre de forma ágil, competente e gentil; a Daniela Muzi e Tania Neves, amigas que percorreram a mesma trilha antes de mim e me deram força para

seguir em frente – à Tania agradeço ainda pela revisão cuidadosa e generosa; às amigas da vida Bia, Cynthia e Soraya, que não desistiram de mim apesar das ausências.

Por fim, agradeço a minha mãe, meu pai, irmã, irmão e seus amores por formarmos uma “família muito unida e também muito ouriçada”; às sobrinhas e aos sobrinhos, pelas alegrias que só a infância pode despertar em nós; a LF, que eu escolho diariamente amar, por caminhar ao lado – e de mãos dadas; e às meninas, filhas amadas e amorosas, por tantas vezes me fazerem buscar o melhor de mim e do mundo e, assim, renovarem todos os dias minha fé, esperança e amor.

Por vias que a ciência não pode provar, tampouco refutar, agradeço a Deus – mas pode chamar de Amor.

Eppur si muove.

RESUMO

Os estudos de gênero vêm sendo desenvolvidos desde meados do século XX em campos diversos como as Ciências Sociais, as Ciências da Saúde, a Filosofia e o Direito. Embora já estivessem presentes na Comunicação, sua consolidação nesse campo é mais recente. Esta tese, desenvolvida no campo interdisciplinar da Informação e Comunicação em Saúde, interessa-se pelos regimes de visibilidade que envolvem a questão trans, que abarca vivências de pessoas não contempladas pelo binarismo homem/mulher e que adotam identidades de gênero que incluem designações como transgêneros, transexuais, mulheres trans, homens trans, travestis e pessoas não-binárias. Estão em foco as tensões que constroem sentidos sociais e dão a ver ou não pessoas e grupos, seus corpos, suas demandas e seus afetos. Tomando visibilidade como categoria teórico-metodológica, analítica e social, buscamos entender sua relação com a construção social dos sentidos, assumindo o entendimento de que diferentes atores, em diferentes instâncias, concorrem nessa produção que se altera segundo múltiplos contextos, a saber: político, biomédico, jurídico, artístico e midiático. O objetivo geral é compreender como vêm sendo construídas as formas de visibilidade de identidades trans no Brasil, a partir de seu reconhecimento formal em 2004, com a instituição do Dia Nacional da Visibilidade Trans, quando um grupo de travestis visitou o Congresso Nacional para promover a campanha “Travesti e respeito”. De forma específica, procuramos caracterizar e qualificar a produção discursiva sobre as pessoas trans em espaços hegemônicos de visibilidade, observando com especial atenção as formas de nomeação, os corpos, as demandas e os afetos mostrados; compreender como se veem e veem o olhar sobre si; e compreender como realizam práticas comunicativas para manter ou alterar a visibilidade construída sobre si. A questão da visibilidade trans no país foi discutida considerando como pontos de observação três instâncias: Estado, jornalismo e movimentos sociais. Para tanto, o olhar se voltou para campanhas promovidas pelo Governo Federal; notícias publicadas por dois jornais de referência e os relatos de nove pessoas trans que compõem movimentos sociais ou contribuem com eles e que participaram dessas produções. A estratégia narrativa consistiu no cotejamento das discussões teóricas, das descrições das campanhas e notícias e das considerações analíticas com os relatos e as percepções das pessoas entrevistadas, preservando as marcas de oralidade e estilo pessoal. Essa opção foi a maneira encontrada para fazer jus à proposta teórico-metodológica de falar com as pessoas, que tiveram oportunidade de conhecer e discutir os resultados numa rodada de devolutivas. Acreditamos, ainda, que a opção de estruturar a tese dessa maneira evidencie sua especificidade: um esforço de comunicação tão horizontal quanto possível no qual as pessoas

entrevistadas pudessem participar em diferentes etapas do processo e com suas próprias vozes. Após a análise das entrevistas, das campanhas, das notícias, sustentamos que as formas de visibilidade trans construídas desde 2004 são ainda insuficientes para um gozo pleno de cidadania por parte das populações gênero-dissidentes. Há um deslocamento da estigmatização para uma certa fetichização dessas pessoas e seus corpos. Apesar disso, contribuíram para conquistas importantes como o direito à retificação da documentação civil e a oferta do processo transexualizador pelo SUS. Argumentamos, então, que as formas de visibilidade inicialmente construídas na Saúde e reconstruídas nos campos midiático e cultural são incompletas e problemáticas, mas possíveis e, em alguma medida, agenciáveis. Elas ajudaram a humanizar vivências que já não podem mais ser vistas como abjetas.

Palavras-chave: Gênero; Visibilidade trans; Campanhas; Notícias; Pessoas trans.

ABSTRACT

Gender studies have been developed since the mid-twentieth century in diverse fields such as Social Sciences, Health Sciences, Philosophy and Law. Although they were already present in Communication, their consolidation in this field is more recent. This thesis, developed in the interdisciplinary field of Information and Communication in Health, is interested in the visibility regimes that involve the trans issue, which encompasses the experiences of people not covered by the man/woman binarism who adopt gender identities that include designations such as transgender, transsexuals, trans women, trans men, *travestis* and non-binary people. The focus is on the tensions that build social meanings and show – or not – people and groups, their bodies, their demands and their affections. Taking visibility as a theoretical-methodological, analytical and social category, we seek to understand its relationship with the social construction of meanings, assuming the understanding that different actors, in different instances, compete in this production that changes according to multiple contexts, namely: political, biomedical, legal, artistic and mediatic. The general objective is to understand how the forms of visibility of trans identities have been constructed in Brazil, starting from their formal recognition in 2004, with the institution of the National Day of Trans Visibility, when a group of *travestis* visited the National Congress to promote the campaign “*Travesti and Respect*”. Specifically, we seek to characterize and qualify the discursive production about trans people in hegemonic spaces of visibility, observing with special attention the forms of naming, the bodies, the demands and the affections shown; understand how they see themselves and how they are seen; and understand how they carry out communicative practices to maintain or change their visibility. Trans visibility was discussed considering three instances: State, journalism and social movements. To this end, the focus turned to campaigns promoted by the Federal Government; news published by two leading newspapers and the reports of nine trans people who make up social movements or contribute to them and who participated in these productions. The narrative strategy consisted of comparing theoretical discussions, descriptions of campaigns and news and analytical considerations with the reports and perceptions of the people interviewed, preserving the marks of orality and personal style. This option was the way found to do justice to the theoretical-methodological proposal of talking to people, not about people. We also believe that the option of structuring the thesis in this way highlights its specificity: a communication effort as horizontal as possible in which the people interviewed could participate in different stages of the process with their own voices. After the analysis of

the interviews, the campaigns, and the news, we argue that the forms of trans visibility built since 2004 are still insufficient for gender-dissident populations to fully enjoy citizenship. Despite the shift from stigmatization to a certain fetishization of these people and their bodies, they have contributed to important achievements, such as the right to the rectification of civil documentation and the offer of the transsexualization process by Health Public System (SUS). We also argue that the forms of visibility initially built in sanitary field and reconstructed in the media and cultural fields are incomplete and problematic, but possible and, to some extent, agencyable. They have helped to humanize experiences that can no longer be seen as abject.

Key-words: Gender; Trans Visibility; Campaigns; News; Transgender People

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. VISIBILIDADE, CATEGORIA TEÓRICO-ANALÍTICA E SOCIAL	20
1.1. INSTÂNCIAS DE REFRAÇÃO DE IDENTIDADES TRANS	25
2. DAR-SE A VER CONCRETA E SIMBOLICAMENTE	28
2.1. DAR A VER AS IDENTIDADES TRANS: CATEGORIAS CIENTÍFICAS E POLÍTICAS	31
2.1.1. Construção social das identidades trans no cotidiano das pessoas entrevistadas	44
2.2. DAR A VER OS CORPOS TRANS: AS INTERVENÇÕES E O PROCESSO DE BIOMEDICALIZAÇÃO	55
2.2.1. As intervenções biomédicas sob a ótica das pessoas entrevistadas	59
3. VISIBILIZAR AS IDENTIDADES TRANS NO BRASIL	62
3.1. DIMENSÕES DE UM PROCESSO EM CURSO	63
3.2. ELEMENTOS DESTACADOS PELAS PESSOAS ENTREVISTADAS	71
3.2.1. O contexto político-partidário	71
3.2.2. O direito ao nome próprio	74
3.2.3. A questão trans nos campos cultural e midiático	77
3.2.4. A possibilidade de gestão da visibilidade na sociedade midiaticizada	83
4. OLHAR E VER: PESSOAS, CAMPANHAS, NOTÍCIAS	88
4.1. AS PESSOAS: OS MODOS DE SE VER.....	89
4.1.1. O início da vida trans em espaços públicos	91
4.1.2. Ativismos político-partidários	99
4.1.3. Pessoas trans em espaços de poder: estratégias e contradições	105
4.2. AS CAMPANHAS: OS MODOS DE O ESTADO VER.....	112
4.2.1. Resignificação da identidade travesti (2004-2013)	116
4.2.2. O direito à saúde e ao cuidado integral (2013-2016)	139
4.2.3. As múltiplas identidades sob o T (2017)	149
4.2.4. O enfrentamento da transfobia (2018-2019)	156
4.2.5. Deslocamentos e permanências nas campanhas	169
4.3. AS NOTÍCIAS: OS MODOS DE O JORNALISMO VER.....	174
4.3.1. O primeiro olhar sobre a campanha (2004)	176
4.3.2. Visibilidade em prol da superação do estigma (2008)	181
4.3.3. Visibilidade pelo glamour (2011-2013)	184

4.3.4. A consolidação da data (2018-2022)	188
4.3.5. Deslocamentos e permanências na cobertura	219
5. ARMADILHAS DA VISIBILIDADE	222
5.1. A ARMADILHA DA VIOLÊNCIA FÍSICA	223
5.2. A ARMADILHA DA “PASSABILIDADE”	226
5.3. A ARMADILHA DA FETICHIZAÇÃO	228
5.4. A ARMADILHA DA CAPTURA	232
5.5. A ARMADILHA DA APROPRIAÇÃO DAS PAUTAS TRANS	234
6. REVER-SE, REVER-NOS: A ETAPA DEVOLUTIVA	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
A) REFERÊNCIAS DO CORPUS: CAMPANHAS E NOTÍCIAS	253
B) DEMAIS REFERÊNCIAS	255
ANEXOS	272
A. Outras peças gráficas produzidas para a campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” – 2012	272
A.1. Banner vertical	272
A.2. Banner horizontal	272
A.3. Faixa	272
A.4. Arte para blimp (balão)	273
B. Fôlder da campanha “Dia da Visibilidade Trans” – 2013	273
APÊNDICES	273
A. Transcrições dos vídeos das campanhas	273
A.1. “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” – 2010	273
A.2. Campanha de Carnaval – 2012	274
A.3. Campanha “Dia Nacional da Visibilidade Trans” – 2013 (1’03’’)	274
A.4. Campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil” – 2016 (8’43’’)	275
A.5. Campanha “Poptrans” – 2017 (14’03’’)	276
A.6. Campanha “Poptrans – Capítulo 2” (22’09’’)	279
A.7. Campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado, Respeite as Diferenças” – 2018 (3’58’’)	285

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AMOTRANS-PE	Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco
ANAV-TRANS	Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
AVC	Acidente vascular cerebral
BBB	Big Brother Brasil
BO	Boletim de ocorrência
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CNCD-LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRT	Centro de Referência e Treinamento
DAGEP/SGEP	Departamento de Apoio à Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
DDAHV	Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais
DHRV	Área de Direitos Humanos, Risco e Vulnerabilidade
DIAHV	Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais
DP	Delegacia de polícia
DST	Doença sexualmente transmissível

ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids
EP	Extended play
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
GEEMA/IESP	Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos
GETE/UEPG	Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa
GLS	Gays, lésbicas e simpatizantes
HIV/AIDS	Vírus da imunodeficiência humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IMS	Instituto de Medicina Social
IST	Infecção sexualmente transmissível
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e mais
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais, pansexuais e mais
MDB	Movimento Democráticos Brasileiro
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MS	Ministério da Saúde
NUPSEX	Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PN-DST/AIDS	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids

PNS-LGBT	Política Nacional de Saúde Integral LGBT
PPGICS	Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RG	Registro Geral
RH	Recursos Humanos
SGC	Setor de Sustentabilidade, Gestão e Cooperação
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USP	Universidade de São Paulo
VIP	Área de Vigilância, Informação e Pesquisa
WADA	World Anti-Doping Agency

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Cartaz horizontal da campanha “Travesti e respeito” (2004)	p.117
Figura 2 –	Cartaz vertical da campanha “Travesti e respeito” (2004)	p.119
Figura 3 –	Fôlder da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”	p.124
Figura 4 –	Cartazes da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”	p.128
Figura 5 –	Cartazes com slogan “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”	p.128
Figura 6 –	Banner da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” com Marcelly Malta	p.131
Figura 7 –	Cartão postal com a programação da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou – 2012”	p.131
Figura 8 –	Cartaz da campanha de carnaval – 2012	p.133
Figura 9 –	Cartaz da campanha do Dia da Visibilidade Trans – 2013	p.136
Figura 10 –	Cartaz da campanha do Dia da Visibilidade Trans – 2013, com Ivana Spears	p.137
Figura 11 –	Lançamento das campanhas de 2013: Ivana Spears com Fernanda Benvenutty e Jarbas Barbosa da Silva Júnior	p.139
Figura 12 –	Cartaz da campanha Nome Social – 2013	p.140
Figura 13 –	Exemplos de apropriações locais do cartaz federal	p.141
Figura 14 –	Cartaz da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil” – 2016	p.143
Figura 15 –	Capa do livro “Transexualidade e travestilidade na saúde”	p.144
Figura 16 –	Frames do videodocumentário “Visibilidade trans”, de 2016	p.146
Figura 17 –	Frame do documentário <i>Poptrans/Reprodução</i>	p.150
Figura 18 –	Cartões da série “Sobre Viver Trans: histórias de afeto e empoderamento pela visibilidade das pessoas trans”	p.151

Figura 19 –	Frame do documentário <i>Poptrans – Capítulo 2</i>	p.157
Figura 20 –	Frame do documentário “Campanha LGBT - Delegada Laura Teixeira”	p.164
Figura 21 –	Cartazes da campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças”	p.167
Figura 22 –	Cartazes de 2019	p.168
Figura 23 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 30.01.2004	p.177
Figura 24 –	Página de <i>O Globo</i> de 30.01.2004	p.179
Figura 25 –	Reprodução da coluna Frases da Semana de 01.02.2004	p.179
Figura 26 –	Reprodução da coluna Ancelmo Gois de 30.01.2008	p.182
Figura 27 –	Reprodução da Coluna Negócios e Cia de 25.01.2011	p.185
Figura 28 –	Páginas do caderno Ela de 29.01.2011	p.186
Figura 29 –	Coluna Ancelmo Gois de 18.01.2012	p.187
Figura 30 –	Seção Curto-Circuito/Mônica Bergamo de 30.01.2013	p.188
Figura 31 –	Coluna Mônica Bergamo de 20.01.2018	p.189
Figura 32 –	Seção Curto-Circuito/Mônica Bergamo de 29.01.2018	p.189
Figura 33 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 29.01.2019	p.190
Figura 34 –	Página do Guia Folha de 24.01.2020	p.191
Figura 35 –	Coluna Mônica Bergamo de 29.01.2020	p.192
Figura 36 –	Coluna Mônica Bergamo de 30.01.2020	p.192
Figura 37 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 09.01.2021	p.194
Figura 38 –	Coluna Painel S/A de 28.01.2021	p.194
Figura 39 –	Páginas da <i>Folha de S.Paulo</i> de 29.01.2021	p.196

Figura 40 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 30.01.2021	p.198
Figura 41 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 05.02.2021	p.199
Figura 42 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 20.01.2022	p.200
Figura 43 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 28.01.2022	p.201
Figura 44 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 29.01.2022	p.203
Figura 45 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 29.01.2022	p.203
Figura 46 –	Página da <i>Folha de S.Paulo</i> de 31.01.2022	p.204
Figura 47 –	Reprodução do Twitter de Ariadna Arantes de 21.01.2022	p.205
Figura 48 –	Página de <i>O Globo</i> de 27.01.2020	p.207
Figura 49 –	Página de <i>O Globo</i> de 29.01.2020	p.211
Figura 50 –	Página de <i>O Globo</i> de 16.01.2021	p.212
Figura 51 –	Páginas da Revista <i>Ela</i> de 24.01.2021	p.213
Figura 52 –	Coluna Ancelmo Gois de 29.01.2021	p.213
Figura 53 –	Página de <i>O Globo</i> de 06.02.2021	p.214
Figura 54 –	Página de <i>O Globo</i> de 19.01.2022	p.215
Figura 55 –	Página de <i>O Globo</i> de 29.01.2022	p.216
Figura 56 –	Página de <i>O Globo</i> de 30.01.2022	p.217
Gráfico 1 –	Progressão anual do número de assassinatos de pessoas trans	p.224

INTRODUÇÃO

Você de repente não estranha de ser você?

(Clarice Lispector)

No dia 29 de janeiro de 2004, um grupo de travestis visitou o Congresso Nacional para promover a campanha “Travesti e respeito”, desenvolvida pelo Ministério da Saúde (MS) no âmbito do então Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (PN-DST/AIDS) com a participação das interessadas. A campanha visava a sensibilizar parlamentares e sociedade civil para os direitos e as demandas da população que, na década seguinte, seria reconhecida por pessoas trans, englobando, além das pioneiras do movimento, outras dissidências de gênero que, em comum, não se reconhecem pela designação sexual que receberam ao nascer e que se identificam como transexuais ou transgêneros/as/es. São pessoas que cruzaram “aquela que talvez seja, junto com a da raça, a mais violenta das fronteiras políticas inventadas pela humanidade” (PRECIADO, 2020, p. 24). A estratégia campanhista, que se filia a uma tradição no campo da Saúde, estava inserida num contexto mais amplo de constituição de direitos e de reconhecimento de certas identidades construídas a partir de marcadores sociais de gênero e sexualidade que passava – e ainda passa com especial tensão – por negociações políticas e governamentais e que marcaram os primeiros anos do século XXI em várias partes do mundo. No Brasil, ao mesmo tempo em que movimentos sociais intensificaram a luta por direitos e proteção para grupos vulnerabilizados por uma série de efeitos causados pelo modo como a sociedade brasileira se conformou (AGUIÃO, 2018) e que o campo científico ampliou seu interesse pelas questões de identidade de gênero e sexualidade (RODRIGUES, 2018), forças reacionárias comprometidas com uma necropolítica (MBEMBE, 2018) – como pudemos testemunhar ao longo da pandemia de Covid-19 – fortaleceram-se no campo político com um discurso responsivo de combate ao que chamam de “ideologia de gênero” (CUNHA, 2017). Exemplo recente desse embate é a disputa pela inclusão de pergunta específica sobre orientação sexual e identidade de gênero no censo que está prestes a ser realizado em 2022 para conhecer esses grupos, ainda pouco visíveis demograficamente. É nesse complexo contexto que a noção de transgeneridade se destaca.

Atribui-se a Virginia Prince, nos anos 1970, o uso pioneiro do termo transgênero para se referir a pessoas que, como ela, desejavam alterar o gênero sem passar por intervenções para

mudar as características genitais (SALEIRO, 2013). Mais tarde, nos anos 1990, Leslie Feinberg (1992) propôs que pessoas que não se reconheciam com o sexo biológico que lhes foi atribuído ao nascer – e que sempre existiram, cabe registrar – se organizassem num movimento, batizado de transgênero.

Assim, o termo assumiu uma acepção ampliada e passou a se referir a pessoas que se expressam por um conjunto de identidades não contempladas pelo binarismo homem/mulher e, atualmente, diferencia-se do termo cisgênero, criado para designar a confluência do sexo biológico e a identidade de gênero e demarcar sua análoga construção social². Inclui designações como transexuais, travestis, não-binários, *cross-dressers*, entre outras, que carregam e constroem sentidos que ora se aproximam, ora se distanciam. O Manual de Comunicação LGBTI+, sigla alçada à categoria de verbete e que se refere a lésbicas, bissexuais, gays, transgêneros e intersexuais³ e pode ser estendida para incluir ainda pessoas queer, não-binárias e outras, define transgênero da seguinte forma:

Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade (ABGLT, 2010). Segundo Letícia Lanz (2015), não faz sentido escrever “travestis, transexuais e transgêneros”, ou usar TTT na sigla LGBTI+, uma vez que travestis e transexuais são transgênero por definição. Ou escreva-se travestis e transexuais, ou escreva-se transgêneros, ou, de preferência, pessoas trans (REIS, 2018).

A definição cristalizada no mais recente manual da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos utiliza explicação da versão anterior e acrescenta o comentário de uma autora trans, psicanalista, que foi destaque num seriado documental sobre identidades de gênero (LIBERDADE, 2016). Conforme a explicação sobre o termo, essas vivências não se restringem a um enquadramento biológico. A compreensão de sua emergência no campo das Ciências Sociais e Humanas depende também das “articulações históricas e sociais que produzem os corpos e as identidades sexuais” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 13). Tais articulações se expressam pela nomeação das experiências, que são

² A gênese do termo é disputada. Bensen (2018) registra possíveis origens: pela bióloga Dana Defosse e pelo homem trans holandês Carl Buijs, ambos em grupos de conversas virtuais, em meados dos anos 1990, a partir do termo cissexual, usado pelo sexólogo Volkmar Sigusch em artigo científico publicado em 1991. O autor registra que seu uso tornou-se mais comum a partir da segunda metade dos anos 2000. Dumaresq (2016) enfatiza que o termo é necessário para dar às pessoas que não vivem a experiência trans a noção de identidade construída e de rótulo que se cola à imagem social e política.

³ A letra I ora é definida como (pessoas) intersexos ora como intersexuais nas diferentes entidades representativas.

particulares e coletivas. Pessoas trans se autodeterminam por apenas um termo ou mais de um deles e, como falantes que são da língua viva (BAKHTIN, 2011), agenciam esses usos.

É preciso destacar que a construção de um signo não é linear. Bruno Barbosa (2015) indica que há limites, colocados por teóricas e ativistas, para o uso do termo num debate que pode ser localizado especialmente na década de 1990. No Brasil, parte das travestis, por exemplo, rechaça o uso de “transgênero” como forma de reforçar sua identidade e ressignificar a noção estigmatizada de “travesti” (LEITE JUNIOR, 2008). Além disso, a semelhança sonora com o termo “transgênico”, usado para designar produtos agrícolas geneticamente modificados, vinculou um sentido negativo (CARVALHO, 2011). A socióloga Berenice Bento (2017) abandonou o termo como categoria analítica e política por considerar que apaga diferenças, embora não negue o direito à autodeterminação dos indivíduos. Para essa autora, o termo guarda-chuva pode encobrir nuances políticas por generalizar as nomeações.

As taxonomias estão intimamente ligadas à produção de subjetividades, materializadas na corporeidade dos sujeitos. Por isso, estão relacionadas a um aspecto que compõe o cenário e não pode deixar de ser levado em conta: a relação de novas práticas biomédicas com os processos de (re)construção de corpos. As vivências de pessoas trans são ressignificadas pelas possibilidades ofertadas pelo campo da Saúde, importantes para a compreensão da visibilização cotidiana dessas identidades. Não significa dizer, porém, que manifestações assemelhadas ao que se vive contemporaneamente não existissem no passado, quando intervenções no biológico eram restritas ou muito arriscadas – vide o diário de Alexina B., nascida Herculine Barbin, cuja vivência era classificada como hermafroditismo (FOUCAULT, 1982; REGO; MARCONDES, 2018). A fluidez das expressões de gênero, abrigada sob um guarda-chuva pintado com as cores do arco-íris, só pode ser testemunhada em razão de um cenário discursivo que lhes dá visibilidade. Apenas o que é nomeado pode ter existência (FOUCAULT, 1999a).

Marcados pela interdisciplinaridade, os estudos de gênero e sexualidade vêm sendo desenvolvidos desde meados do século XX em campos diversos como as Ciências Sociais, as Ciências da Saúde, a Filosofia e o Direito. Embora já estivessem presentes na Comunicação, sua consolidação neste campo é mais recente. Esta tese, desenvolvida no âmbito da Linha “Informação, Comunicação e Mediações em Saúde” do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Fiocruz), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), interessou-se justamente por essas tensões que constroem sentidos sociais e dão a ver ou não pessoas, grupos sociais, suas demandas e seus afetos. Estudar regimes de visibilidade que

envolvem a questão T, irredutível abreviação das várias formas de nomear as experiências trans, foi o foco deste trabalho.

Mas de que visibilidade se está falando, cabe perguntar. Talvez seja mais apropriado usar o termo no plural porque as visibilidades se distinguem conceitual e qualitativamente. No dicionário, são quatro as definições de visibilidade.

1. caráter, condição, atributo do que é ou pode ser visível <a v. das coisas concretas> 2. percepção pelo sentido da vista; visão <o prédio alto tirou-nos a v. da praia> 3. MET grau de transparência do ar <v. boa> 4 fig. condição de ser efetivamente percebido, conhecido <a v. de um *movimento social*> (HOUAISS; VILLAR; 2001, p. 2.871, grifo nosso)

Enquanto a primeira definição depende essencialmente do objeto, a última acepção, apresentada no sentido figurado, é deslocada para o ambiente (ou contexto) e traz como exemplo de uso uma citação muito interessante: os movimentos sociais ajudaram a construir o léxico do termo visibilidade num dicionário brasileiro. A palavra dicionarizada contempla, muito resumidamente, uma questão frequente na Filosofia, nas Ciências Sociais e na Comunicação. Ela está no olho, no que é olhado ou na relação que se estabelece?

Para o representante do existencialismo francês Maurice Merleau-Ponty (2003, 2013), a visibilidade é uma relação, um meio de comunicação entre quem vê (vidente) e os corpos. Visibilidade seria, então, uma mediação. Segundo o autor, que estudou a visibilidade na pintura, ela depende do dom de quem olha. Mas para ver é preciso sensibilizar o olhar, treiná-lo. O filósofo Michel Foucault (1999b, 2014), em boa parte de sua obra, também se interessou pela soberania do visível, pelos saberes decorrentes do poder do olhar, pelo (in)visível presente nos interditos, pelos dispositivos concretos e discursivos que dão visibilidade a alguns e não a outros e pelas armadilhas criadas pela visibilidade. O sociólogo Pierre Bourdieu (1989), também francês, mostrou que o poder de construção do real depende do poder simbólico, a capacidade de fazer crer e fazer ver. Ele discutiu ainda a relação entre visibilidade e reputação, diferenciando a ideia de notoriedade de celebridade. Enquanto a primeira está baseada, segundo ele, num acúmulo de capital cultural, a segunda se sustenta por outros atributos mais relacionados a competências midiáticas. Seu aluno e parceiro intelectual Patrick Champagne (2012) trabalhou a questão do ponto de vista dos jornalistas, para os quais dar visibilidade a um fato é lhe lançar luz e, assim, conferir realidade. Já o sociólogo italiano Andrea Brighenti (2007) utilizou visibilidade como categoria social cujos efeitos ambivalentes – reconhecimento e controle – variam de acordo com lugares e sujeitos. O autor enfatiza que sua relação com o poder precisa ser permanentemente problematizada. Nesse sentido, como pontuam as

pesquisadoras brasileiras Janine Cardoso e Inesita Araújo (2007), visibilidade é fundamental na formulação de políticas públicas na área da saúde e é capaz de contrabalançar outros componentes envolvidos nos embates, como capital econômico. Adriano de Lavor Moreira (2014), que estudou visibilidade na saúde indígena em sua tese desenvolvida neste mesmo programa, defende visibilidade como categoria de mediação e propõe que seja levada em conta em trabalhos sobre a saúde de pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade. Foi essa a trilha teórica percorrida para enquadrar a visibilidade trans como uma questão de pesquisa.

Apesar das diferentes abordagens do conceito, a leitura desses/as autores/as mostrou que a visibilidade não é imediata; é construída. Depende do aparato sensível de quem olha; da disposição de pôr-se à vista daquilo ou de quem se olha; e, ainda, das condições para que possa ser olhado/a. Defendemos que, por certas contingências históricas e culturais, incluindo interesses estratégicos, nem sempre esses componentes estão em sincronia, o que faz pensar em sua dimensão processual: visibilidade decorre de um processo de visibilização de relações de poder?

Tomando a questão como ponto de partida, buscamos entender sua relação com a construção social dos sentidos, assumindo-se o entendimento de que diferentes atores, em diferentes instâncias, concorrem nesta produção. Nesta tese, a questão da visibilidade trans foi discutida considerando como pontos de observação três dessas instâncias: Estado, jornalismo e movimentos sociais. Para tanto, o olhar voltou-se para as materialidades produzidas por essas instâncias: campanhas promovidas pelo Governo Federal; notícias publicadas por dois jornais de referência e os relatos de pessoas trans que compõem movimentos sociais ou contribuem com eles e que participaram de alguma dessas campanhas e notícias.

No caso do Estado brasileiro, a cientista social Silvia Aguião (2018) observou que há uma relação de mão dupla entre a constituição de direitos e a corporificação de certas identidades que passa pelas negociações políticas e governamentais. É o que ela chama de fazer-se no Estado. Entende-se que, nessa instância, a visibilidade é condição e consequência do processo de conquista de direitos e atenção às demandas e às necessidades. Uma das estratégias mais acionadas por esses atores é o modelo campanhista, do qual as identidades trans passaram a ser foco formalmente com a promoção da campanha de 2004, no âmbito da política de prevenção de HIV/Aids. Posteriormente, a ação passou à responsabilidade do então existente Ministério dos Direitos Humanos. Já a mídia e, em especial, os jornais de referência são espaços importantes para a construção de visibilidades nas sociedades ocidentais urbanas dos séculos XX e XXI. Os meios de comunicação não estão descolados dos contextos em que são produzidos e, portanto, não atuam alheios ao mundo que os cerca. Ao contrário, “são o *locus*

principal em que se realiza o trabalho sobre as representações sociais” (RIBEIRO, 2000, p.33) ou, como os próprios veículos fazem questão de ressaltar, propõem um “primeiro olhar sobre fatos e pessoas” (GRUPO..., 2011, n/p). Aqui substantivado, esse olhar é o que está em jogo. Olhar e ver não dizem respeito, necessariamente, ao mesmo ato. É possível pensar que durante muito tempo pessoas trans foram olhadas, mas não foram vistas pelos jornais, tampouco pela sociedade e pelo Estado em que estão inseridos. Ou foram vistas de formas distintas das que podem ser vistas hoje e das que querem ser vistas no futuro? Ou terão sido deliberadamente invisibilizadas num processo análogo ao observado por Jurema Werneck (2009) em trabalho sobre a participação pioneira de mulheres negras na política brasileira, bem anterior à gênese dos movimentos feministas? Além responder a essas interrogações, interessou-nos ainda ouvir as pessoas que vivenciam cotidianamente as experiências trans para entender como negociam suas vivências entre si e com as demais instâncias.

O que fizemos, portanto, foi tomar como lentes as campanhas do Estado, as notícias de jornal e as falas das pessoas para compreender a construção social de identidades trans. Através da articulação entre essas três instâncias, que só existem de forma desconectada num trabalho analítico mas se apresentam de forma profundamente imbricada no cotidiano, pareceu-nos factível compreender as forças que operam para lançar luz ou, ao contrário, apagar a existência de quem vive para além das fronteiras convencionais de gênero. Essa forma imbricada, inclusive, levou-nos a inverter a ordem de apresentação dos resultados. Como mostraremos mais adiante, a pesquisa foi iniciada pelas campanhas, seguiu pelos jornais e, só na terceira etapa, abordou as pessoas. Para contar a história, porém, optamos por iniciar pelas pessoas, mostrar as campanhas e terminar pelas notícias.

Antes de detalhar os capítulos que compõem este trabalho, cabe precisar a pergunta que o orientou. Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017) chamam a atenção para o fato de que a relação entre gênero e Estado se dá num duplo fazer, nem sempre evidenciado de forma contundente em trabalhos etnográficos, do qual as formas de visibilidade são parte importante. Assim, circunscrevendo o tema, elegemos a seguinte questão de pesquisa: como vem sendo construída a visibilidade das identidades trans a partir de seu reconhecimento formal em 2004? Pretendia-se com isso compreender os contextos em que diferentes formas de visibilidade foram realçadas, os sentidos postos em circulação e o papel desempenhado por atores sociais em três instâncias específicas.

Levamos em conta que nem sempre estar à vista é uma conquista. Há formas de visibilidade indesejadas, não apenas pelas formas de construção de reputação (BOURDIEU, 2011) mas também por ensejarem formas de controle e violência (FOUCAULT, 1999b). Nesse

caso, seu oposto – a invisibilidade – pode ser uma proteção, “um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (ALMEIDA, 2012). Além disso, na luta por direitos, apenas visibilidade pode não bastar, como já sinalizam integrantes de movimentos sociais (AGUIÃO, 2018). Que tensões estão em jogo? Em que são diferentes as visibilidades relacionadas às categorias “travesti”, “transexual”, “transgênero”, “pessoa trans”? Que efeitos os movimentos sociais vêm produzindo na visibilização dessas identidades no Estado e nos jornais? Como essas visibilidades se alteraram ao longo do tempo?

Assim, tivemos como objetivo geral compreender como vêm sendo construídas as formas de visibilidade de identidades trans no Brasil, a partir de seu reconhecimento formal em 2004 e da ação que, mais tarde, instituiu o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Para tanto, foi necessário cumprir objetivos específicos, a saber: 1. caracterizar e qualificar a produção discursiva sobre as pessoas trans em espaços hegemônicos de visibilidade, observando com especial atenção as formas de nomeação, os corpos, as demandas e os afetos mostrados; 2. compreender como esses sujeitos se veem e veem o olhar sobre si; 3. compreender como esses sujeitos realizam práticas comunicativas para manter ou alterar a visibilidade construída sobre si.

Refletir sobre a visibilidade das identidades trans significou tomar o objeto por sua potência e também por sua vulnerabilidade. De um lado, coube caracterizar as estratégias que contribuíram para a construção social dessas vivências, alargando as possibilidades de existência e a ampliação de direitos. Movimentos sociais ligados às causas de lésbicas, gays, bissexuais e trans se consolidaram e ampliaram sua atuação, principalmente, nas grandes capitais do país num movimento que já passou de quatro décadas. Na cena cultural, artistas da música, da literatura, do teatro e do cinema instauraram novas questões sobre a produção artística e assumiram representações icônicas. Na produção científica, autores/as trans⁴ propuseram novos aportes teórico-metodológicos e reivindica-se uma epistemologia trans (BENEVIDES; LEE, 2018).

Por outro lado, o tema pôs em evidência as desigualdades sociais criadas por gênero, como marcador hierarquizante de diferenças, e as reações conservadoras que vêm se organizando nos últimos anos, especialmente desde 2011 (LEITE, 2019). Essa dicotomia se expressa em números. Entre 2008 e 2018, primeira década de implantação do processo

⁴ Algumas referências citadas são de autoria de pessoas trans. Houve casos em que as produções foram assinadas com o nome anterior à transição de gênero. Sempre que foi possível identificar essa situação, respeitou-se no texto o nome social e o gênero com o qual se identificam. Nesses casos, para permitir a recuperação das obras citadas, apenas a letra inicial do nome com o qual foram assinados no momento da publicação consta entre colchetes na lista de referências.

transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), foram realizados 474 procedimentos cirúrgicos/hospitalares relacionados à redesignação sexual na rede pública do Brasil (CAESAR, 2018). Nesse mesmo período, dos 2.982 assassinatos registrados em todo o planeta contra pessoas trans ou gênero-diversas, 1.238 (41,5%) ocorreram no país. Durante a pandemia de Covid-19, a situação se agravou. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) constataram aumento da violência contra a população trans, especialmente contra as travestis: foram 175 assassinatos no primeiro ano em que precisamos ficar em casa (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) e 140 no segundo (BENEVIDES, 2022), mais do que os 124 registrados pela entidade no ano anterior à pandemia (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Esses números mantêm a cada ano o Brasil no topo das comparações estatísticas de violência contra essa população (TRANSGENDER EUROPE, 2018).

Pesquisadores apontam a transfobia, discriminação por identidade de gênero, como uma das principais causas desses óbitos evitáveis e, portanto, um problema de saúde pública objetivo (SOARES, 2018) que suscita implicações éticas (RAUPP RIOS, 2006). Ainda que possam ser relativizadas pela ponderação populacional e pela precariedade na obtenção de dados em determinados países, inclusive onde relações que fogem ao padrão heterossexual são criminalizadas, as estatísticas são reveladoras da vulnerabilidade sob a qual vivem as pessoas que não se identificam com o sexo com que foram designadas ao nascer. Além das mortes e lesões físicas, essa violência gera sofrimento psíquico, impossível de ser plenamente aferido e quantificado, mas sujeito à compreensão através de estudos qualitativos (GIANNA, 2015).

Compreender as formas de construção de sentidos relacionados à visibilidade das identidades trans, como propomos aqui, pode ser um passo útil para a construção de conhecimentos que possam subsidiar políticas públicas capazes de enfraquecer as estruturas que gestam e sustentam a violência e fortalecer outras que permitam maneiras plurais de estar no mundo. A atual conjuntura social e política representa um necessário desafio e uma rica oportunidade para se olhar para trás. “O momento é, portanto, oportuno para voltarmos sobre os passos de um movimento que ousou insurgir-se contra seculares processos de estigmatização e de desumanização, imaginando futuros alternativos, mais inclusivos e diversos.” (CARRARA, 2019, p. 454).

Num contexto político cada vez menos favorável às questões de gênero, que se traduz no esforço de invisibilizar pessoas através de sucessivas tentativas de silenciar debates (LIONÇO et al, 2018), da usurpação de direitos (RAUPP RIOS et al, 2017) e de sua concreta eliminação (TRANSGENDER EUROPE, 2018), ao estudar os regimes de visibilidade das identidades trans na vida cotidiana, nas campanhas estatais e nos jornais de referência,

caracterizando os dispositivos e as estratégias dos atores envolvidos, esperamos contribuir para pôr em discussão as matrizes discursivas que sustentam as violências e, assim, enfraquecer forças alegóricas e concretas que colocam o Brasil na liderança dos países onde mais se matam pessoas que excedem os retículos da matriz heteronormativa. Por oposição, é possível identificar alternativas capazes de favorecer a formulação de políticas públicas e estratégias de comunicação que contribuam para a garantia de direitos e a construção de sentidos sociais que deem a ver a potência da diversidade na experiência humana.

Escrevendo nos anos 1980, durante a epidemia de HIV/Aids, Gayle Rubin (2017), importante teórica para os debates sobre gênero, falava que o período de dificuldades então vivido era também o mesmo de fermentação para o novo. Acreditamos que o estranhamento desses tempos que estamos vivendo também possa fomentar produções científicas que contribuam, se não para minorar, ao menos para visibilizar as relações de poder que transformam diferenças em desigualdades e alimentam violências e opressões. Se, como se entende aqui, a produção científica é uma representação parcial e localizada da realidade, que ela mire no que realmente importa e tome parte na defesa do que nos humaniza.

Essa percepção serviu de motivação e justificativa para esta empreitada acadêmica que tomou visibilidade como categoria teórica, descritor de busca e objeto de análise, propondo-se a caracterizar as formas de visibilidade por meio de perspectiva qualitativa, o que incluiu pesquisa documental e pesquisa de campo. A proposta foi analisar as campanhas estatais produzidas no âmbito do Dia Nacional da Visibilidade Trans e as reportagens veiculadas sobre o tema, entendendo que esses documentos estão inseridos numa cadeia discursiva ampla, bem como as estratégias de visibilidade adotadas por pessoas trans a partir de suas experiências de negociação na produção de sentidos nessas duas instâncias e no cotidiano.

As bases para a pesquisa documental foram os acervos do Governo Federal, ao qual as campanhas se vinculam, e os acervos digitais dos dois maiores jornais diários em circulação impressa e digital (PODER 360, 2020): *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, ambos fundados na década de 1920 e publicados diária e ininterruptamente nos últimos 30 anos. Junto ao governo, foram recuperados os materiais das campanhas: materiais gráficos (cartazes, fôlderes, cartilhas), audiovisuais (vídeos) e outros dispositivos⁵. Nos jornais, foram coletadas as notícias sobre a data. Esta busca foi feita utilizando o descritor “visibilidade” + “trans” ou “travesti” e levou em conta os dias antecedentes e subsequentes à efeméride.

⁵ Uma das campanhas incluía dispositivos sonoros, como toque de celular.

Para captar a construção dos sentidos durante um período de tempo extenso – 2004 a 2022 –, realizamos uma análise textual e imagética dos materiais. É preciso enfatizar que a pesquisa de campo foi baseada nos materiais coletados até o princípio de 2021. Com a prorrogação do prazo de defesa da tese, pudemos incluir na análise as reportagens publicadas por ocasião do Dia Nacional da Visibilidade Trans de 2022, fechando um ciclo de 18 anos. Tomando as proposições teóricas de Foucault (2014, 1999b) e Bakhtin (2011), entende-se que as palavras não produzem sentidos sozinhas. Os enunciados são acompanhados de narrativas visuais que procuramos descrever densamente. Nessa etapa metodológica, utilizamos a proposta analítica de Roland Barthes (1990). Para o autor, a etimologia da palavra imagem, que vem da raiz *imitari*, dá pistas do seu desprestígio em relação à língua e sua vinculação ao sentido de “cópia”. Para o senso comum e mesmo para alguns linguistas, ela seria uma versão inteligível, portanto antipática, ao vivenciado ou ao “real”. Mas, ainda que seja encarada dessa forma, a imagem nos coloca questões sobre a construção dos sentidos e sobre o que existe para além do que está ali simplesmente referido.

Barthes, para responder a essa pergunta, optou por estudar a publicidade na qual a significação da imagem é intencional, enfática⁶. Para seu exercício, ele escolheu um anúncio da marca da indústria alimentícia Panzani de massas e molhos. Ao descrever a imagem, identificou três mensagens:

1. a linguística, caracterizada pelas inscrições (o próprio nome da marca em italiano e as legendas em francês);
2. a mensagem icônica codificada ou literal – a imagem denotada, caracterizada pelos elementos que compõem a imagem com seus formatos e cores (pacote de compras, os pacotes de massa, a lata, os tomates, pimentões e outros legumes);
3. a mensagem icônica não codificada ou simbólica – a imagem conotada e seus sentidos (“italianidade”, ideia de ingredientes frescos e naturais apesar de enlatados).

Segundo ele, a mensagem denotada é quase utópica porque sempre haverá sentido associado, mas é um primeiro nível de aproximação, enquanto a mensagem “simbólica” ou conotada tem sua originalidade nas diferentes possibilidades de leitura de uma mesma “lexia” para grupos e indivíduos diferentes, mas não é anárquica. Desse modo, o que a analista – mulher cis, hétero, mãe, jornalista – foi capaz de perceber pode ser um pouco diferente do que você com seus marcadores sociais vai observar: “A língua da imagem não é apenas o conjunto de

⁶ Para nós, que trabalharíamos com as peças de publicidade social, sua abordagem claramente teria muito a contribuir, mas percebemos que poderíamos usar seus pressupostos também na análise das imagens jornalísticas.

palavras emitidas, é também o conjunto das palavras recebidas.” (BARTHES, 1990, p. 39). Por essa razão, para que possamos pactuar o que pôde ser visto, a descrição das campanhas e das notícias tenta ser bem detalhista.

Com esse enquadramento teórico-metodológico a angular o olhar, sistematizamos, então, o material identificando as regularidades discursivas presentes nos textos e nas imagens. Foram observadas as formas de nomear as experiências; as palavras que traduziam as demandas e os afetos; as pessoas que protagonizaram os enunciados ora como sujeitos, ora como objetos; os espaços e os corpos mostrados; os contextos históricos e produtivos; as estratégias e os argumentos narrativos.

A segunda etapa consistiu na identificação de atores relevantes envolvidos na produção das campanhas e notícias a fim de recuperar, por meio de entrevistas com base num roteiro semiestruturado, outros atravessamentos contextuais, invisíveis à análise estrita dos materiais. Na ida a campo, que se deu de forma virtual entre fevereiro e junho de 2021, foram realizadas nove entrevistas que tiveram como foco as estratégias envolvidas na construção de formas de visibilidade consideradas favoráveis do ponto de vista nativo para manter ou alterar as formas de visibilidade que a seu juízo fossem capazes de garantir ou ampliar direitos. Eventualmente, foram incorporados documentos (fotos e postagens em redes sociais) referidos ou fornecidos por essas pessoas para se discutir o que teve – ou não – visibilidade.

Durante a construção do projeto e no curso do desenvolvimento da pesquisa foi preciso problematizar o uso de entrevistas. O sociólogo canadense Jean Poupart (2010) destaca a ambiguidade envolvida no uso das entrevistas como método para a tentativa de se apreender a realidade. Se a complexidade dos fenômenos sociais é um dos argumentos utilizados na defesa das entrevistas como instrumento de pesquisa, a possibilidade de interações entrevistador/a-entrevistado/a pode favorecer interpretações que podem, ao contrário, distorcer os sentidos relacionados aos objetos estudados.

O autor expõe os três argumentos principais para o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas: o epistemológico, que se estrutura sobre o pressuposto de que a perspectiva dos atores sociais é indispensável para a compreensão da realidade em foco; o ético-político, que vê na entrevista uma oportunidade de se conhecerem por dentro dilemas enfrentados por esses atores; e o metodológico, por franquear o acesso às experiências recriadas pelos discursos de quem as vivenciou ou testemunhou.

De seu argumento epistemológico, interessou-nos reter a remissão à linhagem da crítica feminista, que percebe na realização das entrevistas uma possibilidade de construção dialógica entre ambos os sujeitos (no sentido mais ativo do termo) envolvidos na pesquisa: pesquisador/a

e pesquisado/a. Os estudos feministas também deram uma contribuição importante, segundo o autor, à argumentação ético-política que caracteriza as entrevistas como um instrumento de compreender e dar visibilidade aos dilemas sociais e reivindica uma reflexividade reflexa nos moldes do que propõe Bourdieu (2012). Para o sociólogo francês, a questão não se situaria entre um modo de fazer ciência construtor do real e outro que não o fosse, mas entre a ciência que “o faz sem saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente” (BOURDIEU, 2012, p. 694).

Segundo Poupart (2010), sociólogas feministas como Nancy Hartsock e Dorothy Smith advogavam que entrevistadores deveriam se abster da suposta neutralidade científica e adotar uma atitude empática e envolvida com a situação das pessoas ouvidas. Em que pese a nobreza de alguns compromissos sociais assumidos, o risco dessa postura, afirma Poupart, seria “servir de pretexto, conscientemente ou não, para o exercício de um maior controle sobre as populações pesquisadas” (POUPART, 2010, p. 221). O alerta foi registrado e esteve em perspectiva a cada contato.

O sociólogo Michael Pollak (1989) chama atenção ainda para o fato de que as histórias de vida colhidas em entrevista, com o interesse histórico, como tivemos aqui, é uma memória individual enquadrada pelo social. Como tal, pode ser apresentada de diferentes maneiras conforme a situação em que ocorre. O autor recomenda que as variações – pouco importa se voluntárias ou involuntárias – que possa haver não sejam tomadas como objeto principal. O fundamental, segundo ele, é entender nas entrevistas seu fio condutor, mirando-se na reconstrução das identidades e menos nos acontecimentos factuais porque “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 13).

Além desses apontamentos relativos ao método num contexto tradicional, cara a cara, outras questões precisaram ser levadas em consideração em razão das restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19. Em consonância com as orientações de distanciamento social vigentes e conforme o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), todas as entrevistas foram realizadas por videoconferência por meio da plataforma Zoom. Se, de um lado, a tecnologia impôs algumas restrições e constrangimentos, como esporádicas dificuldades técnicas, por outro abriu a possibilidade de se olhar o objeto nacionalmente, permitindo a identificação de estratégias e sentidos diferentes entre os que circulam nos eixos mais centrais e periféricos, na acepção simbólica e geográfica. As entrevistas duraram entre 50 minutos e pouco mais de duas horas, conforme a disponibilidade das pessoas entrevistadas. Para tentar

minimizar interferências tanto quanto possível, todas as entrevistas foram realizadas estando a entrevistadora em enquadramento fechado diante de uma parede branca. Com ciência e autorização explícitas, as interações foram gravadas e transcritas pela própria entrevistadora. Apesar de haver programas eletrônicos capazes de transpor o áudio para texto, essa opção permitiu um contato mais intenso com o material empírico. Três entrevistados/as demonstraram interesse no acesso às transcrições, que foram fornecidas na íntegra logo que concluídas, poucas semanas após as conversas. A todos/as/es os/as/es participantes foram oferecidas duas modalidades de entrevista: com e sem identificação, reguladas por Termos de Consentimento Livre e Esclarecido distintos. Todos/as/es optaram por se identificar. Apenas uma das pessoas entrevistadas, ainda durante a videochamada, solicitou que partes de suas falas fossem utilizadas na pesquisa sob anonimato porque, de um lado, entendia que seria importante que seu nome constasse na pesquisa, mas, por outro, preferia evitar que certos comentários lhe fossem diretamente vinculados. Tais trechos foram tratados em separado para evitar que pudessem se confundir com os demais, identificados.

Outra questão que merece ser abordada diz respeito às negociações para a realização das entrevistas. Como mencionado, a seleção se deu a partir da identificação de atores nas campanhas e nas notícias sobre o Dia da Visibilidade Trans. Diferentemente do que imaginávamos antes de realizar o levantamento, não houve campanhas nem matérias em todos os anos consecutivos. No total, localizamos 10 ações do Governo Federal, sendo uma reedição, e 34 textos jornalísticos: 19 na *Folha* e 15 em *O Globo*. Consideramos como texto a unidade textual sobre o tema, não importando se era uma curta notinha em coluna ou uma matéria de três páginas. Embora nem todas as campanhas e notícias trouxessem a personificação de uma figura, o levantamento entre 2004 e 2021 nos trouxe mais de 80 nomes referidos. Procuramos, então, contactar ao menos uma pessoa participante de cada uma delas, buscando contemplar uma diversidade geográfica e geracional. Foram feitos 20 convites diretamente às pessoas identificadas ou a intermediários/as/es (assessores, secretárias, representantes editoriais), alguns dois quais foram declinados por indisponibilidade de tempo. Outros não foram formalmente recusados, mas a falta de retorno após duas tentativas foi considerada como recusa. Um terceiro aspecto relevante para o trabalho não pode deixar de ser sublinhado. Uma parcela significativa de pessoas identificadas na pesquisa documental já havia falecido. Essas informações puderam ser obtidas pela internet logo nas primeiras buscas por contatos, como ocorreu com Fernanda Benvenuty e Marcela Prado.

Além disso, dois casos merecem especial atenção: convidados/as expuseram restrições e condições à pesquisa antes de aceitar o convite. Um/a deles/as demandou o envio do projeto

de pesquisa aprovado pelo CEP e outro/a, uma foto da pesquisadora, ao que foram prontamente atendidos/as. Esses tensionamentos estavam relacionados à legitimidade de uma pesquisa em que o conhecimento sobre as formas de visibilidade trans seria construído por uma mulher cisgênera – a isso cabe acrescentar outros marcadores sociais: heterossexual, casada, branca, católica – em diálogo com homens e mulheres trans, com variadas orientações sexuais, experiências, crenças, valores, temores e aspirações. Esse foi um desafio vencido a três: ao lado da antropóloga Kátia Lerner, também mulher cis, e do assistente social Guilherme Almeida, homem trans, coordenador da Rede Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero (Ressege) e (re)conhecido pela maioria dos/das/des participantes. Em todos os convites e nos TCLEs, constava o nome da orientadora e do coorientador.

Assim, a relação com a alteridade esteve permanentemente à prova ao longo da pesquisa. Howard Becker (1976) já advertia para que, ao refletir de que lado estamos na pesquisa social, não se tomasse a diferença com mera simpatia sem se observar o quanto as afetações de quem pesquisa se misturam às análises. Por outro lado, mirar exclusivamente nas divergências seria desconsiderar as similitudes de pessoas que vivem no Brasil, num mesmo momento histórico, falam o mesmo idioma e podem compartilhar dessas mesmas orientações sexuais, experiências, crenças, valores, temores, aspirações e, inclusive, espaços acadêmicos. Ressaltar apenas a alteridade significaria reificar a negação de um lugar trivial que as pessoas trans lutam para ocupar na sociedade brasileira. Seria esquecer que, apesar da multiplicidade de vivências, somos feitas do mesmo barro.

Este foi um ponto sensível, desde o início do curso de doutorado, para o qual se encontrou respaldo teórico no trabalho da filósofa américo-panamenha Linda Alcoff (1991). Ela problematizou a validade e os limites de se falar por grupos aos quais não se pertença, especialmente sobre aqueles que são menos privilegiados. Para a autora, falar *pelos* outros e falar *sobre* os outros são ações de pesquisa que comportam questões semelhantes, relacionadas à capacidade e à legitimidade da representação de acordo com os lugares de fala dos/as interlocutores/as segundo o contexto discursivo. Não falar ou falar apenas sobre si, no entanto, não seriam soluções para o problema que se coloca. Alcoff encontra um ponto de equilíbrio propondo que a cada caso as questões sejam tensionadas. Ela traz a contribuição de Gayatri Spivak (2010), que se questiona em que medida relações de poder assimétricas alteram a coerência das práticas discursivas. Ambas as autoras optam por não falar *por* nem *sobre* grupos e sujeitos. Preferem falar *com*. Escolher a preposição adequada neste caso reitera que a todo lugar de fala corresponde um lugar de escuta. Foi por esses locais discursivos que se procurou transitar. Esse exercício exigiu, inclusive, que revíssemos a abordagem metodológica, incluindo

uma etapa não prevista inicialmente para – de forma reflexiva, e não subserviente – trocar impressões sobre os achados que sustentam a tese com os/as participantes, apresentados/as a seguir em ordem alfabética. Assim, com anuência do CEP, foi realizada uma segunda rodada de conversas em maio de 2022. Cinco participantes tiveram disponibilidade para participar das devolutivas, discutidas em capítulo específico, embora todas as nove pessoas entrevistadas tenham sido convidadas novamente. São elas⁷:

1. Bernardo Mota, 24 anos, morador de Brasília-DF: é um homem trans que retificou sua identidade civil em 2016, após processo judicial que demandou laudos médicos e psicológicos. Ele é bissexual e vive em união estável não formalizada. Não tem filhos/as/es nem pretensão de ter. É formado em Gestão Pública com pós-graduação lato sensu e, no momento da entrevista, cursava mestrado. Defendeu sua dissertação em Comunicação em maio de 2022. Atualmente, trabalha numa agência da ONU. Na adolescência, teve uma atuação político-partidária. É umbandista. Participou do primeiro capítulo do documentário *Poptrans*, que integrou as ações pelo Dia Nacional da Visibilidade de 2017.
2. Chopelly Santos, 39 anos, moradora de Recife-PE. É uma mulher transexual, heterossexual, solteira, sem filhos/as/es⁸. É técnica de enfermagem e preside a Amotrans-PE e ocupa a vice-presidência da Antra. Não é afiliada a qualquer partido político, mas mantém vínculos políticos com o PSB, à frente do governo estadual e municipal. Não professa formalmente uma religião, mas diz ter “um pé dentro do candomblé”. É autora de um capítulo do livro *Transexualidade e travestilidade na saúde*, publicado em 2015 e lançado na campanha de 2016, em cujo cartaz foi retratada.
3. Danieli Christovão Balbi, 32 anos, moradora do Rio de Janeiro-RJ: é uma mulher transexual, heterossexual, solteira. Não tem filhos “ainda”. Doutora em Literatura, é professora universitária e roteirista. É filiada ao Partido Comunista do Brasil, pelo qual concorreu ao cargo de deputada estadual nas eleições de 2018. Parte da família é de origem ítalo-judaica e ela se identifica como cabalista. Foi entrevistada em reportagem de *O Globo* de 2020.
4. Ivana Spears, 40 anos, moradora de Bolonha, na Itália, e Londrina-PR: embora prefira não rotular sua vivência (“eu me identifico como feliz”), alterna identidades

⁷ Salvo indicação diferente, as idades indicadas são as da primeira entrevista.

⁸ Ela se refere às mulheres trans e travestis mais jovens a quem ajudou como filhas, mas deixa claro que essa é uma forma afetuosa de tratamento, sem vinculação familiar.

de gênero femininas: travesti ou mulher trans. No momento da entrevista, ainda não havia retificado seus documentos, o que ocorreu num mutirão após voltar a morar no Brasil, em dezembro de 2021. Nascida em Brasília, aos 18 anos mudou-se para São Paulo, onde fazia shows. Na Itália, para onde se mudou em 2018 – em razão da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República –, tem trabalhado prioritariamente fazendo programas como acompanhante. Antes da pandemia, mantinha um canal no Youtube no qual protagonizava esquetes da Mamassauro, personagem com que fazia críticas irônicas a cafetinas que exploram jovens travestis. É solteira e não tem filhos. Ela afirma orientar seu desejo sexual para pessoas (“Já gostei muito de homem, mas já fiquei com mulheres, já fiquei com travestis. Hoje eu gostaria muito, meu sonho, quem estiver me ouvindo... Um homem trans que quiser me conhecer...”). Politicamente, no Brasil, acompanha o PT e já foi convidada a se filiar. É espírita kardecista. Ivana foi a protagonista da campanha do MS de 2013.

5. Kaique de Oliveira Theodoro, 26 anos, morador de São Paulo-SP: homem trans, bissexual, solteiro, sem filhos. É artista. Faz música e atua. Completou o Ensino Médio no Rio, onde nasceu. Mudou-se para São Paulo recentemente. Não professa qualquer religião, nem tem vinculação política ou partidária. Participou do segundo capítulo do *Poptrans*, de 2018.
6. Marcelly Malta Lisboa, 70 anos (completados dias depois da entrevista), moradora de Porto Alegre: é uma mulher travesti, heterossexual, oficialmente casada (com Joe), sem filhos/as/es. Retificou nome e sexo em sua documentação civil em 2008. Aposentou-se do serviço público no qual ingressou por concurso como auxiliar de enfermagem em 1980. Também tem formação em instrumentação cirúrgica. Trabalhou, ainda, com prostituição no Brasil e no exterior. Atualmente presidente a organização Igualdade-RS e é vice-presidente da Rede Trans Brasil. Criada numa família católica, conta guardar com carinho a foto da Primeira Comunhão (“a única foto que eu tenho de guri”) e concedeu a entrevista diante de um terço exposto na parede de casa, mas hoje frequenta religião afro e diz ser “Ogum de cabeça e Iansã de corpo”. Não é filiada a partido político, mas se identifica como uma pessoa de esquerda (“Sou PT”) e conta ter feito campanha para o policial Leonel Radde, que se elegeu vereador em 2020. Marcelly participou de mais de uma campanha do MS: da de 2010, reeditada em 2012, e do documentário *Poptrans*, de 2017. Ela conta ter

acompanhado a preparação da campanha de 2004, para a qual não pôde ser fotografada na ocasião devido à sua ocupação como servidora pública.

7. Raicarlos Coelho Durans, 60 anos (completados pouco depois da primeira entrevista), morador de Marituba-PA: é um homem trans, hétero, oficialmente casado (com Rose). Tem um casal de enteados – um já falecido – que considera seus “entes”. Prefere não usar o substantivo família (“Já retirei do meu vocabulário.”). Ele faz questão de ressaltar que se entende como uma pessoa binária e que é “ressignificado”: passou por cirurgias e retificou sua identidade civil em 2010 após processo judicial, quando ainda não tinha “o direito garantido”. Tem formação em Filosofia e Direito e trabalha como professor e servidor público na área da Saúde. No momento da devolutiva, preparava-se para prestar exame para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Enfatiza ainda sua atuação, há mais de 40 anos, como militante das causas LGBTI+ no Brasil. É ateu “desde criança”. Em 2020, concorreu a vereador pelo PDT e, no momento da entrevista, estava filiado ao PSOL. Durante a ditadura militar, esteve vinculado ao Partido Comunista na clandestinidade. Foi um dos três homens trans a integrar, em 2016, a primeira campanha que incluiu pessoas do gênero masculino.
8. Tathiane Araújo, 40 anos, moradora de Aracaju-SE: É uma mulher travesti, heterossexual, oficialmente casada com um homem trans. Além do registro em cartório – possivelmente, segundo ela, o primeiro entre duas pessoas trans –, ela fez questão de ressaltar a celebração de uma cerimônia religiosa numa igreja inclusiva de Goiânia, cidade natal do marido. O casal não tem filhos. Não completou o curso de Pedagogia, nem chegou a cursar o de História em que foi aprovada pouco depois. Neste momento, prepara-se para concluir o Ensino Superior, cursando os períodos finais da graduação em Gestão Pública. Trabalha como assessora política do PSB, pelo qual se candidatou à vereança em 2020, e no qual ocupa o cargo de secretária nacional do segmento LGBT. Desde 2001, coordena a Parada LGBT de Sergipe. Atualmente, preside a Rede Trans Brasil. Criada no catolicismo e devota de Nossa Senhora, atualmente frequenta mais assiduamente o candomblé. Tathiane participou reiteradamente das campanhas do Governo Federal em cartazes, vídeos e sessões de lançamento (2004, 2010, 2012, 2016, 2017) e também foi retratada numa das notícias de jornal (2008). As contribuições com base em suas memórias foram decisivas para a construção desta tese.

9. Tom Grito, 42 anos, morador do Rio de Janeiro-RJ: instado a declarar sua identidade de gênero, o poeta se apresentou como pessoa trans não-binária. Ao longo da entrevista, porém, deixou claro seu incômodo com uma fixidez identitária e referiu a si mesmo como “gender-fucker”. É pansexual e atualmente mora com sua companheira. Tem três filhos. Tem graduação e mestrado em Educação Física. É natural de Porto Alegre-RS. Como religião, professa budismo e candomblé. Apesar do desejo de se desvincular, está filiado ao PCdoB (“Eu já tive uma vida mais presente nele, mas atualmente não estou”). Tom foi citado numa das matérias de 2020.

Essa descrição sumária dos/das participantes não está à altura de suas experiências e dos relatos compartilhados; pretende apenas caracterizá-los/as de forma sucinta para situar minimamente os/as leitores/as. Seria injusto não registrar desde já um sentimento comum, apresentado como motivador para as falas e a disposição em participar da pesquisa: o desejo de visibilizar as múltiplas vivências das pessoas trans, com suas dores e suas delícias, sobretudo num contexto político pouco alvissareiro, para angariar aliados/as/es. Parece ser um metaproduto da tese:

Se a gente não constrói pontes, minha filha, pode ter certeza que eles tão querendo destruir o que a gente mal tem. Se a gente não construir as nossas, já era (Kaique Theodoro).

Talvez interesse a mais pessoas segurarem nessa alça que tá pesada, irmã. E que gente vê que a gente já deu conta nessa história que eu lhe contei. A gente já deu um empurrãozinho. Deu uma movimentada. Mas precisa de mais força para conseguir levar isso até lá em cima porque ainda tá aqui. Ainda tá um pouquinho distante do que a gente quer, chegar lá e deixar lá esse fardo, esse peso longe para a gente poder fazer o que a gente veio aqui para esse mundo. Que coisa injusta o povo não querer deixar o povo viver. A gente vê o mundo todo aí e veio fazer o que na vida? Ficar escanteado? Ficar isolado, ficar excluído? Não... É muito perverso (Tathiane Araújo).

A riqueza de seus depoimentos será detalhada a partir de um enquadramento teórico sobre visibilidade – num sobrevoo desde a filosofia existencialista até a conceituação contemporânea como categoria analítica e social, apresentado no primeiro capítulo. Nesse sentido, é preciso enfatizar a noção de uma construção baseada numa imagética social para evitar incorrer no risco de sugerir qualquer tipo de exclusão já que o uso de metáforas sensoriais sempre pode resvalar, ainda que involuntariamente, para uma conotação capacitista. Argumentamos ainda que os pontos de observação que elegemos atuam como importantes

instâncias refratoras de sentidos na atualidade e descrevemos como isso se deu de forma específica no caso das campanhas e das notícias sobre o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Nos capítulos subsequentes, procuramos articular as três dimensões da visibilidade (do visível, do meio e dos/as videntes) com as condições do objeto da pesquisa, cotejando-as com as impressões compartilhadas nas entrevistas. Todas as três dimensões estão presentes nesses capítulos, que procuram enfatizar uma ou outra para fins analíticos. Significa afirmar que, a depender do ponto de observação, certos elementos prevalecem mais do que outros, que não deixam de estar presentes. O capítulo 2 discute a construção dos atributos para a constituição da visibilidade trans nos corpos biológicos e sociais, refletindo sobre os processos de biomedicalização e da mediação pelos quais as pessoas trans se dão a ver. No capítulo 3, recuperamos as condições sociais – históricas, políticas e comunicacionais – para a visibilidade trans, elencando aquelas que contribuíram para tornar a interface menos opaca à transgeneridade. No capítulo 4, analisamos, a partir dos sentidos presentes nas entrevistas, nas campanhas e nas notícias, as formas pelas quais a visibilidade trans foi construída nos últimos 18 anos nas instâncias que escolhemos observar. No capítulo 5, apontamos algumas armadilhas colocadas no caminho das pessoas trans em busca de visibilidade nos planos pessoal e coletivo. Antes de apresentar as considerações finais, tratamos de questões envolvidas na etapa devolutiva, explicitando tanto as motivações para sua inclusão quanto seus efeitos nas pessoas entrevistadas.

Ao longo de todo o trabalho, a estratégia narrativa consistiu no cotejamento das discussões teóricas, das descrições e das considerações analíticas com os relatos e as percepções das pessoas entrevistadas, preservando as marcas de oralidade e estilo pessoal na expectativa de que a sonoridade de suas falas, com muito do que elas contêm, possa emergir do papel. Essa opção foi a maneira encontrada para, no texto escrito, fazer jus à proposta teórico-metodológica de falar com as pessoas. Torcemos para que, durante a leitura, as muitas vozes em diálogo fiquem nítidas. Acreditamos, ainda, que a opção de estruturar a tese dessa maneira evidencie sua especificidade: um esforço de comunicação tão horizontal quanto possível no qual as pessoas entrevistadas pudessem participar em diferentes etapas do processo e com suas próprias vozes.

1. VISIBILIDADE, CATEGORIA TEÓRICO-ANALÍTICA E SOCIAL

Você vê mesmo? Ou você olha um par de lábios
sacodindo no ar enquanto raciocina se é menino
ou menina?

(Preto Téo)

A visibilidade se coloca como uma questão para a cultura ocidental desde a Grécia Clássica. É a partir da indagação platônica sobre o mundo visível e o ideal que a filosofia se funda (PLATÃO, 2000). Para Aristóteles, no entanto, o racional e o sensível não formavam uma oposição binária. Ao contrário, segundo ele, nada chegaria ao intelecto sem antes ter sido experimentado pelos sentidos. Entre eles, o mais nobre seria a visão, que “nos proporciona mais conhecimento do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas” (ARISTÓTELES, 2002, p. 3). Para as correntes que se filiam à matriz aristotélica, a complexidade do pensar filosófico não se reduz à dimensão do sensível; parte dela. Significa dizer que a abstração depende da empiria. O conhecimento, na *visão* do filósofo, portanto, passava necessariamente pelo olhar, mas transcendia o olhar. Esse tema atravessou a formação do pensamento ocidental. Fazendo uma costura como os fundamentos sobre os quais se estrutura esta tese, um debate que interessa pode ser localizado na metade do século XX.

Para o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, o sensível é apreensível *com* os sentidos, mas ele defendia um uso não instrumental dos aparatos sensoriais. Os sentidos, como a comunicação, não são instrumentos, são meios, são mediação (MERLEAU-PONTY, 2003). Tomando essa proposição como válida, cabe discutir a noção de visibilidade em sua obra⁹. Segundo Marilena Chauí (2008), ao abandonar a dicotomia entre o positivismo científico e o humanismo que, por caminhos diferentes, apostavam na separação entre sujeito e objeto, o autor propôs uma compreensão do ser radicalmente diferente daquela com que se o explicava até então. Em seu último e inacabado livro, “O visível e o invisível”, o autor elaborou uma ontologia baseada na existência da positividade pela negatividade na qual a experiência da visão

⁹ A obra de Merleau-Ponty foi influenciada pelos debates com os colegas existencialistas Jean-Paul Sartre, Martin Heidegger e Simone de Beauvoir. Com a feminista, interessada na invisibilidade da condição feminina, compartilhava a ideia de que o corpo não era mais um objeto no mundo senão o meio de comunicação com o mundo (FEMENÍAS, 2019). No plano pessoal, Beauvoir também era muito próxima do autor, seu “querido Ponty”. Em sua biografia, fica-se sabendo que sua melhor amiga, Zaza Lacoïn, morta aos 21 anos, era a namorada com quem o filósofo desistira de se casar pelas pressões da família da moça, relacionadas à sua condição econômica e social de filho ilegítimo (KIRKPATRICK, 2020).

é a metáfora: “É o ato de ver, advento simultâneo do vidente e do visível como reversíveis e entrecruzados, graças ao invisível que misteriosamente os sustenta” (CHAUI, 2008, n/p).

Recorrendo às palavras do autor, da visibilidade faz parte a invisibilidade; elas são atributos indissociáveis, são o lado direito e avesso de uma realidade tecida em conjunto, na qual “o próprio do visível é ter um forro de invisível em sentido estrito, que ele torna presente como uma certa ausência” (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 43). O autor empregou a arte para construir o argumento que se afasta do pensamento cartesiano, embora não o negue por completo. A visibilidade é uma relação que se estabelece entre os corpos e quem os observa. Ela é a interface. Então, se para Descartes uma pintura nada mais é do que uma ilusão planejada que não corresponde ao real, na proposta de Merleau-Ponty, a pintura é o real e sua visão é o modo justamente com o qual a realidade se faz real. Mas, para tanto, são necessários dois movimentos, um deles no sentido literal. O olho precisa se mover para ver. O olho estático não é capaz de ver além do que se apresenta. Para ver, diz o autor, é preciso primeiro voltar os olhos, direcioná-los. Ao movimentar a visão, o/a vidente amplia o alcance de seu olhar e de seu ser. A visão aumenta o que ele chama de mapa do “eu posso”.

O segundo movimento é simbólico e permanente. Trata-se de treinar o olhar, de lançar os olhos reiteradamente, de lugares diferentes, para o mesmo objeto na expectativa de vê-lo mais nítida e completamente. Olhar para ver – e descobrir e descrever o que, mesmo olhando, não se via. Nesse sentido, a visibilidade é um dom que se treina, que se aprimora por si, tal qual o pintor com sua técnica. Só se aprende a ver abrindo os olhos e exercitando o olhar, procurando o que há para ser visto e também o que não há. Nesse ponto, o autor fez uma ponte com a linguagem, que depende do silêncio e da repetição para se fazer real no mundo. Assim,

precoce ou tardia, espontânea ou formada no museu, sua visão em todo caso só aprende vendo, só aprende por si mesma. O olho vê o mundo, e o que falta ao mundo para ser quadro, e o que falta ao quadro para ser ele próprio, e, na paleta, a cor que o quadro espera; e vê, uma vez feito, o quadro que responde a todas essas faltas, e vê os quadros dos outros, as respostas outras a outras faltas. Não se pode fazer um inventário limitativo do visível como tampouco dos usos possíveis de uma língua ou somente de seu vocabulário e de suas frases. Instrumento que se move por si mesmo, meio que inventa seus fins, o olho é aquilo que foi sensibilizado por um certo impacto do mundo e o restitui ao visível pelos traços da mão (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 19).

A relação do olhar com o mundo e com o visível marca também a obra de Foucault, que foi aluno de Merleau-Ponty na École Normale Supérieure de Paris, entre 1947 e 1948. Suas notas de trabalho, depositadas na Biblioteca Nacional da França, indicam uma fascinação intelectual pelo autor, pouco citado em seus livros, mas cuja influência, não no sentido de herança, mas de

recriação, foi reconhecida em ditos e entrevistas e identificada por seus contemporâneos (FRANCISCO, 2017). Diferentemente de seu professor, Foucault falou do visível e do invisível não no escopo da arte. Não lhe interessava o olhar do artista que recria na tela uma outra forma de visibilidade nascida do intervalo entre o olho e o objeto. Ele escolheu o corpo, sede da saúde e da doença. Foucault tomou o corpo que passa por escrutínio e atribui ao olhar que o perscruta um domínio sobre ele que se alarga à medida que mais pode ver. Ele confere, assim, à visibilidade uma condição para o poder, cerne de sua obra.

Ao tomar como objeto o nascimento da anatomoclínica e a fundação do hospital como lugar de cura e de ensino – e não mais de assistência aos inválidos –, Foucault (2014) elevou o status do olhar a um lugar de soberania. Quem vê sabe e quem sabe domina, afirmou. Na passagem para o século XIX, as tecnologias desenvolvidas permitiram ao médico conhecer o corpo e ver nele os sinais que separavam a vida da morte: “O olho torna-se o depositário e a fonte da clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que só ele recebe à medida que lhe deu à luz; abrindo-se, abre a verdade de uma primeira abertura” (FOUCAULT, 2014, p. XII). A passagem assinala a relação identificada pelo autor entre o visível e o verdadeiro, o existente. Não se podia dizer o invisível. Era necessário ver para entender, e as palavras não eram capazes de substituir o olhar. O domínio desse olhar médico era o do saber que podia dar existência e classificar, um poder do qual a medicina se valeu – e ainda tenta se valer – para alargar as fronteiras do exercício do seu poder. Sendo capazes de localizar, reconhecer e tratar as moléstias que afligiam o corpo biológico, os médicos – aqui a flexão no masculino é signo de um tempo – eram também, supostamente, capazes de fazer o mesmo com o corpo social.

Avançando em seu projeto de dar a ver as estruturas discursivas que conformam as instituições do mundo contemporâneo, depois do hospital, Foucault se dedicou às instituições disciplinadoras nas quais o poder do olhar passava a ser exercido com a finalidade de vigiar e punir. Tal como ocorreu na saúde, a mudança de regime no campo da justiça e da segurança se deu não por benesse republicana em substituição à monarquia, mas em favor da governamentalidade. Era preciso conhecer os corpos pobres, sanar suas necessidades imediatas e reeducar seus hábitos a fim de garantir a rentabilidade do Estado por meio de sua população. De maneira análoga, os suplícios punitivos tiveram que ser revistos em prol do modelo capitalista que nascia. Sem enforcamentos, açoites, mutilações e outras formas de vingança que visavam a compensar o malefício causado a alguma vítima, cabia buscar dispositivos penais capazes de assegurar a ordem e evitar os danos à sociedade sem, no entanto, causar o aniquilamento de corpos que se prestariam ao trabalho e ao consumo. É nesse contexto que se desenvolve a prisão como tecnologia para a proteção da sociedade burguesa.

Para domesticar os corpos transgressores, recorria-se a estratégias disciplinares e arquitetônicas que, conforme Foucault apontou, eram muito parecidas com aquelas adotadas nos estabelecimentos de ensino e de formação militar e religiosa. A relação controlada com o tempo e a invisibilização das identidades individuais por meio da uniformização consistiam nos métodos para tornar os corpos dóceis. Sem dispor de guardas suficientes para fazer a vigilância permanente dos apenados que afinal deveriam ser mantidos vivos, os estados-nacionais desativaram as masmorras e instalaram o modelo do panóptico, que recebeu o nome de Jeremy Bentham, o arquiteto que o criou. Tratava-se de uma construção em formato anelar com uma torre central de onde se pode avistar a silhueta dos detidos, delineada pela luz que entra pelas janelas vazadas das celas. Foucault chamou a atenção para o ponto de virada que equiparou – e até aumentou – o efeito disciplinador da claridade das celas individuais à escuridão dos calabouços: “A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 1999b, p. 231).

Como dispositivo de vigilância, o panóptico era ainda mais eficaz do que a masmorra por dois motivos. Primeiro, porque dispensava a necessidade de uma guarda numerosa. Bastava um único vigia na torre para observar toda a carceragem. O segundo era que, de forma disciplinadora, instaurava o comportamento desejável, porque da cela jamais se podia perceber para onde o olhar do vigia estava voltado. Como ressaltado pelo autor, ao descompatibilizar o ato ativo do passivo (ver/ser visto), o panóptico também tornava o poder impessoal e automático. Não se sabia quem era o vigia que, inclusive, poderia nem mesmo estar ali. A torre por si exercia a vigilância.

As duas formas de visibilidade trabalhadas por Foucault têm a ver, portanto, com o exercício de poder, mas em chaves distintas. Enquanto um tipo de visibilidade subjuga pessoas e fenômenos porque lhes põe no mundo mediante o olhar do outro, o segundo tipo subalterniza porque estar à vista, nesse caso, supõe perder ou abrir mão da liberdade.

Trabalhando com Merleau-Ponty e Foucault, além de outros autores, Andrea Brighenti (2007) propõe usar visibilidade como categoria social cujos efeitos ambivalentes – de reconhecimento e controle – variam de acordo com lugares e sujeitos. Para o autor, é exatamente sua ambiguidade que a torna uma categoria sociocientífica descritiva e interpretativa proveitosa. Ele defende que sua relação com o poder seja problematizada já que, como se vê, ela é complexa. Segundo ele,

o poder não repousa univocamente nem com visibilidade nem com invisibilidade. No domínio moral, surgiu uma tensão fundamental entre

reconhecimento e controle. Ambas as práticas estão conectadas à visibilidade. Em outras palavras, a visibilidade não está correlacionada de maneira direta ao reconhecimento e controle, ou a qualquer valor moral específico. Como tal, não constitui nada inerentemente libertador, nem, inversamente, implica necessariamente opressão (BRIGHENTI, 2007, p. 340, tradução nossa).

A vinculação entre visibilidade, discurso e poder também é feita por Pierre Bourdieu (1989), que deslocou o debate do campo da filosofia para o da comunicação mais estritamente, apontando as forças que operam nos campos sociais. Ao definir o conceito de poder simbólico, o sociólogo francês estabeleceu sua relação com a capacidade de constituir a realidade, de “fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989, p. 14). Segundo o autor, é justamente por esse poder de criar visibilidade que lutam os atores na arena simbólica dos campos. Esse poder de pôr em pauta demandas deriva de um acúmulo de capital simbólico, composto por capital econômico, cultural e social. A proporção de cada um desses tipos de capital varia entre os atores sociais de modo que, a depender do campo, do contexto e das relações travadas, o poder simbólico desses atores também é variável. Num campo em que o capital cultural seja mais valorizado, por exemplo, um ator que esbanje capital econômico, mas não disponha de um diploma ou das insígnias culturais que o distingam tende a ficar numa posição mais periférica numa situação de disputa simbólica.

O autor chamou atenção para os efeitos favoráveis dessa forma de visibilidade em determinados campos, como o científico:

acumular capital é fazer um “nome”, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum (BOURDIEU, 1983, p. 132).

Segundo ele, nesse campo, o acúmulo de capital gera mais capital, uma espécie de rentabilidade de “lucro simbólico”, capaz de gerar mais bens simbólicos no mercado científico. Assim se constroem as reputações. Bourdieu (2011) diferenciou dois tipos de reputação. A primeira tem a ver com essa mencionada acima, construída com base na notoriedade, um acúmulo de capital cultural. A outra se baseia no domínio de competências midiáticas que garantem um reconhecimento ligado à celebridade. Ambas são defensáveis como estratégia para se obter visibilidade, sobretudo a segunda, numa sociedade cada vez mais midiaticizada. Segundo o autor, o reconhecimento é um dos fundamentos da vida social, e as estratégias para obtê-lo são legítimas e estão relacionadas exatamente com a proporção de capitais que formam o capital simbólico dos atores.

No Brasil, pensando na formulação de políticas públicas, visibilidade assume um caráter decisivo, capaz de influenciar a tomada de decisão por parte de gestores e detentores de recursos. Como enfatizam Cardoso e Araújo (2007), o sucesso na reivindicação de uma determinada demanda ou necessidade depende da capacidade de convencimento de interlocutores. É preciso dispor de poder simbólico para recriar uma realidade aceitável como verdade. O acionamento de dispositivos de comunicação por parte de atores interessados/es tende a contribuir para a mobilização em favor de sua causa e pode, como reconhecem as autoras, compensar a falta de outros capitais.

Foi isso que constatou Moreira (2014), ao investigar as estratégias de populações indígenas em suas disputas políticas. O autor advoga que visibilidade seja uma categoria a ser incluída nos estudos sobre populações vulnerabilizadas. Segundo ele, no caso dos grupos indígenas, há uma alternância do uso de diferentes formas de visibilidade e de invisibilidade. Especificamente no âmbito das políticas públicas de saúde, foco de seu trabalho, ele propôs que o reconhecimento, a participação social, a inclusão nas estatísticas, a autonomia e a cidadania, chamados por ele de fatores positivos de visibilidade, sejam articulados com a defesa do direito à comunicação e à saúde. Da mesma forma, ele observou que a invisibilidade apaga suas necessidades singulares e coloca tais grupos numa posição marginal frente à sociedade brasileira, não sendo, no campo da saúde, uma estratégia que possa ser considerada favorável.

1.1. INSTÂNCIAS DE REFRAÇÃO DE IDENTIDADES TRANS

A Física explica a refração como a alteração da velocidade da luz na passagem de um meio para outro. Essa mudança é capaz de alterar a formação de imagens. A formação de um arco-íris é um exemplo desse fenômeno. Para que ocorra, a luz do sol precisa incidir sobre um material com índice de refração diferente, como é o caso da água da chuva ou de um prisma de cristal, ambos são translúcidos, mas não transparentes. Num meio homólogo ao ar, o índice de refração seria igual a zero e, assim, a luz atravessaria sem alterações. Por outro lado, num material opaco, a luz seria refletida, como fazem os espelhos, ou absorvida e transformada em outro tipo de energia (calor, por exemplo), como num guarda-sol. Tomar a óptica como analogia ajuda a entender o que se passa nas instâncias sociais, que se imiscuem. A produção discursiva não atravessa qualquer meio ou campo social de forma direta, tampouco parece ser completamente refletida ou absorvida; sofre o que entendemos ser uma refração simbólica.

Para este trabalho, foram escolhidos elos estratégicos na produção simbólica de visibilidade: o Estado, o jornalismo e os movimentos trans. São espaços sociais que a rigor não

estão completamente separados. Eles se interpõem e se atravessam permanentemente. Como já registrado, é “impossível pensar as relações, performances e imaginações de gênero ‘fora do Estado’, do mesmo modo que não há processos de Estado (...) que não sejam atravessados por dinâmicas, gramáticas e/ou dispositivos generificados” (VIANNA; LOWENKRON, 2017, n/p). Há um entrelaçamento permanente entre Estado, nação, corpos, afetos e gêneros que não pode ser desconsiderado. Tal entrelaçamento se manifesta numa via de mão dupla e pode ser identificado em arenas políticas variadas, das quais a linguagem e o Estado propriamente dito são exemplos. Alguns atores que lutam para qualificar os sentidos relacionados a gênero e Estado são “movimentos sociais, agentes da administração estatal e personagens morais” (VIANNA; LOWENKRON, 2017, n/p) envolvidos e produzidos por esses espaços sociais.

A produção discursiva dessas instâncias se materializa em produtos variados, que detêm uma visibilidade concreta. Para fins de análise, no entanto, é útil separá-las ainda que temporariamente. Foram selecionadas, então, as campanhas produzidas pelo Governo Federal; as notícias publicadas em jornais de referência; e as pessoas trans, que vivenciam cotidianamente em seus corpos a luta por formas de visibilidade que favoreçam a aquisição e manutenção de direitos, quer seja no plano individual, quer seja como integrantes de movimentos sociais. São dispositivos discursivos diferentes, gestados em instâncias diferentes, em permanente tensão e distensão.

O termo discurso é recorrente em diferentes campos que se dedicam a estudar as relações humanas. Ele assume acepções distintas conforme as abordagens disciplinares e as opções teóricas de autores/as no mesmo campo. Em comum, os enquadramentos conceituais guardam um aspecto relevante: sua relação com o poder. Se, no domínio da linguística, os discursos se constituem, resumidamente, por um conjunto de normas regidas por práticas sociais em permanente movimento, para uma corrente da filosofia, notadamente aquela que deriva das reflexões interdisciplinares de Michel Foucault, a ideia de discurso só pode ser compreendida se levadas em conta sua espessura e complexidade. Ao longo de sua obra, Foucault procurou desvelar as camadas de *discursos* que forjam o *discurso*. O que aqui chamamos de camadas se traduz na obra do autor em conceitos limítrofes, porém, distintos: gêneros, práticas, enunciados, que se configuram como objetos discursivos que conservam certa autonomia, mas são interdependentes e compõem a arena onde as disputas de poder são travadas.

Foucault chamou a atenção, no entanto, para diferentes níveis discursivos. Para além do discurso num entendimento macro – aquele pelo qual se luta – há os discursos que constroem e são construídos pelas práticas sociais, além dos que se materializam nos textos. Trata-se de camadas amalgamadas que exigem um esforço arqueológico para se acessarem ditos, já-ditos e

não-ditos (ou num possível deslocamento para a metáfora do olhar: o visível, o visibilizado e o invisível). Nessa acepção, diretamente relacionada aos campos e às práticas discursivas, o autor discutiu uma questão fundamental que é a da legitimidade das falas: quem fala?; por que fala?; quem não fala? (FOUCAULT, 2008). Ao mesmo tempo, questionou as contingências históricas e sociais que resultaram na emergência de um dado enunciado e não de outro. O Estado, o jornalismo e os movimentos sociais, por meio de suas práticas e dispositivos, são em si arenas com disputas internas e, ao mesmo tempo, travam disputas numa arena simbólica mais ampla.

No trabalho do britânico Norman Fairclough (2001), encontra-se um esquema tridimensional que ajuda a compreender a presença discursiva em toda a estrutura social. Para o autor, o discurso está presente tanto na dimensão textual quanto na social. Entre ambas, estaria uma terceira dimensão que seria a da prática discursiva em si. Aplicando a teoria a nosso objeto, entende-se aqui que as campanhas, as notícias e as pessoas (com seus corpos e suas falas) seriam o índice da primeira e a celebração que as mobiliza (o Dia Nacional da Visibilidade Trans), da segunda. A dimensão da prática eminentemente discursiva seria justamente o que transforma uma coisa na outra.

O imbricamento de gênero e visibilidade se materializa em *loci* aqui chamados de instâncias refratoras – neste caso, instâncias refratoras de identidades trans. Trata-se de espaços de mediação onde ocorrem disputas de poder por parte de quem vê e de quem é visto/a/e, capazes de refratar os sentidos em circulação sobre esse e outros temas. Do mesmo modo há outras instâncias onde os sentidos relacionados à temática trans são refratados, como o cinema, por exemplo. Escolhemos essas três sabendo que nenhum enunciado é absolutamente inaugural (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2006). Eles estão encadeados numa corrente discursiva que não flui necessariamente num sentido único. O que nos interessa aqui é saber como são construídos nesses espaços específicos pelas razões já apontadas anteriormente.

2. DAR-SE A VER CONCRETA E SIMBOLICAMENTE

Quem não vê bem uma palavra não pode ver bem
uma alma.

(Fernando Pessoa)

Como procuramos argumentar no capítulo anterior, a construção de visibilidade depende da articulação permanente e simultânea de três elementos: 1. o que/quem se vê, 2. o que/quem vê e 3. a interface ou meio. Neste capítulo, trataremos prioritariamente do primeiro tópico: o visível. Evitamos aqui empregar a palavra objeto porque no âmbito deste trabalho poderia dar margem a uma interpretação desumanizadora da experiência trans. A partir do entendimento filosófico do qual partimos, o corpo, sede da existência, comporta a possibilidade única do sentir e atuar no mundo. O próprio Merleau-Ponty (2013) trata como enigma o fato de o corpo ser vidente e visível ao mesmo tempo – e sensível para si mesmo. Além disso, a noção de objeto contempla uma passividade que não condiz com o tema, ainda que involuntariamente em alguns casos, os corpos, as histórias, as demandas trans se coloquem à vista de forma concreta e simbólica. Significa dizer que, na maioria das vezes, no processo de construção social da transgeneridade, as pessoas trans ativamente tornaram-se visíveis a si mesmas e a quem as olha num jogo de reconhecimento e exposição.

Convém registrar que a escolha desse elemento – quem se vê – em primeiro lugar não tem uma conotação hierárquica, já que no mundo social o processo de visibilização não se dá de forma estanque ou autônoma. Ele está articulado com outros atores que construíram com as pessoas trans esses atributos e com as condições do meio. No entanto, ao optar por iniciar a discussão por esse elemento, buscamos valorizar as vivências e os corpos trans, diretamente afetados pelos efeitos das formas de visibilidade que investigamos.

Assim, apresentaremos a seguir um retrospecto desde o século XX do que estamos chamando de construção social das identidades trans. Procuramos identificar deslocamentos nas formas de dar a ver as experiências e, por consequência, de nomeá-las, lançando luz sobre uma disputa entre representantes de instâncias biomédicas e suas lógicas classificatórias e os próprios sujeitos que se relacionam com as nomeações de forma ambígua e heterogênea: ora reivindicando-as, ora rechaçando-as. Essa tensão vai reconfigurando as formas de compreensão dessas categorias que, paulatinamente, assumem inteligibilidade.

Para historicizar algumas taxonomias que nomeiam as identidades trans, será necessário antes discutir o conceito de (cis)gênero, fundamental para que as categorias gênero-dissidentes pudessem emergir, e entender também sua construção. Como veremos, inicialmente as formulações sobre gênero dedicaram-se à oposição masculino x feminino e, posteriormente, buscaram desnaturalizar o binarismo, abrindo caminho para que se problematize a ideia de cisgeneridade. Esse olhar panorâmico, que só é possível pelo distanciamento histórico, será complementado por uma perspectiva mais próxima, obtida a partir de comentários e percepções dos/as/es entrevistadas/os/es sobre aspectos relacionados à sua própria maneira de se perceberem como pessoas trans, ou seja, trata-se de entender como os próprios sujeitos se veem e se dão a ver no mundo.

Embora não sejam condições absolutamente necessárias, participam desse processo de visibilização certas modificações corporais. Tais intervenções são possibilitadas por determinantes técnicos que se vinculam ao processo de biomedicalização (CLARKE et al, 2003) e compõem uma outra faceta da construção da visibilidade trans a ser discutida neste capítulo, também em diálogo com as experiências compartilhadas durante as entrevistas. Novamente, é preciso ressaltar que não se trata de processos separados ou concorrentes. Ocorrem de forma imbricada e apenas são observados aqui de forma apartada para fins de descrição e análise.

Antes de prosseguir, é necessário destacar que a questão das taxonomias emergiu como uma crítica à pesquisa durante uma das entrevistas, o que em momento algum pareceu uma forma de desqualificação. Ao contrário, trouxe elementos para pensar como as classificações podem ser opressivas, sobretudo quando vêm de alguém que encarna a cisgeneridade. Embora a fala de Tom Grito se constitua um depoimento dissonante entre as demais pessoas entrevistadas quanto a seu endereçamento, ela expressa um sentimento manifestado frequentemente durante a pesquisa e pode explicar o silêncio de algumas pessoas que foram convidadas a participar, mas não retornaram os contatos. Parece oportuno trazer aqui o ponto controverso: defendia-se, durante a entrevista, que as identidades trans foram socialmente construídas não apenas pelos sujeitos, mas também por outras instâncias como a medicina. Ao tomar para si as questões de gênero e sexualidade como um objeto de interesse, a saúde deslocou-as do campo do desvio moral, conferindo-lhes um outro status – problemático – mas que de certa forma abria espaço para uma abordagem compassiva. O diálogo a seguir reproduz os argumentos conflitantes:

É muito ruim você demarcar isso dessa forma, porque isso faz parte do processo da cisgeneridade e da branquitude de se achar universal e achar que as pessoas trans não existiam antes dessa data. (...) Essas identidades sempre existiram, sempre existiram no Brasil e no mundo. (...) Mas quem nomeia? Quem nomeia é a cisgeneridade, porque o outro só existe quando o outro nomeia. Por que que o negro existe? Porque o branco existia e chegou o negro e aí passou a ser outro. Aí, quando é o outro, ele é nomeado, mas as pessoas pretas já existiam no mundo antes de chegarem aqui. As pessoas trans já existiam no mundo antes de chegar uma campanha de visibilidade. Só elas não tinham esse nome. Politicamente talvez não existisse o nome. Politicamente. E eu acho que é esse que é o grande equívoco, porque o encontro político, ele só existe para poder lutar por direitos que não são contemplados, mas se essas pessoas fossem respeitadas enquanto pessoas na sociedade não precisaria de um nome. Precisa de um nome porque essas pessoas são violentadas, são assassinadas, são tratadas de forma equivocada, entende? (Tom Grito).

Desumanizadas, que é o meu argumento... exatamente (Tatiana Clébicar).

Desumanizadas, assassinadas, genocidas (Tom Grito).

Então, no momento em que você dá nome e dá a ver essas identidades – esse é o ponto que eu tô tentando discutir – você acha que isso humaniza? Quer dizer: não nomear é a primeira forma de desumanizar. Você tá de acordo com isso ou você vê de uma outra maneira? (Tatiana Clébicar).

Eu vejo de uma outra maneira, porque a cisgeneridade não é nomeada, por exemplo. Você se apresenta e diz: “oi, eu sou uma mulher cis, branca”? Você não fala. Você fala que é uma mulher. (Tom Grito)

Então... esse deslocamento que a pesquisa está tentando captar. Porque, por exemplo, nos jornais... (Tatiana Clébicar).

Você não me respondeu. Você fala que você é uma mulher cis branca nos espaços em que você se apresenta? (Tom Grito)

Depende. Desde que eu comecei a estudar esse tema, isso se colocou para mim como uma questão (Tatiana Clébicar).

Mas a maioria das mulheres brancas vai se apresentar como? Vai se caracterizar somente como mulher. Agora, de mim sempre é requisitado que eu diga meu nome, meu pronome, como eu me identifico. E tudo isso é uma forma de rotulação do outro. Como uma forma de exotificação do outro. Eu não tô dizendo que eu não devo me identificar. O que eu acho é que, sim, esse processo é que as pessoas brancas e cis se nomeiem, se entendam. Mas, assim, o que eu estou querendo dizer é que dizer que essas identidades surgiram só nessa data é um equívoco. Essas identidades existem há milênios (Tom Grito).

Tentando delimitar melhor, o que se defende aqui não é a inexistência prévia das experiências trans, mas que essas experiências foram compreendidas enquanto tal pelo conjunto da sociedade brasileira e mesmo por parte dos próprios sujeitos, como se verá mais adiante, num dado processo histórico-social, que é contingente. Poderia ter sido de outro modo? Certamente. O objetivo, no entanto, é discutir a historicidade da produção discursiva em sua concretude, definida por tempo e espaço.

Em trabalho que buscava uma chave de leitura decolonial para questões de gênero, Rita Segato (2012) argumenta que povos indígenas de Venezuela, Panamá, Paraguai, Suriname e Brasil, bem como povos nativos do mundo inca pré-colombiano, apresentavam práticas compatíveis com o que o Ocidente entende atualmente como transgeneridade. Contudo, são relações construídas segundo as lógicas de cada um desses grupos. Para iluminar o ponto, recorreremos ao exemplo de outras categorias identitárias firmadas no mesmo tempo histórico. Não há aqui qualquer tentativa de comparar as experiências, mas de perceber o processo de construção identitária e de visibilização desses grupos.

Ao estudar uma organização de colecionamento e memória de histórias biográficas relacionadas ao Holocausto, Kátia Lerner (2013) mostra como a categoria “sobrevivente” foi socialmente construída, sendo especialmente acionada a partir do final da década de 1970, quando as políticas de identidade se fortaleceram na sociedade norte-americana, e assumindo maior visibilidade mundial na década de 1990, entre outros fatores, pelo trabalho do cineasta Steven Spielberg e da Fundação Shoah. O argumento é que as pessoas que sobreviveram às políticas nazistas de extermínio étnico existiam desde o fim da Segunda Guerra, no entanto, a condição de “sobrevivente” foi construída e ressignificada posteriormente. Ela assumiu uma conotação digna de ser vista de forma afirmativa por significar uma ideia de superação e de resistência à violência e não mais de uma maneira negatizada, com vinculação à vergonha.

Acreditamos, assim, que as identidades trans têm percorrido um caminho semelhante no sentido de que as pessoas trans já tinham uma existência “real”, mas não se configuravam como um grupo identitário tal como entendemos hoje, tampouco como sujeitos políticos, aos quais inclusive se endereçam campanhas específicas na área da saúde. Concordamos com Tom Grito: é na relação com a alteridade que os sentidos, quaisquer sentidos, são construídos, da mesma forma que ocorre com a visibilidade. Se é assim, são sempre passíveis de reconstrução.

2.1. DAR A VER AS IDENTIDADES TRANS: CATEGORIAS CIENTÍFICAS E POLÍTICAS

A noção de transgeneridade, cujo reconhecimento e emergência podem ser localizados na virada do século XX para o XXI, só pode ser compreendida se pensarmos no radical gênero. O conceito deriva da confluência de um debate acadêmico e da efervescência de movimentos feministas, ambos tributários da proposição pioneira da filósofa francesa Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949. É a partir da assertiva de que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019a, p.11) e de que os indivíduos dependem da mediação do

outro para serem de fato *outros*, que os estudos de gênero se desenvolveram. O livro alimentou o movimento feminista no final dos anos 1960 e início dos 1970, quando uma nova geração de autoras se pôs a pensar sobre a política sexual, marcadamente com um recorte de classe, na América do Norte (FRIEDAN, 1971; RUBIN, 1975), na Europa (IRIGARAY, 2002) e no Brasil (SAFFIOTTI, 1976). Das lutas coletivas das mulheres por direitos sociais e políticos e do desvelamento de relações sociais marcadas pelos papéis sexuais emergiu de forma potente e crítica o conceito de gênero, que abriu caminhos para se pensar e propor relações e subjetividades além da oposição homem x mulher. Foi nesse contexto que o psiquiatra norte-americano Robert Stoller (1984) propôs o conceito de “identidade de gênero” para descrever experiências que hoje são chamadas de travestilidade, transexualidade e transgeneridade, discutindo o tema no Congresso Internacional de Psicanálise de 1963, em Estocolmo (HARAWAY, 2004). Na década seguinte, a também norte-americana Gayle Rubin (1975), antropóloga, desenvolveu a ideia do sistema sexo/gênero, operante em todas as sociedades.

Embora a enunciação formal do conceito de gênero date dos anos 1960 e 1970, a gênese de sua formulação é anterior. Em 1935, a antropóloga norte-americana Margaret Mead (2003) mostrou que a divisão do que chamou de papéis sexuais podia divergir de acordo com as culturas. Ao estudar três sociedades – então consideradas primitivas – na Nova Guiné, a autora observou que em cada uma delas vigorava um tipo de “temperamento” forjado pela cultura. Entre os Arapesh, cuja língua comportava 13 gêneros aplicáveis aos substantivos, vigia indistintamente um comportamento comparável ao que era (e ainda é, como pudemos testemunhar em tempos de pandemia¹⁰) tido como representação ocidental do feminino: “primordialmente maternal, nutritiva e orientada para fora do eu, em direção às necessidades da geração seguinte” (MEAD, 2003, p.41). Homens e mulheres compartilhavam dessa mesma personalidade social dócil e cuidadora. Os Mundugomor, por outro lado, eram “ferozes e comem gente” (MEAD, 2003, p.170). Ao seguir de um grupo para o outro, a pesquisadora se surpreendeu com o fato de que o mesmo tipo de indiferenciação sexual estivesse presente, mas pelo seu oposto. Ali, mesmo as mulheres eram viris e agressivas. Apesar de compartilharem traços caracterizados como violentos, a cada qual cabia um papel específico na tribo da mesma forma que ocorria com os gentis Arapesh. Sua expedição foi concluída numa terceira cultura, a Tchambuli. Finalmente, a antropóloga encontrara um grupo em que a cada sexo correspondia

¹⁰ As desigualdades relacionadas à divisão sexual do trabalho se acirraram no contexto da pandemia de Covid-19, durante a qual as tarefas relacionadas ao cuidado intrafamiliar recaíram prioritariamente sobre mulheres (MELO; MORANDI, 2021).

um tipo de personalidade. Tal configuração poderia soar familiar não fosse um aspecto peculiar. As atribuições de homens e mulheres eram justamente o inverso do que a autora conhecia e a ajudou a sustentar sua tese de que o sexo determinava certos padrões de comportamento e que isso não se dava de maneira inata, era resultado de um processo iniciado na infância, cultivado ao longo da vida e perpetuado a cada geração. As contribuições de Mead ao descrever formas de organização social diferentes daquelas reconhecidas nas sociedades dominantes do Ocidente ecoaram pelos Estados Unidos e a Europa e deixaram marcas em outras áreas do conhecimento, além das Ciências Sociais.

Apesar de essas contribuições não estarem presentes em sua obra, é possível supor, como fez a antropóloga brasileira Cecília Sardenberg (2000) num encontro imaginário, que Simone de Beauvoir dialogasse com Mead, ao enunciar que a fêmea da espécie humana se torna mulher por um intenso – e penoso – processo de socialização. A palavra gênero tampouco esteve presente na obra da filósofa francesa com o significado que lhe é atribuído hoje, mas seu sentido já germinava ali (SAFFIOTI, 1999). De forma pioneira, Beauvoir levantou uma bandeira política ao formular que o feminino não é uma atribuição anatômica ou biológica, senão uma construção social. Segundo a autora, que falava de suas contemporâneas e não de grupos étnicos distantes e “exóticos”, nada haveria de natural nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, singularmente marcadas por uma assimetria hierárquica. Naquele momento, a comparação recaía apenas entre homens (cisgêneros) e mulheres (cisgêneras), sem uma preocupação entre as relações assimétricas entre o que hoje entendemos como trans. Mesmo ao deter seu olhar sobre as lésbicas, ainda não era possível ver – e, por consequência, nomear – “homens trans”: a autora em alguns momentos se refere a “mulheres que afirmam ser homens” (BEAUVOIR, 2019b, p. 11) ou “mulher ‘viril’” (idem, p. 169). Esse apontamento, muito longe de ser uma crítica, é uma constatação das possibilidades discursivas que ainda não desnaturalizavam a cisgeneridade e para as quais a obra de Simone de Beauvoir foi decisiva. De todo modo, demarcá-las é necessário porque seus efeitos ainda estão presentes.

Sua argumentação foi elaborada no contexto do que é considerada a primeira onda feminista, o movimento sufragista. Apesar de, desde a Revolução Francesa, as mulheres francesas lutarem pelo exercício da cidadania eleitoral, o voto feminino só foi conquistado em 1945, num atraso creditado a “dissenções intestinas” (BEAUVOIR, 2019b, p. 177), que impediam que as mulheres se unissem enquanto sexo, priorizando alianças por classe. A discussão sobre o materialismo histórico marca, assim como a teoria psicanalítica e os conhecimentos biológicos de então, o primeiro volume de *O Segundo Sexo*, no qual a autora se

debruça sobre mitos da oposição masculino x feminino, construídos a partir de certos dados e fatos. Sobre o corpo biológico da mulher, supostamente fadado à reprodução e ao cuidado, assentariam-se as coerções. É no segundo volume, porém, com forte ênfase na filosofia existencialista¹¹, que Beauvoir desenvolve sua proposição sobre a construção social do que é ser mulher, a partir da afirmação disruptiva que inicia o tomo e é citada no início deste tópico. A autora percorre diferentes fases ou situações da vida das mulheres – infância, juventude, iniciação (homo)sexual, maturidade, velhice, casamento, maternidade, prostituição, vida social –, analisa formas existenciais femininas – narcisista, apaixonada e mística – e propõe, por fim, como desafio, a abertura de novos caminhos por onde transitem com independência, mas reconhecendo e enaltecendo a alteridade:

Libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir *também* para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá entretanto um *outro* para o outro; a reciprocidade de suas relações não suprimirá os milagres que engendra a divisão dos seres humanos em duas categorias separadas: o desejo, a posse, o amor, o sonho, a aventura; e as palavras que nos comovem: dar, conquistar, unir-se conservarão seus sentidos. Ao contrário, é quando for abolida a escravidão de uma metade da humanidade e todo o sistema de hipocrisia que implica, que a “divisão” da humanidade revelará sua significação autêntica e que o casal humano encontrará sua forma verdadeira (BEAUVOIR, 2019a, p. 557, grifos da autora).

Embora a visão dualista e binária presente em sua formulação tenha sido confrontada posteriormente (BUTLER, 1986; IRIGARAY, 2002), ao desconstruir o “destino biológico” ao qual as mulheres estariam fadadas e ao apontar a relação inescapável entre o “primeiro” e o “segundo sexo”, Beauvoir estabeleceu as bases teóricas para a formulação do conceito de gênero e os fundamentos políticos que justificavam a luta por direitos, inspirando uma segunda onda feminista que aliava, muitas vezes indistintamente, acadêmicas e ativistas. Enquanto na França utilizava-se o conceito de relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009), transversal, dinâmico e antagonico, para analisar a divisão sexual do trabalho e do poder e a construção de categorias sexuadas, nos Estados Unidos questões semelhantes passaram a ser tratados como gênero.

Considera-se que a primeira menção ao conceito de gênero foi feita pelo psicólogo e sexólogo neozelandês John Money, em 1955. Esse marco é sugestivo da apropriação do tema

¹¹ Saffioti (1999) argumenta que a adesão ao existencialismo e a adoção de conceitos cunhados por Jean-Paul Sartre foi menos em razão do relacionamento amoroso aberto que mantiveram, como críticos insistem em apontar, do que pelas fecundas trocas intelectuais que se estabeleceram.

feita pelo campo sanitário, cujas repercussões ainda se sentem no contemporâneo. Ao investigar o que então se chamava de hermafroditismo, o pesquisador conceituava o papel de gênero como o conjunto de atitudes e comportamentos que uma pessoa adotava para se “revelar”, na infância ou na idade adulta, como masculino ou feminino. É interessante observar a opção pelo verbo revelar, cujo sentido tem estreita ligação com a questão da visibilidade. Segundo o autor, que trabalhava com a ideia de um sexo psicológico, o gênero podia ou não ser congruente com o sexo genital.

O papel do gênero é avaliado em relação aos seguintes aspectos: maneirismos gerais, conduta e comportamento; jogos preferidos e interesses recreativos; tópicos espontâneos de conversa em conversas não solicitadas e comentários casuais; conteúdo de sonhos, devaneios e fantasias; respostas a perguntas oblíquas e testes projetivos; evidência de práticas eróticas e, finalmente, as respostas da própria pessoa diretamente inquirida (MONEY; HAMPSON; HAMPSON, 1955, p. 302, tradução nossa).

Na década seguinte, a ideia seria aprofundada também por Stoller (1984), que discutiu os processos de desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade e também registrava uma possível distinção entre anatomia e psiquismo. Para ambos os autores, que creditavam à educação e a um ambiente social conturbado a etiologia do “problema”, ele seria passível de ser “corrigido” e o “verdadeiro” sexo poderia, então, ser vivido. Money defendia que o gênero poderia ser alterado, mediante intervenções psicossociais, até os 18 meses. Depois dessa idade, a intervenção deveria ser no corpo por cirurgia. Ele aplicou esse “tratamento” para solucionar uma postectomia malsucedida que resultou na amputação peniana de um bebê, “transformado” em menina por indicação sua. O caso teve um desfecho trágico e acendeu o alerta para o rigor ético na condução das questões de gênero¹² (BUTLER, 2001). Já Stoller propunha que a unidade entre anatomia sexual e gênero poderia ser alcançada a partir de tratamentos psiquiátricos que promovessem uma reconversão, num enquadramento da questão de gênero que atualmente é considerado uma forma de exercício de controle, opressão e mesmo violência física¹³ (REPO, 2013).

¹² Apresentado no meio científico como o caso Jonh/Joan, refere-se à vida de David Reimer, nascido Brian e criado como Brenda. Aos 8 meses, o bebê e seu irmão gêmeo, Bruce, foram submetidos a uma cirurgia para correção de fimose. Brian sofreu uma lesão e seus pais foram orientados por John Money a educá-lo como uma menina após uma operação de transgenitalização. “Brenda” conheceu sua história na adolescência e decidiu se reinventar no masculino, adotando o nome de David. Ele morreu aos 38 anos, por suicídio, após uma série de tentativas (TELLES, 2004).

¹³ Argumenta-se que sua conceituação no campo biomédico não se afastou de tendências moralizantes que buscavam um “verdadeiro sexo” não mais nas genitálias, mas nos comportamentos. Exemplos entendidos hoje como violência física por mutilação são as cirurgias corretivas em bebês intersexo, definidas por protocolos médicos arbitrários.

Apesar de todas as críticas que mereçam ser feitas a esses autores do campo biomédico, seus trabalhos levaram à problematização do conceito de gênero especialmente por teóricas feministas no campo das Ciências Humanas e Sociais. A antropóloga Gayle Rubin e a historiadora Joan Scott, ambas norte-americanas, contribuíram de forma decisiva para usos mais refinados do conceito.

Criticando a perspectiva estruturalista, Rubin (1975) diferencia explicitamente o sexo (biológico) do gênero (socialmente construído) e sugere que a formulação de Claude Lévi-Strauss sobre a instituição do incesto como forma de organização social encobriria a necessária problematização das diferenças sexuais que permitiam aos homens promover as trocas de mulheres nas quais se baseavam as relações de parentesco descritas pelo antropólogo. Para a autora, a tese de Lévi-Strauss de que as mulheres seriam um insumo para as alianças entre diferentes clãs se baseava obrigatoriamente na heterossexualidade. Ao mesmo tempo, Rubin considerava insuficientes tanto os argumentos das feministas marxistas que viam a opressão das mulheres apenas na divisão sexual do trabalho quanto os da psicanálise, que encontravam no tabu do incesto a razão para a divisão sexual. Nos dois casos, segundo a autora, seria como se houvesse uma espécie de aparato social capaz de transformar mulheres em estado bruto em um “produto” manufaturado (ou domesticado). Ela nega essa visão e sublinha que os sistemas de parentesco são, ao mesmo tempo, produzidos e produtores das formas de organização social. Assim, a autora propõe que se dê a ver o sistema sexo/gênero: “um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nos quais essas transformadas necessidades sexuais são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 159, tradução nossa).

Rubin argumenta que o sistema sexo/gênero é anterior às estruturas de parentesco e, portanto, também ao complexo de Édipo, base da psicanálise. Embora reconheça que homens e mulheres sejam diferentes, não são opostos, antagônicos ou necessariamente complementares como “dia e noite, terra e céu, yin e yang, vida e morte” (RUBIN, 1975, p. 179) e adverte que os fundamentos da teoria freudiana (e da organização social) seriam outros se pais e mães se dividissem igualmente no cuidado de bebês. O vínculo seria com dois objetos sexuais simultâneos, um masculino e outro feminino, e não haveria uma supervalorização do falo, nem heterossexualidade necessariamente, nem intercâmbio de mulheres. Rubin aponta, a partir de Lacan, que a própria ideia de castração não seria nada além de um sentido, atribuído por um homem socializado nesse contexto, sobre uma diferença entre os corpos biológicos.

Para ela, em toda organização social existe uma economia política sexual que organiza essas teorias baseadas no binarismo. No caso das sociedades ocidentais de seu tempo, o sistema sexo/gênero vigente seria estruturado pelo patriarcado, que ela define como uma forma de opressão específica, distinta de outras formas de controle de homens sobre as mulheres existentes em outros grupos sociais. Segundo Rubin, o uso do termo deve se restringir a modelos pastorais herdados de uma tradição judaico-cristã: “Abraão era um Patriarca – um velho homem cujo poder absoluto sobre esposas, crianças, rebanhos e dependentes era um aspecto da instituição da paternidade, como definida no grupo social em que viveu” (RUBIN, 1975, p. 168, tradução nossa).

Ela repara, então, que o sistema patriarcal e binário opera mesmo entre alguns grupos no qual o “travestismo”, como ela chama, seria institucionalizado. É o que ocorre, segundo ela, na etnia norte-americana Mohave: através de rituais, uma pessoa com pênis poderia assumir um papel social feminino, sendo-lhe permitido inclusive se casar com outra pessoa com pênis, desde que seu par exercesse a figura masculina. O mesmo valeria para alguém com vagina. Contudo, não seria possível ser um pouco de cada um ao mesmo tempo ou não ser qualquer dos dois gêneros. Não haveria espaço para a ambiguidade tampouco para a neutralidade.

Assim, ela faz uma proposta para uma revolução feminista que erguesse uma bandeira maior do que o fim da opressão contra mulheres: o fim do binarismo de sexo/gênero e da heterossexualidade compulsória. Ela dizia sonhar com uma sociedade que abolisse os papéis sexuais e “na qual a anatomia é irrelevante para o que se é, faz ou com quem se faz amor” (RUBIN, 1975, p. 204, tradução nossa). Essa proposta resultaria, segundo ela, no fim da opressão contra os grupos que fogem ao modelo heterossexual¹⁴.

Seguindo a trilha aberta por Rubin, Scott (1995) publica na década de 1980 um trabalho que se tornou importante referência para o campo dos estudos de gênero. A relevância do trabalho encontra explicação em sua proposição pioneira de utilizar o conceito não apenas como um marcador/organizador de diferenças sociais entre os papéis femininos e masculinos, como os que se dedicavam a criticar o determinismo biológico, mas de tomar o termo como uma categoria analítica para compreensão de relações de poder socialmente construídas. Em seu trabalho, a historiadora reconhece e defende o esforço de pesquisadoras feministas para, apoiadas no tripé gênero-raça-classe, adotar uma abordagem interseccional – ainda que este adjetivo não apareça no texto – das relações de opressão. Ela rechaçava as visões estanques que

¹⁴Nos anos 90, Rubin explicaria a “estratificação sexual”, isto é, a hierarquização das relações, pela possibilidade de gerar filhos ou não.

se propunham a analisar as desigualdades em separado e enfatizou a necessidade de enquadramentos teóricos que alinhem variáveis relacionadas a sexo, raça e classe para uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos. Contudo, Scott sublinha que a noção de gênero antecede os demais componentes na estruturação das relações de poder. Ela propõe, assim, uma nova conceituação para o termo, reforçando sua potente dimensão analítica:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

Segundo a autora, quatro elementos se inter-relacionam na constituição de gênero enquanto categoria analítica capaz de evidenciar relações sociais baseadas em diferenças: 1. as representações simbólicas relacionadas à mulher; 2. os conceitos normativos relacionados ao masculino e ao feminino, definidos e expressos pela instituição de regimes de verdade binários como os que vigoram na religião, na educação, na ciência, na política e no direito; 3. os aspectos institucionais envolvidos, a saber: parentesco, economia, política; e, finalmente, 4. a identidade subjetiva. Segundo Scott, esses quatro elementos se articulam na conformação de gênero como conceito analítico. Ela observa que, a depender do campo de estudos, é possível tomá-los em separado, como ocorre por exemplo nas análises psicanalíticas nas quais o processo de generificação dos sujeitos é estudado como uma decorrência do temor da castração. No campo da História e das Ciências Sociais, por outro lado, desconsiderar os componentes socialmente construídos significaria abrir mão da complexidade de um conceito que articula sujeitos em suas individualidades, organizações sociais e relações com a natureza.

Scott recorre aos franceses Michel Foucault (2015) e Pierre Bourdieu (2009) para defender sua associação entre gênero e poder. Para ela, tal como proposto por Foucault, o poder não é uma força que opera de forma homogênea e unidirecional, senão um arranjo multiestrutural e multivetorial que se organiza por meio de discursos em campos de forças contra as quais os indivíduos podem encontrar formas de exercer resistência e tensão. Essa capacidade de agência humana se daria também discursivamente, e gênero seria, ao mesmo tempo, uma expressão de forças em permanente tensão. O fato de que a tentativa de categorizar o mundo baseada numa “di-visão” (e aqui a autora reproduz a ênfase de Bourdieu, ilustrada pela separação do prefixo, de que é assentada numa visão dual ou binária) institui a diferença

entre a produção e a reprodução conduz à fundação de uma poderosa ilusão coletiva, que organiza a vida social de forma simbólica e concreta.

Ainda como forma de reforçar a pertinência do uso da categoria gênero para analisar o mundo social, Scott ressalta no texto que a frequente observação do controle de mulheres em regimes autoritários não tem sido estudada com a mesma constância e profundidade. Ressalte-se que a autora escrevia ainda na década de 80. Ela nota que, em muitos casos, a opressão dirigida às mulheres pelos Estados aparentemente não tinha qualquer razão objetiva. No entanto, quando levadas em conta em análises sobre disputas de poder, tais coerções poderiam ser compreendidas. É essa a proposta que faz às colegas da História e que parece permanecer necessária¹⁵.

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Quase três décadas após a publicação de seu artigo, é possível dizer que seu texto tenha inspirado muitos trabalhos – não apenas acadêmicos, como também de mobilização social – nessa direção. Até aqui, predominava a ideia binária de gênero que naturalizava a cisgeneridade. A filósofa norte-americana Judith Butler (2017) credita a Scott o deslocamento da concepção de universal da pessoa que resultou na teoria social do gênero. Ao evidenciar a relação entre gênero e poder, Scott pavimentou o caminho para o entendimento de que o sistema patriarcal oprime não apenas as fêmeas da espécie humana, mas também os indivíduos que não se incluem no gênero masculino (ou da masculinidade hegemônica). A partir daí, Butler dissocia e desconstrói a oposição binária segundo a qual o sexo é biológico/natural e o gênero, socialmente construído. Para ela, mesmo o sexo seria fruto de uma construção cultural. A crítica da autora mirava (e ainda mira) a parcela mais radical do movimento feminista e contribuiu para que o movimento trans ganhasse força e legitimidade.

Baseando-se num argumento que se opõe às premissas filosóficas feministas de que haveria uma essência feminina, Butler conceitua gênero “como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis” (BUTLER, 2017, p. 32, grifo da edição brasileira). Gênero, portanto, é conceito relacional e contextual, que depende de variações

¹⁵ Para Piscitelli (2008), tal deslocamento foi importante, mas insuficiente já que, a despeito de sua proposta analítica, Scott não fez uma tentativa mais vigorosa de associar classe e raça para fazer emergir uma nova visão de igualdade.

históricas e culturais convergentes, e que produz efeito sobre as identidades que nada *são* em si mesmas, mas *expressam* a si mesmas através das práticas performativas. A autora afirma que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2017, p. 56, grifo da edição brasileira).

A própria noção de sujeito, que troca a liberdade baseada em algum nível de unidade e estabilidade por segurança jurídica, foi posta em xeque com a crítica à oposição sexo x gênero. Em prol dessa segurança e do ordenamento social, forjou-se uma matriz cultural baseada em gêneros inteligíveis, “aqueles que, em certo sentido instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2017, p. 43). Apesar das tentativas de apagamento, as identidades consideradas desconexas “insistem” em se dar a ver. De acordo com a autora,

certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou *impossibilidades lógicas* precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos regulares desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero. (BUTLER, 2017, p. 44, grifos nossos)

A proposta de uma compreensão flexível acerca das identidades de gênero desconstruiu de certa forma a ideia de mulher como um sujeito conexo e inteligível, despertando críticas ferozes de representantes das teorias feministas radicais. Por outro lado, outras correntes feministas leram a proposição como um convite à inclusão, já que a abordagem ético-política contemplou populações cujas expressões de gênero se constroem pela ambiguidade, como as pessoas trans (RODRIGUES, 2005). Nesse sentido, ela entende que a condição do que seja ser mulher não é degradada pelo que chama de paródia, feita por travestis, drag queens, *butches* e outras manifestações performativas do feminino exercidas por quem vive de maneira ambígua ou supostamente incoerente e que tanto enfurece as feministas radicais. Para Butler, trata-se justamente do oposto: as performances caricaturais “zombam” da verdade relacionada aos gêneros, revelando “a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual” (BUTLER, 2017, p. 237).

Diante do que considerou mal-entendidos resultantes de suas formulações, Butler (2011) decidiu refinar seus argumentos para deixar claro que não há um uso instrumental e deliberado

do gênero, tal como uma fantasia que se escolhe. A autora precisa sua tese e reafirma que a construção social de sexo e gênero não comporta qualquer artificialidade. A dimensão cultural não suplanta uma materialidade corporal que está presente, ela não nega, mas não é dada pura e simplesmente. Trata-se de repensar de que tipo de construção se está falando: é da construção discursiva, que é constitutiva da experiência existencial. Assim, ela argumenta que os corpos emergem e vivem inseridos de acordo com os limites impostos por esquemas regulatórios altamente generificados. São esses esquemas que definem os corpos, estabelecendo os que são pensáveis/impensáveis, vivíveis/invivíveis, respeitáveis/abjetos.

Tomando outras vias, mas chegando a uma proposição semelhante, a italiana Teresa de Lauretis compreende as relações sociais como “en-gendradas”, usando um jogo de palavras possível na língua inglesa que ressalta as marcas das especificidades de gênero. Segundo ela, por meio do processo de interpelação¹⁶, uma representação social, como gênero, pode ser assimilada por alguém como a representação de si e, apesar de imaginária, tornar-se real. Segundo a autora, a crítica radical postulada por certas teorias feministas acaba por encapsular “as mulheres na feminilidade e de reposicionar a subjetividade feminina dentro do sujeito masculino” (LAURETIS, 1994, p. 236). Essa tentativa, segundo ela, barraria o ingresso de sujeitos emergentes constituídos de forma heterogênea discursiva e materialmente. Ainda que não mencione qualquer das identidades trans com as quais trabalhamos aqui, parece ser a esses grupos – e talvez mais ainda à ideia de não-binaridade – que a autora se refere. Lauretis recorre a uma expressão do cinema, *space-off*, para delimitar o que não está no enquadramento da câmera e que, mesmo assim, constrói sentido com quem vê, porque torna-se visível por sua ausência. O paralelo com a invisibilidade que sustenta o visível, tal qual apontado por Merleau-Ponty (2013), parece caber aqui. Ela aponta um espaço “não visto” no sistema sexo/gênero, do qual nenhuma sociedade pode escapar.

Mais recentemente, a compreensão de que sexo é tão culturalmente construído quanto gênero, em sentido semelhante ao proposto por Butler, foi tensionada ao extremo pelo filósofo espanhol Paul Preciado (2014). Ele propõe romper com contrato social heterossexual supostamente regido pela natureza e pactuar um outro, contrassexual, no qual se abre mão de qualquer convenção que se possa circunscrever as identidades sexuais e de gênero. Segundo o autor, que se insere no que se convencionou chamar de estudos queer, sua teoria não comporta qualquer oposição binária – ou mesmo fronteira – e tem o ânus como zona erógena símbolo, por ser agênera. Além disso, ele atribui aos elementos do sistema sexo/gênero um status de

¹⁶ A autora faz remissão a Althusser para definir o tipo de interpelação de que trata.

tecnologia, conferindo materialidade objetiva a uma discussão trazida por Lauretis (1994)¹⁷. Para Preciado, um dildo, um falo protético, é tão real e tecnológico quanto um pênis. Por fim, chama a atenção para o fato de que as teorias de gênero até o início dos anos 2000 não haviam sido capazes de produzir transformações políticas significativas.

Enquanto o feminismo colocou gênero em pauta, as disputas em torno do conceito foram – e são – intensamente tensionadas pelas experiências de trânsito e de ambiguidade diante das expressões binárias de masculino e feminino, preexistentes a qualquer tipo de categorização. Como reconta Leite Junior (2008), embora haja registros de propostas anteriores de conceituar as experiências hoje consideradas trans, a descrição formal de “travestismo” foi feita no estudo *Die Transvestiten*, publicado em 1910, pelo médico e psicólogo alemão Magnus Hirschfeld, que utilizou a categoria para demarcar os limites em relação aos homossexuais. Na década seguinte, o mesmo autor seria também o pioneiro a usar a noção de “transexualismo” para abordar algo que notava na instância psíquica de seus pacientes. Hirschfeld criticava seus contemporâneos que insistiam em abordar os “travestidos”¹⁸ como uma variação do “homossexualismo”, ainda com o sufixo patologizante. Além dele, o sexólogo britânico Havelock Ellis, em 1928, distinguiu o que hoje entende-se como orientação sexual de identidade de gênero, reconhecendo especificidades de experiências de *cross-dressing* e daquelas em que o trânsito excedia às roupas (SALEIRO, 2013) e chegava a intervenções corporais. Nessa mesma trilha, o clínico norte-americano Harry Benjamin estabeleceu as fronteiras entre “travestismo” e “transexualismo”, relacionando-as com a mudança de sexo pela via cirúrgica em livro que conceituava o “fenômeno transexual”. A socióloga portuguesa Sandra Saleiro (2013) assinala que essa nova forma de categorização resultou numa espécie de hierarquia de identidades. Segundo ela,

a classificação da transexualidade, e a conseqüente exploração da categoria, acabaria por reposicionar as outras modalidades de diversidade de gênero como menos importantes, enquanto o transexual – mais ainda o “verdadeiro transexual” – se tornou o “desviante de gênero por excelência” (SALEIRO, 2013, p. 26).

Em seu livro, Benjamin procurava descolar o “transexualismo” da criminalidade, reforçando a patologização. O estigma associado à noção de desvio fora deslocado, mas

¹⁷ Teresa de Lauretis também trabalha com a ideia de tecnologias de gênero pela via discursiva. Preciado não cita a autora, mas também vale-se dessa construção, porém, enfocando os objetos materiais.

¹⁸ A categoria, usada no masculino, não tem espelhamento direto com a identidade travesti utilizada atualmente. O uso do termo para se referir a uma travesti no Brasil de 2020 pode soar ofensivo.

continuava presente. Em 1973¹⁹, Money, Norman Fisk e Donald Laub cunham a categoria diagnóstica disforia de gênero para designar a sensação de desconforto ou incômodo com a anatomia corporal. O deslocamento da associação com as esferas criminal ou teológica para o campo da psiquiatria não representou necessariamente um avanço: a proposta soteriológica da medicina, que buscava causas endógenas e exógenas para a “doença”, seria tão totalizante quanto seu entendimento como pecado ou crime. No entanto, embora concorde-se aqui com a gravidade de se classificar as questões de sexualidade como patologias, a medicalização dessa condição retirou a ideia de delito penal de cena, abrindo caminho, assim, para que décadas mais tarde as populações T se organizassem politicamente por sua despatologização. Dito de outro modo: a descriminalização pela via médica reconfigurou o lugar social desses grupos e, como se verá adiante, abriu o caminho para a reivindicação de direitos. Em estudo etnográfico recente sobre consultas numa unidade de referência do processo transexualizador, Rodrigo Borba (2016) aponta a internalização dos discursos biomédicos por parte das/os/es usuárias/os/es como forma de reivindicação do diagnóstico de “transexual verdadeiro” para acessar os serviços.

Esse uso de categorias diagnósticas, por outro lado, criou uma tensão com outras experiências identitárias, como as travestis. Como Bento (2008) explica, no Brasil, o fenômeno transexual foi posto na cena midiática pela modelo Roberta Close. A busca pela compreensão das circunstâncias que faziam possível a frase “a mulher mais bonita do Brasil é um homem” poder ser estampada em revista é o mote da investigação da autora sobre a transexualidade. Segundo ela, essa categoria “terminou por produzir um sujeito transexual universal e homogêneo” (BENTO, 2008, p. 58) na tentativa de delimitar uma fronteira quando comparada à travestilidade.

Durante as entrevistas para esta tese, o nome e o papel desempenhado por Roberta Close foram referidos mais de uma vez. Para Danieli Balbi, esse lugar de ícone de beleza dos anos 80 sempre associado à sua condição biológica masculina produziu uma espécie de “trauma” que, em sua visão, tem “uma interseção fortíssima com a expectativa dos papéis de gênero”. Escrevendo no final do dos anos 2000, Bento destacava que o embate discursivo ainda estava presente e ressaltava que ser transexual significaria deter mais legitimidade e poder, “enquanto a travesti é construída como a outra radical. É como se a limpeza da categoria médica ‘transexual’ fizesse o trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria da rua” (BENTO, 2008, p.58). A experiência da rua (e também da casa) vivida pelas travestis foi descrita pelo

¹⁹ Nesse mesmo ano, as experiências homoafetivas deixam de constar no rol das doenças mentais da Associação Americana de Psiquiatria, perdendo o sufixo “-ismo” pelo “-dade”: homossexualismo > homossexualidade.

antropólogo Hélio Silva (1993). Em seu trabalho²⁰, cuja marca é a ambiguidade que caracteriza essas vivências de muitas formas, ele usa de um humor que não é deboche para apresentar as nuances de um feminino “inventado”.

2.1.1. Construção social das identidades trans no cotidiano das pessoas entrevistadas

Parte dos pontos teóricos discutidos até aqui foi captada durante as entrevistas. Experiências e percepções trazidas durante as conversas nos ajudam a compreender a construção cotidiana e encarnada.

Um dos aspectos discutidos foi a oposição, já superada, mas ainda acionada quando conveniente, entre transexuais e travestis. Logo no início da entrevista, Chopelly Santos fez remissão à modelo Roberta Close quando perguntada sobre sua identidade de gênero (“Eu sou mulher transexual. Mulher transexual, daquela da época da Roberta Close. Das bem raiz mesmo”). Depois, ela voltou ao tema para explicar o processo que passou da segregação para a união e que, como veremos nos capítulos seguintes, expressou-se em campanhas pelo Dia da Visibilidade Trans. Até um dado momento, o substantivo mulher não se colava à palavra travesti, substantivada. Hoje, segundo Chopelly, a divisão está ultrapassada e, embora os termos coexistam e mantenham sentidos distintos, não haveria uma ideia de oposição ou rivalidade, segundo ela. A palavra travesti pode, portanto, ser usada como substantivo feminino ou adjetivo, qualificando o substantivo mulher como fizeram outras entrevistadas, que se identificaram como “mulher travesti”. Apesar dessas demarcações, não pareceu haver de fato uma hierarquia de valor na fala das entrevistadas. A percepção que traduziria melhor o uso dessas identidades seria a de orgulho.

Lembra que eu disse a você que eu sou da época da Roberta Close? Então, tinha essa segregação do que é ser mulher trans e do que é ser mulher travesti. Aliás, mulheres trans e travestis. Mulheres trans eram mulheres que buscavam a cirurgia, eram mulheres que se colocavam na sociedade enquanto mulheres e assumiam esse papel de direitos dentro da sociedade. A mulher travesti... A travesti não... A travesti era a travesti. Era o gênero feminino. Era travesti, era uma identidade forte. Uma entidade. Uma pessoa que não queria a cirurgia. Por muitos anos houve essa segregação (...): “a mulher trans é elitizada. A mulher travesti, a travesti é a barraqueira”. Hoje não... (...) E o que é que diferenciava uma da outra era o fato de uma querer a cirurgia e a outra não querer a cirurgia. Hoje não é mais a cirurgia que caracteriza uma pessoa trans.

²⁰ Desenvolvido na década de 1980, o trabalho refere-se às travestis enquanto categoria no masculino – “os” travestis – algo pelo qual o grupo lutou para mudar.

O que caracteriza uma mulher trans é o papel de mulher que ela assume dentro da sociedade. Então, a mulher trans assume esse papel dentro da sociedade e aí não importa se ela faz a cirurgia ou não. Então, as pessoas hoje decidem se querem ser chamadas de travestis ou se querem ser chamadas de trans porque não existe um conceito diferente. O conceito é o mesmo: transita do gênero masculino para o gênero feminino e assume uma identidade de gênero que é travesti ou transexual. Na verdade, a ideia era que o termo travesti fosse extinto no Brasil, mas como o movimento começou com as travestis, começou com a raiz travesti, as travestis mais antigas não queriam apagar essa história. E eu acho que não devem apagar mesmo. Então, a gente está aí nessa coisa: as pessoas se autoidentificam. Eu sou mulher trans. Jovanna é mulher travesti, Keila é mulher travesti. Carla Amaral é mulher trans. Se amanhã ou depois eu quiser dizer a você que eu sou uma mulher travesti, eu tenho essa opção de dizer, porque não muda o conceito, entendeu? O conceito de ser uma mulher trans. (...) Porque mulher trans engloba travestis e transexuais (Chopelly Santos).

Em parte, a categoria “transgênero” se propunha a eliminar essas fronteiras. Sem viver essa experiência de repúdio ao corpo e inserida nos debates sobre o sistema sexo/gênero, nos Estados Unidos dos anos 1970, a artista plástica Virginia Prince não desejava qualquer tipo de intervenção cirúrgica e demandava o uso da categoria transgênero. O termo ganhou força no início da década de 1990, quando Leslie Feinberg publicou seu panfleto transgênero, que era “uma tentativa de rastrear a ascensão histórica de uma opressão que, ainda, não tem um nome comum. Estamos falando aqui de pessoas que desafiam as fronteiras de gênero criadas pelo ‘homem’. Gênero: autoexpressão, não anatomia” (FEINBERG, 1992, p. 5, tradução nossa).

O termo guarda-chuva ganhou rápida adesão em países de língua inglesa (SALEIRO, 2013). O mesmo não aconteceu entre os falantes de línguas neolatinas²¹. Com a pluralidade de formas de nomear e a organização política de diferentes identidades, as disputas semânticas se intensificaram. Essas disputas foram registradas pelo norte-americano Pat Califia (2003) que, a partir de pesquisa documental e entrevistas, investigou as formas de atuação para dar visibilidade à questão ao longo do século XX. Ele recorreu a biografias e depoimentos de figuras emblemáticas do movimento trans nos Estados Unidos e na Europa, alguns/mas/es ainda vivos/as/es, ressaltando diferentes condutas diante das formas de nomear e seus desdobramentos. Como exemplo, menciona uma forte tendência das pessoas que se identificavam como transexuais a se dobrarem às categorizações médicas, produzindo reações dentro do movimento como aquela liderada por Feinberg, incluída em seu livro. Aqui no Brasil, resistência a uma tendência semelhante foi exercida pelo movimento travesti, que buscou se fortalecer politicamente e ressignificar sua própria identidade (YORK; OLIVEIRA;

²¹ Não se pode perder de vista que gênero é um componente estruturante das línguas neolatinas, algo que não ocorre na língua inglesa.

BENEVIDES, 2020; CARVALHO, 2018b). Usado como adjetivo, o prefixo trans não apenas abreviou a nomenclatura como se descolou da noção medicalizada à qual o termo transexual passou a remeter e apaziguou, em parte, as tensões dentro dos movimentos. Além disso, Carvalho observa mais recentemente que

há um relativo consenso político no uso da categoria *pessoas trans* como englobante das diversas expressões identitárias, assim como no uso de *movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans* como forma de explicitar os diferentes sujeitos políticos do movimento ou de *movimento trans* como forma de sintetizar tais sujeitos. (CARVALHO, 2018b, n/p)

Como o autor não chegou a detalhar no trabalho citado quais foram os contextos para que essa nova noção mais inclusiva fosse adotada, essa questão foi colocada durante as entrevistas para esta pesquisa. Usando uma abordagem decolonial, mesmo que esse tipo enfoque não tenha sido mencionado de forma direta, Chopelly explicou a opção por determinadas formas de nomeação e como a linguagem dá a ver sua condição no mundo.

O Brasil tem o péssimo hábito de copiar o mundo, de querer copiar o mundo. Então, transgênero, a gente, Tatiana, nunca usou. O Brasil nunca teve esse negócio de transgênero, nunca. Por exemplo, na Europa toda, são transexuais ou transgêneres. No Brasil, não tem. Transgênero é coisa de americano. Americano é que usa esse termo transgênero. Nós somos travestis e transexuais. O Brasil é assim. E, hoje, homens trans. Nós estamos divididos em travestis, transexuais e homens trans. E, aí, travestis e transexuais antes tinham conceitos diferentes. Eram duas populações diferentes. Hoje não é mais. Então, assim, o futuro é que as meninas... cada vez que elas se sintam desabrochando, elas se identifiquem como transexuais e, aí, vou mais além. Vai chegar uma época em que a gente nem vai usar mais transexual. Vai dizer: eu sou mulher e acabou-se. Não interessa o que você tem. Porque, por exemplo, quando eu vejo Tatiana, eu não vejo a vagina de Tatiana. Eu enxergo a Tatiana mulher. Eu posso chegar para você e dizer... Você pode ter um pênis entre as pernas e eu vou dizer: e aí, Tatiana, você é uma mulher e tal. “Não, eu sou uma mulher, não uma vagina”. Eu vi? Não vi, porque ninguém vê. Só quem vai ver é nas suas intimidades, seu parceiro ou não sei... vai da sua intimidade. O Brasil sempre foi um país de travestis e transexuais. Os homens trans vieram logo depois. Conquistaram o espaço deles e está lá conquistado. Mas nós somos um Brasil de mulheres... de travestis e transexuais. Porque transexuais, antigamente, não era mulheres transexuais. Já era mulheres e homens transexuais. Então, é por reconhecimento e espaço que a gente segregou mulheres trans e homens transexuais. Mas o Brasil, o Brasil é isso (Chopelly Santos).

A fala de Chopelly chama atenção para o lugar das transmasculinidades no processo de visibilização. Como ela própria registra, o reconhecimento do gênero masculino dentro do movimento foi posterior ao das identidades femininas. A invisibilização dos homens trans

mesmo no interior dos movimentos sociais LGBTQIAP+ apareceu durante as entrevistas e parece não estar completamente pacificada. Kaique Theodoro reconhece inúmeros avanços, sobretudo na última década, mas aponta que ainda existe um relativo apagamento da visibilidade de homens trans e tenta problematizar suas causas e seus efeitos. Ao aceitar participar da pesquisa, ele destacou essa motivação: falar das vivências transmasculinas, tradicionalmente menos abordadas, em sua visão, em trabalhos acadêmicos.

Eu acho que o grande problema é que a sociedade ainda está começando a mastigar a ideia da nossa existência. Então, ainda está uma coisa muito complicada. Já o caso das travestis e das mulheres trans, eu acredito pelo que eu entendo também, como elas já tiveram algumas participações mais fortes tanto na mídia quanto na própria história de várias coisas. Por exemplo, teatro de revista... Tiveram várias que na época se liam enquanto transformista ou *cross-dresser*. Não tinha esses termos pautados ainda. Então, elas já vêm todas dessa questão. Agora, os homens trans sempre foram as lésbicas masculinizadas ao longo da história toda. Como não se tinha esses termos, até para a gente é complicado datar de onde a gente veio, quando foram os primeiros movimentos, como que começou essa coisa da militância. A gente fala muito sobre a revolta de Stonewall lá nos Estados Unidos. Teve a Marsha Johnson jogando tijolo junto com a... Esqueci o nome dela agora²². E elas já vinham fazendo outros movimentos, mas também teve toda a questão dentro do bar, que quem fez o grito de guerra era uma pessoa que poderia muito bem ser lida enquanto homem trans. E não se sabe quem era. Era uma pessoa que fazia *drag king*, era uma pessoa lida enquanto lésbica *butch*, que era o termo do machão, lésbica machão, bofinho, na época. E não se sabe. E aí? A primeira pessoa com vagina a ser médica na América Latina era um homem trans. Era o Enrique Favez. Tem o livro sobre ele que, inclusive, está com o nome dele de batismo. Olha que louco! Foi a primeira pessoa a fazer uma cirurgia numa travesti. Foi um homem trans. Eu acho do caralho essas coisas assim, mas são coisas que não são contadas e para pesquisar também é um inferno porque como não tem os termos, como é que eu vou falar qual é a identidade da pessoa, sabe? Não dá para saber. A questão da nossa invisibilidade, ela também tem muito desses pontos. Como são termos atuais, homem trans, mulher trans... Travesti é um termo nosso, por exemplo. Não tem como a gente olhar para o passado e falar: teve todo esse movimento antes e fomos nós com a nossa corporeidade. Não dá para saber e hoje em dia eu acho que isso é uma reprodução. Por isso que eu falo: bicho, há oito anos atrás mudou tanta coisa... Apesar de serem coisas ainda pequenas, é óbvio, porque tem muita coisa ainda para ser feita. Mas é tanta coisa que mudou! Só de você abrir o YouTube e você jogar o termo trans e você ver a quantidade de conteúdo que tem hoje em dia. Não tinha, gente, era coisa de louco. Para eu pesquisar alguma coisa era saber um pouquinho de inglês e ficar no Google Tradutor, vendo pesquisa de médico lá de fora, que também não sabia de PN, porque somos e fomos grandes ratos de laboratório. E sempre foi muito por aí. Muito difícil, muito escasso. Tudo o que eu vejo hoje em dia é coisa da galera que está... Que vem fazendo há cinco anos atrás, assim, sabe? Não desmerecendo, lógico, as lutas de décadas atrás, pelo amor de Deus, não é isso (Kaique Theodoro).

²² Ele se referia a Sylvia Rivera.

Como mais um efeito do apagamento das identidades transmasculinas, Kaique chamou a atenção também para a subnotificação de mortes violentas, o que gera um círculo de invisibilidade. Ao serem identificados como lésbicas, os homens trans desaparecem das estatísticas que ajudam a formular políticas públicas destinadas a essa população específica.

Esse lance dos casos de assassinatos entre homens trans, por exemplo. O número de suicídios é muito maior do que se tem notificado. O que eu percebo também é que tem uma subnotificação muito pesada porque não entendem ainda a nossa existência enquanto transmasculinidade. Isso ainda na cabeça da galera não funciona. Tiveram alguns casos que eu acompanhei também, principalmente no interior. Homens trans que foram abusados, foram mortos, mas nas notícias saíram como lésbicas, mas no perfil de Facebook... (...) E vi isso em portais grandes de notícias LGBTQIA+. E quando você procura a pessoa que faleceu, você vê lá no Facebook que era um homem trans e se identificava dessa forma, se colocava dessa forma já há muito tempo até. Então, é muito complicado. (Kaique Theodoro)

Mais do que em qualquer outro espaço, Raicarlos Durans se ressentia dessa invisibilização dentro dos próprios movimentos sociais LGBTQIAP+. Paraense por opção, ele contou um episódio vivido durante uma tradicional manifestação cultural de seu estado: a Festa da Chiquita, que ocorre em paralelo ao Círio de Nazaré²³.

Eu participo da Festa da Chiquita desde 84. Eu sempre participei dela desde 84 como público. Esta festa premia, dá um prêmio todo ano, o Veado de Ouro, o Prêmio Cidadania LGBT, que eles implementaram agora nos últimos dez anos, e outros prêmios que eles criaram para enaltecer a comunidade LGBT e seus militantes, seus feitos, os que se destacaram na luta, os que ainda estão vivos, os que viveram mais. Eles premiam lésbicas, premiam bissexuais, premiam homens trans, premiam travestis, premiam gays, premiam, enfim, essas pessoas, porque essa festa é uma festa gay! LGBT, melhorando a nomenclatura. Eu fui convidado várias vezes, não vou mais. Eu fui na última de 41 anos. Eu fui chamado para o palco para me congratular com o anfitrião, que é o Eloy Iglesias. É um gay, cantor, assumido, colega nosso, me dou muito bem com ele. É uma pessoa política, se guia pela esquerda também. E é uma pessoa conhecidíssima aqui no Pará, em Belém. E ele é o promotor da festa. Ele que promove a festa. Tem uma associação da festa e ele é o principal protagonista do evento. Ele me chama para entregar prêmios. Uma única vez eles me premiaram. Eu acho que 2004... Nem sei direito, faz muito tempo. Eles me premiaram e eu não estava identificado como estou hoje, ressignificado. E eles me deram o Sapatão de Ouro. Eu me recusei a receber o prêmio. (...) Eu fiquei muito magoado com o prêmio porque me chamaram

²³ Considerada o maior evento católico do Brasil e um dos maiores do mundo, a festa é celebrada em Belém no segundo domingo de outubro em devoção à Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da capital paraense. Até o advento da Covid-19, a procissão principal reunia até dois milhões de pessoas nas ruas. A Festa da Chiquita é ao mesmo tempo uma homenagem profana à santa e um protesto. É organizada por e para a população LGBTQIAP+. Ela ocorre na noite de sábado, simultaneamente à procissão de trasladação da imagem, e na véspera da procissão principal no domingo de manhã (BRITO; GOMES, 2016).

e não me falaram que eu ia receber aquele prêmio. Aí me chamaram no microfone... Eu, antes, gostava de ir à Festa da Chiquita e ficar uma pessoa anônima com a minha esposa, que é até hoje a Rose, namorando lá um pouco... Com os colegas, falando, enfim, me congratulando. (...) É uma festa religiosa, eu sou ateu, mas é uma festa bacana. (...) Em resumo: naquele ano eu fui chamado para receber esse prêmio e eu não sabia que eu ia ser premiado. (...) Era para me entregar o prêmio Sapatão de Ouro... E eu acho que eu tinha tomado um drinque a mais, um drinque a menos, não sei. Eu nem sou de beber. E eu fiquei nervoso com o prêmio. E eu, na hora de receber o prêmio, com o prêmio na mão, eu disse que eu não podia receber o prêmio porque eu não era sapatão, que eu era um homem trans e que eu não poderia receber o prêmio, que eu não posso concordar nem com a terminologia sapatão, muito menos com o prêmio que era um sapatão. Daí em diante, nunca mais eles me premiaram. Então, eu não posso dizer que eles nunca tenham me premiado. Eles não queriam reconhecer e não querem reconhecer, não sei se por motivos pessoais, político-ideológicos, sensitivo, religioso, existencial... Não sei. Eles não me chamaram mais e, depois, eu também não reclamei. Eu apenas pedi desculpas pois ele me deixou falar. Nesse dia, eu falei até dez minutos. Justifiquei por que eu não podia receber o prêmio e, se tivesse sido gravado aquele vídeo, eu acho que hoje ele estaria bombando na internet porque um homem trans se recusa a receber um prêmio Sapatão de Ouro porque ele se sente homem trans e porque ele se sentiu ultrajado na sua identidade de gênero quando seus pares não o reconhecem (Raicarlos Durans).

Raicarlos, que completou 60 anos pouco depois de conceder a entrevista para a pesquisa, estava naquele momento preparando um livro de memórias justamente para registrar não apenas seu processo de transição, mas também – ou principalmente – sua luta política. Para ele, sua existência como homem trans está diretamente ligada à sua militância de esquerda e pela democracia.

Eu tomei conhecimento (da questão trans) ainda com 16 anos, quando eu estava na ditadura. Eu li um box numa revista chamada Cruzeiro. Foi no ano, inclusive, que a revista saiu de linha, de publicação. E tinha lá o primeiro homem trans da Califórnia que foi um advogado que até já morreu. Ele tinha se casado com 40 anos, em 1977. E eu disse: puxa, vida... Esse cara eu tinha que ter conhecido. Na época, ele ainda estava vivo. Ele morreu depois. No Brasil, de forma política, foi em 2008. E, antes, individualmente, foi em 77. E, depois, mais na prática, no intermediário, foi na década de 90, na Europa. Então, é uma história que eu conto no meu livro, “Raicarlos oneself”, está quase pronto. Faltava um capítulo contando minha participação política nas eleições. Eu já estou fechando esse capítulo que é o último para fechar o livro. O livro tá grande, tá volumoso, mas é uma história de alguém que, se morrer hoje, vai deixar algo para a pesquisa²⁴ (Raicarlos Durans).

Sua preocupação em deixar um legado parece ter a ver com o fato de não conseguir ser lido socialmente mesmo na comunidade LGBTQIAP+. Ao longo da conversa, em mais de um

²⁴ No momento da devolutiva, o livro estava pronto, mas ainda não havia sido publicado.

momento, ele deixou transparecer um certo abatimento por essa falta de compreensão. Por outro lado, destacou as alianças que conseguiu construir.

Quando não quiseram ir comigo (no processo de constituição do ambulatório LGBT de seu estado), eu fui sozinho, mas aí eu não fui sozinho. Em meio ao caminho, eu encontrei pessoas hétero iguais a você para me ajudarem no processo. Encontrei algumas pessoas até que já morreram agora pela pandemia, um ex-presidente do Conselho Estadual de Saúde, um contemporâneo de idade. Eu fiquei muito triste com a morte dele. Ele me ajudou bastante. Como ele era presidente do Conselho Estadual de Saúde, usuário do Sistema Único, numa conferência, na 10ª Conferência de Saúde, nós já estamos na 14ª aqui no Pará, ele falou o seguinte: (...) “ninguém te entende, todo mundo briga contigo, querem te agredir, não aceitam que você seja homem trans, dizem que você é um gay que quer virar mulher, entendem tudo ao contrário.” Entende essa confusão? Você tá num ambiente em que ninguém sabe o que é isso, aí você vai lá no microfone e diz: eu sou um homem trans. Aí, na hora do almoço, fez uma fila assim: “vem cá, tu não é sem vergonha, não? Já tá velho, já tá de cabelo branco, você é um homem bonito, tem mulher e você quer ser gay? Você quer ser mulher? Que papo é esse cara?” Entende a confusão? (...) A primeira vez eu deixei. Na conferência seguinte, a mesma coisa. Eu disse: não, gente, agora eu vou lá no microfone e vou explicar como é essa coisa já. (...) É o seguinte. Eu sou um homem trans. Eu nasci igual a esta moça aqui, tinha uma moça do meu lado, uma companheira. Eu nasci igual essa moça aqui mais ou menos. No decorrer do processo, eu fui à Justiça brasileira. Eu pedi algumas coisas para o juiz e eles me deram direito de fazer algumas coisas e eu fui falando. Não detalhadamente, mas assim... Meio constrangido, eu fui falando. Aí, sim, Tatiana, foi que entenderam o que era homem trans e o presidente do conselho não sabia direito o que era também e ficava com vergonha de me perguntar. “Raícarlos, deixa eu falar uma coisa pra ti. Tu és gay que quer virar mulher ou tu és um homem que quer virar gay? Por que tu tens uma mulher? Me explica”. Eu digo: bom, Gerson, meu companheiro, deixa eu lhe explicar. Você é um cara empoderado, mas você está muito atrasado, mas deixa eu te explicar. Aí eu expliquei qual era a real situação. Expliquei. Aí, explicando, ele compreendeu. Quando foi no dia de a gente ir para o conselho... Ah, sim, aí ele fez uma proposição: “Tu vens aqui e fala nós somos, nós estamos, nós construímos. Nós quem? Quem são esses nós?” Aí eu disse: o movimento LGBT. “Pois, olhe, esquece esse povo que eles não estão aí para nada”. Não, eles estão. É que eles ainda não compreenderam o processo. Eles ainda não entenderam de forma racional e pela consciência, que nós precisamos vir aqui para a conferência para discutir a política, senão não adianta ter a política lá em Brasília pelo Ministério da Saúde e o conselho aqui não entender, a conferência não discutir e o estado não aderir. Não adianta, não dialoga. Aí ele falou assim: “então, vamos fazer o seguinte: faz um ofício no nome desse negócio aí. Como é o nome?” Ibrat. “Que diabos é isso?!” Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. “Ah, e por que no plural?” Aí foi outra lide, outra guerra. Aí eu expliquei e ele entendeu por que no plural. “Então faz um ofício no nome do Ibrat e solicita uma pauta no conselho estadual”. Aí eu fechei com ele e apresentei. Na mesma semana, eles marcaram a reunião e me chamaram por telefone. “A reunião é amanhã”. Puxa vida, mas eu não me preparei. “Te vira nos 30”. Aí eu peguei tudo o que eu tinha e mentalizei. Já sei. Quando eu cheguei lá, todo mundo me esperando, Tatiana. “Rai, tu convidou teus pares?” Convidei. “Cadê eles?” Eu disse: eles não vieram. “De novo?” De novo... Aí chegaram dois gays lá e a minha esposa

foi para me dar apoio moral, porque ela é a única que me dá apoio moral. “Rai” – ela sempre disse pra mim, mas eu nunca acatei – “faça suas coisas, não vai atrás de nada pra ninguém. Nunca vão reconhecer e nunca vão te agradecer”. Eu disse: Rose, eu não vou atrás disso, não. Eu tenho que fazer para me defender também, eu não posso fazer só pra mim porque talvez eu não consiga, mas colocando os outros no meio e fazendo para todos, eu acho que fica melhor. Até hoje ela é revoltada com isso (Raicarlos Durans).

Na segunda rodada de conversa, após um intervalo de pouco mais de um ano em relação à primeira entrevista, ele relatou que sua receptividade no bojo da comunidade LGBTQIA+ havia melhorado consideravelmente. Tributava esse “desapagamento” à tese de doutorado da assistente social Eli Pinheiro (2019) e contou que no dia 17 de maio, data de seu aniversário de 61 anos, foi convidado a falar num evento sobre sua história como primeiro homem trans da Região Norte e do Pará, o que sublinha a contribuição da produção acadêmica como um elemento para a construção de visibilidade trans.

A invisibilização das transmasculinidades também foi mencionada durante a entrevista com Tom Grito. Ao compartilhar sua experiência, mostrou como seus efeitos se vinculam à própria forma de estar no mundo. Para ele, as identidades não-binárias são ainda mais desprivilegiadas dentro dos movimentos sociais, o que torna o próprio autorreconhecimento um processo mais longo e angustiante. Sua fala vai ao encontro do que Raicarlos fez questão de destacar em diferentes momentos da entrevista e também em trabalho de Pinheiro (2019): enfatizou sua identidade como homem trans binário e reconheceu que isso causa um atrito com homens trans mais jovens para os quais a não-binaridade pode ser acionada, inclusive em formas de nomear como *transmasculines*.

Uma das minhas questões foi que durante muito tempo as pessoas me identificavam como lésbica, né? Então, como meu coletivo é um coletivo em que sua maioria são mulheres e tal, por eu ser uma pessoa já pública porque eu sou um poeta e eu falo em público, eu organizo um evento que é público, então as pessoas acabam vendo nessas pessoas públicas pessoas de visibilidade. Ficam esperando uma visibilidade a partir dessa figura pública, por isso, as pessoas celebram quando alguém que é público expressa sua identidade ou orientação porque, de alguma forma, isso faz com que isso seja mais respeitado por mais pessoas. Como eu era uma pessoa pública num coletivo de mulheres, o Slam das Minas, havia uma expectativa de que eu me expressasse no mês da visibilidade lésbica. Então, sempre houve uma expectativa nesse sentido e eu nunca fui confortável com a ideia de me expressar no mês da visibilidade lésbica e, nesse lugar, durante muito tempo eu fui fazendo terapia para entender por que esse lugar não era confortável para mim e qual seria o lugar confortável para mim e eu sempre flertava com a ideia da transmasculinidade. Então, eu demorei a me posicionar enquanto pessoas trans porque existe dentro do movimento trans um entendimento muito binário das questões trans. Então, a maioria do movimento trans, ele é liderado politicamente por travestis e as travestis se colocam muito de forma

binária, de forma heterossexual, que é uma forma diferente da qual eu me vejo. E é uma forma diferente da qual elas reconhecem. Elas muitas vezes não entendem pessoas não-binárias como pessoas trans. Então, durante muito tempo, eu não me reconheci trans porque não reconhecia outras pessoas não-binárias. Então, além da invisibilidade trans, existe uma invisibilidade das pessoas não-binárias dentro desse movimento enquanto pessoas trans. Então, o primeiro movimento que eu me reconheci na visibilidade trans, eu acho que foi em 2019 ou 2020, que eu fui num ato do mês da visibilidade trans. Acho que foi 2020, né, amor, que a gente foi? (dirigindo-se à companheira, que não participava da entrevista) 2020 mesmo que eu já fui como Tom, porque até então eu não tinha mudado de nome. Então a minha transição de nome é muito recente (Tom Grito).

A retificação da documentação civil de que ele fala no final – e de certa maneira a adoção de um nome social num primeiro momento – é um marco fundamental para a visibilidade das subjetividades trans. Atualmente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, esse processo independe de laudos psiquiátricos ou mudanças físicas, bastando que a/o/e cidadã/o/e ingresse com o pedido em cartório. Mas essa é uma decisão recente. A maior parte das pessoas entrevistadas precisou recorrer à Justiça para serem vistas pelo Estado da forma como se reconhecem.

A mais longeva a participar da pesquisa, Marcelly Malta, de 70 anos, narrou o seu processo de identificação civil, expressando de certa maneira a crítica feita por Tom Grito sobre a quem cabe o papel de nomear. Ela contou que seu processo foi iniciado bem antes do parecer da Suprema Corte, por sugestão do advogado Gustavo Bernardes, que assessora a ONG que dirige, a Igualdade-RS. Num primeiro momento, ela não se convenceu de que a petição pudesse ser atendida no Rio Grande do Sul, considerado por ela um estado conservador, mas o advogado, atento a decisões favoráveis em outras unidades da federação, insistiu e solicitou todos os documentos que ela precisaria apresentar. Para ajudar na construção do pleito, ela recorreu a uma psicóloga, Elizabeth Zambrano, que teceu um documento demarcando as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual e explicando como eram compreendidas as letras que compunham a sigla LGBTTT em uso naquele contexto. Não foi o suficiente e o juiz solicitou uma avaliação psicológica. A partir desse ponto, é conveniente que ela própria narre a história, trazendo as falas do advogado que insistiu para que comparecesse às sessões e da psicóloga designada pelo juízo para avaliar seu caso. Suas palavras deixam à mostra a indignação e o sofrimento envolvidos na construção cível das identidades trans até aquele momento.

Aí, eu disse pro advogado assim: rasga essa porra, desculpa a expressão, porque eu não vou! Eu não sou doente! Eu não sou louca! Eu sei o que eu sou!

Eu sou uma travesti! “Não, Marcelly, é só quatro sessões”. Mas sessão de quê? De tortura? “Ai, Marcelly, eu já marquei pra ti”. Não, eu não vou, não vou, não vou! Me esquece! Me esquece! Ai, ele me convenceu. Eu fui em duas sessões. Quando eu cheguei lá, ela falou... Era uma mulher. E ela começou a me perguntar o que que eu era. Eu disse que eu era uma travesti, que eu era uma mulher travesti. “Mas tu operou?” Eu já fiz várias cirurgias. Tá vendo? Já fiz peito, fiz nariz, fiz um monte de coisa, né? “Não, mas você fez a cirurgia de ressig... mudança de sexo?!”. Não, porque eu vivo bem assim. Por que que eu vou me mutilar? Eu tô bem assim como travesti. Ai ela pegou e disse: “ah, quero que tu faça um trabalho”. Aquelas coisas... Casinha, bonequinha, homem, mulher, não-sei-o-quê. E eu sou a pior pessoa para desenhar. Isso porque eu fiz um ano de Arquitetura, né? Mas desenhar não é comigo. Ai eu fiz umas palhaçadas. Ai ela me marcou para a próxima semana e eu me revoltei muito no primeiro momento e ela disse: “ah, tu é muito possessiva. Tu é muito radical, muito revoltada”. Eu digo: “não, eu não sou revoltada, eu sou revoltada com as pessoas que vêm da academia dizer o que a gente tem que ser. Por que que vocês têm que dizer o que que eu sou? Eu sei o que que eu sou. Eu não vou deixar de me vestir com roupa feminina. Inclusive no dia, naquela época, eu ainda usava salto alto, bem maquiada, de cabelo comprido. Era bem diferente. Mais nova, né? De unha bem vermelha pintada, toda maquiada, uma palhaça, né? Ai, ela disse: “Mas tu sempre é assim?” Eu sempre sou assim e não vou mudar. Se minha família, meu pai e minha mãe me aceitaram assim como eu sou, por que que a senhora vai ter que dizer o que que eu tenho que ser e o que que o juiz tem que saber o que que eu sou? Por que que uma pessoa tem que saber o que eu tenho no meio das pernas? Por que que não pergunta para uma mulher cis o que que ela tem no meio das pernas? Ai ela... Sabe que a psicóloga e a psiquiatra não falam, né? Só observam. “Ah, eu vou te marcar para a outra quarta-feira”. “Ah, eu não sei se eu venho”. Peguei e saí. Nem tchau, nada. Mesmo assim, ela me deu um cartão marcado para a outra quarta-feira. Ai na outra quarta-feira eu fui de novo e ela veio com cinquenta mil perguntas e começou a perguntar da minha, o que que eu fazia. Ah, eu fazia a puta. “Ah, mas tu sempre fazia prostituição?” Sim, sempre fiz. Quem não fez? Se tem mulher que faz, por que que eu não posso fazer? Na rua, só tem travesti e as travestis são as mais glamourosas e bonitas, eu falei pra ela. “Ah, mas a senhora... eu tô vendo na sua ficha aqui a senhora é funcionária pública... Por que que quer trocar o nome?” Ah, porque eu quero. Ai já veio na minha cabeça aquela coisa que eu queria mesmo. Ai, quando terminou a sessão, eu disse assim: eu já vou dizer uma coisa pra senhora. Eu não venho mais! Se a senhora quer negar para o juiz, pode negar. Eu não estou nem aí. Eu não vou ficar menos feia, mais bonita pra trocar meu nome. “Não vem mais?” Não, eu não venho mais. É a última sessão. Não venho mais. Não precisa nem colocar nada aqui. Deixei até o cartão na mesa. Ai cheguei em casa e falei para o Dr. Gustavo. Ai ele: “Eu não acredito que tu fez isso”. Fiz! Não vou mais! “Ah, a gente perdeu...” Não levou um mês, veio a causa ganha (Marcelly Malta).

Pela visibilidade que obteve, seu processo ajudou, segundo ela, a criar jurisprudência para outros casos no Rio Grande do Sul e a partir dali foi mais fácil para outras pessoas trans ingressarem com ações semelhantes. O caso foi noticiado por jornais locais (GZH, 2011).

A gente conseguiu trocar mais nomes de travestis, transexuais e homens trans, enquanto o STF trocou menos aqui no Rio Grande do Sul. Então, eu acho que

isso foi um tapa na cara de muita gente por pensar que eu ia fazer isso só pra mim, pra me agradar. Muitas ainda pensam que o nome civil da gente não importa. Importa. Nossa, como importa! Pra mim, deu uma reviravolta na minha vida tão grande, tão grande! Não queira nem imaginar. Tu chegar num lugar e aí... “Oi, Marcelly”. Não tem lugar hoje onde eu passo... Eu ando pouco de... assim na rua. Ando muito pouco. Sempre ando de carro. Meu esposo me leva em tudo o que é lugar. A gente vai de carro, mas tudo que é lugar que eu passo: “Ah, lá a travesti Marcelly Malta, a travesti mais velha do mundo” (risos) Falam isso daí: a travesti mais velha do mundo. Porque não se vê travesti com essa idade. Tem uma praça aqui, quando a gente passa, tem um monte de pessoas só de 80 anos pra cima. Aí as minhas amigas dizem: “Aí os teus ex-maridos. Tão na praça”. Aí eles passam e dizem: “Essa aí é a travesti mais velha do mundo”. Eu escuto isso. Aí, às vezes, falam assim: “essa aí é a travesti que defende só bandido”. Falam que eu só defendo bandido. Porque, às vezes, assim, quando uma travesti vai presa... Muitas são inocentes, são inocentes. Eu vou lá e defendo. Boto a boca na... Chamo a mídia. Assassinatos. Nossa, não queira nem imaginar o que eu faço. Então, as pessoas me conhecem porque eu sou uma pessoa que realmente eu defendo a minha classe (Marcelly Malta).

Essa defesa incluiu um trabalho de formação das forças policiais do estado para mudarem sua forma de ver as travestis no início dos anos 2000. Marcelly se orgulha de seu pioneirismo na função de instrutora que, anos mais tarde, a levaria a participar de um encontro promovido pelo escritório da ONU no Brasil em comemoração ao Dia da Visibilidade Trans, pouco antes do início da pandemia.

Nossa! Todo dia tinha uma matéria em jornal: “Como é que um traveco entra na Academia de Polícia? Um homem vestido de mulher. Qual é o banheiro que Marcelly Malta usa? A primeira vez que um homem vestido de mulher entra na Academia de Polícia para formar novos agentes de segurança pública”. Nossa! Não queira nem imaginar o que eu passei pela mídia, a mídia local daqui. Mas, graças a Deus, depois de muitos anos, muitos e muitos anos, não há um ano que eu não sou homenageada no Dia Internacional da Mulher, inclusive pelas mulheres da Brigada Militar. Já várias vezes fui homenageada tanto pelo governo, tanto pela Brigada Militar. Os homens e as mulheres, principalmente, porque falar sobre nós... Acho que quem pode falar sobre nós somos nós mesmas, sobre o que a gente passa. (...) Eu nunca fui atrás de conseguir visibilidade. As pessoas que me procuraram, né? “Ai, lá tem uma pessoa de referência que defende a população, vou chamar ela”. Inclusive, essa última do ano passado... Falar na ONU não é para qualquer uma, né? Eu fui chamada para falar na ONU (Marcelly Malta).

Para além do uso político dessas taxonomias, há um agenciamento pragmático das formas de nomear que não gera constrangimentos. Em busca de estabelecer parcerias que resultem na promoção de direitos e mais especificamente na alocação de recursos para projetos que beneficiem a população trans, as taxonomias ficam em segundo plano, segundo Chopelly Santos, vice-presidente da Antra e presidente da Amotrans-PE.

Agora, é claro, os projetos pedem que a gente use transgênero e a gente usa. Se o projeto só quer que a gente use transexuais, a gente usa. Porque o foco é acoplar... é apoiar e ajudar a população trans, principalmente, agora na pandemia, que é uma das mais violentadas (Chopelly Santos).

De certo modo, Carvalho (2018b) já apontava para algo que discutimos aqui: em conformidade com a formulação foucaultiana, as maneiras de se identificar indicam que vinham sendo construídas as condições para que pessoas trans fossem vistas como pessoas. A despeito das violências às quais ainda são submetidas, a maior parte das pessoas entrevistadas percebe a progressiva construção de visibilidade positivada.

Eu acho que a população trans é a mais difícil de lidar. A minha população – eu sou uma pessoa trans e eu digo a você – é a mais difícil de lidar. Porque a sociedade massacra tanto a pessoa trans que ela aprende... Até as pessoas que são boas para elas, ela aprende a golpear. Mas não é culpa dela. É culpa de uma sociedade que a cria assim. Agora, eu acredito que a gente avançou muito, que pra frente a gente vai avançar muito mais. Só que a gente vai chegar numa época em que hoje a Europa está chegando, os Estados Unidos estão chegando. A Europa já chegou. Porque as pessoas trans na Europa não são vistas como bicho de sete cabeças. Existe o preconceito com as que vêm de fora, mas as que são da raiz lá... Não é um bicho de sete cabeças. Os Estados Unidos também têm uns estados, por exemplo, a Califórnia. Uma menina trans ou um menino trans a partir dos 12 anos já pode ser indicado para fazer a cirurgia. O presidente dos Estados Unidos tem uma trans praticamente como uma ministra, ela é quase uma ministra da Saúde (Chopelly Santos).

2.2. DAR A VER OS CORPOS TRANS: AS INTERVENÇÕES E O PROCESSO DE BIOMEDICALIZAÇÃO

Como vimos no tópico anterior, é muito difícil distinguir se as inovações técnicas colocam na ordem do discurso o desejo de modificações corporais ou se é o desejo que fomenta inovações. Apesar de tal desejo não ser unânime entre as pessoas trans, o processo transexualizador por meio de intervenções ambulatoriais e cirúrgicas constitui-se uma demanda que, no passado, expressava-se em práticas não reguladas, às vezes realizadas de forma precária, e hoje permite discutir motivações e técnicas possíveis de transplante de útero para que mulheres trans possam gestar e parir, por exemplo (JONES, 2021).

A automedicação com hormônios e intervenções improvisadas com uso de substâncias inadequadas ainda ocorrem e são percebidas como um problema de saúde característico dessa população. Mas, até a regulação do processo transexualizador, esses recursos eram os únicos

disponíveis e suas implicações estavam colocadas nas campanhas iniciais do MS. Marcelly Malta relata sua experiência no Brasil dos anos 1970.

Como eu trabalhava em hospital, levava medicações... Tinha muita amostra na Santa Casa... Hormônio. Eu ia falar do hormônio, que foi um marco na minha vida. Porque, quando eu trabalhava na Santa Casa, a gente recebia muita, muita, muita doação de medicação. E vinha muito hormônio para gestante e não gestante. Premarin, naquela época, era o auge. Chegava a tomar seis por dia para desenvolver o peito. E elas viam o medicamento: “Ah, traz pra mim” e eu levava para elas. Uma coisa que eu não podia fazer, eu fazia. Lógico que nunca, graças a Deus, nenhuma morreu (Marcelly Malta).

A estratégia relatada por Marcelly consiste na adaptação possível de tecnologias biomédicas que vêm sendo desenvolvidas formalmente há um século. Em 1921, Feliz Abraham realizou a primeira cirurgia de “adequação sexual”, indicada para “hermafroditas verdadeiros” que, tendo genitálias ambíguas, corresponderiam à categoria atual de intersexualidade, e “pseudo-hermafroditas” (ARÁN, 2006). Dois anos depois, o pintor Einar Wegener assumiria a identidade de Lili Elbe. Sua história é refratada no filme “A garota dinamarquesa” (A GAROTA..., 2015). Outras intervenções foram realizadas, mas só vieram a público anos mais tarde, depois da cirurgia que permitiu o “nascimento” de Christine Jorgensen, que deixou para trás a identidade de soldado norte-americano George Jorgensen, em 1952. A operação, realizada na Dinamarca como parte de uma investigação científica, teve grande repercussão e pôs o tema em evidência entre especialistas de diferentes áreas da saúde (ARÁN, 2006).

Bernice Hausman (1995) descreve os primeiros casos de intervenções cirúrgicas como justificativas para “tratamento” do “transexualismo”. No caso de Lili Elbe, a cirurgia ocorreu após o ainda Einar procurar um médico que tratasse o que sentia como uma doença. As tecnologias médicas disponíveis à época lhe foram apresentadas e, assim, a demanda foi construída como tratamento à noção de transexualismo, inaugurando um determinado tipo de abordagem em âmbito clínico. Por outro lado, o caso de Christine Jorgensen circulou para muito além dos consultórios. A publicização do caso tornou Christine uma celebridade internacional e contribuiu para o aumento da demanda por operações por pessoas que se identificaram com aquela forma de estar no mundo. Hausman registra a mensagem central que sintetiza a maneira como a ex-militar Christine se pôs à vista numa autobiografia: “Eu fui feita para ser uma mulher – veja que boa mulher eu acabei me tornando, muito mais bem-sucedida do que meu eu masculino” (HAUSMAN, 1995, p. 150, tradução nossa).

O aprimoramento técnico, ainda marcado por limitações, ocorreu no bojo de um processo contemporâneo amplo: a biomedicalização, que

envolve os conceitos de estrutura e agência, estratificação e as complexas interseccionalidades da cultura, economia política, organização e tecnociência. As transformações da biomedicalização se manifestam em grandes mudanças macroestruturais, bem como em novas identidades e subjetividades pessoais, mas especialmente num nível intermediário de novas formas sociais e infraestruturas organizacionais (CLARKE et al, 2003, p. 184).

Por essa recente forma de governança biomédica, os corpos passam a ser entendidos como espaços possíveis de intervenção médica não para controle, como no passado (FOUCAULT, 2014), mas para sua reconfiguração em distintos níveis de transformação segundo diferentes desejos e propósitos. Como defende a socióloga norte-americana Adele Clarke, essas possibilidades técnicas, negociadas de formas heterogêneas e permanentemente tensionadas, colocam à vista não apenas corpos, mas também subjetividades biomedicalizadas. Nesse sentido, o processo pode ser entendido como uma estratégia para se legitimar a assistência integral às pessoas que ou precisam ou simplesmente desejam passar por transformações deste tipo.

Esse entendimento de sentido positivo, no entanto, não é consensual e pode encobrir armadilhas. Se voltarmos um pouco e nos detivermos na medicalização, processo do qual a biomedicalização deriva, veremos que o olhar da medicina sobre as dissidências de gênero resultou na patologização dessas vivências, como apontado pelo sociólogo Peter Conrad (2007)²⁵. Ao longo de sua carreira, o autor reviu e alargou a definição do conceito, citando justamente a experiência trans como exemplo, referindo-se tanto à condução clínica e cirúrgica desses casos quanto às formas de nomeação. A partir de estudos anteriores (BURY, 1982), Conrad argumenta que a classificação “disforia de gênero” se equipara a “transexualismo” – e ambas seriam comparáveis a um agravo neurológico – em se tratando de medicalização:

Este é um processo sociocultural que pode ou não envolver a profissão médica, levar ao controle social médico ou tratamento médico, ou ser o resultado da expansão intencional da profissão médica. A medicalização ocorre quando uma estrutura ou definição médica foi aplicada para entender ou gerenciar um problema; isso é tão verdadeiro para a epilepsia quanto para a "disforia de gênero" (transexualismo) (CONRAD, 1992, p. 211).

Mas não se trata de pensar a (bio)medicalização como uma imposição das instituições sobre os indivíduos. Tanto Conrad quanto Frank Furedi (2013) destacam que os processos

²⁵ Essa não é uma exclusividade das questões de gênero e sexualidade. Para Conrad, outras condições humanas, como a velhice, a gestação e a menopausa, também foram medicalizadas.

decorrem da interação entre os saberes chancelados e os indivíduos, que frequentemente demandam uma definição diagnóstica não só para assumir uma identidade, mas também para viabilizar as intervenções via sistema de saúde público ou suplementar (seguros e planos de saúde). Como já explicamos no tópico anterior, de forma alguma estamos defendendo que as pessoas trans pretenderam para si o lugar de doentes, inclusive, a recente alteração da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) era uma reivindicação, mas observamos que essa forma de enquadrar essas experiências consideradas desviantes permitiram que elas fossem ao menos parcialmente deslocadas do domínio da moral para outro no qual não lhes poderia ser imputada culpa.

No contexto brasileiro, atualmente, além de uma série de recursos hormonais capazes de modificar aspectos visíveis dos corpos, como formato e textura de certas regiões, encontram-se no âmbito do processo transexualizador pelo SUS²⁶ e também na rede privada cirurgias de redesignação sexual que oferecem resultados que cada vez mais correspondem às expectativas dos sujeitos do desejo de adequação. No caso da adequação do sexo masculino para a identidade de gênero feminina, as cirurgias consistem em orquiectomia bilateral com amputação peniana e neocolpoplastia (retirada de pênis e testículos para a reconstrução da neovagina); meatotomia e meatoplastia (intervenções na glândula para reposicionamento da uretra); cirurgias estéticas para construção de lábios vulvares e clitóris; plástica mamária reconstrutiva com colocação de prótese de silicone bilateralmente; tireoplastia (intervenção na laringe para reduzir o pomo-de-adão e alterar a modulação da voz). Cabe registrar que trabalhos recentes apontam para a possibilidade técnica de reconstruções de neovaginas capazes de preservar a enervação vinculada ao orgasmo. No caso da transição do sexo feminino para o masculino, as operações são mastectomia simples bilateral (retirada das mamas e reposicionamento de aréolo) e histerectomia com anexectomia bilateral e colpectomia (retirada de útero, ovários, trompas e colo de útero). Já as cirurgias de metoidioplastia (extensão e liberação do clitóris, que fica “solto” e chega a se erigir) e neofaloplastia (construção do neofalo) podem ser oferecidas em caráter experimental. Outros procedimentos de cosmiaatria são realizados como adjuvantes pelo sistema privado. Como exemplo, podemos mencionar o uso de lasers para eliminação de pelos da face e preenchimentos com substâncias diversas para alterar o contorno do rosto.

²⁶ No capítulo seguinte, serão apresentadas as condições políticas para essa implementação.

2.2.1. As intervenções biomédicas sob a ótica das pessoas entrevistadas

Ao longo das entrevistas, a preocupação com intervenções em acordo com um nível maior de segurança biomédica apareceu de forma mais recorrente na fala dos homens trans, de diferentes faixas etárias, que enfatizaram inclusive a organização coletiva para a reivindicação de ambulatórios especializados em populações trans:

A gente tinha o núcleo de homens trans no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), que era um espaço de organização política, porque a gente se encontrava muito. A gente construiu o ambulatório trans a partir das reuniões lá (Bernardo Mota).

É razoável supor que os tipos de violência que impelem as mulheres trans e travestis muito cedo para fora de casa contribuam para um uso menos seguro de medicações e substâncias.

Apesar dos avanços biomédicos, as entrevistas trouxeram uma série de relatos que mostram que obter assistência para o processo transexualizador está longe de ser uma tarefa fácil. Em extensa pesquisa para sua tese de doutorado, a assistente social Márcia Brasil Santos (2020) aponta alguns nós dos serviços que, vistos sob outro ponto de vista, foram mencionados nas falas de nossos/as/es entrevistados/as/es. Segundo a autora, que também atua como gestora, a ideia de que novos serviços especializados e autônomos solucionarão os problemas das filas de espera em todo o país não se sustenta sem uma abordagem que resolva a estruturação e a articulação da política de atenção à população trans. O resultado, segundo ela, “é que em pouquíssimo tempo, esses novos serviços esgotam sua capacidade assistencial e passam a engrossar as fileiras da precariedade na oferta dos serviços que se propuseram” (SANTOS, 2020, p. 450).

Kaique Theodoro conta sua experiência na busca por atendimento no início de sua transição.

Eu comecei pelo SUS, pelo Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro. Foi muito difícil ter atendimento lá, na verdade. Eu só tive atendimento ao psiquiatra, que era o Chalub²⁷, que era necessário para ter os laudos, enfim. Eu não consegui fazer a minha hormonização através do SUS. (...) Não tinha vaga, não tinha médico, era bem complicado... E ali eu conheci algumas pessoas, trans também, que estavam no mesmo processo que eu, iniciando...(...) Eu consegui ter o atendimento psiquiátrico, com o Dr. Chalub na época, mas a parte de endocrinologia, da hormonização, eu não conseguia ter acesso a nada. Nem à

²⁷ O psiquiatra Miguel Chalub faleceu em maio de 2021, por complicações da Covid-19, segundo Boletim do HUPE (2021).

fila, nem nada. Era um... Não tinha. Ninguém nem sabia dar informação direito. Era... Nossa, era bem confuso, bem confuso. Não sei como está hoje em dia, mas na época era muito chato, assim. Era tão chato que eu tentei, tentei e falei: eu vou gastar um dinheiro, mas eu vou apelar para o particular porque não tem jeito. E ainda bem que eu tenho, que eu tive esse privilégio de ter essa condição (Kaique Theodoro).

Raícarlos Durans buscou uma série de articulações para realizar os procedimentos que desejava pelo SUS. Devido à faixa etária, ele deu por concluídas as intervenções cirúrgicas.

Eu costumo dizer que é a recomposição peitorina. Eu acho que isso fica melhor, mas como isso não foi aceito na técnica cirúrgica, aí foi colocado outro nome. Tem lá o nome. Eu fui o primeiro homem do Norte a fazer essa cirurgia pelo Sistema Único de Saúde. Rai, como você fez? Aí seria um outro capítulo pra contar. Foi uma luta. Eu passei dez anos lutando para fazer e continuei e terminei fazendo. Eu fiz num hospital público por um cirurgião plástico do Sistema Único de Saúde e que tem hoje no Pará a melhor clínica de cirurgia plástica do Norte. Ele está para o Pará assim como Erick Carpaneda está para o Brasil inteiro para homens trans, certo? E ele já tinha feito a cirurgia de um colega que eu já tinha indicado. Só que ele fez a cirurgia de um colega que eu tinha indicado de forma particular, privada. Ele cobrou uma grana bem alta porque ele disse para mim: “Raícarlos, eu sou cirurgião plástico, mas essa cirurgia eu nunca fiz. Eu fiz um curso sobre isso nos Estados Unidos” – parece que em Nova York – “e eu achava que não era possível fazer isso aqui pelo Pará, mas como você está conversando comigo agora e você está me indicando um colega seu para eu fazer a cirurgia, eu vou conversar com ele, mas eu dou conta de fazer. Para isso, eu vou fazer a cirurgia no sistema privado, porque no sistema público ainda não dá para fazer”. E aí esse período todo levou dois anos até ele ser convencido de fazer a cirurgia no colega. No meio, eu conversando com ele – ele se tornou meu amigo também esse cirurgião – ele decidiu fazer a minha também pelo Sistema Único de Saúde. Tivemos que driblar algumas questões. (...) Como eu fiz a minha cirurgia em 2014, eu já estava no Comitê Técnico de Saúde LGBT e eu já estava aqui construindo o processo de articulação política sozinho. Apenas um homem gay da direção estadual, que me ajudou nos documentos e assinou comigo. E eu assinei como Ibrat. Eu pedi, na verdade, o Comitê Técnico e um ambulatório TT para o Pará no nome do Ibrat. Os ofícios (...) estão todos no nome do Ibrat e no nome do movimento LGBT. (...) Embarante, eu tenha conseguido fazer tudo, não me falta mais nada. Faltaria, mas eu já não estou mais perquirindo este objetivo que era colocar um falo em mim, um pênis, entendeu? Eu tenho um micropênis, mas um pênis que faz num outro tipo de cirurgia que faz fora do país. Mas, como a minha idade já não permite mais, eu já não tenho mais este intento nem essa necessidade. E eu acho que eu paro por aqui (Raícarlos Durans).

A busca por intervenções não é absoluta. Motivações diversas podem adiar, restringir ou simplesmente ignorar o desejo por modificações corporais ambulatoriais ou cirúrgicas.

Existem muitas pessoas trans que não podem tomar hormônios, tem muitas pessoas trans que têm outras relações com o corpo. Eu, por exemplo, eu

amamentei. Eu acho que isso para mim é uma coisa muito significativa na minha vida e eu não quero, por exemplo, fazer a mastectomia, embora o seio seja um demarcador feminino muito forte. Então, muitas vezes, a pessoa de costas me fala: “oi, senhor”. Quando eu viro de frente, a pessoa fica tipo duvidando. Tem uma barbinha aqui. Olha para a barba, olha pro peito. Olha pra barba, olha pro peito. Fica tentando entender quem você é. E esse lugar é o lugar que eu quero estar. É o lugar do não-entendimento. É o lugar da fluidez, da possibilidade. Então, isso deveria ser um lugar normal para as pessoas e não é. É nesse lugar que a gente sofre violência. É nesse lugar onde a gente sempre é desrespeitado e esse é o meu maior incômodo. O meu natural é esse e eu quero ser assim (Tom Grito).

A fala de Tom nos remete para a crítica de Butler (2017), mencionada anteriormente, sobre a necessidade de inteligibilidade dos gêneros e dos corpos. Sua corporeidade ambígua é justamente aquela que coloca em xeque o ordenamento social e que, como veremos adiante, não apareceu nas campanhas desenvolvidas pelo Governo Federal para celebrar o Dia da Visibilidade Trans. O que nos leva a pensar em que medida as intervenções biomédicas decorrem do desejo dos sujeitos e em que medida são sustentadas pela necessidade de adequação numa sociedade que tenta apagar a ambiguidade e encapsular as possibilidades dos corpos. Um exemplo recente é o concurso de beleza Mister Trans Brasil (CARVALHO, 2021). Criado para dar visibilidade a homens trans e transmasculines, o concurso foi amplamente criticado por valorizar um tipo de beleza muito próximo àquele considerado ideal pelo sistema cis-heteronormativo, concedendo o prêmio principal ao jovem Bernardo Rabello, branco, que em entrevistas ressaltava que, de saída, não poderia ser considerado padrão porque é trans. Corpos ambivalentes como o de Natan Santos, negro, que ainda não realizou a mastectomia, participaram da seleção. Natan foi contemplado com um prêmio regional. Esse agenciamento do que se chama “passabilidade” ou de uma leitura social mais próxima dos padrões cisgêneros tem sido observado em trabalhos que investigaram a visibilidade trans em plataformas digitais, o que gera tensão entre os papéis de militantes e influenciadores/as digitais, já que a visibilidade valorizada nesses espaços é aquela inteligível e apropriável pelo discurso neoliberal (LIMA; GERMANO, 2019).

Esses exemplos apontam para outros aspectos que serão abordados no capítulo seguinte: as condições políticas e de comunicabilidade para a construção de visibilidade trans.

3. VISIBILIZAR AS IDENTIDADES TRANS NO BRASIL

Os olhos que nos veem, pelos quais por tanto
tempo nos vimos, não mais nos servem.

(Amara Moira)

Os atributos do visível não seriam suficientes para o processo de construção da visibilidade. São necessárias certas condições da interface entre quem se dá a ver e quem vê. No caso dos processos sociais, isso não significa que o meio esteja dado. Os atores sociais lançam mão permanentemente de seus atributos para garantir condições de visibilização para suas pautas. Neste capítulo, porém, tentamos destacar aspectos mais amplos que não estão estritamente sob a ingerência de quem reivindica a visibilidade. Eles estão implicados, mas dependem de fatores que lhe são externos, como os contextos políticos – tanto em sentido mais amplo quanto em sentido estrito, relacionado a atuações partidárias. São os contextos políticos que possibilitam ou impedem que esses sujeitos apareçam no espaço público, são também os contextos políticos que configuram as condições de comunicabilidade, aquelas que permitem ou não que algo seja enunciado. Ao enfatizar seu caráter externo, não se está afirmando que tais condições sejam alheias às lutas conduzidas pelos movimentos sociais. Como as entrevistadas e os entrevistados destacam, nenhum avanço foi concedido; todos foram conquistados e são fruto de intensas negociações, que nem sempre ficam nítidas fora do núcleo mais atuante. Apesar disso, trata-se de processos que se pretendem exotéricos, no sentido de que comportam uma dimensão pública – socialmente ampliada ou, dito de outro modo, voltada para fora.

A ideia que se reforça aqui é a de que os fenômenos sociais não preexistem à sua visibilidade discursiva. As condições para que algo emergja na complexa trama do tecido social depende de uma série de relações que lhe lancem luz, como tentamos mostrar nos capítulos anteriores. “Não se pode falar qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2014, p. 55). De forma semelhante, Pollak (1990) aponta que certos relatos só podem ser comunicados num contexto em que haja possibilidade para tal ou condições de comunicabilidade e afirma que a transformação da ordem simbólica, como entendemos que ocorra com as reivindicações relacionadas à visibilidade trans, passa por um trabalho semântico.

Para entender um pouco do cenário que contribuiu para dar contornos mais nítidos e humanizados às experiências trans no Brasil, incluindo as contradições que marcam a visibilização dessa pauta, recorreremos a estudos que historicizam alguns eventos importantes

nos campos político, jurídico, sanitário, cultural e comunicacional, cotejados com as percepções sobre tais eventos, compartilhadas durante as entrevistas.

3.1. DIMENSÕES DE UM PROCESSO EM CURSO

No Brasil, a construção social das identidades trans esteve muito vinculada à ideia de homossexualidade até a década de 1990 e, como tal, estava também associada à marginalidade desde o período colonial. João Silvério Trevisan (2018) destaca que, embora não fossem explicitamente tipificadas nos códigos penais do Império e da República, as práticas homoeróticas eram costumeiramente enquadradas como ofensa à moral e aos bons costumes. O mesmo rigor não era aplicado a quem se vestisse com trajes do sexo oposto, considerado um costume pitoresco ligado à cena artística, importado da França no século XIX e “devidamente digerido e transformado no Brasil” (TREVISAN, 2018, p. 234). No período republicano, porém, “travestismo”, cujo sentido estava próximo ao do disfarce ou engodo, tornou a ser criminalizado, como no período colonial, e passou a ser penalizado com 15 a 60 dias de detenção. Sucessivas alterações na legislação penal não descriminalizaram de fato as performances travestis, caracterizadas como ultraje ao pudor ou ato obsceno e associadas à prostituição até a promulgação da Constituição de 1988 – marco civilizatório do Estado brasileiro. Durante as entrevistas, o processo de redemocratização e o movimento da Reforma Sanitária, incluindo a adoção do modelo das conferências nacionais originárias no campo da Saúde pelos entes públicos ligados à pauta LGBTQIAP+, foram mencionados como determinantes para o reconhecimento das identidades trans, ainda que não fossem denominadas enquanto tal naquele momento.

Até o final da década de 1980, apesar de a identidade transexual já circular, a identidade mais evidente – nomeada e estigmatizada – era a das travestis, cujo regime de visibilidade vinculava-se principalmente à prostituição e à criminalidade. A noção de travestis como grupo social organizado tem como marco um evento organizado já em contexto democrático: a fundação da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), em 1992. É dele que se parte para pensar fatos que alteraram as condições políticas para a visibilidade trans. Foi também em 1992 que a primeira travesti foi eleita para um cargo de representação política. Kátia Tapety conquistou, pelo extinto Partido da Frente Liberal (PFL), de direita, uma vaga na

Câmara Municipal de Colônia do Piauí. Longe do eixo Rio-SP, seu sucesso eleitoral não recebeu registro imediato em veículos de circulação nacional²⁸.

Como Carvalho (2011) registra, a Astral foi a primeira entidade de representação política, criada para se opor à violência policial e demandar políticas de prevenção e assistência na área da saúde. Desde o início, angariou visibilidade midiática conforme relato de uma de suas fundadoras, Jovanna Baby, justamente por ter invertido a lógica que as vinculava a transgressões. Ela narra um episódio no qual travestis cariocas se uniram para enfrentar a Guarda Municipal enviada para prendê-las²⁹. Ao recorrerem ao comando da Polícia Civil, as travestis conseguiram mostrar que os agentes municipais extrapolavam suas funções e, por isso, foram detidos. O fato recebeu cobertura da imprensa e, conforme as palavras de Jovanna, “saiu em um monte de lugares” (CARVALHO, 2011, p.27).

À iniciativa carioca, prossegue o autor, seguiram-se outras semelhantes em diversos estados após a organização do I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids (Entlaids)³⁰, no ano seguinte. Durante os anos 90, o movimento tentou se organizar em associações e redes e, em 2002, formalizou-se a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), inicialmente batizada de Articulação Nacional de Transgêneros. Em sua tese de doutorado, Carvalho (2015) defende que a luta dos movimentos trans na primeira década deste século foi justamente por visibilidade, tomada como categoria-chave do ativismo³¹. Em 1995, durante o III Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, a letra T de travestis ganhou espaço e visibilidade na nomenclatura abreviada do movimento e foi fundada a Associação Brasileira

²⁸ *O Globo* noticiou a segunda de suas três eleições a vereadora numa nota na antiga coluna Swann. Com o título “Fez sucesso”, o então titular Ricardo Boechat informou que “além de ter definitivamente quebrado o tabu na região, foi o candidato mais votado da cidade” (BOECHAT, 1996, grifos nossos). Na *Folha*, o nome de Kátia apareceu pela primeira vez em 2004, na coluna Toda Mídia, quando era vice na chapa que concorria à prefeitura. O colunista Nelson de Sá registra a confusão no uso do gênero masculino na fonte original que inspirou a nota.

²⁹ Segundo o relato de Jovanna Baby a Carvalho (2011), a determinação partira do gabinete do então prefeito Luiz Paulo Conde.

³⁰ Larissa Pelúcio (2009) discute como o movimento de prevenção ao HIV/Aids se vinculou à construção de cidadania por esses grupos, num processo que ela chamou de “SIDAnização” num jogo de palavras com a sigla da doença em língua portuguesa.

³¹ Carvalho (2015) investigou as interações sociais de ativistas trans num trabalho de campo diversificado que incluiu análise documental de materiais impressos e digitais, etnografias de eventos como manifestações, seminários, premiações, ações virtuais e uma campanha eleitoral à vereança em município do estado do Rio de Janeiro. Os dois principais eventos observados estavam situados em espaços geográficos distintos: a 18ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em maio de 2014, e o seminário pelo Dia da Visibilidade Trans, realizado no Rio de Janeiro, em janeiro de 2013. Posteriormente, o autor apresentou suas observações da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e o ato pelo Dia da Visibilidade Trans, de 2015. Nesse trabalho, Carvalho (2018a) narra os embates dentro do movimento LGBT para dar visibilidade específica à sigla que representaria o segmento mais vulnerável: a população trans. Ele constata que, pelas categorias nativas, o desfile em São Paulo não atingiu os objetivos políticos em contraste com o evento carioca, a despeito de recorrerem a expedientes semelhantes, como o uso das redes sociais e o uso do corpo como “bandeira”. Parte da explicação, segundo o autor, estaria na necessária negociação com as demais identidades presentes na parada e também nas mudanças provocadas pelos efeitos das manifestações de julho de 2013, vinculando com mais força as redes sociais e as ruas.

de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Dois anos depois, em 28 de junho de 1997, a entidade, em parceria com outros coletivos, promoveu a primeira parada do Orgulho GLS, que em 2008 passaria a assumir a conformação mais parecida com a atual, passando o L à frente e incluindo o T. Os desfiles realizados anualmente no mês de junho deram visibilidade midiática e, por consequência, política ao tema.

Os veículos impressos também foram criando condições de comunicabilidade para a visibilidade trans a partir do fim da década de 1990. Dois trabalhos exploratórios, na *Folha* e no *Globo*, desenvolvidos para a construção do projeto da tese (CLÉBICAR, 2019; CLÉBICAR; LERNER, 2019), mostram que o uso do termo “transgênero” é recente (década de 1990), em comparação com os termos “travesti” (década de 1920) e “transexual” (década de 1960) e nos dois veículos foi “apresentado” aos/às/es leitores/as em sua primeira menção³². O termo foi mencionado pela primeira vez em *O Globo* em 1997 e na *Folha* em 1998, o que nos permite relacionar as pautas aos debates travados nos movimentos sociais no Brasil e no exterior. Na *Folha*, foram dois os textos publicados em 1998. Eles apresentam a palavra por meio de artistas internacionais e foram publicados em suplementos de cultura e entretenimento. A opção por introduzir o então novo termo por meio de atores do campo da cultura indica a forma preferencial do periódico em visibilizar as questões de gênero. É diferente da opção feita por *O Globo*, cuja matéria inaugural, de 1997, publicada no caderno “feminino” Ela, dedicado a moda, beleza e comportamento, continha duas fontes: Daphne Scholinski, pessoa trans que na ocasião lançava o livro “The last time I wore a dress” e um psiquiatra que explicava num box assinado por repórter setorista de saúde a então classificada disforia de gênero.

O enfoque da matéria coincidia com eventos do campo da saúde. Em setembro de 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) autorizara, em caráter experimental, a realização de cirurgias de transgenitalização por meio da Resolução no. 1.482, posteriormente revogada³³. Até então, esse tipo de cirurgia era realizado de forma clandestina desde a década de 1970. João

³² Exercício semelhante fez Condeixa de Araújo (2018) para entender os sentidos relacionados ao corpo transexual na revista *Trip*, considerada uma publicação vanguardista. A partir dos descritores “transexualismo”, “transexualidade”, “transgênero”, “transhomem”, “transmulher”, “transtorno de identidade de gênero” e “disforia de gênero”, a pesquisa recuperou 30 notícias e analisou os títulos daquelas que mencionavam cada um dos descritores pela primeira vez. Notou-se que o tema foi inaugurado na revista em 2009 com o termo transexualidade numa matéria cujo título era “Corpo estranho”. O último termo a ser apresentado foi “transgênero”, em 2013. Condeixa observa que, a despeito da existência anterior de transexuais e travestis, a ideia de novidade era atualizada a cada notícia que estreava o uso de cada um dos termos buscados. Essa constatação nos sugere que a visibilidade das experiências trans é marcada por um certo tipo de exotismo que, ao menos, até a segunda década deste século é constantemente reiterada.

³³ Atualmente, vigora a Resolução 2.265/2019, que entre outras atualizações reduziu a idade mínima para a realização da cirurgia de 21 para 18 anos. Antes, a Resolução 1.955/2010 havia autorizado as neofaloplastias consideradas mais complexas do que as neovaginoplastias, autorizadas desde 2008.

Nery (2011) relatou em livro as incertezas vividas em 1977 ao se tornar “o primeiro homem trans do Brasil” – ou seguramente o primeiro a dar visibilidade à transição de gênero ainda entendida como “mudança de sexo”³⁴. Além dos riscos envolvidos numa intervenção de técnica ainda pouco desenvolvida, ele detalhou a angústia de passar por todo o processo às escondidas, o que incluía registros inverídicos e alta precoce de uma pequena clínica em São Paulo. No ano seguinte, o médico Roberto Farina, a quem Nery agradece em seu livro pelo pioneirismo cirúrgico, foi condenado à prisão por lesão corporal grave, comparável a mutilação. Em recursos posteriores e já sob vigência de normativas que flexibilizaram a cirurgia, foi absolvido, ou seja, as condições políticas para a redesignação sexual já eram muito diferentes. A decisão do CFM resultou na abertura de centros de pesquisa especializados no processo transexualizador em universidades do Rio (Uerj e UFRJ), São Paulo (USP), Alagoas (Ufal) e Espírito Santo (Ufes), o que se configurou como um passo importante para a oferta da cirurgia, em caráter regular, pelo SUS em 2008³⁵.

Esse passo coincide com a expressiva visibilidade conquistada na primeira década do ano 2000 tanto no campo político quanto no cultural. Em 2001, a primeira personagem nomeadamente transexual integrou a telenovela da Rede Globo *As filhas da mãe* (HOMRICH, 2020). Interpretada pela atriz cis Claudia Raia, a personagem Ramona era a primogênita de Lulu de Luxembourg e Fausto Cavalcante, respectivos papéis de Fernanda Montenegro e Francisco Cuoco. Na trama, o retorno da bela mulher, que passara por cirurgia e retificação de documentos fora do Brasil, surpreende a família e provoca conflito com o personagem do ator Alexandre Borges, Leonardo Brandão, que se sente “traído” ao saber que se apaixonara por uma transexual³⁶.

³⁴ Apesar de outros homens trans, como Anderson Herzer (1962-1982) e o próprio Raicarlos Durans buscarem dar a ver suas existências ainda sem nomeá-las no início da década de 1980, João Nery foi o que conquistou mais visibilidade. Sob pseudônimo, o autor publicou o livro “Erro de pessoa” em 1984 e, citando nominalmente repórteres que o entrevistaram, credita à cobertura jornalística na *Folha de S.Paulo*, no *Jornal do Brasil* e na *TV Manchete* a ampla divulgação e o esgotamento rápido da edição (NERY, 2011).

³⁵ A primeira cirurgia de “reconstrução genital” no âmbito do SUS foi realizada em 2003, em atendimento a decisão judicial obtida por uma mulher trans (TENENBLAT, 2014).

³⁶ Antes de 2001, outras personagens já haviam colocado em cena as questões de gênero. Lalo Homrich (2020) identificou outras quatro personagens que hoje poderiam se abrigar sob o guarda-chuva do termo trans desde a fundação da TV Globo, sendo a primeira delas a personagem Ninette, interpretada por Rogéria, que assumia para si o epíteto de “a travesti da família brasileira”. Alinhada à forma como a travestilidade era então compreendida – fortemente vinculada à prostituição –, a personagem era amiga da protagonista e administradora do seu bordel. Já Joselyson Santos (2015) aponta a personagem de Stanislava Grotowiska, interpretada por Zbigniew Ziembinski em *O Bofe*, de 1972, como a primeira a se valer de “travestimenta” numa telenovela. Na trama, não havia menção à identidade de gênero da mãe da mocinha, interpretada por Betty Faria, mas seus devaneios embriagados com o personagem do galã Jardel Filho fizeram com que a personagem fosse percebida por jornalistas especializados na cobertura de TV como travesti (SENNA, 2000).

A partir de 2002, durante os mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a atuação de movimentos sociais foi acolhida nas instâncias governamentais e resultou num conjunto expressivo – em comparação com a agenda anterior – de políticas destinadas às populações LGBT. Vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, mais tarde transformada em Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT, o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 (mesmo ano do lançamento da campanha “Travesti e respeito” no Congresso), abarcou uma série de ações interrelacionadas: duas conferências nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em 2008 e 2011, três planos de promoção de direitos e cidadania e a instauração do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNS-LGBT) pelo Ministério da Saúde em 2010 (IRINEU, 2016).

Antes disso, em 2005, houve a I Jornada sobre Transexualidade e Saúde, organizada pelo Instituto de Medicina Social (IMS/Uerj) com apoio da Sociedade Brasileira de Urologia e Associação Brasileira de Aids e com participação de movimentos sociais e profissionais de diferentes áreas (TENENBLAT, 2014). A formalização da inclusão dos procedimentos cirúrgicos no rol de serviços do SUS, por meio da publicação da portaria 457/2008 do Ministério da Saúde, habilitou quatro centros de referência para os procedimentos: Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado à Uerj; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Hospital das Clínicas da UFRGS; e Hospital das Clínicas da UFG. Ao mesmo tempo em que representou um avanço, o regramento do processo transexualizador ainda impunha desafios, entre eles restrições rígidas a quem se candidatasse ao processo. Naquele momento, o diagnóstico psiquiátrico de transexualismo, tal como as vivências trans eram categorizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ainda era uma exigência (VENTURA; SCHRAMM, 2009). Além disso, a formalização não foi acompanhada de investimentos econômicos proporcionais às demandas criadas, tampouco previu mecanismos para lidar com constrangimentos institucionais (SANTOS, 2020).

Apesar desses problemas, o SUS foi um dispositivo importante para a conquista de direitos de pessoas trans (SILVA et al, 2017). Através dele, que acatou o uso do nome social³⁷ em 2009, logo após a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em 2008, outras políticas que buscavam visibilizar as identidades trans, sobretudo na área do Direito, foram construídas (VENTURA, 2010). Tributário do campo da Saúde, em que exprimia um espaço de exercício de participação social no bojo da Reforma

³⁷ Nome com que a pessoa se identifica socialmente.

Sanitária, o modelo das conferências foi replicado em outros campos, respeitadas as particularidades de cada um deles. Para Silvia Aguião (2018), o evento, do qual a imagem simbólica é a do então presidente Lula com boné e bandeira do arco-íris, representou uma instância de produção de direitos. Bruna Irineu (2016), no entanto, identifica alguns retrocessos em relação à proposta original do programa Brasil Sem Homofobia, entre eles a primazia de pautas ligadas à saúde e à segurança pública em detrimento de outras como a assistência social. Parte dessa percepção é corroborada pelo que nos mostrou a cobertura midiática. Na pesquisa exploratória na *Folha de S.Paulo*, o único texto recuperado com o descritor “transgênero” no ano da I Conferência é uma fotolegenda da Parada do Orgulho LGBT. Há um reforço da visibilidade da bandeira do arco-íris como símbolo³⁸. É uma pista de que o termo transgênero, naquele momento, visibilizava a “festa”, mas não as intensas negociações políticas para a reivindicação de direitos específicos da população trans no bojo do movimento ampliado.

A segunda edição da Conferência, em 2011, representou a profissionalização da política LGBT e a capacidade de articulação das redes, diz a autora. Em 2016, ano da realização da III Conferência, após uma série de acionamentos jurídicos divergentes (LIMA, 2017), um decreto presidencial, assinado por Dilma Rousseff normatizou o uso do nome social para além da esfera da Saúde, um marco fundamental para o reconhecimento das identidades trans. Durante as entrevistas, o papel da primeira mulher a ocupar a presidência da República foi ressaltado nas ações relacionadas à visibilidade trans, assim como os efeitos deletérios de seu afastamento e substituição por mais um homem cis, branco, de camadas sociais elevadas e idoso. Isso nos permite pensar em que medida o fato de certas conquistas terem sido alcançadas a partir de uma representação não-masculina influencie o próprio processo de construção de poder por identidades não-hegemônicas. A partir de então, encerrando um ciclo iniciado em 1995, o Poder Executivo Federal perdeu o protagonismo – ou assumiu o antagonismo – na construção de recursos políticos e jurídicos que dão visibilidade às pessoas trans, cabendo a outras instâncias fazê-lo.

Em 2017, a teledramaturgia voltou ao tema, colocando em destaque como um dos conflitos centrais da novela de maior audiência a transição de gênero. Em *A força do querer*, da TV Globo, o público acompanhou o processo de Ivana/Ivan, o jovem homem trans interpretado pela atriz cis Carol Duarte. Além de questões como disforia, rejeição da família e violência, experimentadas por essa personagem, a produção também abordou a ambiguidade

³⁸ Naquele momento, a bandeira do arco-íris ainda simbolizava o movimento de uma forma ampla. Mais tarde, materializando as especificidades demandadas singulares, cada uma das identidades da sigla adota uma bandeira específica como símbolo.

do motorista Nonato que, à noite, longe do padrão machista, podia assumir a identidade da travesti/transformista Elis Miranda, papel interpretado por Silvero Pereira³⁹. Por outro lado, buscando naturalizar a presença de artistas trans, a atriz Maria Clara Spinelli deu vida a uma secretária cis. Nesse caso, o debate sobre gênero se deu fora da trama, na cobertura midiática (CASTRO, 2017). A reiterada ênfase nas novelas aqui encontra amparo em trabalhos como o de Ester Hamburger (2011), que apontam esse tipo de produção como espaços privilegiados de interpretação do país, por captar e expressar sentidos em suspensão já que, produzidas e exibidas simultaneamente, põem em contato as agendas de agentes políticos, econômicos e culturais e o repertório de um variado público espectador.

O ano seguinte, 2018, é emblemático para pensar as condições construídas por um período de quase três décadas em que a articulação de fatos e eventos dos campos médico, político e jurídico contribuiu para tornar o meio social mais translúcido à existência física, civil e política de pessoas trans. Três eventos ocorridos em instâncias distintas permitem essa afirmação:

1. o Supremo Tribunal Federal decidiu, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.275 (BRASIL, 2018), que as pessoas trans poderiam alterar nome e sexo nos documentos, garantindo o direito à autodeterminação de gênero nos registros civis independentemente de passar ou não por processo ambulatorial ou cirúrgico de redesignação sexual⁴⁰;

2. Erica Malunguinho, do PSOL de São Paulo, foi eleita a primeira deputada estadual trans do país e nos permite imaginar que, apesar das forças contrárias, haja condições políticas de se eleger um/a/e parlamentar trans em 2022 para o Congresso Nacional, pauta levantada pelo então deputado Fernando Gabeira em 2004 e considerada inusitada pela *Folha de S.Paulo* naquele momento, como discutiremos no próximo capítulo⁴¹;

3. pela primeira vez, um filme protagonizado por uma atriz trans recebeu um Oscar. O chileno *Uma Mulher Fantástica*, estrelado por Daniela Vega, levou o maior prêmio do cinema mundial como melhor filme estrangeiro.

³⁹ A forma como a personagem foi construída foi criticada por travestis engajadas nos movimentos sociais e pela Antra, que não reconhecem essa dupla e supostamente falseada performatividade como uma identidade. De acordo com elas, a identidade travesti não se constrói pela “montação”; ela é vivenciada 24 horas por dia no feminino. Esse debate, no entanto, não foi lembrado durante as entrevistas.

⁴⁰ Considerada precursora dessa reivindicação, a musicista Kathyla Katheryne conquistou na justiça, em 2012, o direito de alterar o registro civil sem passar por cirurgia. Após ser entrevistada pelo jornal *O Globo*, no ano seguinte, ela “ganha destaque e é então convidada para relatar sua experiência” (CARVALHO, 2015, p. 97) para o movimento social no âmbito do I Seminário de Cidadania Trans.

⁴¹ A notícia foi publicada em 30 de janeiro de 2004 pela *Folha de S.Paulo* e integra o corpus da tese.

Além desses três eventos, encontramos um texto especialmente interessante a respeito na matéria de lançamento do *Manual de Estilo da Redação da Folha*, um organizador formal de sentidos dentro da lógica de produção jornalística. Entre os acréscimos à edição de 2018, o sentido da palavra é um dos destaques e o jornal compartilha com o seu público leitor a visão que tem sobre o que é ser transgênero. Segundo a *Folha*, “usa-se o termo transgênero em relação a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico. Ao escrever sobre transgênero, adote a identidade declarada da pessoa. Não confunda transgênero com orientação sexual” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 3). Acreditamos que ao incluir o verbete e chamar a atenção para ele na matéria sobre seu lançamento, o jornal desejava iluminar sua função pedagógica, educando conforme suas crenças e valores não apenas sua equipe – a quem se destina o manual – mas também os/as/es leitores/as do impresso e do digital. Não se pode perder de vista também um certo uso utilitário da pauta, já que para um veículo tradicional como a *Folha* a presença formal do tema da diversidade confere valor, na medida em que indica sua permanente atualização.

Em 2019, novamente, coube à Suprema Corte uma decisão importante: ela equiparou a discriminação por identidade de gênero (transfobia) e orientação sexual (homofobia) ao crime de racismo no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e Mandado de Injunção 4.733 (CARRARA, 2019). Ainda em 2019⁴², o movimento trans comemorou a alteração da décima primeira edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), que renomeou e deslocou as vivências trans do capítulo sobre transtornos mentais para outro dedicado à saúde sexual. Nos anos anteriores, intensas campanhas em plano nacional e internacional reivindicaram a despatologização (ALMEIDA; MURTA, 2013). A divulgação da reclassificação, uma conquista parcial na visão de alguns, recebeu considerável atenção da mídia no Brasil (CLÉBICAR LEITE; LERNER, 2019a). Nos países-membros, a nova classificação entrou oficialmente em vigor agora, em 2022, embora ainda não esteja em uso no Brasil.

Nesse mesmo ano, a atriz e cantora Linn da Quebrada ingressou no *Big Brother Brasil (BBB)*, *reality show* de maior audiência da TV brasileira. A artista já havia lançado alguns álbuns, participado de filmes, documentários e também da série da TV Globo “Segunda chamada”, de 2019. Embora não tenha sido pioneira, sua participação no *BBB* inaugurou a presença explícita de uma pessoa trans no programa. Onze anos antes, a então cabeleireira Ariadna Arantes, hoje influenciadora digital, foi a primeira eliminada da edição. Sua identidade

⁴² Em novembro de 2019, seria realizada a IV Conferência Nacional LGBT. Um projeto de decreto legislativo propôs sustar a convocação.

de gênero não foi mencionada durante o confinamento na casa-cenário. No entanto, conhecida do público, foi explorada em tom de deboche por alguns veículos de notícia⁴³. O fato de ter supostamente sonegado essa informação, “escondendo” sua identidade dos/as demais participantes, foi apontado como uma das razões para sua saída definida por votos do público.

Apesar dos avanços, a percepção durante as entrevistas é que as condições políticas para a construção da visibilidade trans, da forma como vinha sendo feita, foram interrompidas a partir da eleição de Jair Bolsonaro. O indício mais evidente é a suspensão das campanhas: “O Dia da Visibilidade Trans foi esquecido nesse governo. A gente não vê mais campanha, né?” (Marcelly Malta). Esse questionamento, associado ao fato de parte dessas conquistas não ter se estabelecido por meio de lei, permite-nos indagar até que ponto os avanços estão consolidados e se retrocessos nos campos mencionados seriam capazes de retornar a questão trans a um estado menos aparente.

3.2. ELEMENTOS DESTACADOS PELAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Para responder a indagação que encerra o tópico anterior, recorreremos às contribuições coletadas durante as entrevistas. Os eventos apresentados até aqui em ordem cronológica serão discutidos a seguir à luz das experiências compartilhadas. Optamos por apresentá-los organizados hierarquicamente pela relevância que atribuímos diante da saturação e ênfase observadas durante as conversas e já não mais pela sucessão temporal.

3.2.1. O contexto político-partidário

Como procuramos discutir na primeira parte deste capítulo, o movimento de visibilização das identidades trans ganhou força, inicialmente, com o processo de redemocratização e se intensificou a partir de 2004, quando a primeira campanha sobre o tema foi promovida e uma série de políticas públicas foram viabilizadas pelo Governo Federal nas seguidas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). Para Raicarlos Coelho Durans, a visibilidade trans está intimamente ligada aos processos de participação social.

⁴³ Durante a exibição da edição do *BBB 2022*, Ariadna Arantes postou em suas redes sociais capa do jornal *Meia-Hora*, exemplificando o tipo de transfobia – ainda não tipificada criminalmente em 2011 – a que estava exposta quando participou do programa. O caso parece exemplificar os deslocamentos envolvidos na visibilização de corpos trans na sociedade brasileira.

Participei de todas as Conferências de Saúde, desde a 8ª, em 86, discutindo saúde para mim e para os outros. Depois, quando foi possível discutir saúde de pessoas LGBTs, eu comecei a discutir saúde LGBT para todas as pessoas. Quando foi possível discutir saúde para o homem trans e mulher travesti e mulher trans, eu também discutia (Raicarlos Coelho Durans).

Segundo Marcelly, o apoio dos governos do PT, em nível federal e estadual no RS, foi decisivo para uma série de iniciativas com a participação da ONG Igualdade, entre elas ações de formação para agentes da Segurança Pública, sensibilização de trabalhadores da Saúde, além das próprias campanhas de comunicação pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans. Ela se emociona ao falar especialmente de Dilma Rousseff e da ex-ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos Maria do Rosário, a quem sua organização entregaria troféus como forma de reconhecimento pela adesão às pautas trans em 2012 durante a realização do Fórum Social Mundial Temático, em Porto Alegre.

Era o governo do Tarso Genro. Daí... “A presidenta da República, Dilma, chegou”. Aí todo mundo correu para entregar um troféu para ela. (...) Mas quando ela passou de carro, ela abriu a janela do carro (chora) – até me emociono – e ela abanou e gritou: “Marcelly”. Aí eu disse assim: ó, pra senhora! (...) E logo em seguida veio a ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos. Aí, quando ela entrou, ela me viu e eu falei: vou te entregar esse troféu porque a senhora merece (chora). Sempre na luta da população trans. Nossa, foi um marco na nossa história! (Marcelly Malta).

O reconhecimento de Marcelly se repetiu, ainda que de forma menos emocionada em outras entrevistas. Apesar de não nomear os partidos, Tathiane Araújo observou uma mudança de enquadramento das demandas levadas pelos movimentos sociais na gestão do PT. Ela lembra que durante boa parte da primeira década dos anos 2000 a vinculação com o HIV/Aids esteve muito presente. Podemos depreender da sua fala que essa associação entre travestis e HIV/Aids, para além dos vínculos morais mais tradicionais, tivesse também uma relação com o programa de prevenção desenvolvido pelo Ministério da Saúde, sob o comando de José Serra durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, considerado exitoso: “infelizmente, havia uma cobrança da área técnica de saúde, as questões ligadas à saúde, à infecção, à prevenção, à assistência fossem mais visibilizadas porque tinha a ver com a política de Aids” (Tathiane Araújo). Mais ao final da década, já na gestão de José Gomes Temporão, o olhar do MS para as demandas do movimento social foi sendo ampliado graças à interlocução com

profissionais da área técnica como Mariângela Simão⁴⁴, que aparece numa das notícias que integram o corpus da tese: “foi uma das mulheres que tanto pensou também de forma humana como fazer com que realmente os movimentos pudessem operar e chegar nas suas comunidades” (Tathiane Araújo). Durante a devolutiva, Tathiane acrescentou uma outra contribuição técnica fundamental: a de Fábio Mesquita, que assumiu a direção do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais em 2013 e pediu exoneração em 2016, após Michel Temer assumir a presidência interinamente. Esse pedido se alinha com uma percepção manifestada durante as entrevistas. Embora não seja unanimidade entre as pessoas entrevistadas, a maioria absoluta aponta que os governos mais à esquerda atuaram de forma favorável às demandas da população trans⁴⁵.

Apesar da ênfase nas reivindicações do movimento e do reconhecimento de alguns avanços, as pessoas entrevistadas observam que fatores exógenos recentes alteraram as condições políticas e tornaram a atmosfera social mais turva às questões da população trans. Mais de uma pessoa entrevistada refere como ponto de retrocesso o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Com a eleição de Bolsonaro, a situação se acirrou não apenas pela retórica adotada por ele e integrantes de seu governo, como por medidas que efetivamente iam contra os direitos conquistados, além da ausência das campanhas pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans. Logo depois de assumir o cargo, em 2019, juntamente com outras instâncias de participação social, extinguiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, criado por meio da Medida Provisória 2.216-37 de 31 de agosto de 2001 e ampliado, como mencionado anteriormente, pelo Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Posteriormente, o órgão foi recriado com um quinto dos assentos, passando de 30 para seis integrantes, dos quais apenas três pertencem à sociedade civil. Também em 2019, ele atuou diretamente para suspender processos de seleção à universidade para população trans e editais de fomento cultural para obras com a temática LGBTQIAP+, manifestando-se por redes sociais digitais. Decisões jurídicas frearam tais intervenções.

Esse tipo de ação era esperado por Ivana Spears, que percebeu as manifestações concretas da ambiência política em seu cotidiano antes mesmo da posse, motivando sua saída do país. Durante a entrevista, ela relatou que decidiu se mudar para a Europa, estabelecendo-se na Itália, ao perceber que a eleição de Jair Bolsonaro se concretizaria e as situações de violência

⁴⁴ Médica, foi diretora do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do MS. Desde 2017 é diretora-geral assistente da OMS para Medicamentos, Vacinação e Fármacos.

⁴⁵ A eleição de Kátia Tapety, em 1992, pelo PFL, por exemplo, parece ter mais a ver com especificidades dos arranjos partidários locais e de suas relações do que propriamente com uma política estruturada no município pelo qual se elegeu.

contra pessoas trans se intensificariam. Segundo ela, até a saída de Dilma havia certos limites que não poderiam ser cruzados. O processo conduzido pelas forças políticas de direita e apoiado pela mídia privada monopolizada por um pequeno grupo de famílias concedeu uma espécie de salvo conduto para o racismo e a transfobia, com o agravante da camuflagem desses crimes.

(A situação) estava horrível (no governo Temer). Os homens na rua estavam super agressivos. Isso são coisas que a gente sente. Quando a política não protege, ela destrói. É simples assim. Porque, no governo Dilma, as pessoas fingiam. (...) Parece que a máscara caiu. (Agora) As pessoas têm o prazer de dizer que são ruins. ‘Olha, eu não gosto mesmo. Não gosto de preto, não gosto de pobre, não gosto de viado. Gosto? Não gosto’. O presidente falou, você vai falar o quê? Então, todo mundo era Bolsonaro mesmo. Todo mundo era aquilo e as pessoas são até hoje. (...) Então, tipo assim: eu era brasileira e não sabia que o brasileiro era isso. Sabe? Fui só eu que fiquei em pânico? Acredito que você e todo mundo ficou assim. E eu tinha uns que eram tão cretinos que falavam assim: ‘Você é um viado diferente. Os viados outros eu não gosto não, mas você é legal’. Para mim, não me interessa. Ninguém precisa me amar, mas se eu tenho uma vida boa, eu quero que todas as outras minhas amigas (tenham). Eu quero. Eu acho que possibilidades todas têm. (...) Aí eu falei: não, eu não posso ficar aqui, porque eu penso na minha família. Poxa, minha mãe vai estar chorando sabendo que eu estava ali na rua. E a história é sempre outra, né? ‘**O** travesti fulano de tal’. Porque fala assim: ‘**o** travesti tentou assaltar e foi morto’. Outra história inventada. Assim como outras pessoas de periferia, negros, que estão ali jogando bola e a polícia chegou dando tiro em todo mundo. ‘Eram marginais, eram todos suspeitos’. Espera aí! Então, a gente está sempre sofrendo quando a gente não tira esse véu da mentira e vê a realidade das pessoas (Ivana Spears, grifos nossos para indicar o destaque dado pela entrevistada oralmente).

O sentimento manifestado por Ivana foi compartilhado por outras pessoas e resulta dos contextos amplos que estamos tentando destacar, traduzindo de forma quase direta a premissa teórica de que os discursos conformam as práticas sociais e são por elas conformados. No capítulo 4, trataremos de forma mais específica sobre as formas de atuação partidária e ativismo das pessoas entrevistadas.

3.2.2. O direito ao nome próprio

Durante as entrevistas, a condição conquistada mais recorrentemente referida foi o direito ao uso do nome em consonância com o gênero com o qual as pessoas se identificam. Neste texto, ela vem listada em segundo lugar porque, embora não tenham expressado de forma explícita, em nossa avaliação ela está subordinada aos contextos políticos.

Os campos da Educação (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986), da Psicanálise (LACAN, 2003) e das Ciências Sociais (BOURDIEU, 2006) já se dedicaram a mostrar como os nomes próprios inauguram o sujeito, sua relação com o mundo e uma ideia de vida. Nas entrevistas, o direito de serem reconhecidas pelos nomes que expressam seu gênero conferiu às pessoas uma série de outras possibilidades nas esferas cívicas e políticas. Alterar nome e sexo nos documentos, garantindo-se o direito à autodeterminação de gênero nos registros civis independentemente de passar ou não por processo ambulatorial ou cirúrgico de redesignação sexual, mobilizou parte das conversas de diferentes maneiras.

A primeira delas coloca a demanda pelo respeito ao nome com o qual as pessoas se identificam como uma pauta inicial do movimento. Não à toa, como veremos adiante, as primeiras campanhas pela visibilidade trans colocavam o nome, inicialmente reconhecido apenas como nome social, como tópico fundamental. Entre as nove pessoas entrevistadas, apenas uma ainda não havia retificado seu nome nos documentos e outra estava em processo (atrasado pela pandemia da Covid-19) e alterou parte deles. Na maior parte dos casos, como fizeram a transição antes de 2018, quando a retificação foi simplificada pelo STF, as pessoas entrevistadas precisaram acionar a Justiça para ajustarem sua documentação, um processo considerado penoso e violento.

Eu abri um processo para alterar o meu nome e foi péssimo. Porque eu tive que ficar perante uma juíza, que nunca nem me viu na vida, para ela olhar para mim e falar: ‘ah, beleza, você é um homem’. Coisa mais bizarra, sabe? Hoje em dia você vai no cartório (Kaique Theodoro).

No capítulo anterior, Marcelly Malta já narrou com detalhes o seu processo iniciado em 2008, desde a recusa inicial temendo os constrangimentos, que acabaram de fato ocorrendo, até a decisão favorável. Ainda que tenha afirmado que o resultado do processo, que considerou violento, não faria diferença, como uma estratégia de autodefesa contra a decisão desfavorável que esperava, isso não correspondia plenamente a seu real desejo. Além de ter provocado emoções fortes pelo reconhecimento social de sua identidade, o ganho da causa posteriormente serviu de inspiração para que outras travestis e pessoas trans no Rio Grande do Sul conquistassem o mesmo direito, como já lembrado por ela.

Tu não queira nem imaginar o que foi. Eu estava já em casa. Eu morava no Centro. E ele perguntou assim, o advogado: “Marcelly, tu tá sentada ou tá em pé?” Não, tô deitada. Tô olhando a novela. Por quê? Aí ele disse assim: “Marcelly, a gente ganhou a ação. Marcelly Malta Schwarzbald, feminina, passa do sexo masculino a partir de data tal, tal, não me lembro mais a data,

do sexo feminino. Eu chorei tanto, tanto, tanto, não queira nem imaginar (Marcelly Malta).

Mas essa não foi a última alteração em seu nome. Há poucos anos, casou-se oficialmente com Joe e acrescentou Lisboa ao sobrenome. O processo inspirou outras ações semelhantes em seu estado e a ONG, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nupsex/UFRGS) promoveu uma campanha que proveu assessoria jurídica para 248 pessoas trans e travestis até que a decisão do STF “desjudicializasse” o trâmite.

Os casos de Marcelly e Kaique ilustram a busca por um direito que significa o reconhecimento que não é apenas individual/subjetivo como também coletivo/social. Como temos tentado argumentar, a conquista do direito ao nome também decorreu de esforços empenhados no campo da saúde. A Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, publicada pelo Ministério da Saúde (2006), foi o primeiro documento a dar visibilidade a ele. Depois, em 2011 e 2012, foi a vez dos campos do Serviço Social e da Educação formalizarem esse direito. Até que, em 2016, o Decreto Federal nº 8.727, assinado pela presidente Dilma Rousseff durante a III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, normatizou o uso do nome social. Tathiane Araújo chama a atenção para a dimensão processual, nem sempre evidente, que precedeu o decreto.

O movimento trans foi ocupando conselhos de saúde, ocupando conselho de assistência, conselhos LGBTs. Foi levando decreto na mão da presidente Dilma para ela assinar do nome social, foi provocando essas leis do nome social nos estados. E aí vai se criando um clima e um enquadramento que (...) alguns valorizam, mas que o povo vai invisibilizando, vai achando que o bonde é o que está ali no momento. É o que aparece ali. A gente teve momentos e momentos do movimento trans decisivos. A entrega desse decreto, a briga que foi isso dentro do conselho porque não estava instituído no meio dos decretos para a presidenta Dilma assinar lá na Conferência o nosso. Aí a gente foi gritar e brigar para saber como é que estava o nosso. E aí marcaram e a gente foi lá para a reunião e eu tive o prazer, junto com Keila (Simpson) e outras, e tive o maior prazer ainda de ser de minha mão na hora de entregar a ela. E aquele momento é um marco ali. (...) E dali a gente começa a ver que isso chama a atenção para o próximo passo... Até a gente conseguir que o STF realmente institua isso, mas que aí tem 20 anos de luta (Tathiane Araújo).

O reconhecimento do uso do nome adequado à identidade de gênero permitiu a existência das pessoas trans, no sentido foucaultiano, que se desdobra na ocupação física e simbólica de múltiplos espaços. Nesse escopo, foram apontadas durante entrevistas as ações afirmativas para a população trans, no campo da Educação, que vieram após a garantia do uso

do nome social. Segundo esse entendimento, essa foi uma primeira conquista para a permanência na escola, complementada pelas políticas de cotas. Bernardo Mota credita a elas seu ingresso na universidade, na pós-graduação e no cargo na ONU, que ocupava no momento da entrevista. Para ele, as políticas de cotas nas instituições promoveram seu resgate do “ciclo de exclusão”, que inclui a expulsão de casa, a mudança para outro estado, o desemprego que dificultou o acesso à universidade e, posteriormente, a necessidade de conciliar o trabalho com os estudos.

Eu fui a primeira pessoa a entrar por ações afirmativas (na UnB). Mas, assim, antes disso, dez anos atrás tinha o Marcelo Caetano, que é outro homem trans central, que estava lá na UnB, reivindicando nome social, reivindicando um espaço para pessoas trans fazerem a interlocução. Eu considero que eu esteja conseguindo fazer uma excelente carreira, um excelente desenvolvimento profissional por conta do Alexandre Peixe, do Marcelo Caetano, de outras tantas pessoas trans que estão há, no mínimo, quatro décadas batalhando muito para que isso fosse possível. Então eu acho que eu faço parte dessas pessoas que começam a ser beneficiadas por essas políticas de visibilidade que desdobram em ações afirmativas e que essa minha geração, esse meu momento histórico consegue se desenvolver a partir disso (Bernardo Mota).

3.2.3. A questão trans nos campos cultural e midiático

A dramaturgia foi lembrada como um espaço destacado para perceber as condições de comunicabilidade que permitiram tornar dizíveis identidades anteriormente indizíveis e já reconfiguram a forma como as pessoas entrevistadas pensam a construção de ações relativas à visibilidade trans. O papel das telenovelas brasileiras na construção da visibilidade trans foi citado de forma recorrente durante as entrevistas. Com menor frequência foram lembradas algumas peças de teatro, além de séries ficcionais e documentais disponíveis em canais por assinatura e em serviços de *streaming*. Entendendo esses produtos midiáticos também como produtos culturais, concordamos em parte com Pollak (1990): ao estudar o tema da homossexualidade, o autor percebeu oportunidades de inserção de mudanças nos ambientes culturais, onde as dissidências sexuais e de gênero costumam ter mais espaço para existir com liberdade.

As entrevistas ponderaram essa ideia de liberdade, colocada em xeque em algumas situações. Kaique Theodoro defendeu que a arte é um espaço privilegiado para a construção da visibilidade trans. Ele expressa a indissociabilidade de vida, identidade e arte, reforçando que o teatro e a música o salvaram de um quadro de depressão no início da adolescência, quando estava buscando se compreender.

A arte, para mim, ela é tão potente quanto um ato, sei lá, político propriamente dito na rua. Eu acho que às vezes até mais porque a arte consegue penetrar as pessoas de uma forma que não tem jeito, sabe? Você pode assistir a uma peça e não entender nada, mas aquilo ali vai estar no seu subconsciente. Alguma coisa você absorveu. (...) Não tem barreira. Você fez uma música, tocou na rádio, pode ser o que for. Pablo Vittar, por exemplo, é o grande exemplo disso, sabe? Eu treinava, aí no Rio de Janeiro, crossfit. Um bando de marmanjo grandão, suado, aquelas coisas, palhaçadas de homem hétero, assim, treinando, e estava tocando Pablo Vittar... (...) E eu assim: será que eles sabem que é um puta viadão que faz esse som? Sabe? Voltando a falar de ocupação de espaço, a arte tem muito essa coisa, essa potência. Imagina, cara. Quando que a gente ia imaginar que ia estar tocando uma *drag queen* em todos os espaços, em festa de criança, em boate, sabe? Em bar. Em academia toca... E é uma *drag queen*. Muita gente não quer nem olhar para a cara dele só porque ele é gay. E as pessoas que não querem olhar para a cara dele estavam lá praticando crossfit, ouvindo a música dele. Então, eu acho que a arte é isso e eu me considero um *ativista*, na real. Não acho que eu seja um ativista porque eu poderia fazer muito mais coisa e eu preferi focar mais na minha carreira. Porque o ativismo, a militância consome muito também. Estava ficando até um pouquinho difícil de conciliar as coisas e eu sinto mais prazer na arte, de estar atuando na sociedade dessa forma, assim. E eu também acredito que todo mundo é artista. Não acho que sejam coisas que se separem, de verdade. Não consigo imaginar caminhos diferentes (Kaique Theodoro).

A fala de Kaique contempla um exemplo concreto da confluência de condições para que o tema fosse enunciado. Em 2016, ele conheceu num ato político a atriz Dandara Vital, que é uma mulher trans. Ela o convidou para participar de um ensaio do coletivo Damas em Cena, rebatizado de Transarte depois de sua entrada. Durante os três anos em que participou do projeto social, Kaique e as demais integrantes recebiam ajuda de custo e concorriam a apoios para participar de festivais em diferentes estados. Mas, a partir de 2019, o cenário mudou. Ele conta que as parcerias e os editais culturais que garantiam auxílios para que o grupo mantivesse as atividades escassearam e motivaram sua mudança para São Paulo em busca de outras oportunidades de trabalho.

Embora o campo das artes se configure um espaço de relativa visibilidade e liberdade, como entendido por Pollak (1990), ele também pode ser um lugar de delimitação na medida em que é um dos poucos espaços de expressão e trabalho autorizados às pessoas trans. A percepção de Tom Grito, poeta, é de que o atual contexto comunicacional ainda engessa as experiências trans em estereótipos toleráveis pela cisgeneridade:

Ou é prostituta ou é artista. São as profissões toleráveis para nós. É muito mais difícil outras profissões. (...) Existem, é claro que existem. Conheço pessoas trans advogadas, pessoas trans psicólogas, pessoas acadêmicas, pessoas

professoras universitárias. O que eu tô querendo dizer é do estereótipo, né? (...) É para onde a gente é empurrado de forma exótica aceita (Tom Grito).

O enquadramento dos corpos trans como exóticos dentro e fora dos produtos culturais é percebido como um problema a ser enfrentado e será abordado posteriormente como uma das armadilhas da visibilidade. Mas alguns deslocamentos já foram percebidos. Embora seus levantamentos sobre personagens trans divirjam tanto no recorte do corpus (emissoras e produtos distintos) quanto no entendimento de quais seriam tais personagens⁴⁶, Joselyson Santos (2015) e Homrich (2020) observaram um movimento semelhante, não necessariamente linear, do humor com que foi tratada por exemplo a personagem Ramona, já mencionada, para uma certa naturalidade, como é o caso da personagem Dorothy Benson, interpretada por Luís Miranda, na novela *Geração Brasil* em 2014. Cabe sublinhar que as duas personagens pertenciam a núcleos dramáticos que representavam famílias de classe alta e foram construídas com recursos de figurinos e cenários refinados, acionando sentidos ligados a glamour e elegância. No caso da personagem interpretada por uma mulher cis, a valorização da noção de “passabilidade” é imediata. Ainda que representada de forma muito distinta das experiências concretas vividas por mulheres trans e travestis, a presença da personagem de Claudia Raia em 2001 foi vista como uma oportunidade de se falar de visibilidade trans antes mesmo da primeira campanha ser lançada. Marcelly Malta lembra que na época da novela *As filhas da mãe* houve uma tentativa do movimento das travestis para que o Ministério da Saúde anunciasse nos intervalos comerciais.

Foi muito boa a novela, maravilhosa, a gente nunca perdia. E ela tinha todos os trejeitos de uma mulher travesti. E a gente queria uma campanha que, na hora da novela, entrasse uma, duas, três travestis falando da nossa realidade. Só que o Ministério da Saúde disse que era uma campanha muito, muito cara. Mas não podia fazer uma coisa, fazer um acordo com a emissora? Ah, isso é uma campanha para dar visibilidade para a nossa população (...). Nada disso aconteceu. Porque tudo é negado para nós (Marcelly Malta).

O entusiasmo de Marcelly com a produção da TV Globo não era unânime, porém. Tathiane Araújo lembra que, já naquele momento, houve críticas pelo *trans fake*. Embora ainda não fosse assim denominada, a interpretação de personagens trans por atores ou atrizes cis já

⁴⁶ Em sua tese, Homrich observou que mesmo para os produtores nem sempre esteve claro se a personagem de Luís Miranda seria uma mulher cisgênero interpretada por um homem ou uma mulher trans. Essa dúvida que o autor buscou dirimir com seu estudo, que conclui pela transgeneridade não explorada de Dorothy Benson, lembra a “confusão” semelhante envolvendo a personagem de Ziembinski na década de 1970, embora não faça menção a ela.

era percebida como uma forma de apagamento de artistas trans. Ator e músico, Kaique Theodoro chamou a atenção para esse aspecto, que tem sido objeto de debates e reportagens, durante a entrevista. Sem mencionar o nome da peça, ele se referiu ao monólogo *Gisberta*, encenado entre 2017 e 2019 pelo ator assumidamente gay Luis Lobianco sobre a travesti brasileira que, já debilitada pela Aids, foi assassinada por um grupo de adolescentes em Portugal.

Interpretar é interpretar. Eu interpreto, sei lá, uma garrafa de água se eu tiver que fazer uma cena. Eu tenho que fazer uma pedra? Eu vou fazer uma pedra! Ok. Eu sou ator e isso é a arte de atuar. Ponto final. Só que a gente está tratando de corpos que não são permitidos estarem ali no palco. Então, a gente tem toda essa problemática. Não é apontar para um ator e dizer: ‘ah, você não pode’. Não é isso. Você pode e deve atuar, mas tem que entender de onde vem essa arte, o que que está sendo dito ali. Que história é essa? Enfim, por que é que eu estou falando disso? Acontece com a coisa do *trans fake*. E geralmente essas histórias que são contadas, narradas no cinema ou em documentários... (...) A gente inclusive foi à estreia aí no Rio de Janeiro, lá no Teatro Rival, e não deixaram a gente entrar, enfim. A gente entrou de qualquer forma. Compramos os ingressos. E foi questionado isso: (...) será que a sensibilidade também não está em a gente olhar para essa história e respeitar essa vida? Tipo: já que é para falar sobre essa dor, coloque pelo menos uma pessoa que não é que simpatize com a dor, que passe pela dor, que vai ter um tato porque ela vive aquilo na pele dela, sabe? E ela não vai de maneira nenhuma explorar toda aquela morte, toda aquela dor porque ‘ah, eu sou um ator’. Tem que ter esse cuidado (Kaique Theodoro).

A fala de Kaique demonstra que os produtos culturais e midiáticos contemplam uma ideia de meta-representação – “quem representa a representatividade?” – por poderem colocar em evidência não apenas as histórias, mas também os corpos com que elas são de fato vividas⁴⁷. Um manifesto do Movimento Nacional de Artistas Trans (MONART, 2018) reivindica a redistribuição do espaço em produções artísticas e argumenta que semelhante organização foi necessária às mulheres e às pessoas negras em outros momentos históricos. Essa questão, denunciada pelos movimentos sociais, foi abordada mais recentemente por Pedro Vicente de Assis Neto (2018), que discutiu as recorrências e descontinuidades dos processos de visibilização das populações trans a partir da novela *A força do querer*, exibida em 2017 e reprisada em 2020. O autor observou que a dramaturga Glória Perez construiu, em conjunto com os atores, um percurso discursivo que passava pelos corpos, chamando a atenção para as

⁴⁷ Após a apresentação do monólogo *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, em 9 de junho de 2018, a atriz e transpóloga Renata Carvalho pediu às atrizes cis que assistiam ao espetáculo que não aceitassem convites para interpretar personagens trans “pelos próximos 50 anos”, até que a presença de artistas trans seja naturalizada. Essa observação foi registrada pela autora da tese que estava na plateia. Em textos publicados em redes sociais, Renata Carvalho solicita “uma pausa na prática do trans fake”.

peculiaridades das experiências de transexualidade e travestilidade, inclusive pelas questões políticas envolvidas. Apesar de valorizar a maneira como o tema foi abordado, humanizando as vivências, o autor questiona em que medida a visibilidade construída por essa novela em especial não contribuiu para contradições presentes nas sociedades midiáticas de construir a visibilidade trans por meio de seus estereótipos relacionados a clandestinidade, violência, sofrimento e medicalização.

Para Bernardo Mota, consultado pela equipe de produção de *A força do querer*, a novela foi importante para lançar luz sobre a existência de homens trans, algo ainda pouco debatido na época em que começou a se interessar pelo tema. Ele faz críticas ao enquadramento escolhido para o personagem – inicialmente uma jovem de classe alta moradora da orla do Leblon, no Rio de Janeiro, onde se desenrolava parte da trama – mas observou em sua própria família uma compreensão diferente de sua experiência a partir da exibição da trama.

Eu fico pensando em adolescentes, jovens trans... Eu tive que acessar conteúdo estrangeiro para me entender enquanto homem trans. E você ter isso na novela, no canal, no horário mais importante, isso é um marco! Sem dúvida, é um marco para a visibilidade de homens trans. Tem críticas? Tem críticas, mas é a história única, né? Bem no sentido lá da Chimamanda. Assim, se você vai ter apenas uma história, é claro que ela não vai contemplar a todas as pessoas. Eu fui consultado pelo assessor da Glória Perez, quando eles estavam montando o personagem, e uma coisa que eu tentei dialogar muito foi: olha, a gente tem dificuldades econômicas, dificuldade para acessar a saúde... E aí a resposta foi: ‘não, nós queremos dar o foco na identidade de gênero; essas aí são questões laterais’. Mas não são questões laterais, né? (...) Um exemplo direto: a minha avó que mora no interior do Mato Grosso consegue falar lá para as vizinhas dela: ‘ah, meu neto é assim também’. Isso tem um poder muito extraordinário de tornar inteligível, de tornar ‘igual àquele fulaninho da novela’. Por mais que não seja perfeito. Mas nunca vai ser perfeito. Representação é... uma representação. Não é o senso. Mas eu acho um marco, acho fundamental, acho uma alegria. A novela foi reprisada. Então, assim... Até a Jaqueline Gomes de Jesus... Não sei se ela escreveu isso ou se ela só falou em palestra. Ela falava que a Glória Perez tinha esse texto escrito há muito tempo, essa personagem escrita há muito tempo, mas esperava o tempo social... O tempo em que a sociedade pudesse acolher aquilo, pudesse receber aquilo. Então... Tinha uma sinergia de coisas acontecendo da visibilidade de homens trans. Isso é incrível (Bernardo Mota)⁴⁸.

O relato aponta para a dimensão temporal, social e culturalmente compartilhada das telenovelas no Brasil. A novela de certa forma “traduz” e coloca no plano coletivo algo que as famílias experimentam em âmbito privado e nem sempre conseguem compreender – e aceitar

⁴⁸ Durante a devolutiva, Bernardo lembrou que o comentário da professora Dra. Jaqueline Gomes de Jesus havia sido feito no exame de qualificação de seu projeto de mestrado. Ela tornou a fazer o comentário na defesa de sua dissertação, uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil.

– plenamente⁴⁹. A referência que Bernardo faz ao fato de que a dramaturga estava aguardando o “tempo social” foi relatada pela própria (HOMRICH, 2020). Na década de 1990, após conhecer a história de João Nery, ela propôs à direção da emissora uma minissérie construída a partir dessa ideia de “erro de pessoa”, como Nery intitulou seu primeiro livro. Diante da negativa, a autora criou a personagem coadjuvante Sarita Vitti, em 1995, na novela *Explode coração*. Interpretada pelo ator cis Floriano Peixoto, a personagem era uma transexual, segundo a leitura que autora faz atualmente da sua própria obra. Mas, naquele momento, não era nomeada dessa forma. Não existia como trans, portanto.

Ainda no âmbito do audiovisual, a série *Orange is the new black*, produzida pela plataforma de *streaming* Netflix, liderou a audiência do canal Bandeirantes quando foi transmitida pela TV aberta brasileira em março de 2020 (PAZIN, 2020). A produção, que tem a atriz trans Laverne Cox interpretando uma presidiária trans, não foi lembrada durante as entrevistas, mas trazemos aqui porque ela lança luz sobre questões de gênero, dosando humor e drama para desconstruir visões estereotipadas das formas de feminilidade e masculinidade, como reivindicado nas conversas. Os conflitos vividos pelas personagens contribuem para o alargamento de fronteiras relacionadas ao tema e para a construção de um imaginário em que a contestação pode ser ressignificada (MONTORO; DALLA SENTA, 2015). Nesse sentido, as produções ficcionais ou documentais, ainda que não sejam capazes de abarcar as experiências trans em toda a sua complexidade, são apontadas como espaços de visibilidade potentes. Chopelly Santos citou a série documental *Identidade de gênero*, do canal por assinatura GNT, e o seriado *Pose*, produzido pelo canal americano FX e distribuído no Brasil pela Netflix, como produtos que causaram “repercussão” ou “impacto” por mostrarem as dificuldades cotidianas enfrentadas por pessoas trans – no caso da produção internacional, personagens e intérpretes compartilham a mesma identidade de gênero, um ponto valorizado, como mencionamos anteriormente. Para Chopelly, essas obras, que tiraram as experiências trans de um lugar de sombra e colocaram em outros de uma reiterada presença, levantam questões obrigatórias para se pensarem e se planejarem as futuras campanhas pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans. De certa forma, a reformulação das campanhas, com ênfase em audiovisual, já vinha sendo demandada há tempos, como tratamos no início deste tópico, em parte também pela maior presença do tema em produtos midiáticos de grande visibilidade. Mas o que a fala da entrevistada parece indicar é que a presença transversal de temas e personagens trans em

⁴⁹ Em notícia publicada quando a novela estava no ar (CASTRO; GALLO, 2017), a atriz Maria Clara Spinelli, que interpretava uma mulher cis, se pergunta: “Será que se minha mãe tivesse visto uma obra dessa eu teria passado por todo o sofrimento que eu passei?”.

produtos culturais e midiáticos já alterou as condições de comunicabilidade e ampliou as fronteiras do que era possível ser mostrado tanto na forma quanto no conteúdo⁵⁰.

Será que agora o formato de encontros, seminários, campanhas nesse sentido funciona? Tem a mesma repercussão? (...) Será que a reprodução de material, de papel para colocar funciona num país que tá acostumado... Porque quando você liga a televisão toda a novela tem uma pessoa trans. Toda coisa tem uma... Eu acho que a gente tem que pensar nos formatos de educar as pessoas nesse sentido. Eu acho que campanhas funcionam, mas não naquelas de formato de cartazes. Eu acho que a gente tem que brigar por uma campanha televisiva, uma campanha forte televisiva. (...) Eu acho que a gente precisa mudar a forma de conquistar as pessoas porque eu acho que as velhas (campanhas) foram importantes porque construíram toda a política e, aí, o que fez a gente avançar. Mas agora eu acho que a gente precisa redescobrir uma nova forma e a nova forma são as mídias. Então, eu acho que Pose traz a realidade das travestis na década de 70, 80 e 90. Foram aquelas precursoras e eu acho que o seriado do GNT traz. O que eles talvez pecaram foi na escolha. (...) Eles escolheram personagens que já têm um padrão de vida aceitável, construído. Mas eu falo da travesti mesmo da periferia, daquela que está lá para contar a vida dela, as frustrações dela... Eu acho que é isso. É mudar o formato de campanha e pensar em coisas... Várias coisas precisam ser feitas, ser mudadas... Mas só depois da pandemia que a gente vai ver como vai ficar essa loucura (Chopelly Santos).

3.2.4. A possibilidade de gestão da visibilidade na sociedade midiaticizada

Uma outra condição do meio foi discutida ao longo das entrevistas: o processo de midiaticização. Com o advento da internet e, mais especificamente, das redes sociais digitais, esse é um elemento importante que modificou a forma de construir visibilidade de maneira geral, incluindo a questão trans. Nas sociedades ocidentais industrializadas, o desenvolvimento de processos midiáticos alterou “modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas” (FAUSTO NETO, 2008, p. 90). Uma definição precisa do conceito nos ajuda a delimitar do que se está tratando aqui:

processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação (HJARVARD, 2012, p. 64).

⁵⁰ Ao retrabalhar o texto da tese durante a exibição do *Big Brother Brasil* com a participação de Linn da Quebrada, é difícil não associar a fala de Chopelly a uma bem sucedida análise.

Nessa perspectiva, a mediação a cargo dos meios de comunicação em contextos específicos é parte desse processo mais amplo e duradouro. A midiaticização assume, então, um estatuto de autonomia e se institucionaliza à medida que reconfigura o modo de operação e de interação social ao aparelhar atores sociais com os meios para se comunicarem.

Os efeitos dos processos de midiaticização para a visibilidade trans já foram discutidos em trabalhos anteriores que analisaram os usos que pessoas e artistas trans fazem das mídias sociais digitais, consideradas espaço privilegiado para a construção e o tensionamento de diferentes formas de visibilidade. A mediação tradicionalmente exercida pelos meios de comunicação passou a concorrer com aquela operada pelas redes sociais, que conferem maior possibilidade de controle sobre a visibilidade que se deseja construir. A exposição das trajetórias biográficas por meio de testemunhos pessoais, por exemplo, permite o agenciamento da visibilidade trans e contribui para o debate sobre as identidades de gênero, denunciando estigmas associados à transexualidade e a sexualização desses corpos em outros espaços (LIMA, 2020). Esse tipo de comunicação, diretamente relacionada às formas de construção de visibilidade na sociedade midiaticizada, altera a lógica de subalternidade por negociar com diferentes campos e provocar tensões ao colocá-los em contato. Parece ser esse o caso da atriz e cantora Linn da Quebrada, cujos videoclipes propõem uma comunicação-trans, a partir de “epistemologias enviadescidas” (NEVES; POSTINGUEL; GONZALEZ, 2019)⁵¹, isto é, uma produção de conhecimento e de pensamento comunicacional que tensione, numa abordagem queer, os saberes científicos construídos de forma generificada e sexualizada. Podemos considerar que a forma como construiu a visibilidade sobre si e sobre seu trabalho artístico, que incluiu participação numa minissérie com críticas especializadas muito favoráveis, contribuiu para lhe dar a projeção necessária para compor o elenco do *Big Brother Brasil* na condição de celebridade – ou “camarote”, nos modos de dizer do programa – muito diferente da condição da participante trans de 2011, Ariadna Arantes.

Durante o trabalho de campo, a gestão da visibilidade – não apenas nas redes sociais digitais, mas também em sua relação com as mídias tradicionais como jornais e TVs – foi referida como uma questão cada vez mais necessária individual e coletivamente. Isso implica numa alocação de energia, tempo e recursos financeiros para essa finalidade.

Tem o site, precisa da comunicação e alimentar de informação. É muito entre a gente, amiga, no grupo. Aí uma grita: ‘hoje precisa de um posicionamento

⁵¹ Os autores se apropriam do título da música “Enviadescer” para denominar o conceito.

sobre isso, quem tá com tempo?’. A presidente é sempre a que é mais tirada para Cristo, você sabe, sempre tá ali para cumprir logo a demanda. Principalmente quando morreu uma de nós, um caso como a Anick, lá em Belo Horizonte, que precisa de um posicionamento. Aí, para o carro onde estiver. Liga o computador no colo, como foi dia desses. Faz a nota ali. Fulana, Rebeca, acha aí as fotos que tem da gente nos congressos com a Anick. Todo o trabalho é feito pela mão da gente, amiga. Não tem remuneração (Tathiane Araújo).

Bernardo Mota traz à luz tanto as questões mais práticas relacionadas à gestão da visibilidade nessa nova ambiência comunicacional quanto as mais subjetivas. Tomando o caso de Lourival Bezerra como exemplo, ele conta que não tinha preparo para lidar com uma série de comentários postados nas redes sociais a partir do compartilhamento da reportagem do *Fantástico*, de 2019, que explorou a história de um homem trans cujo “segredo” foi revelado após sua morte, aos 78 anos, com ampla exposição de detalhes. Bernardo defende a capacitação dos movimentos sociais para que possam operar por dentro das lógicas da midiaticização. Ele tem acompanhado de perto as redes sociais do Ibrat e elogia o trabalho que vem sendo desenvolvido. Mas esse tipo de gestão envolve não apenas a formação prévia como a disponibilidade de operar as redes no cotidiano. Para os dois casos são necessários recursos humanos e financeiros, um problema ressaltado em várias das entrevistas e que depende da própria visibilidade nessas mesmas redes. Ou seja, quanto menor a visibilidade da entidade ou sujeito, menor as chances de angariar os recursos para construí-la.

E eu acho que a gente tem aprendido melhor, sabe? Tem se capacitado mais. E aí eu fico sentindo falta de mais percepção, de mais apoio de organismos internacionais para capacitar... (Bernardo Mota).

Nosso Instagram é @amotrans_pe. Lá tem todas as coisas que a gente faz. Tem tudo o que é feito. A gente precisa de apoio, de apoio para manter esse apoio que a gente dá a essas meninas (Chopelly Santos).

Eu gostaria de conseguir melhorar isso, mas eu não tenho nem o *acué* (dinheiro) para pagar uma assessoria, mas eu estou tentando. (...) E a gente está tentando se colocar, fazer uns trabalhos bacanas (Kaique Theodoro).

Ivana Spears concilia o uso profissional que faz das redes sociais com o uso político. Além de manter em seus perfis símbolos da campanha que protagonizou e a logomarca do Disque 100, ela criou a personagem Mamassauro em vídeos no Youtube⁵², através da qual faz sátiras da exploração sexual de jovens travestis pelas mais experientes: “ela é uma cafetina. É uma forma irônica de fazer (a denúncia)”.

⁵² Durante a pandemia, Ivana suspendeu a produção dos vídeos.

Tom Grito também procura acomodar os usos profissionais e políticos nas redes e conta que ainda tem dificuldade em dominar certas lógicas. Os algoritmos, inclusive, não compreenderam sua transição de gênero e suspenderam sua conta por um determinado período. No momento da entrevista, ele contava com mais de 8 mil seguidores no Instagram, um incremento de mais de 100%, obtido durante o período da pandemia, quando levou seus poemas para as *lives* da cantora Teresa Cristina, que promoveu saraus virtuais diários durante a fase mais aguda de isolamento. Além disso, ele fazia parte do coletivo Slam das Minas, que tinha mais de 25 mil seguidores na época.

Eu acho que eu tenho uma boa visibilidade enquanto artista. Eu sou um artista razoavelmente conhecido nos meus meios, assim. Dentro da poesia, eu acho que eu sou uma pessoa que tem alguma visibilidade. Pelo menos, muito mais do que a maioria das pessoas. Eu acho que parte disso eu construí ainda dentro da cisgeneridade e isso é um lugar de privilégio porque se eu tivesse transicionado cedo na minha vida talvez eu não acessasse os espaços que eu acesso. Também tem um lugar de privilégio branco que me favorece. Eu tive acessos. Eu estudei, eu tenho mestrado. Eu tenho um nível acadêmico que é valorizado. (...) Mas o Instagram me boicota muito. (...) Eu postei uma foto sem camisa, uma foto nu, seminua. E aí o Instagram boicota muito isso. O Instagram boicota até hashtag se você der mole. Eu nem sabia disso. Por exemplo: sextou é uma hashtag que é cancelada pelo Instagram. Eu nunca usei, mas só para você ter uma ideia: sextou é *sex to u* em inglês. Então, se você botar sextou é uma hashtag bloqueada e você nem sabe. Então, tem coisas assim no Instagram que você precisa estudar pra você entender que você tá sendo bloqueado. Como eu mudei de nome, no Instagram, ele me vê como um fake de mim mesmo. Aí eu tive que mandar documento dizendo que eu era uma pessoa trans. Então, tudo isso é muito louco. Muito estranho, mas eu acho que eu lido bem com a visibilidade. Eu tento ser uma pessoa visível viva (risos) (Tom Grito).

As falas de Ivana Spears e Tom Grito põem em evidência o uso de um conceito acionado em outros trabalhos (ROCHA; CAMINHA, 2019; ABRANCHES JUNIOR; ALMEIDA NETO, 2015): o corpo-mídia, o corpo que resulta do entrecruzamento das informações que ele próprio carrega com narrativas midiáticas que o vão constituindo. Com sua personagem, Ivana lança mão do pastiche e do humor. Já Tom Grito expõe seu corpo como uma bandeira artística e política. Em acordo com os trabalhos precedentes, acreditamos que corpo-mídia transexual não apenas constrói discurso; ele é discurso de resistência.

Na contramão da maior parte do grupo, Raicarlos Coelho Durans prefere não dar a ver sua condição de homem trans nas redes sociais. Seu argumento é o de que não é esse o objeto de visibilidade preferencial nesses espaços, nos quais ele prioriza os temas político-partidários.

Se você entrar na minha página do Facebook ou no Instagram, você não vai nem saber se eu sou um homem trans porque eu não fico dizendo e eu não fico tratando só desta temática, batendo igual louco só no mesmo lugar. O que me empoderou e me deu visibilidade tanto de luta como homem trans foi a política geral do país, a luta por democracia e eu acho bom colocar isso na tua pesquisa (Raícarlos Coelho Durans).

A ampliação dos usos das plataformas digitais não excluiu a presença nas chamadas mídias tradicionais, ainda vistas como espaços muito importantes. Mas, para algumas pessoas entrevistadas, as demandas podem se tornar excessivas. Professora da UFRJ, Danieli Balbi costuma ser indicada pela assessoria de imprensa da instituição como fonte para entrevistas sobre o tema. A escassez de tempo tem feito com que ela decline parte dos convites.

Quando é alguma coisa que eu acho que não tem um horizonte de aplicabilidade ou que eu não consigo vislumbrar imediatamente a minha necessidade de falar ou que eu não vejo que vai impactar imediatamente a vida de pessoas trans e travestis, aí eu passo para outras pessoas que se sintam mais à vontade de falar, entendendo que qualquer visibilidade também é válida, né? Só não tenho tempo mesmo (Danieli Balbi).

A ampliação de demandas a que se refere Danieli é um dos efeitos que vêm a reboque da visibilidade alcançada por certas pessoas trans. Apesar de nesse caso a fala demonstrar que ela consegue manejar recursos para atendê-las por si própria ou indicando outras pessoas para substituí-la, nem sempre isso ocorre. Em excesso, e a depender do contexto, tais demandas por se colocar à vista em espaços públicos, midiáticos ou não, podem se tornar indesejáveis, encarnando o que Brighenti (2007) apontou como ambivalência da visibilidade. No capítulo 5, trataremos especificamente dos inconvenientes provocados pela visibilidade trans.

4. OLHAR E VER: PESSOAS, CAMPANHAS, NOTÍCIAS

O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação
transvê.

É preciso transver o mundo.

(Manoel de Barros)

Conforme argumentamos ao discutir o conceito de visibilidade, três elementos são necessários para que o fenômeno ocorra (MERLEAU-PONTY, 2003, 2013). Até aqui procuramos compreender dois deles: o visível, discutindo o processo de constituição das identidades trans, e as interfaces, enquadrando os contextos que tornaram o meio menos opaco ao tema e às pessoas. Neste capítulo, trataremos do terceiro elemento envolvido na instituição do Dia Nacional da Visibilidade Trans: quem vê. Certamente, são muitos os olhares que constroem a visibilidade trans. Escolhemos três instâncias que, como mostramos nos capítulos anteriores, estão diretamente implicadas nesse processo e refratam os sentidos de acordo com suas características peculiares.

As próprias pessoas trans são a primeira dessas instâncias refratoras de sentidos. Não há contradição no fato de já havermos tratado de quem se dá a ver, porque elas também veem a si mesmas, as demais pessoas trans e as materialidades em que os discursos emergem. Desse modo, neste capítulo, trataremos da visão das pessoas de forma específica. Procuramos compreender o olhar sobre si mesmas, sobre sua atuação político-partidária, sobre os movimentos sociais e sobre outras pessoas trans que ocupam posição de destaque em espaços hegemônicos.

Na sequência, discutiremos o olhar do Estado brasileiro para a questão trans a partir das campanhas relacionadas ao 29 de janeiro. Analisaremos as formas como o Estado viu e deu a ver, por refração, esses corpos, pessoas e demandas e trataremos a visão das pessoas trans envolvidas sobre a produção e os efeitos das campanhas.

Por fim, analisaremos de forma semelhante as notícias publicadas em *O Globo* e na *Folha de S.Paulo* por ocasião dos lançamentos das campanhas, quando foi o caso, e sobre o Dia Nacional da Visibilidade Trans, mesmo quando não houve menção direta a qualquer ação estatal.

4.1. AS PESSOAS: OS MODOS DE SE VER

A primeira instância capaz de refratar as experiências trans são os próprios sujeitos implicados que, em aliança ou por oposição, tensionam ética e politicamente outros espaços de produção social dos sentidos. As articulações são construídas por meio das pressões exercidas coletivamente, cujos resultados históricos já foram enumerados, mas também numa outra dimensão: as práticas cotidianas para que homens e mulheres trans sejam vistos/as como pessoas. Certamente, as ações coletivas e as práticas cotidianas não estão descoladas umas das outras. No entanto, para fins analíticos, parece rentável entendê-las separadamente. Essas pessoas, que têm corpos, trajetórias biográficas, desejos e aspirações particulares, negociam primeiramente consigo próprias e em seguida com outras pessoas para conformar os movimentos sociais. Essa compreensão sobre as singularidades – somadas, subtraídas, multiplicadas e divididas, as operações sociais são variadas – que se convertem no que ganha visibilidade no coletivo não é trivial.

Para discutir esses aspectos, recorreremos a autores/as que vivenciam a experiência trans. Essa é uma primeira estratégia para nos aproximarmos do ponto de vista das próprias pessoas envolvidas e evitar o que Sara York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020) chamam de trans-epistemicídio, o apagamento dos conhecimentos, inclusive acadêmicos, construídos por pessoas trans. Antes, porém, cabe explicar que, tal como Almeida (2012) advoga, a categoria pessoa trans de que tratamos aqui não se confunde com histórias individuais e suas manifestações psicológicas autônomas. O que está em articulação aqui são “processos sociais e culturais amplos que informam as características dos indivíduos e são simultaneamente transformados por eles” (ALMEIDA, 2012, p. 514).

Em sua dissertação de mestrado, a psicanalista Letícia Lanz critica definições de transgeneridade, inclusive de outras pessoas trans como a de Leslie Feinberg (1992) citada no início desta tese, que reduzam a pessoa trans a seu comportamento sexual ou ao seu sentimento de inadequação em relação ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Para ela, esses enquadramentos desconsideram “a transgressão do dispositivo binário de gênero, a verdadeira matriz genealógica da transgeneridade” (LANZ, 2014, p. 23), alicerces do estigma e do preconceito. Para ela, a pessoa trans é

antes de tudo, alguém que viola as normas, que se desvia do que é considerado ‘normal’, que viola a ‘normalidade’, que subverte e transgride a ordem social e política. Por isso representa uma clara e evidente ameaça à conduta de gênero estabelecida pela sociedade (LANZ, 2014, p. 68).

Essa transgressão não passa incólume. Escrevendo antes da ADI 4.275 (BRASIL, 2018) Jaqueline de Jesus (2015) ressaltava que, desprotegidas pelo Estado, as identidades não cisgêneras e mesmo as vivências sexuais e afetivas não hegemônicas não eram formalmente reconhecidas pela sociedade. Os entendimentos jurídicos posteriores certamente contribuíram para a conquista de direitos que resultam em novas formas de visibilidade. No entanto, essa construção não se dá no imaginário social de forma imediata. Frequentemente consideradas ininteligíveis, as pessoas trans e intersexuais tornam-se vítimas de crimes hediondos, classificados dessa forma pela crueldade usualmente empregada. Essa característica que se repete em elevado número de casos, segundo a autora, as coloca num lugar de subcidadania, justamente porque não são percebidas como *pessoas*.

Observação semelhante fez Chopelly Santos (2015) em capítulo de livro que integra uma das campanhas aqui analisadas. Segundo ela, os processos de exclusão sofridos desde a infância e a adolescência afetam a saúde mental das pessoas trans e a maneira como se percebem no mundo e as aspirações que podem ou não alimentar. Nesse sentido, ela afirma que marcos legais, como a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do SUS, e novas formas de sociabilidade, permitidas pelas redes sociais digitais, podem contribuir para que as gerações mais jovens possam construir uma outra forma de ver as vivências trans que se afaste da visão de que são “anomalias que precisam ser excluídas e sim PESSOAS que precisam ser respeitadas” (SANTOS, 2015, p. 23, grifo da autora).

Luma Andrade (2012) observou como esse mecanismo de exclusão opera dentro de escolas. Em trabalho etnográfico para sua tese de doutorado, ela constatou que a atribuição de estereótipos negativos relacionados à experiência escolar – como ser irresponsáveis, desinteressadas, incapazes ou rebeldes – leva jovens travestis a internalizarem que abandonar as salas de aula é uma escolha própria, o que ela chamou de evasão involuntária, eximindo educadores/as e gestores/as das responsabilidades que uma expulsão formal acarretaria.

Apesar dessas leituras que apontam para a vulnerabilização a que as pessoas trans estão sujeitas pela forma como os discursos hegemônicos afetam a construção de sua autoimagem, há exemplos que indicam outra direção. É possível que esse deslocamento tenha relação com os direitos obtidos por meio de dispositivos jurídicos como a ADI 4.275. Em recente publicação do gênero manifesto, Sara York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides afastam-se do senso comum para afirmar que

ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos – de fato e de direito) (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

Semelhante afirmação tem ecoado entre as transmasculinidades. Em publicação que compila narrativas em primeira pessoa de homens trans negros, a maior parte dos relatos registra episódios muito duros de violências e adversidades, mas aponta para um futuro de orgulho, resistência e valorização. As palavras de Dante Freire, inserido nos ambientes acadêmico e artístico, ilustram bem o ponto que estamos tentando sublinhar:

Lembro-me bem também de quando me vejo, hoje, no espelho num corpo em construção, sei um pouco sobre aquela conversa que nunca tive com minha mãe, a que eu me apresentaria como eu realmente gostaria de ser. Sei que a orgulharia pensar que nem mesmo o medo da ignorância me impediu de seguir. E que como me disseram e levo adiante: estou aqui e precisam saber que estou aqui (FREIRE, 2021).

Embora não se possa perder de vista a singularidade de cada experiência, as trajetórias das pessoas entrevistadas têm pontos de contato justamente pelo caráter socialmente compartilhado a que nos referimos há pouco. Ela passa pelo autoentendimento e por uma busca de atuação coletiva, que pode ou não se aproximar de formas de militância e ativismo. Esses movimentos do subjetivo para o social não são estanques nem se dão num sentido único. Ao contrário, no caso das pessoas entrevistadas, o individual afirma-se no coletivo e vice-versa. Inevitavelmente, essas interações alternam situações de aliança e disputas, dentro e fora dos movimentos sociais. Após analisar as entrevistas, identificamos três eixos que nos ajudaram a compreender como as pessoas trans percebem a construção de visibilidade sobre elas próprias: o primeiro parte do momento em que se colocam na cena pública, o segundo diz respeito a uma atuação político-partidária formalizada e o terceiro traz o olhar delas sobre pessoas trans em espaços hegemônicos. É deles que trataremos a seguir.

4.1.1. O início da vida trans em espaços públicos

A fase inicial da transição de gênero foi referida pelas pessoas entrevistadas como um ponto crucial para a construção da visibilidade sobre si em espaços públicos. Isso porque é nesse momento que as ambiguidades são mais evidentes e que as tensões se colocam. A

passagem da adolescência para a vida adulta representa um ponto de inflexão na maior parte dos casos, embora tenhamos encontrado exceções.

Bernardo Mota relembra que, ainda na infância, quando não tinha clareza sobre as divisões de gênero, já percebia que sua presença causava desconforto, porque era lido socialmente como “criança macho-fêmea, menina-macho, menina-menino”. Já no Ensino Médio passou a participar de atos pela causa LGBT de forma mais ampla, no esteio do que representou a eleição de Jean Wyllys para a Câmara dos Deputados. Sua vinculação com a pauta trans ocorreu nesse período. Para ele, sua resistência começou dentro de casa ao iniciar “esse trânsito que as pessoas não entendem, que as pessoas excluem”⁵³.

Ao final do meu Ensino Médio, eu fui começando a fazer a minha transição e fui me deslocando para uma construção mais específica, para uma militância trans e para uma militância de homens trans, né? Aí é onde eu me filio ao Ibrat e começo a fazer uma série de coisas no Distrito Federal, no território. Brasília e entorno (Bernardo Mota).

O Ensino Médio também foi um marco para Tathiane Araújo, que desenvolveu no movimento estudantil as habilidades para ingressar no movimento LGBT inicialmente e, mais tarde, no movimento trans. Em comum com o relato de Bernardo, ela também aponta uma figura de proeminência – no caso dela, a ativista “travestigênera” Indianarae Siqueira, que havia ido a Aracaju para uma palestra organizada pelo Grupo Dialogay – quando ainda não havia ambulatório especializado nem políticas públicas destinadas a pessoas como ela, que uma vez ouviu do pai que uma travesti era “um homem que não se respeita”.

Eu já fazia o jornalzinho da escola, fazia a feira, uma parte da feira que tinha. Toda a movimentação de atividade cultural era eu que fazia, que tinha uma habilidade muito grande. Os estudantes iam me catar, me tirar da minha paz. Eu estudava, viu? Só tirava nota boa. E aí, com esse envolvimento com o grêmio, eu fui fazendo a minha transição nesse período com 15 pra 16 anos. E as pessoas me seduzindo a ingressar naquilo e eu tinha justamente medo de adentrar o movimento estudantil porque eu via um universo muito machista. Eu não entendia o que era o machismo naquela época, mas eu entendia que era uma coisa que, inclusive, algumas pessoas que a gente identificava a orientação sexual se afastavam dessa possibilidade de falar sobre isso e tinham aversão porque é algo como se fosse entregar sua alma ao diabo dizer uma coisa dessas. Então, eu já era muito precoce. (...) Eu me aproximei, entrei sem saber o que era e quando as pessoas disseram que eu seria o nome para ser candidata à presidência do Grêmio da escola, um professor disse que aquilo era abominável porque eu era um projeto de travesti. Isso de uma forma muito pesada (Tathiane Araújo).

⁵³ Mais adiante veremos que a falta de acolhimento familiar atravessou a produção da campanha de que ele participou, “Poptrans”, de 2017.

A reação do professor e de parte do grupo de colegas a desmotivou e ela pensou em seguir o caminho da maior parte das meninas como ela: esperar a maioridade para tirar seu passaporte e tentar a vida na Itália, de onde recebiam fitas de vídeos de travestis já estabelecidas na Europa. Seu plano era acumular dinheiro para só então voltar ao Brasil e, finalmente, ser respeitada. Mas ela resistiu e concorreu à eleição estudantil. Sua eleição foi marcada pelo que hoje reconhecemos como transfobia. Sem a possibilidade de usar o nome com o qual já se identificava, já que nome social não era uma categoria utilizada, candidatou-se com o nome de registro.

Então, aí eu passei por outro problema. Um professor disse, em sala de aula: “você elegeram um homem que se veste de mulher para presidente do grêmio? Um homem que usa calça de mulher para o maior grêmio do estado de Sergipe? O grêmio que já dois governadores já foram presidentes do grêmio dessa escola. Vocês realmente... Essa juventude...”. Eu ainda tive que passar por cima disso e ele teve que engolir (Tathiane Araújo).

Eleita com 89% de aprovação – após desistência da chapa concorrente, a votação foi ao estilo referendo –, ela se empenhou no movimento, foi reeleita já usando seu “nome de guerra” e se aproximou do movimento LGBT de Aracaju.

Entrei nisso para ser presidente do Grêmio Ateneu e não saí mais do movimento social. E aí, dentro do movimento estudantil, eu entendi. Eu conheci o grupo Dialogay, que era o único grupo que existia na época, mas até o nome do grupo me afastava um pouco. Por causa do nome, Dialogay, eu já cheguei lá na primeira vez que fui meio revolucionária, dizendo: por que só tratar da questão gay? E aí, naquela época, também era muito pouco movimento trans que havia apontado. Isso eu tô falando lá de 97, 98. Aí eu conheci a Indianara. (...) Quando eu vi a Indianara falando e eu vi ela politizada, eu parei e eu disse: gente, eu posso ser travesti mesmo e posso continuar a querer discursar, falar como eu falo lá no Ateneu, na escola, como os meninos param para me escutar! (Tathiane Araújo).

Essa questão da identificação é recorrente. Com uma diferença etária de mais de 30 anos, Raicarlos Durans e Kaique Theodoro procuraram lidar com o apagamento de experiências transmasculinas de forma semelhante, guardadas as possibilidades comunicacionais dos momentos históricos em que iniciaram o processo de transição. Raicarlos, o mais velho, vê sua vida e sua luta por direitos para si e para a população trans de forma indissociável:

Eu não sei onde é que começa a minha vida propriamente dita e eu não sei onde começou a minha luta individual e coletiva. Eu sempre achei possível

eu, na década de 70, com 16 anos... Ninguém ainda falava sobre transexualidade no Brasil e eu já sabia de tudo isso porque eu pesquisava. Eu era adolescente e eu não me conformava com o jeito como eu estava sendo educado e o jeito como eu estava vivendo e como a sociedade se comportava comigo. (...) Como eu me aproximo dessa luta e como eu me aproximo do tema de transexualidade e homem trans? Eu sempre me senti um homem trans mesmo sabendo que isso não seria possível no Brasil. Mas eu, como sou um homem político e um homem científico, eu sempre achei e sempre acreditei que eu iria conseguir porque o mundo progride, o mundo não atrasa, mesmo que forças retrógradas puxem para trás ou queiram atrasar o processo dialético de mudança da sociedade. Como eu sou também um homem marxista e eu me guio também pelo marxismo, na parte que eu concordo, muito legitimamente, eu sempre achei possível que eu me encontrasse. Eu não vou repetir de corpo, daquilo, que eu já lhe falei negativamente. Eu não repito mais. Eu sempre pensei que eu fosse me encontrar e que o Estado brasileiro fosse reconhecer a minha identidade e a minha cidadania e os meus desejos. Eu sempre pensei nisso. E eu sempre acreditei nisso veementemente, sem parar de pensar naquelas e nestas possibilidades diuturnamente, 24 horas por dia. Dormia e acordava pensando nisso. Como eu me aproximo do tema de forma política organizada? É recente essa história. Essa história é de 2008, quando pela primeira vez eu encontro no Brasil um homem trans, de carne e osso na minha frente, modificado, que foi um cidadão da Argentina, chamado Mauro Cabral, que se identifica como intersex. É uma questão dele lá e eu não vou entrar nisso. E, na Conferência de Direitos Humanos LGBT de 2008, em junho de 2008, feita a abertura pelo presidente Lula, eu fui àquela conferência porque eu queria encontrar homens trans. Lá eu encontrei quatro. Aliás, três. Quatro comigo: um do Ceará, um de São Paulo e o Mauro Cabral, da Argentina. Até aquele momento eu não tinha dúvida nenhuma de que eu era um homem trans, que eu me sentia como homem, eu me sinto como homem desde criança como eu falei. Eu nunca me senti, em nenhum momento, o contrário. Então o *start* desta luta para mim, do tema de homens trans e me identificando com essa identidade, foi exatamente... O marco definitivo e inaugural foi 2008. (...) Então, o marco legal, o meu marco individual e definitivo foi 2008, quando eu conheci o Xande⁵⁴ e eu conheci o Silvio Lucio, do Ceará, e eu conheci o Mauro Cabral. Esses três homens trans são... Até então eu não sabia que tinha homem trans no Brasil. Eu sabia que nos Estados Unidos e na Europa, mas eu não sabia que tinha no Brasil. Mas eu tinha tido uma experiência anterior nos anos 90, que eu morei na Europa. Morei três anos fora do Brasil e fui exatamente pesquisar sobre isso. E lá eu encontrei toda sorte de homens trans (Raicarlos Durans).

Essa vinculação com o contexto internacional foi sublinhada por Raicarlos durante a devolutiva. Ele fez questão de ressaltar que suas referências, naquele momento, eram homens trans estrangeiros. Apenas na Conferência de 2008, teve contato com os brasileiros que, no entanto, não lhe deram muita atenção: “eles não deram a mínima para mim (...), mas não me senti constrangido. Vai chegar o momento em que a gente vai se encontrar, porque o mundo é redondo e a gente vai terminar se encontrando. Foi o que aconteceu”.

⁵⁴ O ativista Alexandre Peixe dos Santos é cofundador do Ibrat e foi o primeiro homem trans a passar por cirurgia no âmbito do processo transexualizador no SUS.

A despeito da passagem de tempo, a ideia de solidão dos homens trans também é manifestada na fala de Kaique, que encontrou, por meio do processo de midiaticização (FAUSTO NETO, 2008), dispositivos para se ver e dar-se a ver a outras pessoas. Mas ter alguém para compartilhar esse percurso, tal como relatado por Raicarlos, parece fundamental.

A minha transição, eu iniciei ela muito sozinho, porque eu tenho 26 agora e comecei oito anos atrás, quando eu tinha 18. Oito anos atrás não é muito tempo, mas é bastante tempo em relação ao que a gente tem de avanço. Ainda que sejam míseros avanços, andamos bastante coisa em relação a cinco anos atrás, por exemplo. (...) Quando eu comecei a minha transição, como não tinha informação, assim, na internet a gente só encontrava coisas em inglês e relatos e entrevistas de pessoas lá de fora, eu abri um canal no YouTube. Tinha eu e um outro menino que se chama Kayto. Ele é de São Paulo, inclusive. Só tínhamos nós dois no YouTube, que faziam vídeos constantemente, né? Homens trans, lógico. Então, eu já tentava tratar desse assunto desde o início da minha transição, tanto para as pessoas acompanharem e verem – outras pessoas verem que é possível, que existem e que não é nenhum bicho de sete cabeças – quanto para gerar informação e ser didático com as pessoas que não têm nenhum contato com o assunto e que podem vir a ter contato com algum primo, alguma pessoa, algum familiar, algum amigo, conhecido que passa pela mesma situação e um pouco de informação sempre é bom, né? (Kaique Theodoro).

Para as mulheres trans e travestis, a ideia de espelhamento em outras experiências parece ser bem diferente porque, mesmo com toda a carga negativa que essas identidades comportavam, do qual o testemunho de Tathiane sobre o comentário do próprio pai é exemplo, de alguma forma elas estiveram visíveis há mais tempo e em mais espaços. Para a geração pós-1980, Roberta Close é uma referência, como já registramos.

Eu não fui trans com 20 anos. Eu fui trans desde os 12 anos, mas o que que eu tinha com 12 anos? O que que a gente tinha em 92 no Brasil? Não tinha internet, não tinha conceito nenhum. Não se falava em travestis e transexuais. (...) E eu estudava num colégio onde a maioria dos alunos... Só uma aluna falava comigo. De 80 alunos, só uma conversava comigo. E a visão que eu tinha era de Roberta Close, que naquela época não se dizia que era transexual. Dizia que era hermafrodita, porque era mais fácil de se aceitar. E aí o que é que a gente tinha para fazer? Nada. Ou você fugia de casa ou você fugia. Era a realidade em 92. De 92 para 2000, você tem oito anos. Em 2000, o mundo ainda está fechado, mas começa a abrir. E aí eu já tinha passado pelo Chá de Debutantes do Palácio do Campo das Princesas, onde minha amiga que ia debutar com 15 anos sempre me levava. E eu escutava D. Madalena Arraes falar de mulheres, de feminismo. É claro que ela não falava de mulheres trans, mas tudo o que ela falava do empoderamento da mulher, do feminismo, eu assimilei aquilo para mim. Depois eu cá... Eu fugi pro Rio, voltei... No Rio

de Janeiro, eu fazia prostituição na casa de Luana Muniz⁵⁵. Luana me mandou de volta. Eu até brinco às vezes: nem pra puta eu sirvo. Terminei que eu precisava estudar. Então, eu perdi minha adolescência. Ao invés de curtir minha juventude, eu fui estudar e passei em seis concursos públicos dos quais hoje eu estou em dois. Depois eu conheci a Amotrans e me apaixonei pelo movimento. Conheci a Antra e foi onde eu vi que eu tinha que ajudar aquelas pessoas e eu ajudei. Entre trancos e barrancos, eu acho que eu ajudei (Chopelly Santos).

Durante as entrevistas também foi perceptível que a maneira como as pessoas trans se expõem publicamente depende em grande medida do contexto no qual estão inseridas, o que não significa que, ao longo do tempo, eles não tenham se tornado mais sensíveis à sua presença visível. Para Ivana Spears, os espaços artísticos sempre foram permeáveis às identidades trans, enquanto Marcelly Malta não encontrou acolhimento ao ter sua identidade “descoberta” em seu trabalho no campo da assistência em saúde, vinculada à Secretaria estadual de Saúde em Porto Alegre.

Eu fui trabalhar naquele posto. Nossa... Eu matava um leão por dia pelo preconceito. Porque eu sempre fui assim, muito espontânea de falar o que eu fazia como travesti. Eu trabalhava na noite. Assim mesmo, ninguém sabia, eu não contava. Aí depois um médico me viu na esquina de noite me prostituindo. Aí sabe como é que é... Posto de saúde é lugar de fofoca. Aí isso vazou e foi um barril de pólvora. Aí eu digo: eu trabalho aqui, qual é o problema, eu tenho meu dinheiro. Porque eu comecei a me prostituir com 15 anos. E eu não ganhava mal no estado (Marcelly Malta).

A experiência com a prostituição, no Brasil e na Itália, foi decisiva para Marcelly se organizar com outras companheiras e, bem mais tarde, ocupar o mesmo espaço com uma imagem completamente diferente.

Eu trabalhei dois anos na Itália e elas sempre, as minhas amigas sempre diziam: “Ai, Marcelly, ainda bem que a gente está entre as dez mais”. As dez mais ficam lá na frente e vão puxando as outras lá atrás. As mais... que não eram tão conceituadas, como se diz. Lógico que eu acho que isso é uma coisa que... Eu não ligo pra isso. Eu posso ficar em qualquer esquina. Na época, né? De 90 até 92. (...) Eu sempre digo assim: a prostituição não é um mar de rosas,

⁵⁵ A travesti e ativista Luana Muniz era conhecida como a rainha da Lapa. Ela faleceu em 2017, aos 56 anos. Conheci Luana em 1998, durante um trabalho de campo para uma disciplina da graduação. A Lapa ainda não havia passado pelo processo de revitalização que ocorreu no início dos anos 2000, com a (re)inauguração de casas de samba. Naquele momento, era um ponto de encontro da boêmia ainda chamada de GLS e também de prostituição. Ao avistar as “filhas da PUC” em sua área, Luana se aproximou, nos abordou, se inteirou do que fazíamos ali e nos ajudou, contando sua história, mostrando cicatrizes e nos convidando a visitar o Cabaret Casanova, icônica casa de shows protagonizados por “transformistas”, travestis e drag queens. Também nos orientou a como responder quando fomos abordadas por homens interessados em programas. Logo de início, ela usou uma frase que só ao tomar contato com a literatura para o doutorado soube que era, na verdade, seu bordão: “travesti não é bagunça”.

ela é uma vida muito difícil. Eu sofri toda a ditadura, eu fui presa mais de 200 vezes. (...) A gente era sexualmente explorada pelo Estado porque a gente tinha que se submeter a ter relações de graça com eles ou você ia presa. Eu... Muitas vezes eu batia boca, né? E eu sempre fui desbocada na rua com o pessoal da segurança pública, tanto a polícia civil quanto a brigada militar. Quando eu falo isso hoje... Eu fui a primeira instrutora na Academia de Polícia. Queria deixar claro isso, né? Foi no governo... Eu acho que foi 2000 a praticamente 2003, 2004. Eu fui a primeira instrutora travesti a entrar numa academia de polícia para falar sobre direitos da nossa população de travestis (Marcelly Malta).

No caso de Ivana, além de se aproximar do mundo artístico, ela observa que outras características lhe pouparam de situações mais graves, como já testemunhou. Aos 18 anos, sem ter concluído o então Segundo Grau (equivalente ao atual Ensino Médio), ela migrou para São Paulo, num processo de evasão involuntária identificado por Andrade (2012).

Eu não fui expulsa de casa, mas eu saí de casa porque minha família não aceitava. Eu de gay ainda. Então, eu fui construindo a minha identidade em São Paulo. Meus melhores amigos foram artistas e, de uma certa forma, eu burlei parte do preconceito. Porque, enquanto artista, você tem mais portas abertas. As pessoas relevam você ser travesti. Você pode estar numa festa porque você é a bicha que faz show na boate tal, no Space ou Cantho, Planet, enfim. Tinha muitas discotecas, boates. Então, isso meio que me ajudou. Eu já sabia disso antes. E também pelo fato de privilegiadamente, camufladamente, ser um pouco mais magra, ser um pouco baixinha, era mais passável por mulher. Eu não tinha estatura. Outras travestis sofrem muito mais que eu. São travestis que têm cor, são deficientes ou áudio ou visual ou fisicamente. Então, o direito de todos ainda não é igual. A inclusão a todos não é igual, mesmo no mundo trans, né? E a discriminação de gays com travestis e travestis com gays ainda é muito maior do que a gente possa imaginar (Ivana Spears).

A maior parte dos relatos se baseia em experiências de isolamento e exclusão na passagem da adolescência para a vida adulta. Alguns dos depoimentos, porém, destoam dos demais porque a construção da visibilidade pessoal e política não decorreu de um processo de violência evidente ou não-aceitação intrafamiliar. No caso de Danieli Balbi, ao contrário, os vínculos afetivos com a família de origem foram determinantes para se alçar, pela educação, a um lugar socialmente prestigiado. É o que afirma a única detentora de título de doutorado no recorte da tese.

Minha mãe fala muito disso. Minha mãe, ela é uma entusiasta. Veja só: minha mãe é uma entusiasta da causa LGBT. Isso é muito importante. Isso teve um impacto direto na minha formação. Acho que minha mãe ser uma pessoa comprometida radicalmente com a luta contra a LGBTIfobia é algo sensacional. É uma coisa que precisa ser publicizada: mães como ela, relações

de mãe e filha como a nossa. Porém, é uma mulher que não tem uma formação militante e apresenta na sua valorização da vivência LGBT, especificamente para sua filha, louvações muito ligadas a coisas que são importantes... (...) Nós somos de uma família humilde, mas não tão humilde assim. Então, eu demandava literatura (Danieli Balbi).

Já o depoimento de Tom Grito traz como elemento peculiar o momento de vida em que se reconheceu como pessoa trans: perto dos 40 anos de idade. Mas ele também tem em comum a busca por referência e interlocução com Indianarae.

O meu CPF está retificado no meu nome já, mas no RG eu ainda não consegui. Tem toda uma burocracia que... Porque eu fiz isso às vésperas da pandemia, né? Eu comecei a fazer esse processo no final de 2019. Foi quando eu troquei o nome. Então, sim, foi em 2020 que eu fui no primeiro ato da visibilidade trans enquanto pessoa trans. Eu ia nesses atos, mas eu também não me posicionava. Porque eu ainda estava entendendo qual era o meu lugar nesse processo, entende? E em 2020 foi o primeiro. Em 2021 a gente foi também. Não, 2021 eu acho que eu não fui por causa da pandemia, mas... Bom, eu não tenho certeza. Mas esses atos são organizados pelo Fórum de Travestis e Transexuais, que é sempre muito ativo. A Casa Nem é muito ativa aqui no Rio de Janeiro. E eu sempre dialoguei com esses lugares muito bem. Sou muito amigo da Indianarae, que é uma liderança aqui. Então, foi nesses espaços que eu também encontrei a visibilidade que eu precisava para poder entender mais sobre essas possibilidades de outras existências (Tom Grito).

Os trechos das entrevistas que procuramos reunir neste tópico mostram como as microrrelações cotidianas são importantes para a construção da visibilidade das pessoas trans numa esfera pública, porém localizada. O passo seguinte para as pessoas que entrevistamos foi ir um pouco além: no ativismo, nas campanhas estatais ou nas notícias jornalísticas. Kaique Theodoro resume o sentimento que o impeliu a ir adiante.

Eu acho que a gente tem se mobilizado muito mais em conjunto, nesses últimos anos. Eu percebi isso com os meus olhos. Inclusive eu participei disso também. Estive muito presente em atos. E sempre... Por mais que tenha pluralidade, a gente não precisa concordar com tudo entre os nossos também porque somos pessoas, mas a gente sempre esteve brigando muito pelas nossas conquistas pequenas e grandes, enfim. E eu acho que essa coisa de estar junto, e estar fazendo barulho mesmo de verdade, seja no pior da situação, eu acho que isso tem feito esses avanços. Eu não acredito que seja uma coisa externa porque eu não acho que seja vontade do Estado: 'ah, vamos abraçar as pessoas trans'. Não! Isso foi uma coisa que a gente vem batendo muito na porta a ponto de que a gente já não está mais batendo em porta nenhuma. A gente já está dando chute mesmo, arrombando porta e falando: ó, agora vocês vão ter que atender mesmo e não tem mais jeito. Porque é uma luta que já vem de muito tempo também. Eu acho que é aquela coisa da água mole em pedra dura, sabe? Já está há tanto tempo a galera falando... Pelo amor de Deus, gente, vamos querer o mínimo aqui que está começando a se fazer, mas vem muito dessa

questão de ocupação do espaço. Era isso que eu estava tentando lembrar, puxar na minha cabeça. Ocupação de espaço. Eu acho que é muito por aí mesmo (Kaique Theodoro).

É dessa ocupação de espaços que trataremos a seguir. Primeiramente, discutiremos a passagem da vida pública em espaços mais restritos para outros de maior alcance, inclusive na política partidária e, em seguida, sobre a visão das pessoas trans em espaços hegemônicos.

4.1.2. Ativismos político-partidários

Nas falas das pessoas entrevistadas, as disputas políticas estão muito presentes. Elas são de alguma forma uma mola propulsora de suas atividades cotidianas e, como veremos, guardam relação com sua participação nas campanhas do Governo Federal e nas reportagens sobre o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Mas as atuações individuais não estão descoladas de processos políticos em nível macro. Ao contrário, os processos individuais e coletivos estão diretamente associados à conjuntura mais geral, discutida no capítulo 3.

No grupo, a atuação política mais longeva é a de Raicarlos Coelho Durans. Em vários momentos, ele enfatizou que da luta política dependia sua existência como homem trans.

Eu continuei na luta, querendo retificar meu nome, querendo reconhecimento de identidade de gênero, querendo me casar, querendo consolidar minha relação de conjugalidade de forma legal no Estado brasileiro de forma civil com Rose, minha esposa, e pensando que eu pudesse morrer a qualquer momento de alguma outra coisa – não sei, não era a pandemia ainda – e não realizar todos esses intentos. Essa era minha preocupação básica e isso me adoeceu um pouco, mas eu nunca perdi a capacidade de luta, eu nunca perdi a capacidade de ir atrás das coisas (Raicarlos Coelho Durans).

E a luta para me encontrar, ela sempre fez parte da minha vida inteira porque eu sempre achava que eu me encontraria um dia em algum lugar. E eu sempre achei que eu iria restaurar a minha dignidade e encontrar a minha identidade, ter reconhecimento do Estado brasileiro (Raicarlos Coelho Durans).

Ele conta que desde a década de 80 atua pelos direitos das pessoas LGBTs, mas a partir de 1998 compreendeu sua identidade de homem trans e passou a militar em prol desse grupo específico, indicando que a ação política das pessoas trans se inicia ligada à ação LGBTQIAP+ de modo agregado e, pouco a pouco, se singulariza. Naquele momento, porém, ainda não havia uma articulação tão forte para essa categoria, algo que começou a se fortalecer, segundo ele, a partir de 2004, quando se conectou a outras pessoas com vivências semelhantes. Mas foi a partir de 2008, ano da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que

ele se enfrontou nos debates sobre as questões trans e, de forma recorrente, ressalta os oito anos entre a assembleia e a participação na campanha pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans de 2016, a primeira a incluir homens trans. O depoimento indica que a existência política das pessoas trans, assim como suas demandas, paulatinamente se particulariza no bojo do movimento LGBT. Esse processo não se interrompe e permanece buscando visibilizar as especificidades de cada identidade que compõe a sigla, cada vez mais extensa.

Eu participei da I Conferência de Direitos Humanos LGBTs, da primeira, da segunda e da terceira. Na primeira, a gente dá o *start* de todas as políticas que a gente precisava, que era de segurança, de saúde, direitos humanos, as principais, certo? De assistência, de educação, enfim, esses cinco temas, que são os mais caros para nós. Nós trabalhamos muito na I Conferência, de 2008. Trabalhamos, depois, em 2011, na II Conferência. Quando a gente sai da II Conferência, que o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, normatiza a Política de Saúde Integral LGBT, que em 2012 inaugura uma nova etapa daquela política de fazer com que os estados e municípios façam a adesão à política. E o Ministério da Saúde tinha uma diretriz exatamente de aplicar o plano operativo da política e construir um comitê de monitoramento da política, chamando a sociedade civil organizada e desorganizada e mais os governos estaduais e municipais, onde tivessem feito a adesão política. Até então, em 2012, ninguém tinha feito a adesão. Só o município de São Paulo que aderiu à política. Nenhum outro estado fez. Como o governo era democrático e eu sou partidário, e eu sempre ando pela esquerda, a parte do Partido Comunista do Brasil, que cuidava da Dagep, a gestão participativa do Ministério da Saúde, me visualizou e me convidou para compor, se o movimento LGBT e o movimento de homens trans me indicasse para ir para o comitê. Como nós já tínhamos organizado desde 2012, o Ibrat – e eu sou membro fundador – o Ibrat me autorizou e me delegou como sendo membro para o comitê técnico (Raicarlos Coelho Durans).

Ao rever esse trecho na devolutiva, Raicarlos solicitou que fosse explicitado que sua participação no Comitê dependeu de uma análise curricular a cargo do MS. Ele concorreu ao assento no colegiado com outros sete homens trans de todo o país, sendo dois como ele, indicados pelo Ibrat. Com o adendo, ele quis mostrar que seu nome não era a opção preferencial do movimento, mas sua trajetória – profissional e biográfica – o habilitou para a vaga no órgão. Nos anos seguintes, as decisões da II Conferência motivaram associações em nível local que resultaram em ações concretas⁵⁶.

Em 2014, eu chamei um grupo de mulheres trans aqui do Pará. Não tinha homens trans até 2014 no Pará e eu sou do Pará. [E perguntei] Se elas não queriam que a gente conjugasse esforços para a gente implementar uma luta para que, então, fosse implantado no Pará o ambulatório TT, do processo transexualizador. Haja vista que o processo transexualizador data de 2013,

⁵⁶ Os marcos legais desses avanços estão citados nos capítulos 3.

oficialmente, 19 de novembro de 2013, onde amplia para homens trans. (...) Já em 2012, o Ministério da Saúde, como estava num governo democrático, chama as pessoas que têm visibilidades locais, regionais e nacionais para compor o comitê técnico de monitoramento da política de saúde integral LGBT, de que também participei de sua formatação como sociedade civil através de dois seminários do Conselho Nacional de Saúde e de outros eventos regionais e nacionais que a gente dos movimentos nacionais LGBTI, todos organizados, em uníssono, para que a gente conseguisse implementar e normatizar a política de saúde integral LBGT, que foi em 2011 (Raicarlos Coelho Durans).

Em sua visão, outro marco da organização política do movimento foi o I Encontro Nacional de Homens Trans promovido pelo Ibrat em 2015⁵⁷, de cuja comissão organizadora participou. Sua fala, no entanto, evidencia os embates no interior do movimento e cobra uma atuação de mais visibilidade político-partidária do que midiática, que aparecem como concorrentes em suas observações.

Foi muito significativo porque foi na USP, foi muito significativo que fosse em São Paulo e foi muito significativo que fosse em 2015. (...) Coletivamente, o grupo de homens trans e outras identidades, que hoje são várias e eu prefiro não falar das outras, certo? Porque eu tenho divergência do ponto de vista político. Não pessoal, mas do ponto de vista político. Porque não se dialoga com a política pública de uma forma invencionista... Eu não sou antropólogo, então eu não tenho a obrigação de acatar todas as acepções de sexualidade, mas eu respeito. Só que eu não trabalho nessa perspectiva politicamente (Raicarlos Coelho Durans).

O que a gente precisa hoje fazer, inclusive o movimento de pessoas trans do Brasil e LGBTI, é lutar mais, fazer mais, mas politicamente não só de lutas específicas, entendeu? Porque tem um grande segmento, grande parte das pessoas trans, inclusive homens trans, que só querem saber de hormônio cirurgia, ser bombadão, bonitão e se mostrar para as mídias sociais e a imagem, ter mais visibilidade. E parece que isso se tornou uma necessidade premente daquelas pessoas, entendeu? (Raicarlos Coelho Durans).

Em 2020, ele concorreu ao cargo de vereador em seu município, Marituba-PA, pelo PDT⁵⁸. Após o resultado desfavorável e ressentido pela falta de apoio dentro de seu próprio partido, migrou para o PSOL. Nem a derrota nas urnas, nem o atual contexto político parecem demovê-lo da atuação político-partidária.

⁵⁷ O encontro, que tinha como tema “Da invisibilidade à luta”, teve apoio da Antra e identidade gráfica criada por Laerte. O segundo encontro foi realizado em novembro de 2021. A terceira edição está prevista para 2024. Durante a devolutiva, Raicarlos solicitou que fosse registrado que não foi convidado para o evento de 2021. Segundo ele, a razão teria sido divergências internas relativas à identidade política de homens trans x transmasculines.

⁵⁸ Raicarlos pediu, ainda, que fosse esclarecido que sua candidatura pelo PDT foi contingencial, fruto da conjuntura partidária em seu município, mas seu alinhamento político é pela “ultraesquerda” e hoje está filiado ao PSOL.

Eu, diametralmente oposto a tudo isso, eu acho que sempre lutei e sempre lutarei por dias melhores para meu país, para o povo brasileiro e para as pessoas mais vulneráveis. E dentre elas estamos nós, as pessoas trans, os homens trans, certo? Mas eu vou continuar na luta política do povo brasileiro por democracia, por dias melhores. E, tão logo essa pandemia se desencoraje da aceleração que está, a gente possa viver uma vida mais afetuosa e mais normal (Raicarlos Coelho Durans).

Mais recentemente, Marcelly Malta também se aproximou de esferas políticas para angariar apoio para os projetos que contemplam a população trans no seu estado (RS). Ela lembra que a campanha federal pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans se desdobrou na ação local chamada de Transdiálogo, que promovia visitas de surpresa em unidades de saúde.

E eu me lembro de quando a gente começou essa campanha, a gente chegou de surpresa neste posto de saúde, um posto de saúde na periferia de Porto Alegre, né? É um posto bem grande. Quando a gente entrou, o pessoal ficou assim: “o que que está acontecendo?”. Nunca viram tanta travesti junta, né? E eu acho que foi muito importante este momento que a gente fez diálogo com o governo, com o município, com o estado, com o posto de saúde, com a brigada militar, em todos os órgãos, né? Inclusive, o governador do estado nos recebeu pelo Dia da Visibilidade Trans. Então, foram várias etapas. Foi uma semana de atividades. Então, essas atividades que eu me lembro foi uma das atividades, um dos maiores marcos da minha vida de falar “sou travesti e tenho direito de ser quem eu sou”. De mostrar nossa cara... O Brasil ainda é o país que mais mata, mas é o país que mais discrimina também por ser quem a gente é (Marcelly Malta).

Sua aproximação com políticos de esquerda de sua região se mantém. Ela destaca a visita à Câmara dos Deputados, em 2019, a convite do PT e do PSOL, para um seminário sobre as políticas para a população LGBTQIA+, com a participação da deputada federal do PSOL-RS Fernanda Melchionna (“que é muito, muito minha amiga”). Marcelly conta que foi avisada pelo deputado David Miranda (PSOL-RJ) que o presidente Bolsonaro havia enviado “capangas” para assistir ao encontro e fez questão de elevar um símbolo do movimento. O exemplo citado a seguir contém mais uma camada de significado e mostra como a visibilidade se constrói por diferenciação. A singularidade das demandas precisa ser evidenciada em símbolos específicos, como a bandeira e as cores azul claro, rosa claro e branco. A bandeira trans foi criada pela ativista trans norte-americana Monica Helms em 1999 e apresentada durante a Parada do Orgulho em Phoenix no ano seguinte. Em 2014, a peça foi doada ao museu Smithsonian’s, dedicado à história norte-americana, e passou a integrar a coleção de história LGBTQ+ da instituição (SMITHSONIAN, 2022).

Até me emocionei muito porque todo mundo levantou e aplaudiu e começou a gritar: “fora, fora, fora”. (...) Eu botei a bandeira nas minhas pernas: essa é a nossa bandeira de luta. (...) A bandeira trans! E hoje a gente não usa mais a bandeira do arco-íris porque a bandeira do arco-íris... É uma bandeira, né, que a gente carregou muitos anos e muitos anos eu carreguei essa bandeira, mas hoje a gente tem a nossa bandeira. Eu acho que a gente tem que criar o nosso símbolo. Um símbolo de resistência. Por isso que a gente tem hoje a bandeira trans (Marcelly Malta).

Em 2020, ela se empenhou pessoalmente na eleição do vereador Leonel Radde (PT) na capital gaúcha. Policial civil, “o vereador gato” foi seu aluno no projeto da Academia de Polícia que visava a sensibilizar os agentes de segurança durante abordagens a travestis, conforme mencionado no capítulo anterior. Agora, trabalham juntos num projeto para criar uma casa de acolhimento para pessoas trans.

Eu conheço ele há anos. E eu disse assim: ô, Leonel, eu vou te ajudar a tu ganhar essa campanha. Tu vai ganhar. (...) Olha, eu estava lá com toda a pandemia que a gente teve, né? 2020. Ainda a gente tem, né? Eu ia de braço dado com ele. Sempre, em tudo o que é lugar. (...) Até ontem eu falei com ele... Porque a gente está fazendo um projeto para que o dia 29 de janeiro seja o primeiro que a gente consiga abrir um abrigo para a população trans aqui em Porto Alegre. Eu escrevi uma parte, a advogada que é uma advogada trans, ela viu e me ajudou e a gente escreveu o projeto em si, colocando o que que a gente quer para a nossa população de travestis e transexuais e homens trans. A gente quer uma casa de acolhida para essa população, população em situação vulnerável. E ele foi o único que recebeu essa proposta do Igualdade e foi a primeira coisa que ele fez. E ele no Dia da Visibilidade Trans, ele estava do meu lado. (...) Eu digo que eu não consigo esquecer essa coisa, as coisas que as pessoas fazem por ti. Uma palavra, um gesto de gratidão. Então, eu digo assim: tem pessoas que entram na tua vida para somar, para te ajudar. Entendeu? Esse candidato, para mim, não desmerecendo ninguém da esquerda, nenhum candidato, nenhuma candidata. Tem muitas candidatas que são minhas amigas. Eu não votei nelas. Todo mundo sabe da minha campanha ferrada que eu fiz, né, em tudo o que é lugar com ele. Então, eu quero dizer que eu sempre fui da esquerda. Sempre fui muito de dar o grito da liberdade. Eu acho que a gente tem que ter voz e voz em tudo o que é espaço, em tudo o que é lugar (Marcelly Malta).

Uma das mais jovens no grupo entrevistado, Danieli Balbi tem uma atuação partidária intensa no PCdoB, que percebeu em 2016 a oportunidade para a candidatura de uma mulher trans negra à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A decisão, que “veio de cima para baixo”, não foi acompanhada de um aporte de recursos que permitissem uma campanha confortável. Para ela, foi decisivo o fato de ser “uma trans na academia, por conta de ter sido uma trans que fez uma cirurgia com ajuda dos alunos, já tinha elementos de visibilização” e

sustentou a indicação interna de seu nome para a candidatura que, a despeito do expressivo número de votos, optou por não repetir em 2020 nas eleições municipais⁵⁹.

Não era nada que vinha da minha vontade, mas eu preciso dizer que, naquele momento, eu fui convencida pelos dirigentes partidários de que seria importante apresentar uma candidatura transexual que falasse para uma população LGBT em geral, mas falasse também para mulheres, para mulheres negras, para a periferia, fizesse articulação de uma proposta que no meu entender – por isso eu ainda estou no Partido Comunista – é uma proposta mais consistente tanto dos segmentos historicamente marginalizados quanto de proposição de um outro futuro. E aí fui me candidatar sem nenhuma estrutura. Por que veio essa orientação? Porque a gente avaliava que isso tinha e estava tomando um lugar na disputa pública maior do que a gente poderia apresentar. E eu acho (...) que a qualidade de formulação da minha equipe⁶⁰ (...) ajudou a gente a crescer. Só que a gente era um grupo de meninas e meninos também... Meninas? 28 anos... Mas a gente era mais jovem do que hoje. Muito sem ter recurso nenhum... Meu Deus! Então, foi um inferno. (...) Não tinha dinheiro nenhum. O partido não apostou em nada e a campanha crescendo, crescendo, crescendo. E a gente tendo que lidar com aquela tarefa, colocada pelo Comitê Central, de levar a campanha até o fim. Muitas vezes, a equipe sentou e falou: ‘gente, a gente precisa de recurso ou a gente precisa apresentar para o partido que não tem condições de levar até o fim’. A gente levou na raça, fazendo campanha de ônibus, sem comer às vezes porque eu tive que tirar licença do colégio particular sem remuneração. Apertadíssima, mas foi lindo e eu acho que a qualidade da equipe, o trabalho da equipe fez com que a gente tivesse, naquele momento... Fosse a maior candidatura... A candidatura LGBT com mais votos no estado do Rio de Janeiro. Mas imediatamente eu saí. Nunca mais quis me candidatar. Pedi. Conversei com o partido e aí o partido agora, vendo o resultado, eles decidiram... pediram que eu me candidatasse de novo. Apresentaram a tarefa de novo. Mas eu também, por conta dessa dificuldade anterior, tive mais elementos para dizer não (Danieli Balbi).

Aparentemente, os partidos políticos se mostram mais permeáveis a candidaturas de pessoas trans, o que não significa que sejam candidaturas monotemáticas, baseadas exclusivamente na pauta identitária. As candidaturas, mesmo que não se saiam vencedoras, conseguem durante um período determinado de tempo dar visibilidade – na propaganda eleitoral, na imprensa, nas redes sociais e nas ruas – às pessoas trans e a suas demandas. Convidada a se filiar ao PT antes de se mudar do Brasil para a Itália, Ivana Spears declinou porque já tinha planos de ir para a Europa. Ela vê a atuação partidária como uma possibilidade ainda distante. Durante a devolutiva, ela reiterou essa distância, afirmando necessitar de maior grau de formação, o que demandaria tempo e investimento pessoal.

⁵⁹ Em 2022, a pré-candidatura a deputada estadual foi lançada às vésperas do Dia Nacional da Visibilidade Trans.

⁶⁰ Além de si própria, Danieli nomeia a dirigente Gabrielle Paulanti e seu irmão Eduardo.

Se na maior parte dos casos a vinculação partidária não impediu avanços individuais, uma voz dissonante demarcou seu incômodo com as amarras dessa opção de atuação.

Já tentei me desfiliar do partido (de esquerda) algumas vezes e, se eu soubesse como é difícil me desfiliar, eu nunca teria me filiado. É muito difícil. Porque é isto: a vida é dinâmica. Uma vez me ofereceram a possibilidade de um cargo em outro partido, que não é nem um partido que seja assim de direita; pode ser pensado ali no centro, né? E aí meus companheiros de partido disseram: ‘Se você for, você vai ser expulso’. Eu falei: pois me expulsem. Então, é complexo. Meu interesse legítimo é construir políticas públicas para a população LGBT. Se for num governo de direita, é isso! (Depoimento anônimo).

As implicações que as negociações políticas com governos de direita acarretam foram um ponto sensível durante as entrevistas e catalisados em figuras que ocupam espaços hegemônicos. Vamos discuti-las a seguir a partir da visão das pessoas entrevistadas.

4.1.3. Pessoas trans em espaços de poder: estratégias e contradições

A presença de pessoas trans em espaços de poder foi lembrada durante as entrevistas. A visão sobre sua participação em espaços hegemônicos não é vista de forma homogênea. Percebemos que, a depender do contexto político em que estão inseridas e das posições que tomam, suas condutas podem ser compreendidas como de aliança ou de corrosão das pautas trans.

A atuação de Erika Hilton (PSOL-SP), a primeira mulher trans eleita para a Câmara Municipal da capital paulista e a vereadora com maior número de votos em todo o Brasil em 2020, foi mencionada tanto como exemplo a inspirar outras candidaturas quanto por sua atuação para garantir direitos da população trans. Ao citar o caso da travesti Lorena Muniz, que faleceu após ser deixada sedada na sala de cirurgia durante um incêndio na clínica onde se operaria para colocar próteses mamárias, Kaique Theodoro mencionou sua ação para que ela pudesse ser sepultada com o nome com o qual se identificava. Da Itália, Ivana Spears acompanhava o mandato da vereadora e a citou como exemplo de alguém que consegue, a partir da defesa das pautas trans, ampliar sua atuação:

Nossa! Eu nunca vi uma pessoa tão bem preparada quanto ela. Não para representar trans, mas para representar todos os cidadãos, porque quando a gente vai em algum governo é para representar todo mundo. Não é A, B, X. É todo mundo (Ivana Spears).

Em outras situações, a participação de pessoas em esferas políticas foi enquadrada de modo mais ambíguo. Criticada no tópico anterior, a ausência das campanhas que celebrem o Dia Nacional da Visibilidade Trans a partir de 2019 não foi apontada como a única, tampouco a mais perversa, estratégia do governo Bolsonaro para alterar a forma como as pautas trans vêm sendo visibilizadas. Por essa razão, a permanência no governo Bolsonaro da professora Marina Reidel, uma mulher trans, integrada ao Executivo federal como diretora do Departamento de Políticas para LGBT do Ministério dos Direitos Humanos ainda na gestão de Michel Temer, numa administração em que os direitos das populações LGBTQIA+ são discursivamente desconstruídos, foi objeto de duras críticas públicas feitas pelos movimentos sociais e, ao menos no contexto privado das entrevistas, uma certa controvérsia. Se, por um lado, há o reconhecimento de que sua participação no governo funciona como uma espécie de token (uso instrumentalizado de minorias), por outro, há a compreensão de que ela conseguiria avançar pelas brechas. Exemplo da tensão é uma postagem em rede social na qual a Antra (2021), sem nomeá-la⁶¹, referiu-se ao “corpo trans de estimação” da ministra Damares Alves e foi retuitada com comentários a favor e contra a publicação. É possível que a postagem, em tom de deboche, seja resultado da gestão informal de redes sociais, discutida no capítulo 3, mas seu conteúdo já fora explicitado em outros momentos. Em nota pública no ano anterior, a Antra (2020) e outras 20 entidades manifestaram repúdio à opção do Estado brasileiro por não usar os termos identidade de gênero, expressão de gênero e crimes de ódio em reunião da Comissão Permanente de Pessoas LGBTI do Mercosul, nomeando explicitamente os/as representantes do Brasil no encontro e incluindo a então Diretora de Promoção de Direitos LGBT.

Nas entrevistas, realizadas sob lógicas muito distintas das que regem as postagens em redes sociais, essa abordagem destoou. Chopelly Santos, vice-presidente da entidade e presidente da Amotrans-PE, manifestou outra percepção sobre a pessoa trans dentro do Governo Federal. Segundo ela, a presença de Marina pode ser vista de forma positiva.

A Mariana tem um carinho muito grande da ministra Damares. A própria ministra Damares tem uma visão das pessoas trans diferenciada do LGB. Ela tem um respeito pelas pessoas trans que ela não tem pelos gays e pelas lésbicas. E entenda que eu não estou fazendo a defesa dela. Eu só acho interessante isso: a rejeição que ela tem das mulheres lésbicas e dos homens gays por serem homossexuais, mas a admiração e o respeito que ela tem pelas mulheres trans. Entendeu? Então, por exemplo, a gente tem um projeto agora de cooperativa para criar cooperativas em seis municípios de Recife e foi o único projeto aprovado na Secretaria Nacional de Juventude⁶². E é de

⁶¹ Seu nome foi mencionado em comentários.

⁶² O projeto cria cooperativas em seis municípios pernambucanos para 48 mulheres jovens trans, capacitando-as em corte e costura, cooperativismo e empreendedorismo. Durante um ano, as jovens que não tiveram acesso ao

mulheres trans. (...) E é a Amotrans que está à frente! (...) O fato de ter Marina no governo já traz um diferencial por ela ser uma mulher trans. Nos vários discursos da ministra, a ministra exalta a Marina. Ela fala do respeito que ela tem pela doutora Marina⁶³. Você imagina a ministra Damares chamar uma trans de doutora Marina?! A gente sabe que, por exemplo, Marina tenta fazer várias campanhas dentro do governo e não consegue. Porque não é porque as pessoas que estão no ministério não consigam, mas é pela própria interface que o governo passa e da base que sustenta o governo. A base que apoia o governo é uma base radical e não vai querer uma campanha LGBT. Vai cair matando. Então, em vários discursos, a ministra exalta isso: que precisa ajudar as mulheres trans, que precisa ver as mulheres trans, que precisa enxergar essa população porque é uma população desprivilegiada dentro da sociedade. Esse olhar dela está mais no olhar humanitário do que no olhar de crítica (Chopelly Santos).

Para Marcelly Malta, vice-presidente da Rede Trans Brasil e amiga pessoal de Marina, a técnica contribui com as pautas na medida de suas possibilidades. Marcelly diz que todo o trabalho é, segundo a própria, acompanhado de muito perto pelo Palácio do Planalto.

Ela, como diretora, tem que passar a matéria que ela quer colocar do Dia da Visibilidade Trans ou qualquer outra coisa, né? Passa pela ministra, a Damares. A ministra Damares lê. Se ela aprova, tem que passar pelo gabinete do presidente da República e eles veem se realmente pode usar essa matéria para sair. Sabe o que que ele respondeu para o dia 29 de janeiro do ano passado? Que ele não quer saber de reportagem sobre viado, não (Marcelly Malta).

Apesar disso, a permanência de Marina alimenta a esperança do retorno de políticas públicas para a população trans, quando este governo for substituído, ou seja, sua permanência, ainda que controversa, é entendida, por parte dos/das/es integrantes do movimento social entrevistadas/os/es, como marcação de presença em espaços hegemônicos hostis. Marcelly elogia as competências da gestora, também lembradas por outra pessoa entrevistada, e afirma que as críticas são menos dirigidas às ações propriamente e mais à sua presença num governo de direita, enquanto ela própria teria uma atuação à esquerda. Marcelly acrescenta que há também um componente econômico que não pode ser deixado de lado (“na vida, a gente também tem que olhar o lado financeiro, né?”).

Ela gostaria de fazer muito mais, entendeu? E ela foi cedida pela Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, porque ela é professora. É educadora. Ela aceitou e, quando trocou o governo, a Damares gostou dela, porque ela é uma

Auxílio Emergencial receberão uma bolsa de R\$ 200 para aprenderem a profissão e a gestão de um pequeno negócio local.

⁶³ Seu currículo na Plataforma Lattes informa que Marina Reidel tem licenciatura em Educação Artística, pós-graduação em Psicopedagogia e mestrado em Educação.

pessoa supercompetente. Todo mundo dentro do movimento... A gente vê muita crítica quanto a ela. Não pelo que ela faz, mas porque que ela está lá... Inclusive eu amo ela de paixão. A gente fala muito. Ela mesma diz: 'Marcelly, eu gostaria... As pessoas pensam que eu tenho o poder da caneta. Não. O poder da caneta quem tem... Nem a Damares tem. Quem tem é o homem lá em cima. Tudo passa por ele'. (...) Mas ela sempre foi da esquerda aqui em Porto Alegre. Ela participou de governos da esquerda. Então, quando trocou o governo... Quando o Temer era presidente, foi uma indicação daqui do governo do Rio Grande do Sul para ela ir para a secretaria. Tinha várias... Eles queriam uma trans, né? Aí, pediram vários currículos, mas o currículo dela é o mais poderoso, né? Quer queira, quer não. Vários receberam, mas não foram aprovados, foram reprovados. Mas ela faz... O que ela puder fazer por nós, por nosso movimento, ela sempre está fazendo. Se ela puder... E a Damares... Eu estive uma vez com ela, com a Damares numa fala. Foi ano... 2019, acho. Foi sobre direitos da população LGBT. E ela falou uma coisa que... Tem umas coisas que a gente não gosta que as pessoas falem, mas eu respeito. E ela falou uma coisa... Eu sentada do lado dela, né? Como ministra, a fala dela é bem preocupante. Ela é uma pessoa, assim, que fala que o universo só tem homem e só tem mulher, mas tem pessoas que gostam de outras coisas, né? Eu me senti um pouco incomodada com a fala dela. Eu não lembro mais como é que ela falou, faz tanto tempo... Foi uma coisa que depois eu falei pra Marina. E ela: 'Falou' – como se diz – 'falou merda'. Mas, assim, cada um fala o que quer. Eu já vi ela falar tanta besteira. Tanta coisa, né? Mas a Marina já tem uma visão um pouco diferente. Porque ela tem uma... Não sei se porque elas se conversam muito... Mas ela tem uma afinidade com a Marina, como pessoa e como técnica lá da secretaria de Direitos Humanos. Mas é uma pessoa super, super do bem. Tudo o que eu peço pra ela (...) ela sempre tá ajudando. Mas o pessoal do movimento social critica muito. O pessoal da esquerda. A gente sabe que os movimentos sociais são tudo da esquerda. Poucas são de outro partido. Eu queria assim... Todos os anos a gente precisa de mais campanhas pontuais para o Dia da Visibilidade Trans. A gente precisa de mais visibilidade mesmo! Ir às ruas, poder ir para as ruas, se manifestar, ter coragem, termos a voz ativa e as pessoas pararem de falar por nós. Isso me incomoda muito, né? Tem sempre um evangélico, um pastor, um psicólogo, um psiquiatra, falando por nós, que nós somos assim, somos assado. Não! Nós somos o que somos, nós existimos. Não podemos mudar nossa essência jamais. (...) Agora, não vai acontecer neste governo, mas de repente no próximo... quem entrar... a gente ter mais políticas públicas para nossa população, porque a gente tinha tanta, né? (Marcelly Malta).

Sobre esse tema, uma das pessoas entrevistadas pediu sigilo quanto a sua identidade. A pessoa afirma que se identifica com o tipo de crítica dirigida à Marina porque também se dispôs a negociar com governos de direita, incluindo a própria ministra Damares.

Quando eu estava lá com a Damares, (...), eu fui escorraçada (pelos movimentos sociais). Mas é isso... Essas contradições fazem parte do processo social, né? Mas eu posso falar que eu tenho optado e minha linha é optar por um caminho de bastidor, porque eu acho que pode ser, inclusive, ainda mais efetivo. (...) O que eu posso fazer se nos governos de direita a gente teve mais avanços no sentido de políticas para a população trans do que nos governos de esquerda? Aqui (em seu território), o ambulatório trans saiu num governo de direita. Então, assim, a gente vai ficar sentada de braço cruzado sem acessar

essas coisas que são do Estado? Eu não concordo com isso. Muitas pessoas são vinculadas a determinados partidos e isso começa a fazer interferências. Eu quero a política pública. Eu quero o ambulatório trans, eu quero as pessoas com direito a acessar a universidade. Eu quero as pessoas com direito a acessar o mercado de trabalho seja no governo que for. Isso para mim não pode estar vinculado a um governo, mas as pessoas podem pegar essa minha fala e falar: “Tá vendo? Fulane é bolsonarista”. Nada disso! Em nenhum momento, eu defendi o Bolsonaro! Mas isso pode ser utilizado dessa forma. Por isso, eu tenho evitado fazer coisas para fora porque eu acho que a edição pode ser muito difícil. Mas eu não sei o que que você vai fazer com essa minha fala. Tipo assim: como é que você vai aproveitar isso pra pensar? Mas depois você me conta (Depoimento anônimo).

Sua fala explicita preocupações com os ataques a atores que se dispõem a dialogar com um governo que, reconhecidamente, mina os avanços das pautas LGBTQIAP+.

Quando o Bolsonaro foi eleito, (...) eu fiz uma cápsula do tempo. Eu peguei um exemplar de todos os materiais LGBT e tenho em casa guardado. Porque eu falei: isso aqui pode desaparecer. E algumas coisas, como a cartilha de saúde dos homens trans, desapareceram⁶⁴ (Depoimento anônimo).

Além dos argumentos colocados, o pedido de anonimato para esses trechos sensíveis sugere que algumas formas de atuação no bojo dos movimentos podem ser encaradas como agressivas por alguns sujeitos. Sem colocar em dúvida a importância das associações, é preciso registrar que o dissenso pode ser agudo quando envolve determinados temas ou figuras. Na etapa das devolutivas, o assunto voltou a ser abordado mesmo por quem não havia tocado nele na primeira entrevista. É o caso de Tathiane Araújo que, apesar de divergências partidárias, considera determinadas formas de referência à Marina Reidel ofensivas e injustas. Além disso, considera que as alternativas à sua presença no ministério representariam um risco às políticas LGBTQIAP+, já que as correntes alinhadas com o Governo Bolsonaro defendem abordagens como “cura gay”.

Eu não faria esta fala levemente. Eu fui colega de Marina no Conselho e brigava, porque ela tem uma cabeça meio de direita mesmo. Isso é real e a gente tem que aceitar o mundo das pessoas. Ela é uma mulher branca, de olho azul, nasceu no Rio Grande do Sul. Sofreu preconceito? Sofreu com certeza. (...) Eu sei qual é a dor e a delícia de ser travesti. Eu sei que Marina é uma funcionária pública, que estava como professora do governo do Rio Grande do Sul. Depois ela foi assumir um papel de gestão no Rio Grande do Sul e o

⁶⁴ Uma versão “atualizada e corrigida” permanece disponível <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/homens-trans-vamos-falar-sobre-prevencao-de-infecoes-sexualmente-transmissiveis-versao>. Um documento publicado em anexo justifica as atualizações e correções feitas na cartilha, apontando e explicando as razões técnicas para as edições e supressões. A versão original, de 2018, pode ser localizada por ferramentas de buscas online.

mesmo governo que é do Rio Grande do Sul, que é o MDB, levou ela para o mesmo trabalho no Governo Federal. Até aí eu participei de toda essa história. Eu assisti. (...) Não foi Bolsonaro, nem Damares que foram buscá-la no Rio Grande do Sul. (...) Imagina se agora eu vou (falar) “o corpo trans da Damares”... É muito ofensivo. “O corpo de estimação da Damares”, “a boneca de vodu de Damares”. (...) É injusto. Ela tá lá, mas não promove o bolsonarismo. Nunca vi. Ao contrário. (...) Ela respeita nosso espaço como movimento social (Tathiane Araújo).

Aparentemente, o que se percebe é que as contradições e dissensos, somados a outras variáveis contextuais, têm um efeito simbólico de invisibilização potente. Bernardo Mota cita o exemplo de outra pessoa trans na Câmara de Vereadores de São Paulo e chama a atenção para o apagamento das identidades transmasculinas:

Eu acho que tem as disputas internas dentro do movimento LGBT, dentro do movimento de pessoas trans... Eu acho que talvez agora seja um pouco mais balanceada a representação de homens e mulheres trans, mas ela ainda ficava muito invisibilizada. Pelo seu próprio relato, assim, você vê que são campanhas que mulheres trans e travestis estavam ali sendo representadas, comentadas. E isso, por trás disso, tem um embate muito forte. Uma articulação de homens trans, um embate político para que isso seja visível. E tem também a parte externa de todo o conservadorismo, que também tem esse machismo sobre nossos corpos. (...) E os homens trans ficam num lugar um pouco nesse sentido, assim. Isso é uma coisa que eu tento trabalhar muito, estimular muito para que outros meninos treinem e se sintam mais confortáveis no espaço público, que é um espaço muito violento, muito masculinizado, muito bélico, né? Então, tem as estruturas sociais que a gente tá vinculadas a elas e que não necessariamente a identificação de homens trans faz com que ele seja lido, entendido e respeitado enquanto homem. Eu acho que o Thammy tá aí para provar que você pode ter a passabilidade que for, parecer o cara cis-que-ninguém-vai-questionar-sua-identidade e não ser respeitado. (...) Eu sou talvez não-grato porque eu defendo o Thammy enquanto uma pessoa trans. Poderia ser... o Che Guevara. A personificação de uma luta socialista, mas que ia sofrer transfobia. Entendeu? Eu acho que as pessoas trans têm que ter a liberdade de exercer a sua função em qualquer espectro político. E eu não acho que, se ele estivesse num partido de esquerda, ele seria menos violentado (Bernardo Mota).

Tom Grito manifesta desconforto com certos embates internos que, em sua visão, tendem a dispersar as reivindicações.

Não pode atropelar identidades e particularidades por conta dos desejos de um grupo ou das necessidades de um grupo. Então tem demandas muito específicas. Eu acho que, sim, precisam ser conversadas e isso só vai acontecer se a gente parte politicamente... A própria Antra está aí insistindo nisso: que os não-binários têm que ter uma instituição. É como se fosse uma institucionalização de tudo. Então, agora eu tenho que institucionalizar isso. Então, vamos institucionalizar os não-binários. Eu tenho buscado com pessoas

não-binárias, se elas têm interesse disso. Mas às vezes eu fico pensando se é esse o caminho. Porque, no meu entendimento, o caminho é eu me associar a uma instituição que já existe. Ao Ibrat ou à Antra, sendo que o diálogo não é o mesmo porque a gente não quer as mesmas coisas do mundo, porque as perspectivas de mundo são outras, né? Então, aí, é complexo demais. (...) É tudo o que o patriarcado quer, é tudo o que o fascismo quer (dispersar). (...) E eu acho que as pessoas não entenderam ainda, né? Fica L, G, B, T, quando era para ser um grupo unido: os grupos dissidentes de sexo-gênero. (...) Isso poderia ser um grupo só. Dois grupos talvez. Um grupo de identidade e um grupo de orientação. Mas poderia ser um grupo só que tem demandas muito específicas, que são individuais, e são no campo da política pública, são no campo do direito. E aí tinha que acabar com o sistema todo, mudar o mundo. Eu tô em outro caminho. Eu acho que meu caminho é outro. Não é lutar para mudar por dentro. Eu acho que meu caminho é mudar mesmo, mudar na raiz das coisas. É reformular tudo. É destruir o que tem para reconstruir, porque do jeito que tá não tem como transformar. (Tom Grito).

Presidente da Rede Trans Brasil e candidata à vereadora em Aracaju-SE pelo PSB⁶⁵, Tathiane Araújo vê as oposições como parte da construção política do movimento:

A Antra e a Rede Trans (...) são as mais antigas ligadas à população trans. Hoje já existe o Fonatrans, que é o Fórum Nacional de Travestis Negras. Existe a Rede de Mulheres e Homens Trans vivendo com HIV/Aids. Então, vai sempre estar existindo uma forma de você fazer a discussão, de permear as questões que sejam mais urgentes. Demandas visivelmente necessárias a ter discussões mais... (específicas). O Fonatrans é importante. Eu me sinto superfeliz de saber que as meninas trans negras precisam discutir especificidades que não chegam à minha vivência porque eu não sou isso na minha pele. E eu falo na minha fala e tento englobar, mas nunca vai ser a mesma coisa talvez de um... (...) Porque é mais legítimo dessa forma. (...) Agora, existem divergências? Existem! Não vou ser assim... Aqui para você passar uma novela bem bonita. Existem às vezes momentos em que a gente... E isso é natural como existe... Imagine no Brasil onde existem 36 partidos políticos, 34. Tanta coisa... É natural que existam correntes que pensem, que priorizem, que achem que o momento de que priorizar mais outras questões e já atuam mais em umas. E isso... O que reverbera de positivo e de bom para a cidadania das pessoas trans aí nada é desnecessário, porque a gente já é tão estigmatizada, tão esquecida que o que puder vir a facilitar, a trazer resgate à nossa inclusão social, saiba que é... Resgate não... Que eu acho que nunca me vi desistindo da inclusão social (Tathiane Araújo).

As alianças e os enfrentamentos que procuramos evidenciar aqui são estratégias mediante as quais as pessoas trans participam do processo de construção de visibilidade. Elas estão no campo etéreo das relações em nível micro e macro. Nos tópicos a seguir, passaremos às superfícies textuais nas quais esses discursos se materializam: as campanhas e as notícias.

⁶⁵ Tathiane Araújo não se elegeu em 2020. A pessoa mais votada para a Câmara Municipal de Aracaju foi Linda Brasil (PSOL-SE), que também é uma mulher trans.

4.2. AS CAMPANHAS: OS MODOS DE O ESTADO VER

No campo da Saúde, as campanhas governamentais se consolidaram como estratégia que vem sendo acionada de forma reiterada há cerca de cem anos. As peças desenvolvidas neste âmbito – cartazes, cartilhas, fôlderes e, mais recentemente, vídeos e outras mídias digitais – são objetos privilegiados para a compreensão dos sentidos acionados na interface entre esse campo e a comunicação. A multiplicidade de dispositivos enunciativos amplia o alcance e a própria possibilidade de construção e acionamento de sentidos. Para compreendê-los, é útil recuperar brevemente essa tradição da comunicação estatal brasileira, a partir de trabalhos que se dedicaram a investigar campanhas sanitárias, inicialmente compreendidas na perspectiva da educação e mais recentemente encampadas pelo campo da Comunicação no âmbito da Publicidade.

A ideia de campanhas voltadas para a saúde, baseadas no convencimento, decorre dos debates que se seguiram à Revolta da Vacina, em 1904, nos meios médicos e políticos. Como relatam Tania Fernandes, Daiana Chagas e Erica Souza (2011), a violenta reação popular diante da vacinação compulsória para a prevenção da varíola motivou a adoção de medidas que visavam a assegurar a vigilância e a prevenção de agravos infectocontagiosos, alvos prioritários da atenção dos entes governamentais à época. Segundo as autoras, a partir da década de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, houve uma preocupação em se “transmitir” informações sobre hábitos de higiene e práticas em cuidado, além de campanhas de vacinação e notificação compulsória, por meio de propagandas capazes de sensibilizar um contingente populacional iletrado, estimado em 60%.

A confluência entre educação e saúde se expressou na criação de um ministério que reuniu essas duas áreas, em 1930, responsável pela publicação de materiais com foco nesse tipo de orientação. Até ali, as políticas de saúde e suas ações de comunicação eram gestadas por serviços nacionais. Na década seguinte e até o final da década de 1950, devido a um acordo entre Brasil e Estados Unidos financiado pela Fundação Rockefeller, vigorou um modelo de educação sanitária baseado numa produção médico-científica importada que se concentrou no Serviço Especial de Saúde Pública (CARDOSO, 2001).

A partir dos anos 1960, perspectivas teóricas que colocavam a alteridade numa posição menos assimétrica ganharam força. No Brasil, as propostas de Paulo Freire (2013) extrapolaram o campo da educação e foram adotadas em outras áreas, como a saúde. São válidas inclusive para esta tese. Segundo o educador, as tensões surgidas do encontro com o outro, mais do que

pertinentes, são desejáveis e necessárias. Tentativas de desconsiderá-las acarretariam em inestimável perda para o processo de construção dos saberes. Esse movimento dialógico, no entanto, foi justamente rejeitado pelos governos militares, a partir de 1964. Até a redemocratização, na década de 1980, as campanhas eram produzidas no âmbito das chamadas “áreas técnicas” que pouco dialogavam com os grupos aos quais se dirigiam (FERNANDES, CHAGAS, SOUZA, 2011).

Com a Reforma Sanitária e a instituição do SUS, na Constituição de 1988, as ações de informação, comunicação e educação foram agrupadas num departamento único do Ministério da Saúde no início da década de 1990 e, posteriormente, incorporadas à Assessoria de Comunicação Social. Os avanços da democracia, agora percebe-se com mais nitidez, permitiram estratégias de comunicação mais participativas, mesmo que imperfeitas.

Já no início dos anos 2000, Aurea Pitta chamava a atenção para a necessidade de “pensar na comunicação e nas estratégias possíveis de manter movimentos sociais mais visíveis” (PITTA, 2002, p. 93). O avanço das novas tecnologias e as necessidades de grupos específicos resultaram em modos de produção distintos tanto dentro dos órgãos estatais em que grupos de trabalho têm uma autonomia variável na produção de seus materiais, conforme seu capital político e econômico, quanto entre os movimentos sociais que se organizam e conseguem, de certo modo, dar visibilidade para suas questões mais relevantes (ARAÚJO, 2006). Estudos sobre campanhas e materiais produzidos sobre HIV/Aids (ALVES, 2015); hanseníase (KELLY-SANTOS, RIBEIRO; MONTEIRO, 2012); dengue (SOBREIRA, 2013) e aleitamento materno (KALIL, 2016) permitem essa observação, na medida em que encontraram, no contexto brasileiro, concretude para a proposição de Michel de Certeau de que as estratégias políticas de comunicação, das quais as campanhas são integrantes, são lugares de tensão e embate.

As estratégias são, pois, ações que, graças ao princípio de um lugar de poder (a propriedade de um lugar próprio) elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizadores) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde se repartem as forças. As estratégias combinam estes três tipos de lugares e tendem a dominar uns com os outros. Privilegiam, pois, as relações de lugares (CERTEAU, 2000, p. 45, tradução nossa).

Por este argumento, as campanhas podem ser entendidas como materialidades do Estado como instância refratora de sentidos. O estudo do caso da instituição do Dia Nacional da Visibilidade Trans confirma essa hipótese. Instituído em 2004, inicialmente como uma ação do movimento das travestis, a data passou a integrar o calendário do Governo Federal e se

materializou em campanhas inicialmente produzidas no âmbito do Ministério da Saúde e posteriormente na pasta de Direitos Humanos, que reverberaram em outras instâncias, incluindo os meios de comunicação. É preciso destacar que a vinculação prioritária com o campo da Saúde não pode ser naturalizada. Ela indica o enquadramento a partir do qual a questão transpassou a ser vista e visibilizada pelo Estado. A aproximação entre as travestis e o Ministério da Saúde se deu pela epidemia de HIV/Aids. Para Larissa Pelúcio (2009), a culpabilização pela transmissão da doença de grupos considerados minoritários, como as travestis, motivou que se organizassem em busca de direitos e proteção frente ao espalhamento do vírus. Esse processo de exercício da cidadania, que a autora chamou de SIDAnização, já mencionado neste trabalho, resultou em ações e estratégias do MS voltadas especificamente para esse público. As travestis passaram, assim, a integrar o circuito de produção de campanhas publicitárias de prevenção.

Esse circuito foi descrito por Marcelo Alves (2015), que tomou como exemplo a campanha “Aids 2014 – Flight Carnaval”. Em sua investigação, ele observou que a produção da campanha obedeceu a quatro fluxos paralelos dentro e fora do MS: o da Secretaria de Comunicação, que se inicia com a submissão do Planejamento Anual de Comunicação – para definir as ações, seus custos e meios – e vai até a veiculação da campanha escolhida; o da Área Técnica, que parte de dados epidemiológicos e se encerra na aprovação da campanha que será veiculada; o da área de Publicidade do MS, que levanta junto às secretarias do MS os temas de interesse para o ano seguinte e acompanha todo o processo até os desdobramentos posteriores à veiculação (pós-venda da campanha, no caso estudado); e o da agência publicitária contratada por processos licitatórios condicionados aos recursos disponíveis, que segue as etapas de praxe da Publicidade. Ainda que analise os trâmites de uma campanha específica, o trabalho nos ajuda a compreender os processos internos do MS, o que não foi objeto de interesse específico desta tese. O que nos interessa aqui é apontar que há uma interseção entre profissionais das áreas Técnica e de Publicidade com especialistas e integrantes de movimentos sociais no chamado GT de Comunicação, etapa em que alguns parâmetros são definidos de forma coletiva. Porém, aspectos como a definição de orçamento, condução das concorrências e aprovação do material a ser posto em circulação não contam com a participação direta dos movimentos, o que nos ajudou a entender os limites da contribuição de ativistas para a construção da visibilidade que desejavam.

A partir dos materiais que pudemos coletar, observamos quatro formas principais de construção da visibilidade trans entre 2004 e 2019. Elas seguem uma cronologia que pode ser imaginada como uma espiral. Tal como é próprio dos encadeamentos discursivos, esse fio temporal não impediu que certos sentidos se sobrepusessem nem que aqueles predominantes

num determinado período refluissem em outro momento no qual a conotação mais forte tenha apontado em outra direção. Na primeira etapa – do lançamento da campanha até 2013 – o foco esteve na afirmação da identidade travesti como uma identidade válida, digna e positiva, construída tanto pela trivialização da presença dos corpos travestis em diferentes espaços urbanos quanto por sua fetichização. Ainda em 2013, um outro sentido concorrente foi acionado e permaneceu até 2017: o direito à saúde e ao cuidado integral. A partir de 2017, volta à cena a afirmação identitária. A identidade trans como forma de nomeação guarda-chuva, que vinha sendo usada desde 2013, ganha maior ênfase e amplia o escopo das demandas do grupo como um todo, bem como do respeito às singularidades das experiências. No ano seguinte, o combate às formas de exclusão, formalmente categorizadas como transfobia, torna-se o objeto. Essas últimas campanhas miram nas situações cotidianas, entre elas o acesso aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho formal e ao sistema produtivo. Produzidas por órgãos distintos, elas, no entanto, divergem na forma de enquadrar e endereçar a pauta da visibilidade.

Conforme a proposta analítica de Barthes (1990), descreveremos os materiais coletados, registrando as mensagens linguísticas, caracterizadas pelas inscrições textuais; as literais, resultantes das mensagens denotadas; e as simbólicas, contidas nas imagens por sua conotação. Considerando que nossa opção metodológica se ancora numa perspectiva discursiva, mas não se circunscreve numa técnica analítica fechada, adotamos os mesmos parâmetros para a análise das peças gráficas e audiovisuais. Foram privilegiadas as peças destinadas ao público em geral, segundo os critérios indicados anteriormente. Materiais produzidos para públicos específicos, como profissionais de saúde e educadores, não foram incluídos, embora elementos neles contidos possam ter contribuído para uma compreensão mais precisa das demais peças e do conjunto da campanha. Além de revelar sentidos presentes na construção da visibilidade desse grupo social, a etapa inicial permitiu identificar participantes elegíveis para a pesquisa de campo. Nas entrevistas, os/as participantes registram as impressões sobre como o Estado lhes dirigiu o olhar nas campanhas pelo Dia da Visibilidade Trans. Durante as sessões virtuais, foi inevitável que compartilhassem também as formas como são observadas em outros espaços estatais, como os serviços de saúde. Suas memórias e percepções atravessam este tópico juntamente como outros textos.

Sempre que necessário trouxemos os textos que introduzem esses materiais nos repositórios do MS, onde as buscas pelos materiais foram inicialmente realizadas. Isso ocorreu especialmente em situações nas quais identificamos alguma inconsistência ou informação adicional que pudesse impactar a análise. Como não localizamos materiais que correspondessem a todos os anos contemplados no recorte temporal, também recorreremos, via

Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), à equipe da área técnica responsável pela elaboração das campanhas para garantir que de fato não havia mais nada a acrescentar. Além disso, ainda durante o período de coleta, houve um redesenho da arquitetura das páginas das entidades federais e completamos a busca no endereço www.gov.br, onde pudemos localizar o que consideramos a última campanha federal desenvolvida no âmbito da então Secretaria Especial de Direitos Humanos. O material ali coletado é de 2018 e está atualmente vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Neste novo domínio, há material publicado referente aos anos entre 2019 e 2022, mas trata-se de anúncios de iniciativas produzidas por instituições regionais para veiculação local, majoritariamente hospitais universitários. Por não constituírem campanhas federais, não foram incluídos no recorte. Já duas imagens produzidas em 2019 e recolhidas em redes sociais e acervo de um dos entrevistados somaram-se ao corpus ao final da pesquisa e encerram o período analisado.

É preciso registrar que possivelmente em função das mudanças no sistema, durante um período no primeiro semestre de 2021, alguns links que havíamos registrado estiveram indisponíveis. Durante as entrevistas, esse fato foi mencionado por um dos participantes que suspeitava que a retirada do ar estivesse relacionada a uma decisão política. Posteriormente, os links voltaram a ser ativados. Ao longo da produção do trabalho, houve outras situações em que os links apresentaram erro, voltando à normalidade horas ou dias depois.

4.2.1. Resignificação da identidade travesti (2004-2013)

O primeiro modo de o Estado ver as identidades trans, no recorte da pesquisa, foi por meio da afirmação da identidade travesti como uma identidade válida, digna e positiva. Essa afirmação pode ser feita a partir da análise da campanha “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.” (BRASIL, s/d). Esse era o mote da campanha promovida no Congresso Nacional em 29 de janeiro de 2004 com o então Programa Nacional de DST/Aids em parceria com a Antra. A data da visita das travestis ao Parlamento passou a marcar o Dia Nacional da Visibilidade Travesti, que depois se tornaria Visibilidade Trans. Apesar de ter tido a menor tiragem (7 mil exemplares) em comparação com as demais peças, o material mais frequentemente reproduzido em sites de movimentos sociais como imagem-chave do lançamento é um cartaz horizontal com a frase mencionada (Figura 1). Nos arquivos do MS, este cartaz compõe a “Campanha Travestis – 2002” e está acompanhado de outro, vertical, ambos destinados ao “público em geral”, uma cartilha destinada a “travestis/transgêneros” e pôsteres para profissionais de saúde e educação.

Mais adiante veremos que, em material audiovisual produzido pelo próprio Ministério, a data indicada é 2001, o que reforça as contradições relativas ao arquivamento da campanha. Embora durante as entrevistas essa questão não tenha se colocado como um problema, ela retornou na etapa das devolutivas. O que ocorreu foi que a campanha começou a ser elaborada pelo MS ainda na gestão de José Serra, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. As travestis participaram de oficinas em Brasília e nessa ocasião as fotos foram produzidas. O material gráfico foi inicialmente lançado em 2002, mas circulou de forma restrita e não obteve destaque midiático⁶⁶. Com o fortalecimento dos movimentos sociais, já no governo Lula, houve o relançamento do material no Congresso Nacional. Elementos no próprio material analisado, como logotipo e slogan do Governo Federal, indicam que os novos impressos foram produzidos já no governo petista. De acordo com as entrevistadas, com as notícias publicadas à época e com publicações recentes do site da Antra e da Câmara dos Deputados (2021), ficou cristalizada a data de lançamento como sendo em 2004, o que inclusive nos indica como certas estratégias invisibilizam a complexidade dos processos. No site federal, o texto que introduz as peças publicitárias afirma o seguinte:

“Travesti e respeito: já está na hora de os dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. A Campanha Travestis foi lançada no Congresso Nacional, **em agosto de 2001**, e é centrada no reforço a atitudes de respeito e de inclusão social desse segmento da população, que se torna muito vulnerável ao vírus da aids pelo preconceito e violência. A campanha foi realizada por lideranças do movimento organizado de **travestis e transgêneros**, em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids, e tem quatro alvos a atingir: escolas, serviços de saúde, comunidade e clientes das travestis profissionais do sexo. O slogan é reproduzido em cartazes e folders com fotos das **27 travestis que participaram da elaboração da campanha** (BRASIL, s/d, n/p, grifos nossos).

Figura 1 – Cartaz horizontal da campanha “Travesti e respeito” (2004)



Fonte: www.aids.gov.br

⁶⁶ A informação foi checada com a consultora do MS Carina Bernardes, que atuou na produção da campanha. O contato telefônico foi sugerido e intermediado por Tathiane Araújo.

Em formato retangular, este cartaz traz as palavras “travesti”, na cor verde, e “respeito”, em laranja, em corpo grande e caixa alta, ocupando pouco mais da metade da largura, sobre fundo preto. O subtítulo, em corpo menor, caixa alta e baixa, na cor branca, divide o espaço horizontal restante com os logotipos do programa, do MS, do Governo Federal e das Nações Unidas. Acima e abaixo, fotografias de travestis em planos variados são apresentadas em retângulos verticais ora no mesmo fundo ora em fundo branco, sem qualquer separador gráfico entre elas. O enquadramento escolhido majoritariamente foi o plano geral: 15 fotos são de corpo inteiro. O plano americano (três quartos do corpo) aparece em quatro fotos, enquanto o médio (da cintura para cima) foi a opção de sete fotos. Apenas uma modelo tem o rosto em close. Em alguns casos, num primeiro olhar, tem-se a impressão de que algumas das modelos foram fotografadas juntas, o que não se confirma numa inspeção aproximada. Seus corpos, no entanto, foram deslocados de qualquer contexto material e reproduzem posturas variadas: em pé, sentadas, ajoelhadas, inclinadas com projeção do quadril. Não há elementos no cartaz que permitam associá-las diretamente aos espaços onde tais corpos possam ou devam ser vistos, como reivindicam no subtítulo da campanha. Como efeito de sentidos, é possível num primeiro momento apontar uma contradição entre o que demanda a campanha e os “não-locais” onde os corpos são mostrados. Por outro lado, a opção por fundos neutros também pode apontar para uma tentativa de retirar tais corpos dos lugares marcados pelo estigma aos quais estavam tradicionalmente relacionados – a rua, a esquina, a delegacia –, abrindo a possibilidade de reposicioná-los em novos espaços simbólicos.

A baixa resolução das fotografias impede uma descrição minuciosa das 27 fotografadas, cada uma representando uma unidade da federação, mas observam-se faixas etárias, tons de pele e cores de cabelo distintas. Pode-se afirmar que, considerando a indumentária, há certa diversificação de estilo, desde os mais esportivos (calça, camiseta e jaqueta) até os mais formais (vestido com estola), assim como os calçados. Com saltos altos e baixos, são sempre discretos e não se destacam como um elemento central das composições. Há uma gramática visual da discrição. A cor preta predomina nos trajes: foi a escolha de um terço das modelos. Do total, 16 delas escolheram posar com os braços à mostra, delineando em alguns casos a musculatura de bíceps e tríceps, evidenciando a ambiguidade que marca alguns desses corpos. Outra parte do corpo valorizada são os seios, de volumes variados. Em três imagens, decotes profundos ressaltam o busto, que entendemos como uma mensagem de valorização da feminilidade. As pernas, por outro lado, não são o alvo das lentes. Elas aparecem de forma muito discreta sob vestidos abaixo do joelho. Também não há barrigas de fora. A única modelo que usa top curto

posou sentada e tem uma das mãos cobrindo parcialmente essa região do corpo. Não há, portanto, qualquer conotação erótica. Em boa parte das fotos, vigoram sentidos que podem ser relacionados a um certo recato e modéstia. Trabalhos etnográficos desenvolvidos até os anos 2000, como o de Silva (1993) e Pelúcio (2009), mostram como a rua, a esquina e os becos, à noite, eram os espaços por onde predominantemente circulavam as travestis e onde elas construía importantes formas de sociabilidade, que incluíam novidades sobre processos de feminilização (intervenções no corpo, procedimentos cosméticos e maquiagem, moda) e o trabalho sexual. É claro que esses estudos já apontavam para os contextos privados da casa ou “das casas” em que eram acolhidas por cafetinas. Mas é na década seguinte que trabalhos mais recentes, como os de Carvalho (2015, 2018) e Neves (2019), foram procurá-las (e encontrá-las!) já em outras ruas e à luz do dia: em paradas, manifestações e eventos culturais, por exemplo. De certa forma, essa primeira campanha parece procurar “apagar” boa parte dos estereótipos cristalizados no imaginário social sobre esse grupo.

O cartaz vertical (Figura 2) utiliza as mesmas imagens, tipologia e cores numa composição gráfica proporcional ao formato. O fundo difere – é branco. Além disso, há um intervalo entre as linhas e colunas em que as fotografias foram agrupadas.

Figura 2 – Cartaz vertical da campanha “Travesti e respeito” (2004)



Fonte: www.aids.gov.br

As identidades e profissões não estão presentes nessas peças. São, portanto, corpos anônimos para quem não priva de seu convívio. Seus nomes puderam ser obtidos numa cartilha, que reforça a noção de direitos, fomenta a participação social, mas enfatiza o discurso preventivista em relação ao HIV/Aids. Elencados em ordem alfabética, os nomes apresentam algumas grafias que divergem dos materiais produzidos em campanhas posteriores com participações que se estenderam ao longo do tempo: Adriana Kevelly; Bruna de Cassia;

Cassandra Fontoura; Charla Novy; Cris de Madri; Crys Stephanny; Fernanda Bevenuto⁶⁷; Flavia; Janaina Dutra; Karla Monique; Keila Simpson; Kiki; Liliane Anderson; Liza Minelly; Luana Cotroffi; Luciana Lins; Marcela Prado; Monike Alves; Nicolay; Paula Costa; Paulete; Raissa; Raissa Rios; Saara (*in memoriam*)⁶⁸; Sandra dos Santos; Tatiana Araújo; Weydman Henriques. Também informado na cartilha, o crédito das fotografias é de Nícolas Karlatópolos.

É preciso registrar a fundamental contribuição de Tathiane Araújo, uma das pioneiras do movimento de 2004 e participante de destaque das campanhas de 2010/2012 e de 2016⁶⁹. Ela aparece abaixo da letra “O” no cartaz horizontal dessa primeira campanha, quando ainda não se falava em Dia Nacional da Visibilidade Trans. Como conta, naquele momento, a iniciativa consistia “apenas” na divulgação da campanha no Congresso Nacional a partir de uma proposta coletiva oficiada pela Antra. Dada sua repercussão, o movimento social passou a relembrar anualmente a visita aos parlamentares, que concederam a elas mais tempo do que o previsto inicialmente para falar sobre suas pautas, desenvolvidas durante um simpósio promovido pela área técnica de DST/Aids do MS.

Aquelas angústias que a gente queria e não tinha voz, a gente conseguiu retratar e refletir elas na Câmara. E aí, por isso, a gente transforma no Dia da Visibilidade Trans depois. Não é naquele momento. Com a ideia da saudosa Hanna Suzart, que não está mais entre nós, que não fez parte da campanha, mas ela era segunda secretária da Antra, segunda secretária da Antra na época. Eu era a primeira secretária. E a gente numa troca... Eu ainda quero admitir que eu disse assim: “você acha que é essa data mesmo?”. Eu ainda fiz uma (pergunta) assim. Ela disse: “É, amiga, é um marco nosso do momento, a gente foi a primeira vez que falou publicamente”. Então eu gosto sempre de reconhecer essas questões. Então, a finada Hanna Suzart lançou isso lá no seu primeiro seminário que ela fez na data lá no Rio de Janeiro⁷⁰. E, a partir daí, começamos a replicar o Dia da Visibilidade Trans, o Dia da Visibilidade Trans e isso foi tomando uma proporção, uma proporção. Aí, a gente fez aqui em

⁶⁷ Fernanda Benvenuto faleceu em fevereiro de 2020.

⁶⁸ Trata-se de Saara Brightman, do Grupo de Travestis de Cuiabá, que morreu em decorrência de complicações do uso de silicone industrial pouco depois da realização das fotos.

⁶⁹ Ela reconhece que a escolha de seu nome de forma tão reiterada tem a ver com características físicas que lhe conferem uma leitura social muito específica de mulher cis branca. E lembra um comentário de bastidor que tinha o objetivo de soar como um elogio, mas lhe incomodou profundamente: “Sempre que tinha uma pessoa branca era eu lá. E eu sou tida como parda no meu documento e não quero título nenhum pra mim, acho que nenhum tipo de cor. Tenho consciência que eu passo muito menos alvoroço que uma pessoa negra na periferia. Ela tem uma condição de ser muito mais estigmatizada, mas ao mesmo tempo tenho ciência que essa minha – antigamente diziam – ‘passabilidade’ era muito perversa porque jogavam na minha imagem e eu tenho um jeito muito natural. E eu sou cheia de trejeitos. Eu falo do jeito que eu acho, falo alto. Então, isso era perverso. Eu me lembro até na época dessa campanha que alguém da equipe falou: “se ela ficar muda, ninguém percebe”. E é algo muito ruim você querer ser falante, você ser uma pessoa que foi batida na boca pelo pai porque o pai tinha, como é que se diz, talvez vergonha do jeito. E aí queria que a pessoa não falasse. (...) Não estou trazendo aqui: ai, quem sofre é a pessoa a quem eles querem dar essa papel, mas esse papel de passabilidade é dado para pessoas que, às vezes, elas não querem”.

⁷⁰ Trata-se do I Seminário Ser Trans promovido pela recém-criada Astra-Rio, do qual Tathiane participou como palestrante.

Sergipe também na Antra, a primeira visibilidade trans, fez uma atividade. Aí em outros estados outras foram fazendo. E hoje é o nosso Dia da Visibilidade Trans (Tathiane Araújo).

Ao relembrar a sessão parlamentar, Tathiane diz que o clima conjugou descontração e emoção. Logo no início, uma gafe cometida pelos anfitriões gerou risadas. Ao anunciarem a presença da então chamada Articulação Nacional de Transgêneros, a palavra enunciada foi “Transgênicos”: “Aí, Fernanda Benvenutty grita lá de trás: ‘eu não sou soja, eu não sou soja!’”. E aí a coisa fica muito cômica na hora, quebra até aquele protocolo das falas”. A emoção é atribuída a dois aspectos. O primeiro tem a ver com o fato de que já ali elas se deram conta da importância do momento para aquele grupo e não perderam a oportunidade de falar sobre vários temas que consideravam invisibilizados e que iam além da prevenção do HIV/Aids, objetivo oficial do lançamento da campanha, ou seja, as demandas iam muito além da saúde, mas foi nesse campo que elas encontraram algum tipo de acolhimento político para iluminá-las. A quebra de protocolos desde o início favoreceu que elas se sucedessem no microfone sem um roteiro preestabelecido para tratar dos temas relativos à travestilidade, àquela altura ainda muito confundida com a homossexualidade. Ela chega a usar o termo “desabafando” para se referir à experiência, cuja possibilidade foi aberta pelo diálogo com o MS, ratificando a ideia de que a Saúde foi uma porta de entrada para o acesso a direitos em outros campos:

A visibilidade primeira que nos foi dada de voz, de ser escutada oficialmente foi naquele momento ali. Inclusive na Casa do Povo, que se diz ser a Casa do Povo, que é o Congresso, que na verdade deveria refletir a voz do povo. Então, pelo menos a travesti teve a sua voz escutada pela primeira vez. (...) Ali a gente fez o ato, gritou, teve voz. Lógico que anteriormente tinha diálogos com o ministério, tinha momentos, mas até aquele momento ali só com o departamento de Aids (Tathiane Araújo).

O segundo aspecto que aumentou a voltagem emocional da visita tem a ver com a perda de Saara Brightman, falecida pouco depois da produção das fotos da campanha. Segundo Tathiane, o óbito em decorrência de complicações pela injeção de silicone líquido, tema debatido por elas durante a elaboração da campanha, “foi muito chocante”, reforçou a pertinência de suas propostas e motivou o engajamento do grupo para que uma segunda campanha fosse produzida para que pudessem “avançar em mais temas”. Ao rever a imagem do cartaz, durante a entrevista, Tathiane foi apontando várias travestis que já faleceram por diferentes motivos. Ela mencionou nominalmente Charla Novy, que morreu pouco antes do lançamento da campanha por complicações do HIV/Aids, e Janaína Dutra, falecida pouco depois do lançamento da campanha. Raíssa Gorbachov e Fernanda Benvenutty, falecida mais

recentemente, também foram lembradas. A outras ela se referiu pela localidade geográfica, por exemplo, “a menina de Rondônia”, que morreu assassinada. Ao falar sobre essas mortes, a fala de Tathiane se alterou, mas rapidamente ela fez um chiste e usou o humor para distensionar a conversa⁷¹. Disse que havia entre elas uma “brincadeira” para saber quem daquelas integrantes do cartaz seria “a próxima vítima”:

Mesmo que seja de uma coisa triste era uma brincadeira que a gente tinha no movimento na época (...) A gente ficava com medo do cartaz. Quem é a próxima? Aí uma vez a Fernanda Benvenutty, ela brincou, porque ela era conselheira de saúde, que o ministro da saúde ficava com um dardo jogando nesse cartaz e em quem pegava ia. Olha! (...). Ela tirava cada uma que a gente ria. Não era verdade, mas era pra distrair (Tathiane Araújo).

A ocorrência dessas mortes específicas e a ideia de morte difusa, sempre muito próxima e iminente, parecem ter provocado um efeito na forma como elas passaram a lidar com a formulação das campanhas do MS, negociando o manejo de sua autoimagem e o olhar externo. Por isso,

havia uma angústia nossa de tratar de tudo que era demanda. (...) Aí a gente sentia que as técnicas do ministério botavam a mão na cabeça e puxavam para a saúde: “Sim, mas e o acesso ao preservativo?”. Não era algo insensível. Era porque, infelizmente, havia uma cobrança da área técnica de saúde que as questões ligadas à saúde, à infecção, à prevenção, à assistência estivessem sendo mais visibilizadas porque tinha a ver com a política de Aids, com o que era programado (Tathiane Araújo).

Para conciliar o enquadramento técnico necessário com as expectativas do grupo, a campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”, de 2010, incluiu outros temas nos materiais produzidos para circulação geral⁷², como o direito ao uso do nome social incluído na Carta de Direitos dos Usuários da Saúde no ano anterior e destacado em dois vídeos – um deles protagonizado por Tathiane. Mas ainda focava na valorização da identidade travesti.

Aquele ano eleitoral e último do governo Lula se insere num período muito favorável aos movimentos sociais relacionados a gênero e sexualidade, como apontamos anteriormente. Entre 2008 e 2011, foram instaurados três planos de promoção de direitos e cidadania, o CNCD-

⁷¹ Ela citou o caso de Weydman Henriques, que se estabeleceu em Portugal onde fez doutorado. Lembrou ainda que Luana Cotroffi e Cassandra Fontoura afastaram-se do movimento por razões diversas, mas estão muito bem, enquanto outras, como Cris de Madri, Keila Simpson e ela própria, permanecem atuantes.

⁷² A cartilha de 2004, voltada exclusivamente para as travestis, continha alertas sobre o uso de silicone injetável, além de orientações sobre prevenção de DSTs/HIV e dicas para evitar condições dermatológicas provocadas por maquiagem e depilação.

LGBT e a PNS-LGBT (IRINEU, 2016). Nessa campanha, a reivindicação pelo direito à identidade de gênero se expressa no slogan “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”. Além de cartazes e fôlderes para populações geral e específicas, a iniciativa incluiu vídeos curtos, telas de descanso e toques de celular. Segundo o texto introdutório disponível no site do MS, aquela seria “a primeira vez que as travestis produzem e criam o conceito de um material destinado a elas mesmas” (BRASIL, s/d, n/p), o que contradiz a informação presente na campanha anterior na qual a contribuição das 27 modelos para a elaboração do material fora mencionada. Durante as entrevistas pudemos compreender que esta campanha contou com uma participação mais intensa e prolongada do movimento social em função não só da repercussão positiva da ação inicial, como também do contexto político de efervescente participação social. Segundo o texto de apresentação da campanha,

a proposta é promover a inserção social e a **imagem positiva** das travestis, além de disseminar o conhecimento sobre as formas de prevenção à aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, além do combate à violência e à discriminação. (...) Produzir o seu próprio material, diz, as torna protagonistas de suas próprias histórias. Na vida real, elas não são ouvidas, nem vistas. Sem serem acolhidas de forma adequada nos serviços de saúde, elas também têm mais dificuldades para recorrer aos instrumentos necessários à prevenção às DST e outros problemas de saúde (BRASIL, s/d, n/p, grifo nosso).

O fôlder destinado à população em geral (Figura 3) tem como elemento central uma bota de cano alto com uma grande asa e é colorida como um arco-íris em degradê. Neste momento, o arco-íris ainda era usado como símbolo do movimento como um todo, do qual as identidades trans eram parte. A ideia de uma bandeira específica para a comunidade T ainda não estava posta no contexto nacional, embora fora do Brasil ela já estivesse sendo erguida, conforme mencionamos. A especificidade desse símbolo só se colocará mais tarde. Como pudemos observar na campanha anterior e, depois, durante as entrevistas, embora nem sempre usem esse tipo de calçado, a bota foi usada como um signo da travestilidade, muito vinculada à prostituição naquele momento. Se por um lado, a atividade as aprisiona de certa maneira, também as liberta, por garantir algum tipo de remuneração, e alimenta sonhos, como o de literalmente voar para morar fora do Brasil, mencionado em entrevistas. Além disso, a bota é um acessório comum a muitas super-heroínas das histórias em quadrinho, desenhos animados e filmes. Com asas, o calçado ganha um superpoder. Percebemos, então, que a bota alada atua como um elemento-fetiche da campanha. Ao redor dessa imagem reproduzida em outras peças como uma espécie de logotipo, estão dispostas fotografias de travestis e textos curtos, sempre aplicados sobre fundos de cores intensas criados graficamente, bem diferentes da neutralidade

da campanha anterior. Com exceção de uma, as 14 modelos e suas cidades de procedência são identificadas, conferindo-lhes mais uma camada de visibilidade. Pensando do ponto de vista da própria pesquisa, encontrar ali registrados seus nomes, sobrenomes e cidades foi uma maneira de perpetuar suas participações no movimento trans: corpos visíveis, identidades visíveis, vidas visíveis. São elas: Barbara Bueno (Curitiba-PR); Karen de Oliveira (Porto Velho-RO); Fabrícia Marques; Silvia Reis (Boa Vista-RR⁷³); Raissa Gorbachof (Belém-PA); Keyla Simpson (Salvador-BA); Suzy Santos (Campinas-SP); Cristhiani Soares (Florianópolis-SC); Paloma Paixão (Salvador-BA); Marcelly Malta (Porto Alegre-RS); Bibby Sky (Natal-RN); Tathiane Araújo (Aracaju-SE); Janaína Lima (Campinas-SP). Entendemos que a variedade etária, física e geográfica indica que a diversidade é um valor de grande relevância para o grupo representado, mas não apenas para ele. É preciso lembrar que o contexto-político partidário no qual a campanha se insere também valoriza essa diversidade. Ao visibilizá-la, o MS chamava a atenção para as próprias bases sobre as quais construía sua política de comunicação.

Figura 3 – Fôlder da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”



Fonte: www.aids.gov.br

As fotos privilegiam o plano médio, mas também contemplam o plano americano. Seus rostos podem ser observados com nitidez: as idades variam assim como cor de pele, olhos e cabelos, diversos em texturas e comprimentos. Todas estão levemente maquiadas e três pintaram as unhas com cores fortes. Apenas cinco sorriem. Não há fotos de corpo inteiro; não se veem os pés e os sapatos das modelos, que adotam um estilo semelhante de roupas: quase

⁷³ O fôlder troca a sigla da capital de Roraima e publica RO.

todas usam blusas estampadas ajustadas ao corpo e sem mangas e, quando visível a parte inferior, calça jeans. A resolução permite observar ainda o uso de anéis, brincos, colares e pulseiras que se destacam. Símbolos vinculados ao cristianismo – uma cruz grande e um delicado terço em metal prateado – adornam os colos de duas delas: Raissa Gorbachof e Silvia Reis. A modelo que não está identificada (de blusa marrom, à direita) usa um brinco de penas que remete a ornamentos indígenas.

Os textos do material são constituídos de mensagens acompanhadas de ilustrações com traço simples, reproduzindo atos sexuais, uso de drogas aspiráveis e injetáveis, navalhas, corpo tatuado. É interessante perceber que a peça conjuga duas abordagens: os acessórios femininos e religiosos, em corpos de “carne e osso” e não desenhados como nos que ilustram outros setores da publicação, remetem à humanidade e à sacralidade daqueles corpos ao passo que os desenhos lembram que os mesmos corpos comportam a dimensão profana do sexo, das drogas e da violência. Essa estratégia de unir a agenda da saúde com a dos direitos cívicos difere da campanha anterior em que os elementos relacionados à prevenção de ISTs foram ocultados, tendo sido reservados para a cartilha de distribuição específica.

Os desenhos, no alto do pôster à esquerda, valorizam os seios e a boca bem marcada. Eles tratam de:

- orientações sobre o uso adequado de preservativo (“Gel e camisinha: seus dois parceiros fixos”);
- formas de contágio de infecções sexualmente transmissíveis com ênfase em HIV/Aids, hepatite B e C e menção a herpes (“Assim pega...”);
- alertas sobre a aplicação de silicone industrial (“Para turbinar o seu corpo opte pelas próteses de silicone de clínicas autorizadas. Elas são a forma mais segura de te deixar linda.”);
- recomendação da vacina contra hepatite B (“As travestis têm direito à vacina contra a hepatite B. Essa doença provoca inflamação no fígado, alterando suas funções. Procure uma unidade de saúde e se proteja.”);
- acreditação do exame de detecção de HIV/Aids (“Pode confiar no teste de aids. É babado!”);
- nomeação e valorização do Sistema Único de Saúde, incluindo informação sobre gratuidade de tratamento e telefone 0800 para contato (“Procure a Unidade de Saúde mais perto de você e tire suas dúvidas”);

- incentivo a denúncias de violência em geral e especificamente em ambiente escolar (“Se você for vítima de violência, procure a Polícia (190) ou ligue para o Disque Denúncia da sua cidade.”; “Se você sofrer algum tipo de preconceito, procure a direção da sua escola para que ela possa remediar a situação. (...) Grupos de defesa dos direitos humanos, delegacias de polícia e o ministério público também podem ser procurados. Denuncie.”);
- incentivo à educação (“É difícil enfrentar o preconceito que você sofre na escola, mas não abandone os estudos. Além de conseguir um emprego melhor, você pode escolher a profissão que tem mais a ver com você.”);
- destaque para o exercício da cidadania por meio da emissão de documentos (“Identidade, CPF, título de eleitor e certificado de reservista são ferramentas importantes na hora de garantir seus direitos. (...) Tenha todos eles e ande sempre com pelo menos um.”);
- informações sobre o uso do nome social tanto sobre o processo de escolha (“Na hora de escolher seu nome social, Fabrícia Marques estava em dúvida entre Fabrícia e Fabiana. Para decidir, contou com a especial ajuda de sua mãe.”) quanto sobre a noção de direito (“O Ministério da Saúde já adota o uso do nome social nos prontuários de atendimento do Sistema Único de Saúde. Exija ser chamada pelo seu nome.”).

Além desses tópicos, que conjugam aspectos normativos da promoção da saúde com mensagens vinculadas ao seu sentido ampliado, há falas creditadas a algumas das modelos sobre a experiência positiva da travestilidade. No pôster, estes depoimentos estão entre aspas e se seguem à frase “Ser travesti é...”: “Ser admirada pela coragem de se assumir e o medo de enfrentar as intolerâncias sociais por conta da sua identidade de gênero.”, Janaína Lima; “Não ter medo dos próprios sentimentos e saber falar de si mesma.”, Barbara Bueno; “Ser alguém especial em um mundo de diversidades, no qual a igualdade ainda tem suas diferenças.”, Silvia Reis. Um quarto relato diz respeito à escolha e ao uso do nome social: “Sou muito feliz sendo Fabrícia.”.

Na parte inferior da peça, o slogan em letras caixa alta e baixa na cor branca é aplicado sobre uma barra preta ao lado dos logotipos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), SUS, Secretaria de Direitos Humanos e Governo Federal. A aproximação entre Saúde e Direitos Humanos, como veremos, não é permanente.

Três cartazes (Figura 4) também compõem a campanha. Eles contêm os mesmos recursos textuais e gráficos (título, slogan, logotipo e rodapé sobre fundo preto), mas alteram as cores de alguns elementos (vermelho, roxo e rosa). Cada um deles apresenta a fotografia de uma modelo do fôlder em tamanho ampliado, sem identificação. Esses materiais acionam a noção de visibilidade ao interpelar quem observa com a seguinte frase: “Olhe, olhe de novo e veja além do preconceito.”. Aqui é possível notar que Suzy Santos, a única a ter as mãos em enquadramento, usa uma aliança em metal prateado no dedo anelar esquerdo, o que nos permite inferir algum tipo de valorização de relacionamento monogâmico. Isso não implica necessariamente que seja uma demanda do grupo, mas abre a possibilidade para que essas pessoas sejam vistas como elegíveis para uma relação afetiva visível e formal, o que será explicitamente mencionado em campanha posterior. Embora não conste do material arquivado no site do MS, uma outra versão dessa campanha, acompanhada de um cartaz com a bota alada (Figura 5), foi localizada pela ferramenta de busca na internet (Google) no site da *Folha de S.Paulo* (2010) e da *Gaúcha Zero Hora* (2010)⁷⁴. Traz os mesmos elementos com tipologia, que remete a letreiros em neon, numa possível alusão ao ambiente de boates, e composição gráfica ligeiramente diferente: aplicações de corações, bocas e olhos, que “flutuam” pela peça em torno da modelo, que posa bem maquiada e com um leve sorriso, segurando o queixo. No cartaz no qual a bota alada é o elemento principal, um fundo mais claro e difuso em tons coloridos permite identificar um rosto feminino de olhos bem delineados, como uma espécie de marca d’água a lembrar que há uma pessoa por trás de tudo aquilo que a bota representa.

⁷⁴ Essas duas notícias publicadas em meio eletrônico foram importantes para nos ajudar a situar a campanha na linha do tempo, mas não integram o corpus de análise. No caso da *Folha*, a existência da nota indica que o jornal acompanhava a pauta, mas não a considerou suficientemente relevante a ponto de ser noticiada no impresso.

Figura 4 – Cartazes da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”



Fonte: www.aids.gov.br

Figura 5 – Cartazes com slogan “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”



Fonte: GZH

Além dos impressos, a campanha incluiu duas produções audiovisuais destinadas a compartilhamento por celular. Os vídeos têm duração aproximada de um minuto e abordam a questão do nome social. Ambos têm o título “O nome que eu escolhi” e, como trilha sonora, a mesma música cuja letra diz: “I’ve got to move” (eu tenho que me mover, em tradução livre).

Em seu depoimento, Tathiane Araújo foi filmada em ambiente urbano, diante de um muro colorido. Suas falas, cuja transcrição completa está no Apêndice, foram também cobertas com imagens do *making of* da campanha, produzidas nos estúdios em que foi fotografada. O filme se encerra com a frase “O direito de ser quem sou”. No filme, ela conta que escolheu o

novo nome quando tinha em torno de 17 anos e se reconheceu como travesti. Ela procurou um nome que se iniciasse com a mesma letra do nome com que sua mãe a registrara ao nascer e que lhe soasse bem feminino.

O vídeo de Fabrícia Marques, filmado numa área de vegetação alta, inclui seu nome numa cartela, logo após o título, e se encerra com as frases “Direito de ser quem eu sou. É isso que eu quero”. Ela usa o mesmo figurino com que foi fotografada e segura uma flor vermelha, eventualmente enfocada durante a filmagem em que narra o processo de escolha de seu nome (ver Apêndice). Como Tathiane, Fabrícia também faz referência à escolha materna e ao “nome de certidão” como critério. No seu caso, além de revelar sua identidade pretérita, ela contou que teve a ajuda da mãe, que descartou outras duas opções com o mesmo radical do anterior (Fabíola e Fabiana). Esses exemplos, que não podem ser tomados como regra, sugerem que em meio à ruptura que a transição de gênero representa, o nome possa ser usado como um fio afetivo e identitário a manter alguma ligação com o passado. A defesa de que os vídeos tratassem desse tema se baseava no argumento de que era necessário dar visibilidade ao direito garantido por política pública recente:

As pessoas querem o nome social porque elas querem se sentir bem quando chegam nos espaços públicos, elas não querem ser chamadas de um nome que não condiz à imagem delas. E aí você tem que entender. E a política, ela é justamente para facilitar a vida do cidadão. Isso é o que pra mim deve existir a política pública: para facilitar a vida de todos os cidadãos. Então, se a gente é cidadão, a gente precisa de política para facilitar a nossa vida no espaço social. Não que isso é direito a mais, é mimimi, é privilégio, não! Isso é reparação pela incompreensão que existiu durante anos (Tathiane Araújo).

Relembrando o contexto de produção daquela campanha, derivada de uma série de oficinas entre as travestis e a área técnica de DST/Aids, ela explicou o raciocínio que levou à escolha da bota como símbolo:

Durante as nossas oficinas a gente discutiu que parece que nos reconhecem muito pelo salto. Então, foi-se adaptando: saltos que querem voar. A gente queria voar. Então, foi essa ideia da bota de salto, mas é justamente essa campanha aqui que quebra o direcionamento de a gente não ser importante para a saúde e só para a política de Aids (Tathiane Araújo).

Por fim, a campanha também se materializou em outra superfície textual menos acionada: ainda fizeram parte da estratégia de comunicação toques de celular de quinze segundos. Os sinais sonoros reproduziam música eletrônica, som de sirene e frases curtas:

- “Isso é só para lembrar. Não esqueça: travesti prevenida usa camisinha sempre”;
- “Atenção, travestis. Usem camisinha”;
- “Oi, mona. Tem camisinha na bolsa?”;
- “Pode achar diferente, pode até admirar, mas não esqueça também de sempre me respeitar”;
- “A ignorância gera preconceito. Olhe para dentro de si”.

Os enunciados sonoros se endereçam tanto às travestis quanto às pessoas que estão ao redor. Não foi possível descobrir se essas foram peças que circularam efetivamente. Embora não tenham sido lembradas durante as entrevistas, foram úteis para ajudar a reforçar a compreensão de que, naquele momento, o sentido ampliado de saúde compartilhava o destaque com as normativas de prevenção mais tradicionais ao HIV/Aids, com ênfase no uso de preservativos.

A campanha de 2010 foi atualizada dois anos depois (BRASIL, s/d). Assumidamente, o repositório das campanhas do MS registra essa informação, repetindo parte do texto introdutório da campanha anterior e aqui suprimido, e traz o que seria uma inovação: o protagonismo travesti na tradicional campanha de prevenção a ISTs/HIV/Aids veiculada durante o carnaval. Apesar de mencionar a campanha de carnaval, o repositório não lista neste ambiente as peças propriamente ditas, apenas o vídeo que registra sua produção (*making of*). No texto introdutório, a forma para enquadrar a travestilidade e a homossexualidade ainda é aquela que colocava as identidades de gênero e orientação sexual na categoria de preferências sexuais, posteriormente revista.

Para comemorar o Dia Nacional da Visibilidade Travesti, 29 de janeiro, o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais produziu uma série de materiais que seguem **a mesma identidade visual da campanha lançada em 2010**, fruto de uma oficina de criação de que travestis de todo o país participaram. O foco do material é sensibilizar a população contra o preconceito. (...) **Este ano, pela primeira vez, uma travesti será protagonista de uma campanha de prevenção durante o Carnaval.** Em um dos cartazes que serão veiculados, um rapaz e uma travesti aparecem juntos como um casal. A ideia é mostrar que esse tipo de situação é normal e que o único problema em qualquer relação é se esquecer da camisinha. O objetivo é conscientizar todos os brasileiros, independente da **opção sexual**, da importância do uso do preservativo. Confira o *making of* da produção aqui (BRASIL, s/d, n/p, grifos nossos).

Os materiais arquivados são aqueles recriados a partir da campanha anterior, mas alguns deles trazem dois elementos novos: a referência explícita ao Dia Nacional da Visibilidade das Travestis e a inclusão da logomarca da Antra junto às das demais entidades realizadoras, além

do telefone do Disque-Saúde (136). Pela variedade e conteúdo desses materiais, percebe-se que foram desenvolvidos para uma ação mais ampla no âmbito do Fórum Social Temático, realizado em Porto Alegre entre os dias 24 e 29 de janeiro daquele ano, o que foi confirmado durante uma das entrevistas. As peças criadas foram banner vertical para impressão, banner horizontal digital, banner com a foto de Marcelly Malta (Figura 6), arte para impressão em faixa de tecido, arte para balão inflável, cartão-postal com a programação das atividades (Figura 7). Apresentamos aqui duas delas. As demais, que não trazem elementos e sentidos novos, constam da seção dedicada aos anexos.

Figura 6 – Banner da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou -2012” com Marcelly Malta



Fonte: www.aids.gov.br

Figura 7 – Cartão postal com a programação da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou - 2012”



Fonte: www.aids.gov.br

No verso do cartão-postal com a programação, foi explicitada a missão da Antra:

Mobilizar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para a construção de um quadro político nacional, a fim de representar esse segmento na busca de cidadania e igualdade de direitos. **É a única rede de pessoas transexuais e travestis do país**, com 105 instituições afiliadas (BRASIL, s/d, grifos nossos).

A informação relativa à exclusividade da rede encobre a existência da Rede Trans Brasil, fundada em 2009 e filiada à Lactrans (REDE TRANS, s/d), rede para a América Latina e Caribe desde 2011, evidenciando as disputas e as tensões que marcam os movimentos sociais.

A importância dessa ação também foi sublinhada por Marcelly Malta, cuja foto foi escolhida para estampar o banner principal da reedição de 2012, que teve a maior variedade de peças gráficas, criadas para o Fórum Temático Social, em Porto Alegre, onde ela reside. Integrante da ONG gaúcha Igualdade, Marcelly não pôde participar da campanha de 2004 porque, sendo servidora pública estadual, não fora dispensada para passar em Brasília os cerca de 15 dias dedicados à discussão dos temas e ao desenho da campanha “Travesti e respeito”. Além disso, na época, a presidente da entidade era Cassandra Fontoura, retratada na campanha, que respeitava a lógica hierárquica e institucional dos movimentos. Seis anos depois, porém, ela conseguiu acompanhar as atividades preparatórias de “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” e, já em 2012, participar das ações de lançamento, entre elas a visita a uma ala especial do Presídio Central destinada às mulheres trans e seus companheiros e maridos. A inauguração da ala foi uma conquista na visão do grupo, que distribuiu troféus para as autoridades que apoiavam a causa trans.

Também em 2012, a campanha de prevenção às IST/HIV/Aids de carnaval foi lançada no dia 29 de janeiro para aproveitar o Dia Nacional da Visibilidade (Figura 8). O cartaz dessa campanha sazonal está listado no repositório institucional juntamente com as outras peças que têm casais heterossexual e homossexual masculino como protagonistas. A peça com a participação de Adriana K⁷⁵, portanto, é uma das três produzidas naquele contexto e seu lançamento foi noticiado numa nota em *O Globo*. Por isso, julgamos apropriado incluí-la. Ela mostra a travesti e um rapaz numa situação de flerte em imagem diurna. Ela usa um vestido curto e colorido, tomara-que-caia; evoca a ideia de sensualidade, mas não de vulgaridade. Eles se tocam, mas não chegam a se beijar. A foto feita em fundo neutro em estúdio é aplicada sobre

⁷⁵ A modelo Adriana K, na época diretora da Associação de Transexuais e Travestis de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte e proprietária de um salão de beleza (RONDAS, 2012), não foi localizada.

a imagem de uma cidade colonial⁷⁶ enfeitada para a folia. Fitas em forma de confete e um preservativo flutuante trazem as seguintes mensagens:

- “Isso rola muito.”: referência à atração entre os modelos;
- “Esperar por isso não rola”.: referência a duas borboletas trazendo preservativos;
- “Na empolgação rola de tudo, só não rola sem camisinha. Tenha sempre a sua.”

No rodapé da peça, o slogan “SUS também é prevenção. Use camisinha.” divide espaço com as logomarcas do próprio SUS, do MS e do Governo Federal. O número do Disque-Saúde também está inserido.

Figura 8 – Cartaz da campanha de carnaval - 2012



Fonte: www.aids.gov.br

Como nos cartazes que simulam a situação com os outros casais, a ideia de que “isso rola muito” é acionada, ou seja, a campanha busca apresentar de forma naturalizada o desejo sexual entre homens cis e travestis, ainda que esteja circunscrito ao carnaval, festa em que as fantasias, inclusive sexuais, seriam mais toleradas. Para além da relação em si, difícil de ser quantificada de forma expressa, é preciso levar em conta, no entanto, a quem se aplica o advérbio muito e a quem se endereça o cartaz: a ele (rola muito de homens cis se relacionarem com travestis?) ou a ela (rola muito de travestis se relacionarem com homens cis?). A inversão dos fatores parece alterar o resultado nesse caso. De qualquer modo, é preciso reter essa imagem porque, como discutiremos adiante, um argumento contrário – de que não rola tanto assim – será acionado para justificar a ausência de material audiovisual que incluía esse casal.

Além dessas peças gráficas, o repositório lista um vídeo, com pouco mais de três minutos, do *making of*. Sobre cartela rosa, são dadas por escrito as seguintes informações sobre a campanha, que mais uma vez reivindica a primazia de algum pioneirismo. Não podemos

⁷⁶ Pela publicação de uma nota em jornal, sabe-se que a cidade é Ouro Preto.

deixar de observar que essas formas de registro ajudam a contar uma história em que o Governo Federal e o Ministério da Saúde ocupam papéis importantes que estão sendo permanentemente postos em evidência para que sua contribuição não passe despercebida e fique registrada.

13 de janeiro de 2012. É a primeira vez que uma travesti se torna protagonista de uma campanha de comunicação de massa do Ministério da Saúde. A travesti mineira Adriana K, conhecida como Dri, foi fotografada para a campanha de carnaval do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Essa é mais uma ação que contribui para que as travestis saiam do anonimato e passem a ser respeitadas como são e como vivem (BRASIL, 2012).

Com uma música tocada em violino na trilha sonora, novamente a bota alada, logo da campanha, é projetada com efeitos especiais até a exibição em ritmo acelerado de imagens captadas durante a sessão de fotos. Na sequência, a modelo dá seu depoimento enquanto é maquiada. É interessante observar o contraste entre a roupa que usa durante a entrevista (camisa polo baby-look e calça jeans) e aquela com que aparece no material gráfico (vestido curto tomara-que-caia). Em sua fala, transcrita integralmente no Apêndice, Adriana toca em três pontos:

1. a importância da visibilidade trans para sensibilizar a sociedade, reforçando – mais do que a saúde – “a importância do ser humano em si”;
2. a exposição das travestis ao HIV e a outras então nomeadas DSTs em função de seu trabalho, que não é nomeado no filme, ficando implícito que se trata de trabalho sexual, ou seja, deixa de iluminar certos aspectos. Este ponto se desdobra no discurso de prevenção pelo uso de preservativo que, segundo ela, já teria sido completamente assimilado pelas travestis (“as travestis já têm essa consciência da prevenção, elas saem, e quando elas vão transar, vão conhecer um rapaz, elas já estão com a camisinha. Porque elas sabem que na maioria das vezes os homens não têm.”);
3. o desrespeito ao uso do nome social em qualquer contexto, incluindo nos serviços de saúde (“Então, ela não quer chegar num posto de saúde, ela não quer ser chamada como João ou como José. Ela é uma mulher!”).

Em seguida, é projetado o slogan da campanha: “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”. Novamente, é exibida a bota, desta vez acompanhada da data celebrada: 29 de janeiro, Dia Nacional da Visibilidade Travesti. Por fim, são mostrados os créditos institucionais e nominais, algo que foi suprimido nos vídeos anteriores. A realização é do MS, Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. A produção é das

áreas de Vigilância, Informação e Pesquisa (VIP) e dos Direitos Humanos, Risco e Vulnerabilidade (DHRV)⁷⁷.

Em 2013, há uma alteração na forma de nomeação da data: a expressão visibilidade *trans* é utilizada no lugar da visibilidade *travesti*, ainda que a identidade travesti seja mantida e reforçada. O mote desta campanha, que dispôs de dois cartazes e um pôster, é o enfrentamento da violência e a divulgação do Disque Direitos Humanos (100). O incentivo a denúncias de situações de violência, que já havia estado presente no pôster de 2010, assume a centralidade da campanha. O texto no repositório do MS informa que

Em alusão ao Dia da Visibilidade Trans, o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, lança campanha de combate à violência contra travestis e transexuais. O cartaz, estrelado pela travesti Ivana Spears, traz a frase: “Travesti que se cuida, denuncia”, incentivando o uso do “Disque 100” – serviço de proteção da Secretaria de Direitos Humanos com foco em violência. A ideia é promover o direito das travestis de serem respeitadas e terem acesso digno nos serviços de saúde. A ação traz, ainda, material informativo sobre a data, um marco na luta pelos direitos humanos, cidadania e respeito à identidade de gênero do segmento. Veja, abaixo, depoimento da travesti Ivana Spears sobre a importância de se denunciar a violência contra esse público (BRASIL, s/d, n/p).

O depoimento de Ivana é registrado na forma de um vídeo de cerca de um minuto. Sem título, começa com uma cartela preta em que a legenda é aplicada. A primeira imagem em preto e branco mostra o pé de Ivana, calçada com um modelo *peep toe* vazado de salto bem alto e fino. A câmera sobe por sua perna, de meia arrastão cor-da-pele, percorre seu corpo vestido com um tubinho preto tomara-que-caia com um broche no meio do decote e chega a seu rosto, quando só então a imagem ganha cor. O vídeo permanece fechado em seu rosto, variando ocasionalmente o ângulo de captação e alternando algumas imagens fragmentadas (boca, olhos, busto) em preto e branco. Essa opção nos sugere que a conotação que peça deseja imprimir é de que a “realidade” ganha cor quando a pessoa trans é percebida em sua inteireza. Ao longo da fala, duas ideias ditas por ela (“eu quero respeito”; “nem violência, nem preconceito”; “Disque 100”) são aplicadas na imagem como um reforço. Ela diz:

Eu sou Ivana Spears. Sou artista da noite LGBT. Já trabalho com isso há 12 anos e sou travesti há dez anos. Ser travesti é você pegar uma caixinha com muitas coisas boas e muitas coisas ruins. No dia a dia de uma travesti, ela sofre preconceito quando ela sai de casa, para ir à padaria, de dia ou de noite. Eu

⁷⁷ Filmagem e fotografia ficaram a cargo de Oswaldo Braga, Luiz Philipe Leite e Mauro Siqueira, enquanto a edição e a trilha sonora são atribuídas a Renato Oliveira. A pós-produção coube ao setor de Sustentabilidade, Gestão e Cooperação (SCG).

sou feliz sendo como eu sou, mas eu seria muito mais se eu fosse respeitada. Eu não quero amor nem compreensão: eu quero respeito. Porque eu respeito e eu quero ser respeitada pelo gênero que eu escolhi. Disque Denúncia é 100. Disque e denuncie. Não fique calada⁷⁸, porque a violência, ela agride e o preconceito agride tanto quanto. Mas o silêncio só é válido para aquele que agride. E eu queria que a sociedade melhorasse... Entendeu? Faça amor, mas não faça guerra. Eu tô aqui pra fazer amor (risos) (BRASIL, 2013).

O vídeo se encerra com uma cartela branca sobre a qual são aplicadas as logomarcas do Disque 100, programa Fique Sabendo, que incentiva e promove a testagem para HIV/Aids, SUS, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Saúde e Governo Federal.

Entre as peças gráficas, o primeiro cartaz (Figura 9) listado no repositório resgata a bota alada colorida para celebrar o dia 29 de janeiro e incentivar denúncias de violência por meio da inscrição: “A data é um marco na luta pelos direitos humanos, cidadania e respeito à identidade de gênero. O silêncio só é bom para quem agride.” No mesmo espaço, há a inserção do logotipo e slogan do programa Fique Sabendo: “Faça o teste de aids, sífilis e hepatites virais”. Ao lado de Unodc, SUS, MS, Secretaria de Direitos Humanos e Governo Federal, assinam também a peça duas outras entidades ainda inéditas: Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno (Anav-Trans) e Governo do Distrito Federal (GDF).

Figura 9 – Cartaz da campanha do Dia da Visibilidade Trans – 2013



Fonte: www.aids.gov.br

O segundo cartaz (Figura 10) traz Ivana Spears, em plano americano, vestida com outro tubinho tomara-que-caia preto, esse com paetês. O corpo é mostrado de forma sensual, porém discreta e elegante. Ele não aparece em excesso: apenas braços e colo estão à vista. Tampouco há excessos de cores e brilhos, por exemplo. Há uma certa glamourização desse corpo. Os cabelos escuros, longos e cacheados, brilham. Olhos e lábios são destacados com maquiagem.

⁷⁸ A legenda do vídeo transcreve a palavra no masculino, mas o áudio parece estar no feminino.

Um anel grande com pedra negra enfeitada uma das mãos, que têm unhas aparadas pintadas com esmalte cintilante claro e repousam sobre o quadril. Nesta peça, não há referência ao Dia da Visibilidade Trans. O foco é a divulgação do Disque 100. O título do cartaz é “Travesti que se cuida, denuncia” (sic). A mensagem principal é que “A travesti tem direito a ser respeitada, a ter acesso digno aos serviços de saúde e a não sofrer violências.”. A demanda, portanto, continua sendo por respeito em diferentes espaços. Um depoimento da modelo é reproduzido: “Tô super feliz de participar dessa campanha, porque muita gente ainda tem medo. Mas tem que se informar, denunciar, se proteger”. A bota colorida e a marca do programa Fique Sabendo constam no cartaz. No rodapé, assinam apenas as entidades nacionais e a Unodc. As organizações do DF não estão incluídas. O fôlder (ver Anexos) contém os mesmos elementos com ligeiras mudanças na disposição gráfica.

Figura 10 – Cartaz da campanha do Dia da Visibilidade Trans – 2013, com Ivana Spears



Fonte: www.aids.gov.br

Protagonista da campanha, Ivana Spears enfatizou durante a entrevista o que para ela foi um marco: a virada na forma de nomeação – de visibilidade travesti para visibilidade trans. Para ela, que ainda hoje destaca o Disque 100 em seus perfis em redes sociais, as reivindicações daquele momento ainda fazem sentido. Ao lembrar o contexto de produção da campanha, conta que ela foi convidada após não ter sido aprovada para uma ação anterior para prevenção de HIV/Aids. Convocada, então, para a divulgação do número que receberia denúncias de preconceito, ela aceitou um convite adicional para gravar também o vídeo, já que o acordo inicial previa apenas o material gráfico. Ela atribui o convite a sua postura informal e desinibida, mas aqui pudemos perceber que suas palavras estavam fazendo referência a atributos de reputação valorizados no contexto do processo de midiatização ao modo como

referido por Bourdieu (2011), lembrado no capítulo 1, e também ao conceito de logotécnica, o domínio de competências midiático-discursivas (SODRÉ, 1999).

Essa campanha só era uma foto e uma frase. (...) Só que ao mesmo tempo eu conversei com eles. “Nossa, você gesticula tão bem, fala tão bem, por que que a gente não faz um vídeo, falando da sua vivência?” Aí foi onde surgiu o vídeo. O vídeo foi tão incrível! Eu tenho tanto orgulho daquilo porque foram meus amigos que trabalhavam na época com a Dilma Rousseff e aí eu fui para o Congresso junto com o ministro da Saúde. A gente fez o lançamento junto com (a campanha d) o nome social que foi com uma outra travesti que se eu não me engano era do Nordeste... Fernanda! A Fernanda, ela trabalhava como enfermeira (Ivana Spears).

Ivana relata que sua presença nessa campanha, cujas fotos de lançamento compartilhou conosco (Figura 11), franqueou-lhe a presença em outros eventos sobre o tema e teve reflexos na maneira como era vista nos diferentes contextos em que atuava, indicando a possibilidade de acúmulo de capital simbólico que as campanhas oferecem. A referência ao Congresso Nacional e ao ministro da Saúde parecem ter sido um lapso de memória já que as imagens mostram o sanitarista Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que na época ocupava o cargo de Secretário de Vigilância em Saúde do MS⁷⁹.

Todo mundo queria tirar foto comigo e aí tirou foto. E eu fui chamada para a Unesco para fazer um trabalho junto com a Unesco sobre vivências trans também, explicando como que era...⁸⁰ (Ivana Spears).

Quando eu estava em Brasília, eu trabalhei muito com show. Me chamavam para fazer show. E aí as pessoas descobriram que eu falava porque, antes, eu tinha os shows, mas eu não tinha muito direito de falar. Eu era só aquela bonita. “Ah, ela é bonita, mas é burra”. Então, eu comecei a falar mais (após a campanha) (Ivana Spears).

⁷⁹ A dúvida não pôde ser sanada nem mesmo durante a devolutiva. Ela se lembra de mais uma figura do MS, mas não tinha certeza absoluta se, de fato, tratava-se do ministro. A descrição que fez não é compatível com a de Alexandre Padilha, titular da pasta à época. Além disso, uma notícia publicada na época no site Geledés (2013) afirma que Barbosa estava representando Padilha no evento. Ela se prontificou a procurar outras fotos em suas redes sociais, mas diante da explicação que esse não era um ponto crucial, demos a questão por encerrada: à pesquisa importava mais compreender que o evento no MS teve repercussão na forma como ela própria percebia a construção de sua própria visibilidade.

⁸⁰ Um vídeo sobre o Dia da Visibilidade Trans com Ivana e o então diretor do Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dirceu Greco, está hospedado no canal do YouTube UnescoPortuguese. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wc3_fxLPpL4. Acesso em 02.04.2022.

Figura 11 – Lançamento das campanhas de 2013: Ivana Spears com Jarbas Barbosa da Silva Júnior e Fernanda Benvenutty



Fonte: Arquivo pessoal de Ivana Spears

No momento da coleta, essa era a última ação vinculada ao Dia Nacional da Visibilidade Trans listada no acervo de campanhas da área técnica de HIV/Aids. Como procuramos apontar, essas primeiras campanhas buscavam enfatizar a identidade travesti como uma identidade legítima. A forma de mostrar os corpos se afasta de qualquer traço de erotização, embora algum grau de sensualidade possa estar presente. A demanda principal é por respeito, traduzido em acesso a diferentes espaços sociais e a direitos nos campos da saúde e da educação.

4.2.2. O direito à saúde e ao cuidado integral (2013-2016)

Ainda em 2013, uma segunda campanha, essa exclusiva do MS, visava a dar mais visibilidade para o direito ao uso do nome social no âmbito do SUS, assegurado desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS. Ela foi lançada juntamente com a outra, como mencionado por Ivana Spears. Nesse segundo caso, o avanço consistia na inclusão do nome social no cartão SUS, acionando uma ideia de valorização da autoestima e merecimento. Embora não esteja disponível no mesmo repositório de onde se retiraram as peças anteriormente mencionadas, o cartaz está arquivado na BVS, na área de cartazes (BRASIL, 2013). Por uma publicação no site da Agência Brasil, sabe-se que a iniciativa foi lançada por ocasião do Dia da Visibilidade Trans daquele ano (LEAL, 2013). No cartaz (Figura 12), que tem como título “Nome social”, em caixa alta azul marinho com destaque para a palavra “social” em negrito, Fernanda Benvenutty, identificada como Conselheira Nacional de Saúde, mostra o cartão SUS, sorrindo. Em close, ela usa camiseta, brinco e anel, e aparece num corredor muito claro que lembra as instalações de uma unidade de saúde. Está de cabelos soltos e levemente maquiada. A não ser pelo texto, não há qualquer elemento nas imagens que remetam aos estereótipos da estética travesti – profusão e intensidade das cores, brilhos, bota de cano alto – como nos materiais anteriores. Apesar de a publicação da Agência Brasil informar que os cartazes seriam distribuídos aos profissionais de saúde, a peça se endereça à população trans diretamente, como

indica o vocativo usado: “**Travestis e transexuais**, um atendimento acolhedor como **vocês merecem**.” (grifos da peça). Abaixo da foto, há mais informações endereçadas a travestis e transexuais também em negrito. Cabe reparar que se opta pela flexão de gênero no masculino: “Você pode ser atendido na rede pública com o nome que você escolheu para ser identificado. Peça o seu cartão SUS e exerça o seu direito.”. O texto prossegue em corpo de menor tamanho. “**Portaria MS n. 1.820, de 13 de agosto de 2009**, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários de saúde, entre eles o direito ao uso do nome social.” O cartaz informa ainda dois números de telefone fixos com DDD de Brasília e um e-mail para quem desejar mais informações sobre o cartão. No rodapé, também consta o telefone do Disque Saúde (136), além das marcas do SUS, do MS, do Governo Federal.

Figura 12 – Cartaz da campanha “Nome social” - 2013



Fonte: BVS

O cartaz foi adaptado por secretarias de saúde estaduais e municipais (Figura 13), reproduzindo a própria peça com apenas a inclusão de sua logomarca – caso de Vitória-ES –, ou refazendo o cartaz com representantes locais como ocorreu em Ponta Grossa-PR e na Paraíba. Nos três exemplos localizados, há uma coincidência política. Partidos de esquerda governavam as cidades e o estado citado⁸¹. No cartaz paranaense, posa como modelo a agente de Ação Social Debora Lee e são adicionadas ao rodapé as logomarcas da ONG Grupo Renascer e do Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Gete/UEPG).

⁸¹Os prefeitos de Vitória e Ponta Grossa eram, respectivamente, Luciano Rezende e Marcel Rangel, ambos do PPS. O governador era Ricardo Coutinho, do PSB.

No caso paraibano, além de dar visibilidade a um homem trans bem jovem, o primeiro identificado até aqui, a Secretaria estadual de Saúde alterou a flexão de gênero no cartaz que utiliza uma modelo, utilizando as palavras no feminino, e ainda acrescentou informações sobre legislação estadual (decreto 32.169/2011) que reforçava a norma federal. Os modelos são Andreina Gama, da Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba, e Diego Rodrigues, do Núcleo da Associação Brasileira de Homens Trans da Paraíba. Assinam as peças, além dos órgãos federais já mencionados, o Governo da Paraíba e as secretarias estaduais de Saúde e da Mulher e da Diversidade Humana. Esses exemplos de adaptação e apropriação local das peças mostram como as campanhas federais têm um papel importante, já que fomentam a mobilização e fornecem bases conceituais e gráficas a partir das quais entes locais podem intervir.

Figura 13 – Exemplos de apropriações locais do cartaz federal



Fontes: Prefeitura de Vitória; UEPG; Flickr

Em 2016, a vinculação com os princípios do SUS se intensifica. O Ministério da Saúde e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos lançaram a campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil” no âmbito do projeto Equidades, que contemplou outras populações vulneráveis. O lançamento da ação ocorreu às vésperas do Dia da Visibilidade Trans e incluiu a divulgação do livro “Transexualidade e travestilidade na saúde”, publicado no ano anterior e disponível gratuitamente em versão impressa e virtual, e uma cartilha para profissionais de saúde. O release da campanha menciona ainda um vídeo, que não está disponível no link indicado, mas pôde ser localizado no canal do Ministério da Saúde no YouTube.

O cartaz (Figura 14) coloca em primeiro plano painéis artísticos que contêm as letras da palavra “saúde” sob o título da campanha, que remete à ideia de inclusão e pertencimento ao conjunto da população brasileira, em caixa alta. Cada um desses painéis utiliza uma técnica diferente para escrever a letra: artesanato característico da Região Nordeste, ornamentos indígenas, produtos hortifrutigranjeiros e material reciclável. Atrás das letras, posam nove

pessoas identificadas por nome, identidade de gênero e ocupação. São três travestis – Keila Sousa Simpson, ativista (participa do livro e do vídeo); Daniella Veyga, estudante de Direito; Tathiane Araújo, ativista (também participa do vídeo) –, três mulheres trans – Chopelly Santos, ativista e técnica de enfermagem (participa do livro); Fabianna Melo, educadora social; Jade Soares, ativista – e três homens trans – Leonardo Peçanha, professor de educação física; Fernando Vieira, professor de Geografia; Raicarlos Coelho Durans, servidor público. Os três grupos não se misturam. As travestis e mulheres trans parecem usar vestidos com e sem mangas, estão levemente maquiadas e, com exceção de Keila Simpson, que está com os cabelos tracionados num rabo de cavalo ou coque, todas têm os cabelos longos e lisos. Os homens, entre os quais um negro e um calvo, usam calça e camisa social e têm barba. Um deles é o único a usar óculos e a manter a expressão séria na foto.

Na parte inferior, o texto diz que:

As travestis, as mulheres trans e os homens trans têm direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no SUS, tanto na rede de atenção básica, como nos serviços especializados. A **Portaria no. 2.803, de 19 de novembro de 2013**, redefiniu o Processo Transsexualizador no SUS, que instituiu o acolhimento e atendimento livre de discriminação às travestis, às mulheres transexuais e aos homens trans desde o uso do nome social, o acesso à hormonioterapia até as cirurgias de adequação do corpo à identidade de gênero. Para saber mais, conheça também a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria no. 2.836, de 1º de dezembro de 2011) e acesse www.saude.gov.br/lgbt (BRASIL, 2016).

As marcas do SUS, dos ministérios envolvidos e do Governo Federal – além do slogan “É o Governo Federal trabalhando para o Brasil avançar.” – ocupam as posições tradicionais, mas não estão destacadas num rodapé. Como em outras peças, o símbolo do Disque Saúde está presente no alto do cartaz, à direita.

Figura 14 – Cartaz da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil” – 2016



Fonte: BVS

Publicado em 2015 e oficialmente lançado em 2016, o livro *Transexualidade e travestilidade na saúde* (Figura 15), foi organizado pela antropóloga Ana Gabriela Nascimento Sena, consultora técnica da Organização Pan-Americana da Saúde durante a implantação da Política de Saúde Integral LGBT no Ministério da Saúde, e a jornalista Kátia Maria Barreto Souto, então diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (Dagep/SGEP) e coordenadora do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT. O MS é o responsável autoral da obra. A capa em fundo claro é ilustrada por uma trilha de losangos em cujas facetas são aplicadas partes de rostos, recurso gráfico presente em todas as páginas da publicação. É curiosa a opção pela apresentação de faces fragmentadas numa publicação que trata de Saúde Integral. Embora a maioria dos recortes não permita a identificação – já que mostram pedaços de pescoços, bocas, narizes – foi possível reconhecer pelos olhos Keila e Raicarlos. Ao final da obra, em “Sobre os autores”, é possível inferir que parte do grupo que contribuiu para a publicação vivencia a experiência trans. Apesar de as identidades de gênero de quem assina os capítulos não estarem explícitas, há menção à vinculação a movimentos sociais. É o caso de João Walter Nery⁸²; Symmy Larrat; Choppely Santos e Keila Simpson. As duas últimas posaram para o cartaz, enquanto Nery participa do vídeo. O livro contém 13 capítulos e é dividido em quatro partes, além da apresentação:

I – Movimento social, que apresenta relatos de vivências trans e enfrentamentos contra o preconceito e em prol do direito à saúde, para o qual contribuíram Keila Simpson, Chopelly dos Santos e João Nery, que assina em coautoria;

II – Academia, no qual dois trabalhos abordam a determinação social da saúde de travestis e transexuais no Brasil e políticas públicas para esse grupo;

⁸² João Walter Nery faleceu em outubro de 2018.

III – Serviço de saúde, com trabalhos que relatam experiências de implantação de atendimento integral à população trans;

IV – Gestão: sobre desafios da construção de políticas públicas em saúde voltadas para as necessidades da população trans, cujos capítulos incluem os de Symmy Larrat e Kátia Souto (em coautoria).

A publicação de um livro como parte das celebrações pelo Dia Nacional da Visibilidade adiciona um importante sentido a essa campanha pela forma e pelo conteúdo: a ideia de que tal visibilidade também é construída em diálogo com a produção acadêmica. A inclusão de autores/as cujos currículos são fortalecidos pelo ativismo e pela atuação na ponta da assistência valoriza a produção do conhecimento que extrapola as fronteiras das instituições de ensino e pesquisa.

Figura 15 – Capa do livro *Transexualidade e travestilidade na saúde*



Fonte: BVS

Além de organizar o livro e compartilhar a autoria de um capítulo, Kátia Souto também dá um depoimento para o vídeo *Visibilidade trans*, registrado no canal do MS no YouTube como “Vídeo documentário sobre a saúde de pessoas transexuais”. Em pouco mais de oito minutos, o documentário alterna a visão de pessoas trans ativistas e usuárias do SUS com a de trabalhadores da saúde cis que atuam na assistência, gestão e formulação de políticas públicas para essa população (ver Apêndice para transcrição). Outros/as participantes que não aparecem nem no cartaz nem no livro são Milena Passos, presidente da Associação de Travestis de Salvador e diretora da UNALGBT, Arthur Kalichman, médico do Centro de Referência Trans de São Paulo; Leonardo Barbosa, homem trans e integrante do Ibrat-SP; Maria Clara, mulher transexual integrante do mecanismo de combate à tortura – PE; Marina Reidel, mulher transexual e então representante da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (Abeh) no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD-LGBT); Leonardo Tenório, homem trans trabalhador da saúde do Espaço Trans no Hospital das Clínicas – SP; Tiago Feitosa, médico do Hospital das Clínicas de Recife – PE. A maior

parte dos depoimentos foi gravada com enquadramento fechado, que impede a identificação do local onde foram produzidos. Pela presença de uma parede com extintores e da captação de palmas ao fundo, é possível saber que algumas entrevistas foram feitas no mesmo contexto, mas foi impossível para nós identificá-lo.

O filme se inicia com o título *Visibilidade trans* em tom de rosa sobre fundo preto que, num efeito chamado de *fade*, gradualmente dá lugar à bandeira do movimento trans. É o primeiro material a dar visibilidade ao símbolo, que também será usado em miniatura ao lado dos créditos das pessoas entrevistadas em todas as entradas, incluindo as pessoas cis. À música instrumental se sobrepõe o som de batimentos cardíacos. A captação de áudio sofre algumas interferências externas e os cortes, às vezes, são feitos de forma abrupta. O vídeo privilegia uma construção simbólica pelos depoimentos em detrimento das imagens. Enquanto eles se desenrolam, algumas frases explicativas sobre conceitos, siglas ou palavras-chaves são inseridas na tela. No canto inferior esquerdo, o logo tipo do MS permanece durante todo o filme (Figura 16).

Diferentemente do que ocorreu no cartaz, não há qualquer tipo de segmentação por identidade de gênero ou função na peça audiovisual. Os depoimentos foram costurados por um fio que se iniciou com a definição do que é ser trans, na qual foram ressaltadas as dificuldades de inclusão social e exercício da cidadania de forma ampla, passando pelos obstáculos no acesso aos serviços de saúde e por seu contraponto – a implantação da Política de Saúde Integral LGBT e o processo transexualizador no SUS – e pela percepção de que a saúde é uma porta de entrada para a conquista de direitos em outros campos, até chegar à mensagem final de otimismo, na qual o homem trans Leonardo Barbosa apostava na aprovação do Projeto de Lei 5.002/2013. Mais conhecida como PL Lei João Nery, chegamos a 2022 sem que a proposta legislativa tenha sido aprovada, mas seus efeitos valem liminarmente desde 2018 por meio da ADI 4.275/2018, que concedeu o direito à retificação do registro civil e já mencionada anteriormente. Entre uma ponta e outra do vídeo, algumas informações e opiniões se destacam: o reconhecimento da falta de acolhimento a essa população nos serviços de saúde; a demanda por cuidado integral e específico; a necessidade de sensibilização de gestores em níveis federal, estadual e municipal para que os efeitos da política pública se tornem reais na vida cotidiana dessa população.

Outros dois sentidos muito relevantes presentes no vídeo são o de que as identidades de gênero e as orientações sexuais dissidentes não se configuram transtornos mentais, mensagem literal de um dos médicos entrevistados, o que reforça um sentido constante de afirmar a “normalidade” das diferentes identidades de gênero, e da vinculação da questão trans com as

ISTs/Aids de forma simbólica, já que um dos poucos depoimentos captados com um enquadramento mais aberto é dado diante de um canteiro verde, atrás do qual se lê num banner “#tiroepesodadúvida”, mote do programa Fique Sabendo.

O filme se encerra com a subida dos créditos, aplicados sobre cartela preta. No alto, lê-se primeiramente “Campanha para garantir o acesso da população trans aos serviços de saúde”. Muitos órgãos são listados: a realização é do Dagep/SGEP e o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde (DDAHV/SVS) do Ministério da Saúde, com apoio da Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-geral de Média e Alta Complexidade; Coordenação-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Coordenação-geral de Saúde da Mulher; Coordenação da Atenção à Saúde do Homem; Coordenação-geral de Gestão e Atenção Básica⁸³. Finalmente, sobre a cartela preta, é projetado o slogan da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil.”, seguido da assinatura da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do MS com a aplicação de seu logotipo, endereços de redes sociais digitais (Facebook, YouTube, Twitter e Flickr), além das logomarcas do Disque-Saúde, SUS e Governo Federal.

Figura 16 – Frames do videodocumentário “Visibilidade trans”, de 2016



Fonte: YouTube

Nessas campanhas, os corpos trans são mostrados de forma trivial, sem marcas de fetichização. Neste conjunto, produzido em um contexto de formulação de políticas públicas para as populações LGBTQIAP+, a demanda é pelo pleno gozo do acesso à saúde em sua integralidade.

A ação de 2016 que resultou no cartaz que incluiu travestis e transexuais – mulheres e homens –, é fruto de uma série de ações políticas que ampliaram a compreensão das necessidades e das demandas da população trans. Integrantes dessa campanha, Chopelly Santos, Raicarlos Durans e Tathiane Araújo falaram, durante as entrevistas, sobre os efeitos dos debates realizados especialmente no Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBT.

⁸³ A direção é de Kátia Souto. A equipe técnica é formada por Ana Gabriela Sena, André Lemos, Marina Marinho, Marcus Vinícius Fernandes e Jéssica Bernardo. As entrevistas foram realizadas por Aedê Cadaxa e Grace Perpétuo. Imagens de Miro Bezerra e Tiago Machado, que também responde pela montagem e edição. Música de Misunderstood de 3lb3r3th.

Chopelly atribui os méritos da campanha sobre saúde integral à atuação de Kátia Souto, com quem teve o primeiro contato no Conselho de Combate à Discriminação pouco depois de ter ingressado no movimento de pessoas trans e travestis.

A Kátia Souto, ela estava na parte da reformulação do processo transexualizador. E aí eu digo que ela é a mãe desse processo aí. E aí a Katia produziu essa campanha. Criou-se o Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBT, mas eu já estava no Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (...) A gente brigou na Conferência para que se tivesse uma campanha voltada para mulheres transexuais, porque tinham feito a campanha para travestis e não tinham feito uma campanha para mulheres transexuais. (...) Aí nós fizemos um seminário em Salvador junto com Milena (Passos) e Keila (Simpson), que era o Simpósio Nacional da Antra, que tratava da construção da campanha nacional para mulheres trans, porque as travestis já tinham tido duas campanhas. Tinha tido a “Travesti e respeito” e tinha tido aquela “Olhe, olhe de novo e veja”. E a gente não tinha tido nenhuma. E aí, quando Kátia cria o Comitê Técnico, vai e se coloca a proposta de fazer uma campanha para mulheres... para pessoas trans, que é aquela campanha que eu tô, de 2016. Mas a gente ainda não conseguiu fazer uma campanha para trans porque, assim, Kátia propôs que a gente unificasse e também colocasse travestis para não ficar disparidade, porque na campanha tem Tathiane e tem Keila. Aí, a gente aceitou, mas a ideia era fazer uma campanha para mulheres trans, mas acabou que não foi feita e o material ficou para trabalhar a saúde da população LGBT. Não é uma campanha direta como foi a “Travesti e respeito”, impactante para travestis, e como foi a “Olhe, olhe de novo e veja”, que foi também voltada para travestis. Como eu estava no Conselho, eu recebi o convite para fazer parte. Como eu fui uma das defensoras da criação dessa campanha para mulheres trans, a Katia aproveitou e me chamou pra fazer (Chopelly Santos).

A diferenciação entre transexuais e travestis reivindicada mostra que, naquele momento, a demarcação das identidades ainda era uma questão relevante no âmbito da Saúde. Do ponto de vista político, porém, ela própria reconhece que a consolidação desses grupos tende a ser mais efetiva. Apesar de todo o esforço para que a campanha fosse produzida, Chopelly não percebeu o retorno esperado. Em sua percepção nenhuma das campanhas seguintes teve a repercussão que a primeira teve. A avaliação dela é até curiosa porque, quando questionadas sobre qual seria a campanha de maior repercussão em sua opinião, quase todas as pessoas entrevistadas apontaram, com justificativas diferentes, aquela da qual participaram. Chopelly contrariou o comportamento que observamos e apontou Travesti e Respeito como a que “teve mais impacto porque ninguém nunca tinha ouvido e visto uma campanha do ministério voltada para travestis”. Se levarmos em conta a cobertura jornalística, a ser analisada no tópico seguinte, ela está correta. Como veremos, foi a que obteve maior espaço nos dois jornais analisados. Isso não quer dizer que ela não reconheça aspectos positivos na iniciativa, que seguia um modelo

“mais higienizado”. Em sua visão, a campanha de 2016 foi importante para dar visibilidade às pessoas trans dentro dos serviços e das instituições de ensino e pesquisa do campo da Saúde.

Ela teve um lado bom porque foi um meio de chamar a atenção do SUS para aquela população, que precisava de um cuidado especial na transformação desse corpo. Porque você sai de um gênero e vai para um gênero mais... um gênero oposto, então você modifica seu corpo para isso. E aí o SUS dá qualidade, dá condição hoje para isso. Não do jeito que a gente queria, mas já tem uma semente implantada ali, nos ambulatórios (Chopelly Santos).

O alcance limitado também passou, segundo ela, pela opção de lançar o livro, importante para mostrar outras competências das pessoas trans para dentro dos meios acadêmicos e políticos.

As pessoas não têm muita cultura de ler livro. Então, só as pessoas acadêmicas, do ministério... Mas eu acho que ele teve um impacto bom porque ele mostrou uma nova visão de pessoas trans que sabiam escrever e que tinham suas expertises para ser registradas, o que antes não tinha. Então, quando eu fui convidada para fazer o livro, escrever o livro, eu queria contar justamente tudo o que o SUS, tudo que o conceito de SUS é e que a pessoa trans não tem. O conceito do SUS é o completo estado de bem-estar psicossocial do indivíduo e é tudo que a pessoa trans não tem, porque ela é violentada em todos os sentidos (Chopelly Santos).

Tathiane Araújo também ressalta a contribuição do Dagep para que o resultado da campanha tivesse uma conotação mais institucional, contemplando diferentes grupos identitários e políticos organizados de forma equânime.

A (campanha) de 2016, ela já teve um trato da Dagep com mais envolvimento até para cuidar mais de outros aspectos. (...) Você vê que chamaram a mim e à Keila. Eu era presidenta da Rede Trans e a Keila, presidenta da Antra. Aí chamaram e a gente teve mais esse trato institucional. Eu tenho que admitir. Assim... A indicação da Jade, que está na campanha, foi uma indicação da Rede Trans, a da Chopelly foi indicação da Antra. A dos meninos trans foi os coletivos de homens trans. Então, tem mais uma politização, entendeu? Da cara do movimento social (Tathiane Araújo).

Essa divisão bem pensada também é apontada por Raicarlos Durans, que tinha uma intensa atuação nas conferências nacionais e foi convidado a integrar o Comitê Técnico.

Eu nunca pensei que eu fosse o escolhido. Eu só fui o escolhido porque tinha um critério, colocar um homem negro e colocaram. (...) O recorte foi cor, geração... (...) Foi geração e faixa etária. Foi cor e raça. E militância. Eu passei

no de geração e faixa etária, mais velho, e passei no de militância, que era um critério (Raicarlos Durans).

Segundo ele, a inclusão de homens trans na campanha partiu da equipe do Dagep, nomeadamente de Kátia Souto, que o convidou a integrar o Comitê Técnico e a participar de um seminário para tratar do processo transexualizador em Brasília, já que haveria, segundo ele, uma disputa interna no movimento de homens trans sobre quem seria o representante.

Aquela peça publicitária, ela dá o *start* exatamente. Até então, ninguém tinha pensado em fazer uma peça publicitária com homens trans nem as instituições nossas. Era apagamento quase que total. E eu te digo por quê: porque os homens mais velhos trans, eles não estavam muito disponíveis para este tipo de visibilidade. Eu nunca soube lidar com visibilidade. Até hoje eu não sei (Raicarlos Durans).

Raicarlos contou ainda que o clima político entre o final de 2015 e o início de 2016, com a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, elevou a tensão nos bastidores do ministério: “antes que o impeachment acontecesse, eles lançaram a peça publicitária, mas a peça quase que não seria lançada”. Esse registro merece ser feito devido à ênfase dada por ele ao contexto político daquele momento. Certamente, as equipes do ministério não estavam imunes ao desenrolar dos fatos políticos, mas a percepção de Raicarlos não ecoou na entrevista das outras duas integrantes da campanha. De qualquer modo, a mudança de governo não impediu que outras campanhas fossem lançadas nos anos seguintes.

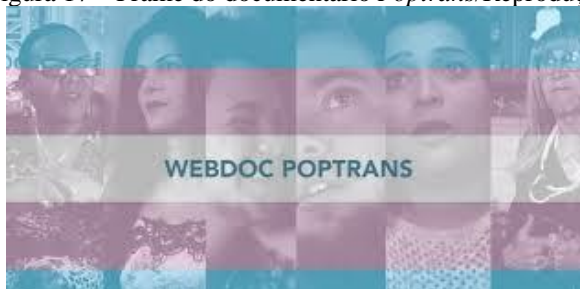
4.2.3. As múltiplas identidades sob o T (2017)

Em 2017, há um retorno à reafirmação identitária, mas nesse momento a necessidade parece ser a de perceber as múltiplas identidades englobadas pelo T que consta na sigla LGBTQIAP+. Mencionadas no cartaz de 2016, as identidades passam a ser explicadas e discutidas nos dois anos seguintes nos documentários *Poptrans*. Neles, os corpos continuam a ser mostrados à luz do dia, sem excessos. Ao contrário, a ideia de modéstia e recato no caso das mulheres trans e travestis se intensifica tanto pelo uso de certas roupas quanto pela escolha dos locais onde os registros são feitos. A reafirmação das identidades trans se dá tanto pelas explicações das diferentes formas de nomeação quanto pela intensificação de símbolos, como a bandeira.

A estratégia comunicacional do Ministério da Saúde de privilegiar a produção de documentários para veiculação na internet sugere uma mudança na forma preferencial de

produção e circulação das campanhas. Não localizamos material gráfico produzido pelo MS. Talvez por isso a produção técnica audiovisual, traduzida numa captação de som e imagens e uma edição de maior qualidade, tenha resultado num tratamento técnico superior à da obra de 2016. *Poptrans* foi lançado em Brasília quatro dias antes do Dia da Visibilidade Trans de 2017. Como parte da ação, foi realizado um debate com seis das sete pessoas trans que participam do filme: Bernardo Mota, Cristiany Beatriz, Eric Seger, Glória Krystal, Ludymilla Santiago e Marcelly Malta (Figura 17). Cristian Auvray, que participa do vídeo juntamente com o pai, Henrique Auvray, e a mãe, Rosana Guedes, não participou do debate. O encontro teve mediação da consultora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (Diahv) Alícia Krüger, produtora do filme, e da convidada Taya Carneiro. Taya também foi uma das pessoas trans retratadas na série de cartões postais “Sobre Viver Trans: histórias de afeto e empoderamento pela visibilidade das pessoas trans” (Figura 18), produzidos com técnica aquarela no âmbito da campanha da Organização das Nações Unidas (ONU) “Livres & Iguais” e lançados em conjunto com o audiovisual, o que retoma a aproximação com a agência internacional cuja logomarca aparecia nos materiais da campanha de 2004, 2010/2012 e 2013. As outras ilustrações foram inspiradas nos rostos de Rhany Mercedes, Pri Bertucci, João Nery, Paula Benett, Patrick Lima, Tathiane Araújo, Heitor Sebastian e Keila Simpson. A sensibilidade no trato da pauta trans também se traduziu, do ponto de vista de Tathiane Araújo, na confecção dos cartões aquarelados divulgados pelo Governo Federal durante o lançamento do documentário. Para ela, o resultado delicado é reflexo da escuta da entidade internacional, que colheu depoimentos das pessoas que seriam retratadas, mas também da mediação das instâncias participativas existentes: “tudo o que reverbera com participação social tem uma qualidade. Ela é a cara dessa realmente população”.

Figura 17 – Frame do documentário *Poptrans*/Reprodução



Fonte: YouTube

Figura 18 – Cartões da série “Sobre Viver Trans: histórias de afeto e empoderamento pela visibilidade das pessoas trans”



Fonte: Blog da Saúde

O vídeo tem duas versões: uma de pouco menos de 15 minutos e a outra, ampliada, de 40. Após assistir aos dois cortes, consideramos que a análise da versão mais curta seria mais adequada porque, além de ser a que está disponível na página de divulgação da campanha no Blog da Saúde, contemplaria os objetivos do trabalho sem prejuízos, já que aponta para os tópicos fundamentais da campanha. Dada a valorização das imagens, elas serão descritas com maior precisão de detalhes.

O filme se inicia diretamente por uma cartela branca sobre a qual são inscritas informações introdutórias, que retomam o legado dos governos anteriores:

O **Ministério da Saúde tem sido protagonista** da luta pelos direitos da população trans no Brasil. Em **2001**, o Departamento das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais lançou a primeira campanha contra a transfobia no país: “Travesti e respeito”. Em 2004, ajudou a estabelecer o Dia da Visibilidade Trans em 29 de janeiro. No mesmo ano, o Governo Federal criou o programa “Brasil sem homofobia” e fundou o Comitê Técnico para a Formulação de Proposta da Política Nacional de Saúde da População GLTB (Gays, Lésbicas, Travestis e Bissexuais). Em 2008, por meio da Portaria GM/MS no. 1.707, o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador no SUS. Em 2009, a Carta de Direitos dos Usuários do SUS passou a assegurar o uso do Nome Social, independentemente do registro civil. Em 2011, o Ministério publicou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais (LGBT), por meio da portaria no. 2.836. Em 2013, a portaria n. 2.803 redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS, com atendimento a travestis e homens trans. Em 2016, o Decreto 8.727, da Presidência da República, determinou o uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero às pessoas transexuais e travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2017, grifos nossos).

A partir dessas informações introdutórias, que novamente trazem a inconsistência de datas em relação ao lançamento da campanha, o documentário intercala as falas dos/as protagonistas (ver Apêndice). Um trecho inicial sintetiza cada uma das contribuições e se repete ao longo dos depoimentos, que foram colhidos na casa das pessoas entrevistadas ou em lugares

nos quais se sentem bastante à vontade. Diferentemente das peças das campanhas anteriores, os corpos trans aqui não foram deslocados de seus próprios espaços, estão inclusive cercados por seus objetos de afeto. Há uma grande variedade de idade, raça e classe, mas, diferentemente do que ocorria até aqui, não há referências a ocupação ou cargos dos/as participantes. Apenas o nome e a cidade de onde falam são inseridos nos créditos, novamente acompanhados de pequena bandeira trans.

Como no vídeo anterior, o fio narrativo se inicia com falas sobre as experiências do que é ser trans ou travesti e algumas situações de desrespeito ao nome social. Também há depoimentos que dissociam a identidade de gênero da orientação sexual. Desta vez, porém, a ênfase está no processo transexualizador, com o autorreconhecimento como pessoa trans, as etapas do processo, consideradas longas, mas necessárias, até o resultado de uma cirurgia. Houve até espaço para registrar a existência de casos de “arrependimento”.

A primeira a surgir no vídeo é a gaúcha Marcelly Malta. É ela também que encerra o documentário, fazendo um elogio ao MS por “chamar essa população tão discriminada” e adotando uma postura de esperança: “são várias demandas que a gente não conquistou ainda, mas a gente tem que, aos poucos, conquistar”. Idosa, ela fala numa cozinha, com mobiliário de madeira. Seus armários e estantes estão repletos de potes de mantimentos, xícaras e panelas coloridas, paninhos bordados e uma coleção de pinguins. Muito loura, tem os cabelos pouco abaixo do ombro e usa franja reta. Veste saia longa com estampa amarela e uma blusa preta com babados e discreta transparência, que evidencia o sutiã preto com brilhos. Usa, ainda, óculos de armação grande e bijuterias vistosas.

Ludymilla Santiago fala sobre o atendimento nos postos de saúde de uma saleta, sem muitos elementos visíveis, a não ser as poltronas listradas, numa das quais está sentada com as pernas dobradas, e um pedacinho da moldura de um quadro na parede – no filme completo ela mostra toda a casa, ampla e confortável, em Brasília. Ela veste uma blusa de linha que mistura as cores da bandeira trans (azul, rosa e branco). A fusão do azul e do rosa também está no batom roxo que valoriza sua pele negra. As unhas também estão feitas com esmalte escuro. Ela usa argolas prateadas grandes e tem os cabelos levemente alisados num corte chanel.

Se, ao chegar no posto de saúde, o vigilante sabe que eu sou uma travesti, ele já começa a embarreirar a minha entrada no posto de saúde, perguntando o que que eu fui fazer, o que que eu tô fazendo ali. E, assim, se você vai no posto de saúde não é para você fazer a compra do mês. Você vai porque você está sentido alguma coisa ou você quer saber alguma coisa relacionada à sua saúde. E aí você não é bem tratada por isso. Aí, se eu sou uma mulher trans ou uma mulher travesti, as pessoas já vêm logo com uma camisinha, com um fôlder

de DST para me entregar e não foi para aquilo que eu entrei no hospital ou no posto de saúde muitas vezes. Como eu falei, eu tenho dor de garganta, eu tenho dor de cabeça. Eu posso quebrar um pé, eu posso... Podem acontecer várias coisas comigo. Mas aí já está autoentendido que a minha identidade, ela só pode ser tratada pela lógica da DST (BRASIL, 2017).

Eric Seger exhibe uma longa e modelada barba ruiva e tem pele e olhos claros. Inicialmente, fala de uma sala com lareira, repleta de instrumentos musicais. Sentado, tem no colo um violão. Mais adiante, ele defende seu ponto de vista caminhando por uma rua da capital gaúcha. Neste momento, notam-se os seios volumosos. Vestindo uma calça cáqui e uma camiseta de malha sem manga com o símbolo trans, ele argumenta que a oferta de hormonização na atenção básica facilitaria o dia a dia dos/as/es usuários/as/es, que poderiam ser atendidos/as/es em seu território: “Qualquer endócrino do serviço de saúde poder fazer o acompanhamento da hormonização. Isso seria muito mais prático porque daí o cara pode ir ali no seu próprio posto e falar com o clínico geral e encaminha para o endócrino”.

Bernardo Mota dá seu depoimento na varanda de uma casa em Brasília, com um amplo gramado. Ele fala sentado numa namoradeira de madeira, ladeada por muitos vasos de plantas e flores. Usa bermuda preta, camisa social xadrez e sandálias de couro. É magro e parece bem jovem. Durante sua fala, legendas explicam os termos cisgênero (“pessoa que se reconhece como pertencendo ao gênero que lhe foi designado quando nasceu”); transexual (“pessoa que se reconhece como pertencendo a um gênero diferente do que lhe foi designado quando nasceu”); heterossexual (“pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas do gênero oposto”); bissexual (“pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas de ambos os gêneros”); homossexual (“pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas do mesmo gênero”). Para distinguir identidade de gênero de orientação sexual, as definições foram apresentadas em locais distintos do vídeo: as duas primeiras, numa barra inferior e as três últimas, na lateral direita. Bernardo parece muito à vontade em falar sobre si e sorri em vários momentos.

Cristiany Beatriz é de Goiânia (GO). Ela fala sentada num sofá numa sala de onde se avista uma cozinha integrada. É branca, tem cabelos lisos muito compridos, dedos finos e unhas longas pintadas com esmalte claro. Sua voz é fina. Ela é magra e parece ser alta. Usa uma camiseta ribana com rendas e brincos grandes com uma flor de metal. Quando menciona as portarias de 2008 e de 2013, que tratam do processo transexualizador, elas são brevemente descritas numa tarja na parte inferior do vídeo. Para ela, a cirurgia

veio como se fosse para mim renascer novamente. Então, assim, eu costumo falar que a coisa mais importante da minha vida foi isso. E aí eu lembro do meu primeiro banho e foi... Quando a água foi escorrendo e eu fui passando a mão e aí eu senti... A Cristiany. Eu senti ali, naquela cirurgia, eu me senti completa (BRASIL, 2017).

Glória Krystal é negra e se apresenta sentada numa cadeira trançada em vime ou plástico tingida de vermelho, como um trono. Atrás dela, está uma parede chapiscada pintada de amarelo intenso onde se vê uma cortina estampada com símbolos da capital inglesa e uma estante que sustenta algumas bonecas e vasinho de planta. Ela usa um vestido com estampa de onça e muitas bijuterias e tem os cabelos puxados num coque baixo. Os lábios se destacam com um batom alaranjado. É ela quem fala sobre os casos de arrependimento, um tema dissonante:

É um direito do ser humano. Hoje eu quero isso, amanhã eu posso não querer. Então eu acho que é importante esses dois anos de acompanhamento, esses dois anos com psicólogo para ver se é aquilo que tu quer, se tu vai se sentir acolhida, se tu vai se sentir bem, se tem a ver com o que tu pensa, se o corpo tá trabalhando junto com teu pensamento. Se vocês estão dialogando, pensamento e corpo. Muitas vezes isso não acontece. Eu, por exemplo, eu me sinto muito feliz do jeito que eu estou. A única operação que eu fiz foi da fimose e está ótimo para mim (BRASIL, 2017).

Cristian Auvray e sua família falam do mesmo lugar que Bernardo. No momento de sua fala, um cachorro está por perto. Ele usa cabelos curtos, não tem barba e é jovem. Veste camisa polo escura, calça arregaçada até as canelas e mocassim. Parece acima do peso. Rosana Guedes e Henrique Auvray também aparecem no mesmo espaço. O casal cis hétero, de meia idade, branco, senta-se junto. Ele a abraça por trás. Enquanto ela mantém o olhar na direção do/a interlocutor/a, ele desvia o olhar por trás dos óculos de grau para baixo. É ela quem fala e é o seu nome que é inserido no vídeo. A presença da família e o depoimento de Rosana, contando que pede respeito ao uso do nome social do filho olhando “no olho da pessoa”, contribui para colocar em cena o cuidado familiar de que a maior parte das pessoas trans é alijada. Como veremos posteriormente, a participação da família não estava prevista inicialmente. Ela se deu justamente pela disposição em acolher Bernardo – por isso, falam do mesmo local – em seu pós-operatório.

Os créditos são extensos, como na peça do ano anterior. A realização é do MS, SVS e Diahv. Os protagonistas são nomeados com tal e listados nominalmente em ordem de seus depoimentos, inclusive Henrique, que quase nada fala e é mencionado na frente de Rosana. A concepção é atribuída ao Grupo de Trabalho Poptrans, Departamento de IST/HIV/HV/SVS/MS, Departamento de Apoio à Gestão Participativa/SGEP/MS, Rede

Nacional de Pessoas Trans, Antra, Ibrat e Coletivo de Homens Trans da Rede Trans⁸⁴. O filme é datado de 25 de janeiro de 2017 e se encerra com o símbolo (espelho de Vênus e lança de Marte conjugados) e a bandeira trans.

Bernardo Mota tem na memória as negociações para a produção do documentário. O convite para que participasse partiu de Alícia Krüger, que à época atuava no MS e assinou a produção do documentário, com quem tinha contatos prévios.

Eu acho que ela é uma das profissionais mais espetaculares com quem eu já trabalhei na vida. Ela não está mais no Ministério da Saúde, né? Acho que não. Mas ela era uma das grandes pessoas responsáveis por pensar, por opinar, por construir, por apoiar essas campanhas. E ela diretamente que me acessou. Ainda mais em Brasília que, apesar de ser um lugar com tantas esferas de poder, mas que é muito pequeno, a gente sempre fazia alguma coisa juntos. Então, acaba que todo mundo vai se conhecendo. Uma hora é no Congresso, outra hora é a nível do governo local, outra hora é em audiência pública. Então, a gente vai sempre se esbarrando. E aí o convite surgiu a partir dela, mas também tendo em vista essas outras... diálogos e outras intersecções que a gente tinha. (Bernardo Mota)

Além do convite feito a Bernardo, o componente relacional atravessou o documentário de outra forma. Ele tinha acabado de passar pela mastectomia sem que sua família de origem soubesse. Durante o pós-operatório, foi acolhido pela família vinculada ao grupo Mães pela Diversidade.

Por motivos transfóbicos, eu não poderia estar em casa. Na casa dos meus pais, né? Na verdade, na época, eu nem morava em Brasília. Eu vim operar e eles me acolheram. (...) É a casa deles. E eu estava lá, acolhido por eles, fazendo o documentário. E o pessoal do Ministério da Saúde... A Alícia foi conversar e eu expliquei a situação. “Ah, que legal! Vamos chamar”. E eu achei incrível porque o depoimento deles é superfundamental (Bernardo Mota).

Não fosse essa situação, que embute um sentido dissonante em comparação a quase todas as outras campanhas, não haveria uma família na peça, que na visão de Bernardo adota uma estratégia pedagógica bem-sucedida.

⁸⁴ Como colaboradores são mencionados os nomes de Adele Benzaken, Alícia Krüger, Gil Casimiro, Paula Emilia Adamy, Alexandre Magno, Salete Saionara Barbosa, Marina Marinho, Jessica Rodrigues, Aedê Cadaxa, Livia Campetti, Grace Perpétuo, Nágila Paiva, Angela Martinazzo. Roteiro, direção e montagem são de Renato Oliveira, que juntamente com Laudemiro Bezerra responde também pela captura de imagem e áudio direto. Ambos completam a edição de imagens com Anderson Rosa e Cleber Cotrim. A produção é de Luana Carvalho e Alícia Krüger, com assistência de Maria Érica dos Santos. Assinam o design gráfico Milena Hernandez e Fernanda Almeida. A trilha sonora vem de www.freemusicarchive.com e www.incompetech.com.

Eu acho que é um documentário bastante acertado porque tem uma leitura de sensibilização, né? Você tem uma narrativa que sensibiliza, mas ao mesmo tempo consegue falar sobre demandas, falar sobre reivindicações de pessoas trans. Eu acho que funcionou muito bem. Inclusive, é um material que eu já usei em algumas atividades... como materiais complementares para pessoas que nunca tiveram contato. É um pouco didático, vai explicando uma coisa, o que que é isso, o que que é aquilo. Acho que ele cumpriu bem o papel, sabe? E isso é uma coisa que eu acho, para a minha leitura, só foi possível porque tinham pessoas trans fazendo essa interlocução. Sendo uma pessoa trans, eu também sou um especialista em políticas públicas. Eu também sei debater tecnicamente sobre as coisas. Em vários momentos, eu já tive alguns confrontos, principalmente com alguns jornais, alguns jornalistas que queriam me colocar só como a pessoa que ilustra a história. E eu falava: eu também sou técnico, eu também sei analisar, sei comentar, sei fazer observações sobre as políticas. Eu não quero estar aqui só como uma história triste do garoto ferrado, sabe? Eu não quero. Eu não sou só uma história de fundo. Sou uma pessoa técnica (Bernardo Mota).

Suas intervenções técnicas resultaram em uma série de “explicações” que ocorrem durante o vídeo, uma possibilidade aberta pela boa interlocução que tinha com a equipe de produção, mas ressalta que não houve qualquer interferência de sua parte nem na pré nem na pós-produção.

Por eu ser um ativista e estar num lugar de problematização, de construção de política pública, na maioria das vezes eu interfiro nos processos que eu faço parte, seja corrigindo termos, seja sugerindo abordagens. É quase raro eu estar num espaço em que eu não faça essa interferência porque são interferências também... políticas e pedagógicas. A gente vai ensinando nossos pares... Nesse processo especificamente, eu pude fazer essas interferências, que são interferências no diálogo. Tá me entrevistando e eu falo: não, vamos tentar de outra forma (Bernardo Mota).

4.2.4. O enfrentamento da transfobia (2018-2019)

Apesar de utilizar o mesmo nome, estilo e linguagem, o segundo documentário intitulado *Poptrans*, de 2018, põe em evidência e nomeia um elemento presente de forma diluída ao longo dos anos anteriores: a transfobia, que seria formalmente criminalizada no ano seguinte, como já apontado na tese. Batizado de Capítulo 2 (Figura 19), o vídeo foi lançado no ano seguinte também em versões curta, de aproximadamente 20 minutos, e ampliada, com cerca de 38. Apesar de preservar alguns elementos gráficos utilizados na primeira produção, como a bandeira trans, o segundo capítulo conta com recursos de edição mais sofisticados e mobiliza basicamente a mesma equipe, ligeiramente mais enxuta. Em relação ao roteiro, mantém o formato de entrevista, mas acrescenta na abertura e no encerramento duas situações encenadas,

sinalizando que se trata de “simulação”. Tendo como tema central a transfobia, em ambos os casos teatralizados, Kaique Theodoro busca atendimento numa unidade de saúde. Enquanto no início do filme ele passa pelo constrangimento de não ter seu nome social respeitado e ouvir da atendente opiniões pessoais e indagações curiosas nada técnicas sobre questões íntimas, ao final do documentário a situação reproduz o atendimento desejável com respeito não apenas ao uso do nome social como também às questões que levaram o usuário à unidade.

Figura 19 – Frame do documentário *Poptrans – Capítulo 2*



Fonte: YouTube

Entre um esquete e o outro, a obra intercala as falas de pessoas trans que narram situações transfóbicas vividas no cotidiano (para transcrições completas ver Apêndice). Nesse vídeo, a maioria dos corpos trans ocupa diferentes espaços públicos urbanos com os quais parecem ter algum tipo de vinculação.

A primeira a falar é Bruna Benevides, identificada como militar e ativista da rede Antra-RJ. Ela dá seu depoimento numa praia⁸⁵. Ela é negra e usa os cabelos crespos soltos ao vento. Está maquiada e veste blusa de malha e saia longa. Ela usa colar e pulseiras de contas naturais e brincos grandes. Calça sandálias, que deixam à mostra as unhas dos pés feitas.

Eu sou uma mulher transexual, identificada como travesti pela sociedade. Portanto eu sou uma travesti vinda da Escola de Formação de Marinheiros de Pernambuco. Eu sou militar, sou segundo-sargento da Marinha do Brasil na ativa. Sou casada há seis anos com um homem cis, um homem cisgênero como queiram, que acaba infelizmente sendo exposto à mesma transfobia que me alcança no dia a dia. E a gente tem tido algumas dificuldades para enfrentar a sociedade mesmo enquanto um casal heterossexual monogâmico em um relacionamento fechado. Porque as pessoas ainda têm a ideia de que travesti e transexual só serve para realizar fetiche ou que somos transmissoras em potencial, vetoras de ISTs, HIV/Aids. E, quando surge um homem, dentro da sociedade machista que admite um relacionamento, que admite a possibilidade de se relacionar com uma travesti, ele diz para a sociedade que meu corpo é elegível e é possível ter um relacionamento estável antes de mais nada. Mas, infelizmente, a gente ainda vê que somos uma minoria de travestis

⁸⁵ A Praia da Boa Viagem, em Niterói, pode ser identificada por quem conhece o local. Em nenhum momento, porém, a igreja colonial que ocupa a ilha logo atrás é enquadrada.

e transexuais que tem um parceiro, que tem um companheiro que está disposto a abrir mão de seus privilégios para estar se expondo a essa transfobia (BRASIL, 2018a).

Lam Matos, coordenador nacional do Ibrat, fala numa sala onde se nota uma estante com materiais diversos, uma janela que permanece fechada sob a qual está pendurada uma boia de salvamento laranja. Será a sede da ONG que representa? Ele, cuja profissão não é mencionada, veste camiseta de malha azul com estampa de poá e usa um alargador de orelha. Tem costeletas e barba castanhas. Em seu depoimento, ele mostra como a maneira pela qual o sistema de saúde se organiza pode alijar as pessoas trans de seu direito à saúde integral.

Eu fui acompanhar esse homem trans numa emergência porque ele estava sentindo fortes dores na virilha. Entrou no consultório médico e o médico: “Então, qual que é o seu problema?”. “Ah, estou com dor na virilha”. Aí, quando o médico pegou a ficha e começou a ler, viu que ele era uma pessoa trans. O médico mandou ele para o CRT⁸⁶. Ele não estava lá para fazer nada do processo transexualizador dele. Ele não estava lá para tomar hormônio. Ele não foi lá para ver uma cirurgia. Ele não foi para fazer isso. Ele foi para fazer um exame, para se consultar porque ele estava sentindo uma dor na virilha. Burocraticamente, para o sistema você passa a ser um homem e o sistema não aceita homens fazendo exames ginecológicos. Então onde é que está o problema? Está no homem ou está no sistema? Tá no sistema! Primeiro é que a gente precisa entender que ginecologista não é médico para mulher. Ginecologista é um médico especialista em útero, ovário, vagina, trompas, nesse sistema reprodutor (BRASIL, 2018a).

Fernanda de Moraes vai na mesma direção de Lam. Ela é apresentada como assistente social em São Paulo e dá seu depoimento numa calçada movimentada, diante de uma banca de jornais. Negra, também usa os cabelos crespos soltos. Ela veste uma camiseta regata com símbolo da Antra sob jaqueta jeans e bolsa a tiracolo. No pescoço, duas correntes levam um pingente grande e reluzente. Também usa argolas grandes. Sua fala é pouco fluente, talvez em razão do agravo em saúde que revela ao longo do vídeo: “Como no meu caso, eu sofri um AVC, eu só precisava de um neuro. Só isso. Eu não preciso de um médico que seja neurologista para pessoas trans”.

João Henrique é estudante de audiovisual e fala de um skate park em São Paulo. Ele aparece deslizando sobre as rampas e, depois, mantém o objeto sobre seu colo, quase abraçado a ele. Veste bermuda e camiseta branca. É negro e tem barba. Queixa-se da curiosidade que seu corpo desperta nos serviços de saúde:

⁸⁶ Centro de Referência e Treinamento DST/Aids, onde funciona o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais na capital paulista.

Quando você vai lá, eles tentam te estudar de todas as maneiras. Tipo: eu tô com dor aqui no braço, por exemplo. Vamos atender o braço, sabe? Porque eu não estou ali para tirar as curiosidades dela. Eu tô ali para ser atendido porque eu estou passando meio mal (BRASIL, 2018a).

Jaqueline de Jesus é apresentada como doutora e professora do Rio de Janeiro. Sua participação se inicia durante uma aula em que a fala é dirigida às alunas que se sentam em carteiras escolares dispostas em roda. Mais adiante, o enquadramento privilegia seu rosto, tendo como fundo uma mesa de trabalho desfocada. Jaqueline usa um vestido vermelho em poá. O decote canoa deixa o colo e os braços à mostra. Os cabelos longos e crespos estão soltos. Ela fala dos efeitos da transfobia na escola e no mercado de trabalho formal.

O que que as pessoas trans têm feito ao longo dessas décadas de não-acesso à educação para acessar os outros serviços sociais? Têm criado seus próprios recursos. Então, é uma questão muito prática. As pessoas trans se automedicam. As pessoas trans, elas criam suas próprias oportunidades de trabalho porque não encontram na sociedade ciscentrada, cissexista, transfóbica, oportunidade de acesso à saúde porque são excluídas (BRASIL, 2018a).

Maria Eduarda Aguiar é ativista e advogada vinculada à Antra-RJ. Sua participação no vídeo é bem curta e focada no direito ao uso do nome social para dar acesso à saúde. Ela fala num espaço que parece uma loja, onde diferentes objetos e roupas estão expostos. Ela tem pele e olhos claros. Os cabelos, aparentemente lisos, estão presos com uma bandana rosa e apenas a franja curta e repicada está à mostra. Usa uma blusa preta com estampa gráfica sem decote. Uma correntinha com uma medalha enfeita o pescoço. Na orelha, uma grande pena de metal.

Kaique Theodoro, músico e ator, dá seu depoimento no próprio centro de saúde onde são gravadas as simulações que abrem e fecham o documentário, tendo como fundo um cartaz de uma família cis-hétero com filhos. Seu depoimento é introduzido com imagens do Cristo Redentor captadas da Ponte Rio-Niterói. Ele é um rapaz branco, de olhos claros e magro. Tem a cabeça raspada, usa cavanhaque e tatuagens. Veste-se com camiseta e bermuda. Em sua fala, lembra que todas essas formas de opressão levam algumas pessoas trans a terem dificuldade de assumir sua identidade de gênero, algo que não se poderia “deixar para depois”.

Márcia Rocha é apresentada como advogada e empresária em São Paulo. Ela fala acomodada num amplo sofá em sala de estar, espaçosa. Uma escada indica que o imóvel tem mais pisos. Ela usa um vestido estampado em branco e vermelho, com discreto decote e sem mangas. Seus cabelos castanhos escuros são lisos e a pele morena. Usa um brinco grande de metal e pedra na

cor da roupa e das unhas. Contra a transfobia institucional, que opera nos serviços de saúde, ela aponta a conduta indicada para uma das meninas da instituição de acolhimento Casa Florescer que, com dor de ouvido, foi encaminhada para um serviço especializado: “você têm que chegar lá e dizer: vou ser atendida, sim. Isso não pode acontecer. É algo que é ilegal. É contra a lei”.

Alexandre Peixe era coordenador do Ibrat na Região Sudeste. Ao longo do vídeo, sabemos que ele fala do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids, em São Paulo. Cartazes e painéis reforçam a mensagem do seu depoimento: “Tome uma atitude: troque preconceito por respeito!”; “Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais – Quartas Trans”. Parece estar acima do peso. Ele é branco e tem cabelos e barbas grisalhos. Em seu depoimento, ela fala das dificuldades de ser atendido em serviços ginecológicos tanto pelo estranhamento demonstrado por mulheres cis ao compartilharem os espaços de espera com um homem quanto pelo despreparo dos profissionais de saúde em relação às suas práticas sexuais e, conseqüentemente, as formas de abordagem durante a consulta: “Você chega no médico e a primeira coisa que ele pergunta é há quanto tempo você tem relação. E a relação que ele pensa, dentro da ginecologia, é penetração e a maioria dos homens trans não tem. Não são penetrados, né?”. Sua expressão facial muda ao lembrar o que a cirurgia para a retirada das “tetas” lhe proporcionou. Sorrindo intensamente, ele conta:

Eu nunca tinha entrado no mar sem camisa. Sempre na praia com camiseta. (...) Quando eu tirei a camisa e olhei pro mar assim. E fui entrando, cara. Eu parecia... Sabe aquelas crianças? Eu pulava, eu gritava. As pessoas não entendiam o que estava acontecendo porque eu gritava. Eu gritava: caraaaaca! E batia na água e pulava e chorava, chorava, chorava. E deitei na areia e rolei na areia. Naquele momento, cara, eu estava livre das minhas amarras, livre dos meus constrangimentos, livre de tudo. Eu poderia viver a minha masculinidade com peito tranquilamente se a sociedade não me cobrasse tanto (BRASIL, 2018a).

Após a segunda simulação do filme, em cartela branca, um texto semelhante ao que abriu o primeiro webdoc acrescenta informações, reiterando o papel do MS:

O Ministério da Saúde tem sido protagonista da luta pelos direitos da população trans no Brasil. Em 2009, a Carta de Direitos dos Usuários do SUS passou a assegurar o direito ao uso do nome social, independente do registro civil. Em 2018, o Ministério da Educação (MEC) autoriza o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares de educação básica. O nome social é aquele pelo qual as travestis, mulheres trans e homens trans optam por ser chamados de acordo com sua identidade de gênero (BRASIL, 2018a, grifos nossos).

Como no outro vídeo, constam a realização do MS, SVS e Diahv e os nomes dos/as/es protagonistas. São mencionados ainda os nomes das atendentes das unidades de saúde do Rio de Janeiro que atuam nas simulações⁸⁷. A concepção novamente é atribuída ao Grupo de Trabalho Poptrans, Departamento de IST/HIV/HV/SVS/MS, Departamento de Apoio à Gestão Participativa/SGEP/MS, Rede Nacional de Pessoas Trans, Antra, Ibrat e Coletivo de Homens Trans da Rede Trans⁸⁸. Há agradecimentos dedicados ao Centro de Saúde João Barros Barreto, ao IFRJ, campus de Belford Roxo, e ao seu diretor de Ensino Raphael Argento de Souza, ao Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP e a sua coordenadora, Maria Clara Gianna, que assinava um capítulo no livro lançado em 2016. O vídeo é datado de 25 de janeiro de 2018.

Kaique Theodoro não se recorda exatamente de como foram as negociações para participar do documentário, mas tem memórias sobre a produção, que retrata um cotidiano que ele conhece bem: o atendimento num serviço de saúde. Como na produção anterior, as relações construídas previamente, em eventos promovidos pelos movimentos sociais, foram importantes para que seu nome fosse aventado. Para um documentário com trechos simulados, também pesou o fato de ser ator e cantor. É preciso registrar ainda que Kaique não participou do lançamento da campanha em Brasília porque, em razão da sua falta de familiaridade com os trâmites para embarque aéreo, perdeu o voo “por um vacilo” que coloca em sua própria conta. Pode parecer uma questão menor, mas mostra o quanto alguns pontos passam despercebidos por quem formula as estratégias de comunicação e de divulgação.

Eu mandei mensagem para uma das produtoras. E falei: gente, nem eu estou acreditando. Vocês podem ficar com raiva e tudo. Eu tô muito puto comigo também, mas aconteceu isso. Me perdoem. Eu esqueci totalmente. Eu nunca tinha andado de avião. Eu não sabia que tinha que fazer o check-in virtualmente antes. Para mim, era chegar lá com uma antecedência e tudo bem. Aí eu perdi. Esse eu fiquei um pouco amargurado (Kaique Theodoro).

Voltando um pouco mais no tempo, ele se lembra que no dia das filmagens, numa unidade de saúde real, não havia, segundo ele, uma marcação precisa das cenas; apenas uma sugestão de roteiro, que não era fixo, tampouco foi repassado antecipadamente.

⁸⁷ Leuana, Regina Iocci e Raquel Gonçalves.

⁸⁸ Como colaboradores são mencionados apenas os nomes de Adele Benzaken, Alexandre Magno, Gil Casimiro, Livia Campetti, Paula Emilia Adamy. A produção é de Elaine Ramos e Luana Carvalho, com assistência de Alcía Krüger. Direção, roteiro e montagem são novamente de Renato Oliveira, que juntamente com Laudemiro Bezerra e Cleber Cotrim responde também pela captura de imagem e áudio direto. À trilha sonora do documentário anterior acrescenta-se www.bensound.com.

Não foi ensaiado, não. Mas rolou uma troca rápida com a moça que fez o atendimento a mim antes e eles explicaram o que é o certo, como ela vai ter que agir, até porque ela me olhou assim... “Pessoa trans?” Aí me olhou... Aí explicou-se tudo. Foi muito tranquilo. Para mim, pelo menos, foi super de boa. (...) E foi bem tranquila a conversa, na verdade. Eles foram bem tranquilos. E estavam abertos também. E deixaram a gente super confortável. Como a gente já vivencia isso também cotidianamente, praticamente todos, todes nós. Todos os dias a gente passa por uma situação parecida, acaba que é algo que é infelizmente normalizado. Eu até brinquei: não, gente, isso daí já é de praxe. Já sei exatamente como reagir a uma situação dessas. Não é nada anormal para mim (Kaique Theodoro).

Nesse ponto da entrevista, Kaique contou que passou por situações semelhantes às simuladas no documentário mesmo no Hospital Universitário Pedro Ernesto, onde funciona serviço especializado do Rio de Janeiro, reforçando a similaridade entre o que estava encenando para o documentário e sua experiência pessoal:

eu acredito que tenha sido um trabalho muito importante, porque eu vivi isso muito no Pedro Ernesto, inclusive. De atendimentos errados, atendimentos bem grosseiros e bem transfóbicos. (...) A gente passou por poucas assim nesse início. Foi bem foda. Desculpa a palavra. Bem complicado mesmo. E era sempre um estresse. Tipo: ah, tem que ir lá no Pedro Ernesto para tentar marcar um médico para ver o que está acontecendo. Era sempre um baita estresse e toda uma carga... Já sabendo que ia passar por constrangimento e ia passar por várias situações. Então, eu acho que nesse sentido foi muito importante (Kaique Theodoro).

Para além do atendimento em si, ele ressalta que havia uma outra forma de apagamento simbólico “na vida real” de que o documentário tenta se esquivar ao colocar o usuário trans numa unidade básica de acesso comum a pessoas cis e trans.

Eu vejo um apagamento e um silenciamento muito grande, uma tentativa sempre de... Se não mata fisicamente, tenta matar abafando, né, tentando não tornar visível. Eu percebia muito isso no Pedro Ernesto na época em que eu tentei fazer a minha transição por lá, a gente ficava num prédio distante dos outros. Entrava e ia diretamente para a ala de psiquiatria, à direita. E só isso já é muito forte. Já é muito violento (Kaique Theodoro).

Durante a etapa das devolutivas, Kaique fez questão de frisar que o incômodo tinha a ver com a invisibilização que decorria da patologização de sua condição mental. Reforçando que não era sua intenção menosprezar as pessoas com alguma questão psíquica, quis destacar que o setor psiquiátrico não era o lugar adequado para o atendimento que demandava, mas era o espaço onde seu corpo podia ser então visto. Em sua opinião, o documentário acertou ao tratar de saúde integral, mas as campanhas ainda não foram suficientes para garantir o acesso tal como

preconizado – integral e universal – conciliando os atendimentos específicos ao processo transexualizador com os outros que independeriam da condição trans.

Nas campanhas de visibilidade trans, eu acho que falta ainda muita coisa relacionada à saúde. Eu acho que falta mais docs como esse, porque, quando olham para a nossa população, olham para a gente como se nós precisássemos apenas de hormônio e de cirurgia. E não é isso. A gente passa mal, a gente tem dor de barriga, a gente tem dor de cabeça. Tem depressão. Sabe? Somos seres humanos e temos N outras questões. Não é apenas isso. Isso aí é só um tiquinho. É só uma vírgula na nossa vida. É apenas uma questão. E tem que se tratar dessa forma. Então, quando falam pessoa trans, já se desdobra toda essa pontuação, sabe? E não vai para além disso. Então, se eu preciso, por exemplo... Eu tô desesperado tentando um atendimento ginecológico no SUS e não consigo. (...) Eu tenho que fazer minha histerectomia e não consigo. Eu não tenho dinheiro para pagar uma coisa particular. Eu faço o quê, sabe? Vou esperar até ter um problema mais sério nos meus ovários, no meu útero? Porque a saúde não está atenta a isso. Não se importa. Parece que a gente tem que se contentar com o mínimo do mínimo. Tipo: “ah, vocês já têm um projeto aí para vocês”. E é isso. É o que tem. E mal tem, né? Então, eu acho que tem que abordar muito este tema ainda de saúde para a população trans. Entender que homens trans engravidam, entender que homens trans têm que fazer um atendimento na ginecologista, entender que as mulheres trans têm que fazer atendimento com urologista etc., prevenção de câncer de próstata e todas essas questões, entender mais da nossa corporeidade, sabe? E também a parte de educação, porque tem uma evasão muito grande entre a nossa população e isso não é dito. No máximo, o que a gente vê no Dia da Visibilidade Trans é uma publicidadezinha, é uma pessoa que já aparece constantemente na mídia e vai aparecer naquele dia porque só lembram dela. Essas esmolinhas assim... (Kaique Theodoro).

A fala de Kaique nos reforçou um aspecto que já havia sido percebido ao analisarmos as campanhas: o papel do/a médico/a assistente. Na campanha de 2016, na qual dois médicos foram incluídos, esse papel é sublinhado, mas perde força ao se apresentar ao lado de tantas outras questões importantes. É cabível indagar por que no documentário de 2018, que foca num serviço de saúde, o atendimento simulado se restringe ao balcão de recepção. Numa campanha como essa, qual o lugar dos/as/es profissionais da medicina no acolhimento das necessidades e das demandas dessa população?

É muito complicado. Eu sinto sempre como se nós, pessoas trans, tivéssemos que pisar em ovos para estar dentro da sociedade. Porque sempre fica muita coisa tipo: porra, como é que eu vou enfrentar agora? Será que eu posso ter um atendimento médico aqui que nem qualquer ser humano ou será que vai ser uma questão como é, sabe? (Kaique Theodoro).

O relato deixa evidente que a demanda daquele momento era pelo acesso aos serviços sem qualquer forma de preconceito, diferenciação ou exotificação, em consonância com os princípios do próprio SUS.

Ainda em 2018, um segundo documentário foi lançado para marcar o Dia da Visibilidade Trans daquele ano. Nele, o enfrentamento da transfobia também está presente, mas não de forma nomeada. A própria forma como o vídeo foi indexado no YouTube mostra a diluição da questão trans: “Campanha LGBT – Delegada Laura Teixeira”. Produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos, a obra aborda a vida da delegada Laura Teixeira, da Polícia Civil de Goiás, e foi exibido numa roda de conversa no dia 31 de janeiro daquele ano na Secretaria Nacional da Cidadania. Atualmente, o vídeo está disponível no canal do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Aviso de pauta divulgado dias antes informava que a ação fazia parte da campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado, Respeite as Diferenças”. Esta campanha, que engloba peças que tratam do preconceito dirigido a diferentes grupos LGBTQ, foi lançada em julho do ano anterior. Além do vídeo (Figura 20), de quatro minutos, recuperam-se aqui os cartazes que abordam especificamente a transfobia, reutilizados por ocasião da data nacional.

Figura 20 – Frame do documentário “Campanha LGBT - Delegada Laura Teixeira”



Fonte: YouTube

O vídeo não tem título e começa com uma cartela preta onde se insere o seguinte texto em letras capitulares brancas: “Mais um dia de trabalho **deste** profissional” (grifo nosso). Seguem-se imagens em preto e branco de uma pessoa vestindo-se com calça jeans, camisa escura e cinto. Um coldre é ajustado na cintura e, logo depois, uma arma é encaixada. Um distintivo de delegado de Polícia Civil é fixado. A imagem ganha cores e o dourado da insígnia salta aos olhos. Imagens de fotografias ainda sem cor e de um documento de identificação são intercaladas com mais uma frase: “Na verdade, para **esta** profissional” (grifo da produção). Colorido, o registro “ativo” contém a foto e o nome da delegada Laura de Castro Teixeira, cujo rosto é mostrado em partes enquanto se maquia até ser mostrada, uniformizada, em plano médio. Ela própria se apresenta, diante da DP, e conta sua história. Com 36 anos, à época, estava na polícia há sete. Durante toda sua fala, registrada em ambientes internos e externos da

unidade, Laura demonstra preocupação em conciliar sua identidade de gênero com o desempenho de suas funções institucionais, razão pela qual disse ter se planejado com cuidado para não se expor, tampouco expor a Polícia. Reconhece que sofreu preconceito, inclusive no exercício profissional, mas informa que conseguiu “superar sempre com muita tranquilidade”. No vídeo, ela afirma:

Aprendam a se aceitar, porque a opinião alheia sobre nós é sempre variável, sempre mutável. Todos nós vemos o mundo de maneira diferente. Então, para que você esteja pronto ou pronta para se deparar com a opinião alheia de outra pessoa desfavorável sobre a sua pessoa, é importante que você esteja de bem consigo mesmo. Independente de origem, de raça, de sexo, de cor, idade, orientação sexual, orientação de gênero, toda pessoa tem que ter o direito de se mostrar enquanto profissional, de mostrar a sua qualificação profissional para que ela seja julgada por isso, que é a única coisa que interessa no ambiente corporativo. **Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças** (BRASIL, 2018b, grifos nossos).

Enquanto o documentário se desenrola, vemos imagens de Laura, uma mulher branca, de cabelos castanhos na altura dos ombros e unhas curtas e sem esmalte no dia a dia da delegacia. Há uma certa contradição no endereçamento de sua fala. Ao mesmo tempo em que, imperativamente, interpela as pessoas trans para que se aceitem e desconsiderem a opinião alheia, ela se dirige à população cis, alvo da campanha, repetindo o slogan. Durante todo o filme, há uma valorização de uma imagem considerada moralmente aceita assim como de sua vinculação institucional (“O fato de eu ser delegada fez com que eu planejasse a minha transição de uma maneira mais elaborada, para que eu pudesse me apresentar sem me expor de uma maneira demasiada e preservar a minha instituição”). Fica implícito que, se ela optasse por se mostrar de uma forma menos discreta, isso interferiria na aceitação que teria em seu ambiente profissional. Ou seja, apesar de ela afirmar o contrário, da maneira como o vídeo é construído recai sobre ela a responsabilidade dela mostrar-se como uma pessoa que não macule a instituição. Ela aparece várias vezes em frente a um espelho de um banheiro, caminha pela rua em frente, digita no computador e manda mensagens de celular com emojis. No trecho em que fala sobre autoridade, diante de uma cela, ela coloca a arma na cintura e dá uma leve quebrada no quadril. O filme termina com Laura fechando a cela pelo lado de fora, mas do ponto de vista de quem assiste ao documentário é ela quem está atrás das grades... As marcas que assinam a obra são do Disque 100, Ministério dos Direitos Humanos e Governo Federal. Uma discreta marca d’água no canto inferior esquerdo, em cor-de-rosa, deve ter sido acrescentada posteriormente. Trata-se da sigla do MMFDH. Essa observação indica que os/as responsáveis

pela pasta criada em 2019, após a posse de Jair Bolsonaro, endossaram o material produzido pela gestão anterior.

Embora não tenha assistido ao filme da campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças”, com a delegada Laura Teixeira, durante a entrevista Tom Grito manifestou seu desconforto com o sentido binário do material, expresso segundo a nossa compreensão.

Existe também um padrão estereotipado de que todas as pessoas deveriam sentir esse desejo de se transformar no extremo oposto do que nasceram e isso não é real. Não são todas as pessoas trans que têm esse desejo. Não são todas as pessoas trans que querem se tornar binárias e querem ser lidas como cis por terem essa aparência que parece cis. E essa higienização é que eu acho que é muito complicada. Então, não sei se é isso que aparece no vídeo, se te dá essa impressão, mas se for isso, eu acho isso extremamente nocivo para nossa população. Porque é justamente quando a gente não é reconhecido como homem ou como mulher que a gente é violentado. Então, é justamente o estranho, o não-aceito que é desrespeitado (Tom Grito).

A impressão de Tom Grito revelou dois pontos interessantes para a pesquisa. O primeiro é que o alcance das campanhas é relativo. Não é pelo fato de ser uma pessoa trans não-binária que teria acesso ou acompanharia toda a produção estatal sobre a questão trans, o que nos leva a pensar no circuito de circulação das campanhas em geral e desta peça, com características tão específicas, em especial. O segundo ponto é que isso, no entanto, não o impediu de formular um sentido a respeito da campanha a partir da visão compartilhada durante a entrevista. Nesse sentido, acreditamos que as construções “de segunda mão” também têm um papel importante para a compreensão dos sentidos em circulação sobre o Dia Nacional da Visibilidade.

Os cartazes da campanha (Figura 21) fazem indagações no sentido de questionar as diferenças no resultado final da atuação profissional cotidiana de pessoas LGBTQ. Esse material faz parte de uma campanha mais ampla, desenvolvida no ano anterior e posta em circulação em junho por ocasião do mês do Orgulho (NOVASB, 2017). Em janeiro de 2018, com a publicação do vídeo, os cartazes específicos sobre a questão trans voltaram a aparecer. Os que tratam especificamente da questão trans fazem as seguintes provocações: “Se você souber que foi uma travesti que tirou a fotografia, altera a beleza da imagem?”, “Se você souber que seu motorista é um homem trans, altera o trajeto da viagem?” e “Se você souber que foi uma trans que preparou seu prato, altera o sabor?”. As imagens “escondem” as pessoas trans

atrás de suas ocupações. Da suposta⁸⁹ travesti, se vê apenas um dos olhos, a franja cacheada e as unhas pintadas de rosa. Do motorista nem isso. Da perspectiva do banco de trás do veículo, vê-se apenas um fragmento desfocado da orelha e bochecha e as mãos no volante. Essa imagem contraria em parte o que João Nery contou em seu livro de memórias sobre o período em que atuou como taxista. Para ele, a possível suspeição sobre sua condição de homem trans causava enorme ansiedade porque, em geral, mudava a postura do/a passageiro/a. Da suposta trans do terceiro cartaz, nem a cabeça: apenas a mão, segurando uma refeição empratada, e parte do corpo vestido com dólman. As três fotos registram pessoas brancas.

Figura 21 – Cartazes da campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças”



Fonte: Twitter

No ano seguinte, já no governo de Jair Bolsonaro, uma ação em celebração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans foi publicizada. Essa ação, que nos esquivamos de categorizar como campanha, por pouco não deixou de ser incluída neste trabalho por ter escapado à estratégia de busca. Foi Bernardo Mota que, durante a devolutiva, questionou a ausência do material para cuja elaboração ele se lembrava de ter concedido autorização ao MMFDH. Diante da informação de que a peça que ele descrevia não havia sido localizada, buscou em seu arquivo pessoal e compartilhou conosco o cartaz (Figura 22). Segundo a informação prestada pelo próprio Bernardo, o cartaz seria de janeiro de 2020 e teria sido publicado no perfil da pasta no Instagram. Sem nomear os protagonistas, o cartaz com as listras azul, rosa e branco da bandeira trans mostra dois homens trans – Bernardo nos informou que se chama Júpiter o jovem de cabelos verdes com quem ele posa abraçado e sorrindo sob o que parece ser a bandeira do movimento. Há um reforço na visibilização da data – “29 de janeiro”, “Dia da Visibilidade Trans” – e a demanda principal retoma a da campanha de 2004: “A igualdade começa com respeito”. No rodapé, estão incluídas as logomarcas do Disque 100, da Secretaria Nacional de Proteção Global, do MMFDH e do Governo Federal. A partir da imagem compartilhada,

⁸⁹ Como as participações não são identificadas, é possível supor que as identidades de gênero dos/as modelos não correspondam necessariamente ao que dizem os textos. Fazemos essa afirmação com base nas campanhas anteriores em que os/as/es participantes tiveram seus nomes registrados, mesmo que parcialmente ou com algum equívoco de grafia.

realizamos busca reversa no Google Imagens. Não obtivemos qualquer retorno. Checamos também as redes sociais do ministério de 2020. Finalmente, localizamos um outro material com estética semelhante no perfil do MMFDH no Twitter em 29 de janeiro de 2019. Com essa data em mãos, encontramos a mesma postagem no Instagram, também de 2019. Nesse cartaz (Figura 22), não há uma demanda explícita a não ser pela própria visibilidade. Ele registra que “29 de janeiro é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais”. Além de Bernardo e Júpiter, outras quatro mulheres trans não identificadas compõem a montagem. Elas seguram a bandeira trans, que não fica completamente nítida porque as fotos receberam tratamento de cor: um filtro rosado uniformizou os tons das imagens originais. Os cabelos verdes do rapaz, por exemplo, não podem ser percebidos. Seus rostos e corpos adotam uma postura vibrante. A alegria da celebração parece ser o foco prioritário da peça, que visualmente parece contemplar diversidade etária e racial. O próprio Bernardo não se lembrava se haveria outras pessoas fotografadas para outras peças: “Eu não sei quem mais tinha. Tinha eu, porque eu me lembro de ter autorizado. Não sei se tinha mulheres trans”.

Figura 22 – Cartazes de 2019



Fonte: Acervo pessoal e Twitter

É preciso registrar que a inclusão dessas matérias já na etapa final aportou sentidos que dialogam com pontos levantados anteriormente: a ideia de construção de memória dos governos realizadores das campanhas. Se a ausência desses cartazes no corpus, num primeiro momento, causou uma sensação de preocupação por uma suposta falha no levantamento dos materiais, num segundo momento, apontou para sua própria invisibilidade, já que não estão arquivados nos espaços mais tradicionais, de onde as peças de campanhas anteriores puderam ser recuperadas. Podemos dizer que houve uma campanha quando tudo o que pudemos localizar

foi uma mesma postagem em duas redes sociais e um cartaz em acervo pessoal? O MMFDH celebra de fato o 29 de janeiro quando se torna tão difícil recuperar suas ações pela data? Cabe mencionar que não encontramos nas redes sociais publicações sobre o tema nos anos de 2021 e 2022. Não significa que não tenham existido, mas podemos afirmar que não estão visíveis.

Esse último registro de 2019 encerra o ciclo iniciado em 2004 e deixa lacunas que os movimentos sociais tentam preencher de outras formas. O distanciamento mais sentido é o do campo da Saúde.

O Ministério da Saúde sempre foi o nosso braço direito e braço esquerdo. Sempre ajudou a nossa população trans. Porque não tinha um mês que a gente não tinha reunião com a equipe de saúde sobre a população de travestis e transexuais. Eu acho que foi a saúde que incentivou criarmos ONGs no Brasil e nós mesmas falar por nós. E agora a gente está numa época muito, muito complicada, que nada acontece. Inclusive agora o Ministério da Saúde não está mais financiando projetos (Marcelly Malta).

O depoimento de Marcelly resume uma percepção comum: em relação à visibilidade trans, a maior parte das pessoas entrevistadas durante a pesquisa reconhece a contribuição da pasta para a organização das demandas do movimento social.

4.2.5. Deslocamentos e permanências nas campanhas

A primeira consideração que a pesquisa traz é que a questão trans conquistou visibilidade ou se fez no Estado brasileiro, ao modo definido por Aguião (2018), no campo da Saúde. Foi nesse campo que as campanhas, em diálogo com os movimentos sociais, foram gestadas e se consolidaram, perdurando nesse espaço social por quase uma década e meia. Parece apropriado pensar que, usando o SUS como lentes de contato, o olho estatal conseguiu enxergar com mais nitidez as experiências trans, embora tenha inicialmente imputado a elas a responsabilidade pela disseminação do HIV/Aids, como apontado por Pelúcio (2009). Apesar disso, reivindicar um suposto protagonismo, como fez o MS nos textos introdutórios a algumas campanhas, parece contribuir para a invisibilização dos movimentos sociais de travestis e pessoas trans. Exposta a essa percepção na etapa das devolutivas, Tathiane Araújo solicitou um adendo, reivindicando visibilidade para os papéis que couberam a importantes coadjuvantes e às protagonistas de fato:

O protagonismo disso foi das militantes que souberam, através de uma ação de saúde, aproveitar essa oportunidade e sair da bolha. Travesti só era

lembrada para Aids, porque os governos só se importavam porque a gente era a população que talvez mais precisasse trabalhar prevenção e controlar os índices de HIV. Nunca ninguém nos chamou para fazer uma campanha de visibilidade. Chamou para fazer uma campanha de Saúde Pública que remetesse à prevenção. Fomos nós que tivemos a sapiência! Eu que escrevi, amiga, o ofício da Antra pedindo a audiência no Senado, justamente para que a gente tivesse a primeira fala. Por que a Hanna escolhe o 29 de janeiro como Dia da Visibilidade? Porque foi a primeira vez que tivemos fala oficialmente dentro do Legislativo Federal. Então, eu acredito que a Hanna, que não está entre nós, foi a que pariu a ideia de que o dia fosse sacramentado e nós, militantes, que pensamos em ampliar a ação de Saúde para que ela se concretizasse como um dia de marco para a gente (Tathiane Araújo).

De forma semelhante, imprecisões relativas às datas de lançamento de alguns materiais em repositórios e produtos institucionais não ajudam a contar de forma acurada a história das campanhas. Pequenos ajustes ou acréscimos de informação poderiam contribuir para a construção de sentidos que façam jus às disputas que vêm sendo travadas desde o início da década de 1990.

Mais recentemente, as campanhas oficiais foram deslocadas, parcial ou completamente, para o campo dos Direitos Humanos. Essa afirmação tenderia a nos sugerir que o tema passou a ser visto de uma forma ampliada e menos patologizante. Isso não corresponde necessariamente aos enquadramentos que pudemos observar.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar o sentido ampliado de saúde presente no lançamento do Dia da Visibilidade Trans e a tentativa de se reconstruir no espaço público uma identidade estigmatizada (GOFFMAN, 1981). A campanha de 2004 colocava em cena a demanda por respeito em espaços sociais variados como casa, boate, escola, trabalho, vida. Não fosse a “assinatura” do MS sem muito destaque, nada naqueles primeiros cartazes que foram levados ao Congresso Nacional faria referência explícita à pasta. Conforme as informações rememoradas nas entrevistas, as medidas de prevenção ao HIV/Aids debatidas entre os movimentos sociais e a área técnica responsável pela produção da peça, que constavam na cartilha a ser distribuída entre as travestis, eram secundárias diante do cenário de exclusão a que estavam submetidas. Já naquele momento as integrantes dos grupos que participavam da construção da campanha tinham clareza de que aspectos de cidadania – acesso à escola e ao mercado de trabalho formal, além do próprio reconhecimento de sua dignidade – eram condicionantes a serem expostos para “fora” dos movimentos sociais para garantir a prevenção dos agravos de saúde que o governo então mirava.

Na campanha seguinte, “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”, lançada em 2010 e reeditada em 2012, a conjunção de direitos e saúde continuou presente. A ideia de

reconfiguração de uma identidade deteriorada para uma outra, de conotação positiva, foi ressaltada. O direito de ser antecedia o direito à saúde. A importância do respeito ao nome social, que ainda não aparecia como categoria, também estava colocada tanto no material gráfico quanto nos documentários de curta metragem que integravam a ação. Essas duas campanhas e a seguinte, de 2013, porém, faziam uso recorrente da bota alada, um símbolo apontado pelas próprias entrevistadas como um signo tradicionalmente associados a elas. Apesar disso, em nenhuma das fotos e vídeos das campanhas as travestis usavam esse tipo de calçado, indicando que as próprias campanhas contribuíram de certo modo para a reificação de um fetiche. Ainda em 2013, quando o termo visibilidade trans foi usado pela primeira vez pelo Governo Federal formalmente, o direito ao uso do nome social então se colocou como tema de uma campanha paralela. É interessante observar o contraste entre as modelos escolhidas para os dois cartazes daquele momento que, como relatado em entrevista, foram lançadas em conjunto. A artista Ivana Spears, de vestido justo e sensual, personificou a campanha pelo Dia da Visibilidade Trans e a divulgação do Disque 100, numa ação conjunta com a Secretaria de Direitos Humanos, enquanto a técnica de enfermagem Fernanda Benvenutty, sem acionar qualquer estereótipo relacionado às identidades trans e travestis, informava sobre o direito ao uso do nome social no cartão SUS. Acreditamos que tenha havido então um cuidado na desfetichização dos corpos trans a partir daquele momento. Essa afirmação encontra respaldo em Alves (2015), que registrou que o briefing da campanha de prevenção à Aids de 2014 desaconselhava o uso de erotismo.

A campanha de 2016, que recebeu tratamento gráfico superior às anteriores, também se afastou de qualquer conotação sensual. Em nosso corpus, ela foi a única a colocar saúde como questão central e a primeira a incluir os homens trans. Se, de um lado, não mirava um tema ou agravo específico, como as anteriores, e colocava as pessoas trans como sujeitos de direito da integralidade do cuidado, por outro, o cartaz elaborado pareceu cair numa das armadilhas da concepção positiva de saúde, conforme alerta feito por Camargo Jr (2007), na medida em que categorizava e separava as identidades trans expostas. Apesar de ter o mérito de ser a pioneira em incluir as transmasculinidades, cabe problematizar até que ponto a opção por mostrar as pessoas separadas em três grupos não expressava um esforço de endereçar o cuidado de um modo muito segmentado que não encontra expressão na vida “real”. Essa forma de enquadramento não ocorreu, no entanto, no vídeo da mesma campanha. A peça audiovisual não apenas mistura pessoas que assumem diferentes identidades trans como inclui pessoas cis responsáveis pela gestão e assistência em serviços de saúde integral. É possível que essa peça

tenha sido a opção preferencial dos movimentos sociais e do próprio MS já que no ano seguinte há uma importante inflexão tanto na forma quanto no conteúdo.

O capítulo 1 do documentário *Poptrans*, de 2017, marcou um ponto de virada na forma como o Estado passou a ver e dar visibilidade aos/às participantes de suas ações, a começar pela forma de nomear. Sob a genérica identidade trans, foram acomodadas sem qualquer separação as identidades travesti, mulher trans e homem trans. O discurso construído em texto e imagem audiovisual conciliava as demandas coletivas com as individuais e – um ponto fundamental – situava as pessoas entrevistadas em seus respectivos contextos domésticos, inserindo seus corpos em ambientes e situações cotidianas com as quais as pessoas cisgêneras são capazes de se identificar.

No ano de 2018, o Dia Nacional da Visibilidade Trans foi marcado por duas campanhas com opções discursivas muito distintas: uma desenvolvida pelo MS e outra pelo então Ministério dos Direitos Humanos. O capítulo 2 do *Poptrans* repetiu a estratégia de destacar a singularidade das trajetórias de vida com as pautas comuns e acrescentou um aspecto: as entrevistas foram realizadas em contextos ampliados: casa, trabalho, posto de saúde, cidade. Parecia ter, enfim, conseguido traduzir a reivindicação expressa na primeira campanha, em 2004, de que pessoas trans fossem vistas com respeito em todos os lugares. Para alcançar os objetivos do movimento inicial, faltou apenas incluir o espaço da boate no documentário. Sua ausência não deve se dar ao acaso, uma vez que esse seria um ambiente onde historicamente as pessoas trans e travestis não teriam dificuldades para serem percebidas.

Já a campanha desenvolvida pelo MDH – “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças” – retrocedeu em termos de pluralidade enunciativa e discursiva. Esse argumento pode ser sustentado em primeiro lugar pela forte ênfase na questão do trabalho e da responsabilização individual. De certo, a empregabilidade é um ponto crucial para a população trans, mas a campanha produzida no âmbito dos direitos humanos não iluminou os obstáculos que dificultam e até mesmo impedem em muitos casos o acesso das pessoas trans ao mercado formal de trabalho. Ao contrário, adotando um enquadramento neoliberalista, incensou o mérito individual para essa entrada. Como procuramos apontar, coube à delegada adotar uma postura discreta para não causar qualquer tipo de melindre à instituição a que pertence. Foram esses cuidado e esforço pessoais que garantiram o apoio por parte da direção do órgão. No caso dos cartazes, a boa performance profissional (uma bela foto, um delicioso prato) é acompanhada de uma atuação discreta.

O documentário realizado enfocou a história de vida da delegada Laura Teixeira. Em que pese a relevância de se apresentar uma pessoa trans como autoridade do Estado brasileiro,

as imagens da delegacia e da arma contrastam, por exemplo, com as imagens do documentário do ano anterior no qual Bruna Benevides, militar da Marinha, fala à paisana numa praia de Niterói. Há uma significativa diferença de como o Estado viu e mostrou suas agentes públicas de um ano para o outro. Além disso, houve uma aposta no processo de transição, no caso de Laura realizado de forma particular fora do país, como uma espécie de solução para os problemas. “Aprendam a se aceitar”, ela diz, após anos de uma demanda coletiva por respeito e equidade no acesso aos marcos de cidadania; não por autoaceitação. Não estamos defendendo aqui que o problema esteja em Laura, mas na construção discursiva da qual ela, até em função de um peculiar contexto das forças de segurança pública, é porta-voz no vídeo. Por outro lado, é interessante perceber que, num governo mais conservador como o de Michel Temer (MDB), um perfil como o de Laura, que estava preocupada em preservar a instituição Polícia Civil, como ela própria afirmou no vídeo, talvez reúna mais condições políticas e de comunicabilidade. O que nos faz pensar que ela possa construir uma outra forma de visibilidade com estratos conservadores, como “cidadã de bem” que se deu a ver de maneira discreta e colaborativa. Como ouvimos durante as entrevistas, são controversos os efeitos desse tipo de visibilidade construída com bases em padrões cisnormativos.

As peças gráficas que integram essa campanha, por outro lado, são totalmente despersonalizadas. Não há um corpo integral ou um nome: o que há é a sugestão de um/a prestador/a de serviços. Fazemos uso desta categoria no lugar de trabalhador/a porque nos três cartazes as imagens retratam uma fotógrafa (encoberta pela câmera), um motorista (quase invisível), duas ocupações atualmente associadas ao mercado de trabalho autônomo ou informal no qual as garantias de seguridade foram extremamente precarizadas, e uma chef de cozinha, que remete a uma ideia de empreendedorismo. O endereçamento das peças, que coloca a pessoa que observa o cartaz num lugar de cliente, também caracteriza esse sentido de prestação de serviço. Como não foram essas as profissões que encontramos predominantemente durante as entrevistas, é possível questionar quais seriam os sentidos construídos se a campanha tivesse optado por trabalhadores/as da educação ou da saúde, por exemplo. Do modo como interpretamos a campanha, sua encampação pela pasta dos Direitos Humanos nos sugere que os direitos humanos reservados para a população trans se restringem à prerrogativa de ser força de trabalho.

Ainda que mereça ser problematizada, essa campanha tem um mérito – junto com *Poptrans 2*, também de 2018: ambas existiram, foram postas em circulação e representaram visões do Estado brasileiro sobre o dia 29 de janeiro num momento político que se encaminhava para a exacerbação de uma retórica de intolerância. Como veremos no tópico a seguir, essas

últimas campanhas produzidas pelo Estado podem ter sido cruciais para sustentar a transição da construção de visibilidade por outras instâncias desvinculadas do Governo Federal.

4.3. AS NOTÍCIAS: OS MODOS DE O JORNALISMO VER

Uma outra dimensão do processo de constituição da visibilidade das identidades trans se materializa nas páginas de jornal. Para entendê-la, a partir deste ponto, tomaremos como fio condutor as notícias publicadas sobre as campanhas e os desdobramentos do Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Desde o século XX, uma compreensão mais acurada dos regimes de visibilidade de um dado grupo social passa pela investigação da produção jornalística sobre ele. A relevância do jornalismo como instância refratora dos debates públicos aponta para a pertinência de levá-lo em conta quando se pretende entender o cenário discursivo que constitui determinadas experiências sociais e subjetivas. Para Pierre Bourdieu, tal qual ocorre na política e nas ciências sociais, o jornalismo é um “local de lutas internas para a aplicação do princípio dominante de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2005, p. 36), isto é, de produção discursiva.

A relevância do jornalismo na sociedade midiaticizada como construtor – mais até do que refrator – da realidade também é sublinhada por Patrick Champagne. Dedicando-se ao estudo do trabalho de jornalistas, ele observou que, para esses profissionais, lançar luz sobre um fato significa lhe conferir o status de real. Segundo o autor, “os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos pelos tais jornalistas” (CHAMPAGNE, 2012, p. 63)⁹⁰. As questões de gênero de forma ampliada e a transgeneridade especificamente se conformam como “mal-estares” da atualidade, não porque sejam indesejáveis, mas por serem capazes de causar tensões ao se entrelaçar com as disputas políticas em vários países, incluindo o Brasil (CARRARA, 2019).

Como o pesquisador português Adriano Duarte Rodrigues (2012) observa, o jornalismo busca uma suposta transparência discursiva ao adotar como valores objetividade, neutralidade e fidedignidade e reivindica para si essa capacidade de reproduzir a realidade tal como seria. Recentes estratégias de veículos de comunicação de mostrar “os bastidores da produção das notícias” seriam tentativas de atestar a nitidez com a qual procuram reproduzir os fatos e as

⁹⁰ Certamente, os fenômenos sociais têm uma existência independente da mídia, mas interessa aqui discutir eventos compartilhados de forma ampliada na esfera pública. Cabe sublinhar ainda que naquele momento as redes sociais ainda não tinham a relevância que têm na atualidade.

declarações. No entanto, como Rodrigues enfatiza, o discurso, com todas as relações de evidência e apagamento que estão envolvidas, é o produto principal de sua operação.

No caso do jornalismo, essa prática discursiva constrói o real ao dar (ou não), conforme a gramática social vigente, visibilidade a certas pautas e fontes. Escrevendo no século XX, Bakhtin (2011) definia o jornalismo como gênero retórico contemporâneo. Para o autor, a força de quem produz as notícias consistia na sua vinculação com seu tempo.

O jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É realmente obrigado a sê-lo. Vive na esfera das questões que podem ser resolvidas na atualidade (ou ao menos num tempo próximo). Participa de um diálogo que pode ser terminado e até concluído, que pode passar à ação, pode tornar-se força empírica (BAKHTIN, 2011, p. 388).

Esse diálogo é construído a partir das relações estabelecidas entre jornalistas e demais atores (fontes, donos de jornal, anunciantes), que operam ao modo de um mercado simbólico, conforme a proposta de Araújo (2004). Para a autora, essa capacidade de asserção sobre a realidade confere a determinados atores capital simbólico capaz de compensar a escassez de outras formas de capital, como econômico e cultural, por exemplo. A questão é como se dá a ocupação desses espaços. Em trabalho anterior, percebeu-se que são múltiplos os elementos simbólicos envolvidos na produção noticiosa (CLÉBICAR; LERNER, 2018). Fatores contextuais, institucionais e mesmo pessoais estão envolvidos naquilo que faz um/a/e jornalista olhar – e dar à luz – uma pauta.

Nos últimos anos, a esses fatores se somou o desenvolvimento de novas formas de tecnologia de comunicação, que tensionam o lugar e as práticas discursivas do jornalismo. Apesar disso, as notícias produzidas por profissionais ainda conservam relevância devido ao peso do dispositivo jornal (MOUILLAUD, 2012). Os impressos constroem uma linha do tempo que atravessa um longo período histórico. As novas mídias, contudo, não podem ser deixadas totalmente à margem. Como observado por Luiz Martins da Silva (2012), elas reconfiguraram o modo pelo qual os jornais se relacionam com seu público que passa a ser, ao mesmo tempo, leitor e fonte à medida que as redes sociais se tornam um espaço privilegiado para a coleta de relatos e testemunhos. Embora as redes sociais não componham o corpus documental prioritário, foi necessário não perdê-las de vista para fins de compreensão do processo de construção de sentidos na última década, quando entraram em cena, via rede, outras pessoas com seus corpos e suas vozes.

Assim, neste subcapítulo, tratamos das notícias que integram o corpus a partir dos modos de o jornalismo refratar a visibilidade trans na materialidade das páginas publicadas

sobre o Dia Nacional da Visibilidade Trans; da visão das pessoas trans sobre os processos produtivos dessas notícias e seus efeitos; e, finalmente, dos deslocamentos e permanências que fomos capazes de observar.

A partir do interesse na construção da visibilidade trans, pauta gestada no campo da saúde e transcendente a ele, investigamos a produção jornalística sobre o tema, tomando como objeto empírico as notícias publicadas sobre o dia 29 de janeiro em *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, os dois jornais de circulação nacional que se revezam na liderança de audiência nos últimos anos (PODER 360, 2020). Neste tópico, descrevemos e analisamos como os sujeitos e seus corpos foram mostrados a fim de compreender os sentidos e afetos associados, sempre que possível trazendo as perspectivas das pessoas trans que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração das notícias. O levantamento dos textos foi feito nos acervos digitais das duas publicações a partir do descritor “visibilidade trans” e levou em conta os dias antecedentes e subsequentes à efeméride. A análise textual e imagética das páginas foi feita com base nas proposições teóricas de Foucault (2014, 1999), Bakhtin (2011) e Barthes (1990), como explicitado anteriormente. Esses autores angularam o olhar para que pudéssemos identificar os sentidos predominantes relativos a formas de nomeação, modos de mostrar corpos, demandas e afetos. Dessa maneira, foi possível comparar os dispositivos discursivos mais frequentes em cada jornal e perceber certas nuances nas coberturas.

Observamos, então, quatro momentos principais no noticiário sobre o tema. O primeiro demarca sua inauguração, quando a campanha nacional foi lançada, em 2004. O segundo, após um hiato de quatro anos, ressalta a visibilidade estigmatizada. Mais tarde, em 2011, há um deslocamento com ênfase na glamourização das experiências trans. Por fim, notamos a consolidação da efeméride, que passa a independe das campanhas promovidas pelo Governo Federal e torna-se um gancho⁹¹ por si só a partir de 2018.

4.3.1. O primeiro olhar sobre a campanha (2004)

As edições de 30 de janeiro de 2004 da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* (Figuras 23 e 24) registraram o lançamento da campanha que viria a estabelecer o Dia Nacional da Visibilidade Trans, naquele momento ainda relacionada apenas à identidade travesti. A *Folha* deu destaque para o tema, noticiado num box no alto de página, a partir do então deputado Fernando Gabeira.

⁹¹ Termo do jargão jornalístico que define “fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial” (LAGE, 2006).

Afirmam o título e o subtítulo: “Gabeira defende eleição de travesti para o Congresso” e “Durante ato na Câmara, deputado fala das dificuldades de representar minoria”. A foto de Bruno Stuckert, da Folha Imagem, é a principal da página e retrata Gabeira diante de um banner que mostra uma das travestis fotografadas para a campanha (GABEIRA..., 2021).

Figura 23 – Página da *Folha de S.Paulo* de 30.01.2004



Fonte: *Folha de S.Paulo*

Durante a etapa das entrevistas, Tathiane Araújo informou que se tratava de Saara, que faleceu entre a produção e a divulgação do material por complicações em decorrência da aplicação de silicone: “Foi uma coisa até muito chocante na época porque o que a gente estava pretendendo com a cartilha e com o material era fazer orientação por essas questões. Porque eram muito poucas na época”. O banner era uma forma de prestar uma homenagem. Em tamanho ampliado, é possível ver com mais nitidez que seu braço musculoso está enfeitado com pulseira e bracelete. Ela usa um top tomara-que-caia com brilho e saia vermelha, projetando o corpo para frente. No lead, o jornal cita uma frase do deputado que compara as dificuldades na defesa de travestis àquelas enfrentadas por ele próprio “como representante dos usuários de maconha”, buscando aproximar sujeitos políticos por meio de uma identificação dissidente. A seguir, reproduz uma sugestão do parlamentar, classificada no texto como “inusitada”, para financiar cirurgias relativas ao processo transexualizador: “**Os travestis brasileiros** que batalham lá fora [no exterior] poderiam doar US\$ 1 para ajudar **um travesti brasileiro a virar mulher**” (grifos nossos). Após essas declarações, o texto, sem assinatura, menciona a “primeira campanha de prevenção a Aids e doenças sexualmente transmissíveis voltada para travestis”, realizada pelo MS, ao qual é atribuída uma declaração que contextualiza a iniciativa: “a campanha é centrada no reforço a atitudes de respeito e inclusão social desse

segmento da população, que se torna muito vulnerável ao vírus da Aids pelo preconceito e violência”. Parte da então vice-presidente da Articulação Nacional de Transgêneros (Antra), Marcela Prado, uma fala que explicita a demanda coletiva: “O mercado de trabalho é escasso, e não temos espaço. Eu queria trabalhar numa multinacional, mas a única opção de 90% dos transgêneros é o mercado sexual, a prostituição.” A matéria é concluída com uma informação que relembra a criação da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, que pretendia aprovar “15 projetos sobre direitos homossexuais” e retoma outra declaração de impacto de Gabeira, expressando a fusão dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, característica daquele momento: “Que as pessoas façam sexo como quiserem. Se surgir o movimento pelo papai-e-mamãe, vamos apoiar também”.

Apesar do considerável destaque dado à ação, as opções editoriais da *Folha* sinalizam para uma exotização da pauta e do próprio corpo travesti, compreendidos mais pela sua relação com a orientação sexual homossexual e menos por uma ideia de identidade de gênero feminina. Além da flexão de gênero da palavra travesti no masculino, questão já problematizada pelo grupo, mas considerada secundária naquele momento em que se reivindicava inserção no espaço público, a matéria foi publicada na mesma página em que foi veiculado um anúncio protagonizado pela modelo e atriz Ana Paula Arósio, considerada ícone de beleza feminina no país, o que acabava por acentuar o contraste entre as imagens das duas figuras presentes na página – um ideal de mulher bela, branca, “princesa” e uma “versão inautêntica”, negra, cuja sexualidade é exacerbada e apresentada de forma ambígua.

Diferentemente da *Folha*, *O Globo* publicou a notícia num breve texto-legenda abaixo da linha de dobra, localização menos nobre da página de jornal. Sob o título “Campanha: Travestis na Câmara”, o texto publicado na editoria O País menciona que cerca de 20 travestis estiveram no Congresso para o lançamento de uma ação nacional de prevenção – sem precisar a quê – e reproduz parte do slogan apresentado pelo grupo: “Travesti e respeito, já é hora dos dois serem vistos juntos” (CAMPANHA..., 2004). A foto, em preto e branco, é creditada a Gustavo Miranda, da equipe do jornal, e mostra uma travesti numa das salas das comissões internas da Câmara, com parte da faixa gráfica criada para a data visível ao fundo. Ela veste uma blusa franjada de mangas longas e se abana com um leque. O enquadramento de perfil não mostra seu rosto, tampouco seu nome é mencionado na legenda. A única pessoa citada no curto texto é Gabeira, que, de acordo com o jornal, reivindicava a eleição de um parlamentar homossexual ou travesti a fim de garantir a defesa dos interesses “da minoria”.

Figura 24 – Página de *O Globo* de 30.01.2004

5 de 10 PÁGS

Moderados escolhem Chinaglia líder do PT
Deputado substituiu Nelson Pellegrino, ligado à esquerda do partido e criticado pela falta de pulso na defesa do governo

Quero a bancada dos 31!
"Quero a bancada dos 31" é o lema que o deputado Fernando Gabeira, do PT, usou para defender a permanência dos parlamentares homossexuais e travestis na Câmara. O slogan foi usado durante uma reunião em um restaurante de São Paulo, onde Gabeira reuniu cerca de 20 pessoas, incluindo outros deputados e membros do Ministério da Saúde. O objetivo era discutir uma campanha nacional de prevenção voltada para o grupo.

Sarney retira urgência do projeto da Zona Franca
Estensão de incentivos ao Amapá e à Amazônia Ocidental fica fora da convocação extraordinária

CCJ da Câmara vota na semana que vem a emenda paralela da tributária
O Conselho Consultivo da Câmara vai votar na próxima semana uma emenda que altera o prazo de validade da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conhecida como lei da tributária.

Debates sobre temas polêmicos
A Câmara vai discutir na próxima semana temas polêmicos, como a reforma da previdência e a criação de um novo partido político.

CAMPANHA: Travestis na Câmara
Cerca de 20 travestis participaram do lançamento da primeira campanha nacional de prevenção voltada para o grupo. O deputado Fernando Gabeira (sem partido-RJ) defendeu a eleição de um deputado homossexual ou travesti para a defesa da minoria. Reunidos na Câmara, travestis, parlamentares e representantes do Ministério da Saúde explicaram a campanha que tem como slogan: "Travesti e respeito, já é hora dos dois serem vistos juntos".

VESTIBULAR 2004 | INSCRIÇÕES ABERTAS
UVA
CURSOS DE GRADUAÇÃO

Fonte: *O Globo*

O acanhado espaço dedicado pelo Globo indica um valor comparativamente menor dado naquela edição ao tema. Contudo, a reprodução do slogan no domingo seguinte na seção “Frases da semana” sugere que o tópico mobilizou a atenção de outros estratos do veículo (Figura 25). Nos anos seguintes, o jornal carioca se mostrou mais atento ao tema do que o paulista.

Figura 25 – Reprodução da coluna Frases da Semana de 01.02.2004

FRASES DA SEMANA

“A dificuldade de Lula é que está tentando consertar o capitalismo”
OSCAR NIEMEYER • CIDADÃO POR ZILDIR VENTURA

“Conte comigo na retaguarda serena e segura”
JOSÉ BARCELO • NA IMPRESSÃO O NOVO MINISTRO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, ALDO REBOLO

“Essa falta de sensibilidade (com os excluídos) é característica dos políticos de São Paulo”
CRISTOVAM BUARQUE • SENADOR, EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“Desejo dá e passa”
BENEDETA DA SILVA • SOBRE O SEU SOMRIO DE DEPUTADA A PREFEIRA DO PÁR, PRIMEIRO-VICE DO PT A JUDEZ BETTAR

“Amo o Lulinha. (Agora) quero tirar férias com meu Pitangão”
BENEDETA DA SILVA

“A gente não escolhe aliado, adversário ou suplente”
AMR LAYDO • TENTANDO DIFICILITAR POR QUE SEUS PRIMEIRO E SEGUNDO SUPLENTE TÊM PROBLEMAS COM A JUSTIÇA

“Sou uma pessoa de bem, vocês sabem que estão falando com uma pessoa de bem”
JOSÉ ALENCAR • VICE-PRESIDENTE, HABILITADO À INDICAÇÃO DE QUE TENTOU ALINHAR O PLANO DE UM ANJO A FORÇA A FEAR DA LEGISLAÇÃO MÉDICA NO INTERIOR DE TORAJATO-CENTRO DO RJ

“Travesti e respeito. Já é hora de os dois serem vistos juntos”
SLOGAN • DOS 20 TRAVESTIS QUE SE CANDIDATAM NA CÂMARA, EM BRASÍLIA, EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS

“É ensino que não ensina, que corrói, que engana. Isso é estelionato”
RUBENS APARECIDO MACHADO • PRESIDENTE DA OREL, SOBRE A APROVAÇÃO DE 155 DOS 215 CURSOS ABANDONADOS PELA ENTIDADE NO RJ

“Essa lei não vigora aqui”
RESPOSTA • QUE FAZEMBENHO TERIA DADO A UM DOS PESQUISAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO ASSASSANADOS DA M&S, CONTINUA E RELATÓRIO ENCONTRADO PELA POLÍCIA

“Zebrais acontecem”
FERNANDO MEIRELLES • DIRETOR DE “DINHEIRO DE DEUS”, AO SABER QUE O PLANO FOI INDICADO A QUATRO CATEGORIAS DO OSCAR

“Pensamos que seria fácil. Só nome não ganha jogo”
GOMES • BELLA DO CHATEAU, MÉS A GUANÇHÃO NO PNE-DUMPEIRO

“Vocês já viram alguma coisa mais maravilhosa através de sua lente? Não é o palácio, sou eu”
LULA • BEM-VINDO COM OS FOTÓGRAFOS DIANTE DO TAU MARVAL

“Ainda não usamos 30% do que podemos”
LULA • NA ÍTALA, EXPLICANDO QUE O BRASIL TEM TER LUGAR DE DESTAQUE NO MUNDO TAMBÉM PELA FORÇA DE SUA ECONOMIA

“Autonomia do BC é uma inquietação de teses acadêmicas de alguém no Brasil”
LULA • NA SÍDELA, APÓS ENCONTRO COM INVESTIDORES

“Vou fazer um desafio para que vocês aprendam a vender mais do que reclamar”
LULA • A EMPRESÁRIO BRASILEIRO, NA ÍTALA

“O presidente diz isso porque parece que está querendo ser vedete”
ROBERTO SEGATTO • PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉDIA EXTERIOR

Fonte: *O Globo*

Para as pessoas trans entrevistadas, o olhar do jornalismo sobre a questão trans é ambíguo. Provocadas por perguntas previstas no roteiro semiestruturado, elas compartilharam suas impressões sobre as matérias para as quais contribuíram ao longo dos últimos 18 anos, tanto aquelas diretamente relacionadas ao Dia Nacional da Visibilidade Trans quanto outras mais genéricas sobre o tema, lembradas por elas no contexto da entrevista.

Participante da campanha “Travesti e respeito” e da ação que instituiu a data no Congresso Nacional, Tathiane Araújo se recorda que diferentes veículos registraram o evento e que o material chegou a ser arquivado pelas ativistas, mas acabou se perdendo ao longo do tempo. Ao olhar para trás, a percepção que ela tem hoje da cobertura jornalística sobre as questões ligadas à pauta trans é de avanço, ainda que ele seja insuficiente. Para ela, a mudança começou com o lançamento da campanha.

Mudou e eu acredito que mudou em parte como a sociedade... Na verdade, a imprensa tem uma outra postura. A gente tem uma parcela da sociedade que já pode se reeducar para a compreensão da vivência de uma pessoa trans. É pequena? É pequena! Mas esse momento que eu mesma lhe falo começa dali (Tathiane Araújo).

Para ela, o pouco espaço concedido por *O Globo* e a maioria dos veículos, em comparação com a *Folha*, tem a ver com o foco da campanha na questão do HIV/Aids num momento em que o jornalismo estava interessado em discutir principalmente a pauta de GLS – gays, lésbicas e simpatizantes – embora desde o ano anterior a sigla GLBT, ainda nessa ordem, já estivesse batizando oficialmente a Parada do Orgulho no mês de junho, o que punha em evidência a participação das travestis na luta política. Segundo ela, as questões de identidade de gênero e orientação sexual ainda estavam, em 2004, muito amalgamadas e os espaços editoriais eram ocupados prioritariamente por questões relacionadas à homossexualidade.

O próprio movimento (se preparava) com muito cuidado para estar falando de nossas questões de travestilidade porque era uma compreensão... O povo só conhecia homofobia. Jornalisticamente, só se falava em homofobia (Tathiane Araújo).

Então, a matéria que mais marcou as participantes do evento, segundo ela, não foram as dos jornais impressos, e sim uma reportagem produzida pelo canal aberto SBT.

A moça faz entrevista com muita gente nossa da campanha. E no final a Kiki, uma que tá aí (no cartaz) e era de Brasília, ela diz uma frase: “ser como somos, ser quem sou”. Ela diz algo assim que fica muito bonitinho no final e a gente

se emociona. Todo mundo chora muito com esse finalzinho dela. E aí eles mostram. (...) Hoje eu tenho altas críticas ao jornalismo do SBT, tendencioso, mas eu acredito que antigamente que procuravam mais dar um protagonismo e voz (Tathiane Araújo).

Diferentemente do que fizeram veículos como *O Globo*, que registraram o evento por seu caráter peculiar, ou mesmo a *Folha*, que enfatizou o ponto de vista de um parlamentar “simpatizante”, pelo seu relato, aquele telejornal abriu espaço para que as travestis falassem por si próprias. Além de ter sido veiculada na TV, uma mídia de maior permeabilidade na comunidade T naquele momento, a matéria foi além da saúde e pela voz das entrevistadas tratou de outras reivindicações.

4.3.2. Visibilidade em prol da superação do estigma (2008)

Somente em 30 janeiro de 2008 o tema voltou a receber atenção de *O Globo* num texto-legenda. No intervalo de quatro anos, ações internas do movimento para fixação da data não foram destacadas. Podemos pensar que o apoio estatal foi o elemento a assegurar os critérios para noticiabilidade. Na ocasião, na coluna de Ancelmo Gois (Figura 26), um grupo de travestis posou com o então ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e a diretora do Programa de DST, Mariângela Simão, únicas pessoas identificadas na legenda. Apesar de localizada na editoria Rio, a seção aborda temas que extrapolam a localização geográfica e se pauta pela exclusividade das informações. O título – “Olha o passarinho” – usa de duplo sentido ao reproduzir uma frase comumente dita no momento de registros fotográficos e uma forma popular infantil de se referir a pênis. O texto diz que o ministro “deu exemplo e recebeu oito **deles** em seu gabinete” e “**até** posou para foto” (GOIS, 2021, grifos nossos). O jornal se refere à data como Dia da Visibilidade **dos** Travestis enquanto outros materiais da época, produzidos pelo movimento social, tratam como Dia da Visibilidade Travesti. Cabe sublinhar a flexão de gênero no masculino e o contraste com os corpos femininos ao redor do ministro. Os signos do feminino, presentes nos corpos (seios, rostos, cabelos), nas formas de vestir (vestidos, saias, colares) e posar (postura corporal) não foram suficientes para que o texto se furtasse a lembrar que, em alguma medida, seriam identidades masculinas, como se chamasse a atenção para um suposto efeito de ilusão ótica e afirmasse que apenas aparentemente são identidades femininas. Além disso, o uso da preposição “até” sugere condescendência por parte do anfitrião em relação ao grupo.

Por outro lado, cabe lembrar que o recurso ao duplo-sentido é uma estratégia discursiva do gênero coluna e, no caso específico de Ancelmo Gois, a coloquialidade e o humor sempre foram marcas do estilo de suas notas. Apesar do tom jocoso e do reiterado uso de desinência masculina para identificar o grupo⁹², a última frase faz menção ao contexto político da época e registra a visão do colunista e do jornal sobre a demanda, revelando a possibilidade de uma perspectiva mais positiva sobre o tema: “Como diria Lula, ‘nunca antes na história deste país’, um ministro da Saúde deu atenção às **justas reivindicações** dos travestis a ponto de recebê-los em seu gabinete. **Muito legal**” (GOIS, 2008, grifos nossos).

Figura 26 – Reprodução da coluna Ancelmo Gois de 30.01.2008



Fonte: *O Globo*

A partir do contato com os materiais desenvolvidos para as campanhas, foi possível reconhecer na foto Keila Simpson e Thatiane Araújo, atualmente presidentes das duas principais entidades representativas de pessoas trans: Antra e Rede Trans respectivamente. Ambas se posicionam bem próximas ao ministro. A foto permite, ainda, ver sobre a mesa um cartaz que não se pode identificar. Considerando o lugar de pouco destaque no enquadramento, talvez seja um material desenvolvido e levado pelas próprias visitantes para apreciação do ministro. É razoável imaginar que, se fosse uma produção própria, o ministério teria dado mais destaque à peça. Outro elemento que merece atenção é o fato de a foto estar creditada como “Foto do leitor”. Esse recurso nos autoriza supor que uma fonte do jornalista ou alguém do próprio grupo tenha feito o registro e enviado para a coluna. Significa que o registro não foi pautado pela assessoria de imprensa do ministério nem pelo próprio jornal.

Até este momento, a ideia de estigma (GOFFMAN, 1981), como uma identidade deteriorada a ser reconstruída, está presente e se traduz de forma direta na recorrência da palavra respeito, que só pode ser reivindicado pelo fato de o grupo das travestis não gozar dele naquele

⁹² O Dicionário Houaiss de 2007 registra que o substantivo é comum de dois gêneros.

contexto. Nesse sentido, as notícias refratam a imagem que vinha sendo adotada pela campanha de 2004, indicando uma marca de representação daquele momento. Ela também se expressa na ambiguidade com que esses corpos foram colocados à mostra. Como vimos, as imagens predominantes em 2004 aludiam a esses sujeitos por meio de corpos visibilizados por sua suposta inautenticidade em comparação com um ideal de feminino. Na nota de 2008, isso se reflete na construção textual que acompanha a imagem: corpos femininos são interpelados no masculino e a referência ao falo pela via do humor é acionada. A ambiguidade percebida no conteúdo e na forma nos leva a pensar nas condições de comunicabilidade dessa pauta e no recurso àquele tipo de humor como estratégia cabível naquele contexto.

Conforme a campanha se consolidava, os jornais impressos foram alterando os modos de falar sobre as travestis, como apontamos no tópico anterior. Presente na foto publicada na coluna de Ancelmo Gois, em 2008, Tathiane Araújo diz que, apesar de reconhecerem sentidos estigmatizantes na cobertura, àquela altura era importante estar presente do modo que fosse possível nos jornais. Em paralelo, os movimentos sociais desenvolviam estratégias “pedagógicas” para sensibilizar quem produzia as notícias.

A gente tinha consciência já de que tinha uma conotação... A gente já incidia nessa época, amiga, com os meios de comunicação a nível nacional. A forma com que os meios de comunicação tratavam a gente, tratavam nossa pauta. Aconteceu já nessa época situações absurdas em programas como Cidade Alerta, Brasil Urgente... Todos esses programas. E ainda hoje tem um cuidado muito por conta de como a imprensa foi se tocando e de como isso, em outros países, foi ficando feio e foi sendo consertado. Então, é evolução mesmo social, porque as pessoas não queriam nessa época corrigir o óbvio. Esse “olha o passarinho” é óbvio que tem um duplo sentido de perversidade, de sempre nos correlacionar ao órgão genital – um dos passos mais errados da sociedade. A gente não vive na sociedade com o órgão genital, mostrando. A gente não exerce a nossa cidadania pelo órgão genital. (...) Como é que eu a vida toda sou apontada como mulher, sou assediada como mulher, sou menosprezada como mulher, sou chamada no trânsito de loura burra porque mulher no trânsito e loura é burra, e aí na hora que eu vou pleitear qualquer coisa no espaço de mulher, eu não sou mulher por causa de um órgão genital que não seja readequado? Como é isso? Que coisa irracional e burra é essa? E não era falta de informação, não. Repito o início que eu comecei falando desse tema. A gente oficiava, pedia (correções), mandava para o ministério das comunicações, mandava para as redações das emissoras. E ninguém respondia. Não davam importância alguma (Tathiane Araújo).

Os efeitos de estar presente no jornal, de ser visível, portanto, compensava também para Marcelly Malta as remissões equivocadas à identidade de gênero. Ela se recorda que, em 2008, após obter na Justiça o direito de alterar seu registro civil, um jornalista da ONG Somos, através da qual obteve assessoria jurídica para seu processo, sugeriu divulgar sua conquista.

Segundo ela, a sugestão de pauta teve grande aceitação dos meios de comunicação locais e ela foi convidada a dar várias entrevistas: “Foi um rebuliço!”. Ela destaca uma matéria que a incomodou especialmente, veiculada no *Jornal do Almoço*, produzido pela afiliada da TV Globo. Segundo ela, ao chamar a notícia, o jornalista se referiu a um “homem que conseguiu trocar o sexo – ou gênero”, ela não soube precisar exatamente. A despeito do incômodo, entrou no ar e começou a conversar normalmente. Sua compensação veio mais tarde, quando a mesma equipe quis acompanhar o processo para alterar a carteira de identidade, mostrando para outras pessoas interessadas os trâmites necessários para a retificação: “Olha só! Passo a passo! A minha entrada, a minha saída. Eu digo: a gente faz. É pop mesmo”.

4.3.3. Visibilidade pelo glamour (2011-2013)

Quando a campanha do Dia Nacional da Visibilidade Trans foi lançada, não figurava como data especial do calendário do MS. Isso decorreu da proposta do movimento social de celebrar o aniversário da iniciativa como forma de atualizar a pauta e demarcar um dia para o tema no Brasil⁹³, como destacado no tópico anterior. A memória da visita ao Congresso era anualmente revisitada pelas ativistas até ser formalmente incorporada ao calendário da pasta com o lançamento da campanha de 2010. A partir de 2011, porém, há uma inflexão: o Dia Nacional da Visibilidade Trans⁹⁴ passa a ser noticiado como tal e se afasta de uma ideia de estranhamento pela dissidência e pelo humor, mantendo ainda uma aura de exotismo por outras razões. No *Globo*, a celebração do 29 de janeiro ocorreu em duas oportunidades. A primeira antecipou a data numa foto-legenda publicada no dia 25 na coluna *Negócios & Cia*, assinada por Flávia Oliveira (2011), na editoria de Economia (Figura 27). Com o título “Igualdade”, a coluna registrou a adesão do governo do Rio de Janeiro ao movimento, incluindo a data no calendário do estado. A nota informa que a iniciativa partiu do programa Rio Sem Homofobia e trataria das principais demandas de travestis e transexuais. O texto do cartaz da campanha estadual que ilustrava a nota propunha mudança de conceito e opinião sobre transexuais e travestis e a palavra respeito também estava presente. A menção à Target, agência publicitária responsável pelo desenvolvimento da ação, justificava sua publicação na coluna dedicada à cobertura do mundo empresarial.

⁹³ Internacionalmente, o Dia da Visibilidade Trans é celebrado em 31 de maio desde 2009.

⁹⁴ Essa forma de nomeação se antecipa ao MS, que só adotará esse registro na campanha de 2013.

Figura 27 – Reprodução da Coluna Negócios e Cia de 25.01.2011



Fonte: *O Globo*

No próprio dia 29, a capa do caderno *Ela*, suplemento semanal voltado ao público feminino de classe alta com pautas dedicadas a moda, beleza, comportamento, gastronomia e arquitetura, fez um editorial inspirado pela data (Figura 28). Com o título “2 em 1”, informava no subtítulo que o “universo da moda mira seus holofotes em transexuais e tipos andróginos”. O texto, assinado por Bety Orsini (2011), indagava as razões do interesse por “modelos que estão no limite entre o feminino e o masculino”. Ele fazia referência ao Dia da Visibilidade e informava que a modelo transexual Lea T. desfilaria naquele sábado para o estilista Alexandre Herchcovitch, mencionando ainda como outro “tipo andrógino” o sérvio-australiano Andrej Pejic, que atualmente se identifica como Andreja e se apresenta como atriz em seu perfil no Instagram (@andrejapejic). A jornalista recorreu à sexóloga Marta C. Freitas⁹⁵ para obter a resposta ao “modismo”, transcrevendo a fala da entrevistada: “O universo da moda é moda. E amanhã a moda muda”. Quem posou para o editorial, em looks feminino e masculino, foi a modelo Isabella Melo, à época com 17 anos, que não tem qualquer vinculação com as questões trans.

A matéria continuava na página 4, ocupada integralmente, com o título “Jogo de aparências” e o subtítulo “Transexuais são os novos ‘darlings’ da moda”. As fotos principais ilustravam outras produções feitas pela equipe do jornal com a mesma modelo, em cujas legendas as marcas e os preços das peças usadas estavam indicados. Outras imagens foram incluídas no alto da página: reprodução de uma capa de revista em que Lea T. beijava a modelo norte-americana Kate Moss na boca e fotos de Pejic em desfile francês de alta-costura. A sexóloga foi a única pessoa trans entrevistada, mas sua identidade de gênero não foi mencionada no trecho publicado na capa do suplemento. Ela só foi revelada na continuação da matéria em

⁹⁵ Este era o pseudônimo então utilizado por Wal Torres.

que recontou sucintamente seu processo de transição e sua experiência no atendimento de “pessoas com transtorno de identidade de gênero”, forma de nomeação vigente à época. Lea T. “fala” por meio de seu agente, Anderson Baumgartner, que informava a intenção da modelo de passar por uma “operação de mudança de sexo” ainda naquele ano. As outras fontes ouvidas foram a filósofa Viviane Mosé, que apontou de forma crítica a relação de consumo com os corpos trans semelhante ao que ocorreu anteriormente com mulheres, negros e homossexuais; o produtor Rogério S., que lembrou a apropriação da oposição masculino x feminino pela estilista francesa Coco Chanel; o pesquisador de moda Marco Sabino, que via uma pseudo-abertura na visibilização dos corpos trans já que apenas alguns, privilegiados como o de Lea T., se destacavam na cena fashion; e o psiquiatra e psicanalista Carlos Alberto Alves de Paiva, que fez uma análise de sua experiência com transexuais, para quem forneceu laudos pré-operatórios. O depoimento do médico não se construiu na noção de identidade como vimos, por exemplo, em outras matérias durante o levantamento exploratório, e sim na de erotismo, da qual segundo ele “o transexualismo” seria “mais uma opção simbólica esculpida radicalmente no corpo”.

Figura 28 – Páginas do caderno Ela de 29.01.2011



Fonte: *O Globo*

Em 2012, a data voltou a ser mencionada na coluna de Ancelmo Gois, que noticiou a campanha de carnaval do MS protagonizada pela travesti Adriana K, sem mencionar seu nome (Figura 29). Ele reproduziu parte do texto do cartaz no título: “Isso rola muito”. É possível afirmar que a informação foi considerada relevante por dois fatores. Primeiro, porque ela ocupa a segunda posição de maior destaque na seção e também porque se desdobra numa terceira nota, intitulada “Segue...”. Apesar de o texto ainda se referir a “um” travesti, ao mencionar o Dia da Visibilidade, a preposição não se soma a artigo algum (“de Travestis”). O jornal informa que a

cidade colonial vista no cartaz é Ouro Preto, em Minas Gerais. Na segunda nota, faz uma ponderação relevante. Diz que o MS optou por restringir a versão da campanha a materiais impressos e não a veicular na TV ou rádio, pois o público-alvo seria restrito, o que contraria a própria ideia de que **isso rola muito**. Se, de fato, a relação fosse normalizada não faria sentido deixar de fazer uma versão audiovisual. O colunista conclui: “É. Pode ser.” (GOIS, 2012). A veiculação das campanhas em mídias audiovisuais era uma demanda das entidades trans, segundo os relatos de Marcelly Malta e Tathiane Araújo nas entrevistas. Essa observação nos faz supor que o jornal tenha sido utilizado de forma estratégica para se explicar perante os movimentos sociais, uma vez que o próprio colunista, embora levante a desconfiança em relação à afirmação, considera a justificativa plausível.

Figura 29 – Reprodução da coluna Anselmo Gois de 18.01.2012



Fonte: O Globo

Quase uma década depois do lançamento da primeira campanha, o Dia da Visibilidade voltou a ser noticiado na *Folha* numa notinha da coluna Mônica Bergamo, em 2013 (Figura 30). O mote foi a inauguração da mostra “O T da questão” no Museu da Diversidade (BERGAMO, 2013). A seção Curto-circuito é um subespaço para registros pontuais e curtos, menos valorizado dentro da coluna, mas de grande visibilidade e importância em relação ao jornal como um todo. Quanto mais alta a posição na diagramação, maior a relevância. Considerada um espaço de prestígio nacional, a coluna de Mônica Bergamo passou a lembrar a data com regularidade, sem nomear, no entanto, qualquer pessoa.

Figura 30 – Reprodução da seção Curto-Circuito/Mônica Bergamo de 30.01.2013



Fonte: *Folha de S. Paulo*

4.3.4. A consolidação da data (2018-2022)

A partir de 2018, em “sincronia” com eventos que discutimos no capítulo 3 (decisões do STF, eleições legislativas de candidatos/as/es trans, novela etc.), o Dia da Visibilidade Trans se consolidou na cobertura e passou a ser noticiado anualmente, o que representa uma alteração importante no valor conferido pelo jornal à pauta, até então visibilizada predominantemente por notas curtas e eventuais. Do ponto de vista do enquadramento, sua incorporação à agenda noticiosa vai ser fortemente marcada pela questão da violência, entre outros motivos pela publicação do dossiê anual da Antra, que compila casos de assassinatos cometidos contra a população trans, sempre lançado em 29 de janeiro. Ao mesmo tempo, eventos culturais que tomam a data como gancho conseguem disputar o espaço.

Com o título “Direitos iguais”, a colunista Mônica Bergamo noticiou no dia 20 daquele ano que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo firmaria, no Dia da Visibilidade Trans, um convênio com a Ordem dos Advogados do estado para atender juridicamente a população LGBT (Figura 31). No dia propriamente, ela registrou debate a partir do espetáculo “L, o musical”, no Centro Cultural Banco do Brasil (Figura 32) (BERGAMO, 2018a, 2018b).

Figura 31 – Reprodução da coluna Mônica Bergamo de 20.01.2018



Fonte: *Folha de S.Paulo*

Figura 32 – Reprodução da seção Curto-Circuito/Mônica Bergamo de 29.01.2018

CURTO-CIRCUITO

A premiação dos Destques do Ano de 2017 da Livraria Saraiva ocorre hoje. Às 19h, na loja do shopping Higienópolis.

O espetáculo "L, O Musical" promove hoje a mesa de debate Dia da Visibilidade de Trans. Às 17h, no CCBB.

Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandez tomam posse hoje como reitor e vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP).

A Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) comemora 75 anos de história amanhã.

» com BRUNA NARCIZO, BRUNO B. SORAGGI e JOÃO CARNEIRO

Fonte: *Folha de S.Paulo*

No ano seguinte, a *Folha* publicou no suplemento cultural *Ilustrada* uma matéria de quase meia página sobre a banda *As Bahias* e a *Cozinha Mineira* (Figura 33). O texto de Rafael Gregório dimensionava a contratação do grupo musical no contexto político brasileiro:

É janeiro de 2019. Jair Bolsonaro, que preferia ter um filho morto a homossexual, assume a Presidência. Ao mesmo tempo, em suas primeiras prospecções no ano, a Universal, a maior gravadora do mundo e líder no mercado nacional, contrata uma banda brasileira liderada por duas cantoras transexuais (GREGÓRIO, 2019).

Figura 33 – Página da *Folha de S.Paulo* de 29.01.2019

Fonte: *Folha de S.Paulo*

A matéria discorre sobre a qualidade musical do grupo, incluindo premiações, e traz o depoimento da vocalista Raquel Virgínia, que reivindicava ocupar qualquer espaço na vida artística (“O que eu espero é cantar na abertura da novela e isso ser visto com naturalidade.”) e cotidiana (“Meu sonho é poder circular tranquilamente, porque muitas vezes é muito difícil ir e vir pelo simples fato de ser trans.”). O repórter acrescenta que uma das músicas, lançada com um videoclipe, denunciava a violência vivida pelas pessoas trans, incluída na matéria a partir de informações da organização internacional Transgender Europe. No clipe, quem interpreta a vítima é a atriz Renata Carvalho, lembrada no texto como alvo de censura por ter vivido Cristo na peça “O Evangelho segundo Jesus, rainha do céu” em anos anteriores. A matéria, que menciona ainda a cantora Liniker, cita a outra vocalista da banda, Assucena Assucena, e termina voltando ao ponto de partida:

Uma mulher trans ser protagonista nesse momento em que premissas LGBTs são retiradas das diretrizes sobre direitos humanos é uma denúncia de que nos assassinam quando nos matam, mas também quando nos tiram empregos (...) Só que a gente vai continuar gritando. E esse megafone foi a gente que construiu; portanto, é nosso (GREGÓRIO, 2019).

Em maio daquele ano, o jornal criou a editoria Diversidade. Não se trata de uma seção fixa, senão de uma equipe formada para produzir pautas e sugerir fontes para matérias de

distintas editorias que contemplem diferentes grupos, com ênfase em questões de raça/cor, etnia e gênero, em confluência com a emergência de políticas identitárias que vêm se afirmando em diferentes âmbitos da vida pública. Além da atuação transversal na redação, a iniciativa visava a promover processos internos mais inclusivos (FOLHA, 2019)⁹⁶.

No primeiro Dia da Visibilidade sob a vigência da editoria, em 2020, o Guia Folha – suplemento de programação cultural que circula localmente às sextas-feiras – antecipou a comemoração, publicando em 24 de janeiro um destaque na seção Shows e Concertos (Figura 34). A revista indicou uma apresentação das cantoras Raquel Virgínia, Assucena Assucena e Liniker juntamente com o lançamento do documentário *O fervero*. Além disso, sugeriu o show gratuito da “cantora e compositora trans” Rosa Luz. Nos dois casos, fotos das artistas foram incluídas (VISIBILIDADE..., 2020). Tais imagens, nas quais se privilegiam componentes étnicos e geracionais, afastam-se daquela de 2004 de conotação sexual acentuada e ambiguidade. As fotos mostram mulheres lidas socialmente como tal, sem qualquer índice imagético que as relacione com a questão trans, explicitada apenas no texto.

Figura 34 – Página do Guia Folha de 24.01.2020



Fonte: Folha de S.Paulo

Também no caderno cultural, Mônica Bergamo se referiu à data seguidamente. No próprio dia 29, ela anunciou a apresentação do espetáculo “Divinas divas” no Theatro Municipal (Figura 35), e no dia 30, registrou o encontro factual aleatório da ativista russa Masha Alyokhina, do coletivo Pussy Riot, com o vereador Eduardo Suplicy, que participava de eventos

⁹⁶ Apesar disso, um artigo considerado racista foi publicado um mês depois da mudança no conselho, motivando o pedido de desligamento por parte da filósofa e escritora Sueli Carneiro, que não concordou com a postura do jornal.

relacionados à data no Largo do Arouche (Figura 36). A coincidência, transformada em espetáculo pelo político paulista que se atrapalhou ao vestir a balaclava característica do grupo, divertiu “travestis, prostitutas, moradores em situação de rua e profissionais que organizam o evento” (BERGAMO, 2020a, 2020b).

Figura 35 – Reprodução da coluna Mônica Bergamo de 29.01.2020



Fonte: Folha de S.Paulo

Figura 36 – Reprodução da coluna Mônica Bergamo de 30.01.2020



Fonte: Folha de S.Paulo

Em 2021, a primeira matéria a lembrar o Dia Nacional da Visibilidade Trans foi marcada pela violência. O jornal noticiou o assassinato de Keron Ravach, de 13 anos, num texto assinado pelo repórter Ideídes Guedes (2021), de Fortaleza, Ceará, que ocupou pouco menos de dois terços de página na editoria Cotidiano, o que confere um sentido de recorrência a esse tipo de crime (Figura 37). Sem fotos, as palavras do lead construíram com excesso de detalhes as

violências sofridas pela menina e destacaram que ela “se tornou a mais jovem transexual assassinada no país”, com base nos dados produzidos pela Antra. A matéria abordou um pouco da trajetória biográfica de Keron: perdera a mãe em decorrência de um aneurisma cerebral um ano antes e passou a morar com a tia; estava em transição de gênero, era fã de Anitta e Pablio Vittar, adotando uma forma de construir a noção de vítima e de expor seu sofrimento – com forte ênfase nos marcos biográficos e nos efeitos suspensivos de um ideal de felicidade causados pelo evento noticiado – semelhante à de outras situações de óbitos precoces e preveníveis já observadas em outros estudos (CARDOSO, 2012). Sobre o agressor, a matéria registrou apenas que teria 17 anos e fora apreendido. Acrescentou ainda uma declaração da Secretaria de Segurança e Defesa Social do estado, reproduzida entre aspas, na qual a motivação para a violência era desvinculada das questões de gênero e sexualidade, a despeito dos tipos de violência descritas no trecho inicial da matéria. O texto também reproduziu uma informação da prefeitura de Camocim, onde aconteceu o crime, sobre a prestação de assistência funerária e psicológica à família da vítima, bem como uma postagem de redes sociais do coletivo Mães pela Diversidade sobre a existência de crianças trans e as violências a que são submetidas. O texto terminou lembrando alguns dos 19 assassinatos de pessoas trans no Ceará no ano anterior e que seriam divulgados 20 dias depois no dossiê da Antra. Oito vítimas foram nomeadas e as formas de execução dos crimes, informadas. Não houve qualquer referência ao andamento das investigações ou julgamento dos agressores. Cabe especular se isso foi objeto de apuração. Se tiver sido, parece desconexa das práticas jornalísticas a omissão dessa informação. No caso contrário, indica que a cobertura factual com forte carga dramática não é suficiente para sensibilizar o jornal a ponto de lançar seu olhar e investir seus recursos para acompanhar os desdobramentos penais do crime, tampouco de pautar as causas estruturais que fomentam esse tipo de violência. O caso não mereceu suíte (matéria sequencial). Como veremos adiante, o assassinato de Keron foi citado apenas como exemplo numa matéria no mesmo mês. Não houve uma preocupação em atualizar o andamento da investigação, que concluiu que o menor agressor cometeu ato infracional análogo a homicídio triplamente qualificado e foi sentenciado a internação por tempo indeterminado como medida socioeducativa. Essa informação foi noticiada por jornal local no dia 21 de janeiro (SOUSA, 2021).

Figura 37 – Página da *Folha de S.Paulo* de 09.01.2021

Fonte: *Folha de S.Paulo*

No dia 28, a coluna Painel S.A., de Joana Cunha (2021), antecipou que o deputado federal pelo PT de São Paulo Alexandre Padilha, ministro da saúde no governo de Dilma Rousseff, apresentaria no dia seguinte um projeto de lei que reservaria uma cota de 3% para transexuais e travestis em empresas com mais de cem funcionários e que recebessem incentivos fiscais ou fizessem negócios com o poder público. A informação foi dividida em duas notas contíguas com os títulos: Diversidade e Inclusão (Figura 38).

Figura 38 – Reprodução da coluna Painel S/A de 28.01.2021



Fonte: *Folha de S.Paulo*

No dia seguinte, data da comemoração da visibilidade trans, a *Folha de S.Paulo* publicou uma página inteira na editoria Cotidiano dedicada ao tema. A matéria principal, no

alto da página, tratou de vidas trans na periferia e teve chamada na capa do jornal: uma foto-legenda em que quatro mulheres trans posaram em primeiro plano, tendo ao fundo a paisagem noturna da favela de Paraisópolis. Para o interior do caderno, as quatro personagens foram fotografadas individualmente em pontos diferentes da comunidade durante o dia, o que sugere que a equipe de reportagem, formada por Dhiego Maia e Karime Xavier, passou algumas horas na localidade (Figura 39). Os corpos deixam de ser deslocados de seu território – é o jornal que vai ao seu encontro, o que implica em empenho logístico e valor simbólico de reportagem – e são mostrados num contexto sociourbano que explicita um recorte de classe que até então não era focalizado.

Os títulos dos dois textos expressam sentidos ligados a uma ideia de pertencimento e inclusão circunscritos a uma área específica da maior capital do país – “Pessoas transgênero encontram apoio na periferia paulistana” e “Na periferia de São Paulo, pessoas trans encontram apoio contra o preconceito” –, mas não se espelharam fielmente no texto, pelo qual ficou-se sabendo que o encontro entre as quatro foi uma proposta do jornal. A carioca Hannah Saraiva, de 29 anos, foi a personagem escolhida para abrir e ocupar quase metade do texto. É dela a percepção mais acolhedora da favela que faz fronteira com o bairro do Morumbi: foi ali que ela conseguiu dar início ao seu processo de transição. Nicolly Rodrigues, por outro lado, contou ter sido expulsa da casa onde foi criada aos 17 anos e, apesar de identificar benefícios na comunidade, reconhece que machismo e transfobia também ocorrem por lá. Larissa Santos, de 16, e Gabriela Lima, de 18, que “integram a geração selfie” completaram a pauta. O expressivo número de seguidores de Larissa no Instagram (5 mil) foi destacado e dá uma pista de como o jornal chegou a ela. O texto se encerrou apontando o desejo das entrevistadas de ampliar os espaços urbanos de acolhimento ao dizer que, em comemoração ao dia da visibilidade, Gabriela daria um passeio na Avenida Paulista “para mostrar ao mundo” quem é (MAIA; XAVIER, 2021).

Na parte inferior da página, sob o chapéu Ciência, uma outra pauta mostrou os percalços que pessoas trans encontram na vida acadêmica. Sob o título “De erro no nome social à falta de banheiros, vida acadêmica traz barreiras para cientistas trans”, a repórter Ana Bottallo (2021) listou uma série de situações em que direitos já assegurados são desrespeitados, entre eles a emissão de certificados de participação em eventos científicos com os nomes de registro e não com os nomes sociais. A paleontóloga Lucy Souza foi retratada no texto e na foto que compõe a matéria. Ela falou sobre inconvenientes relacionados à sua produção na Plataforma Lattes e sobre o uso do “nome morto” por integrantes de sua banca de doutorado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. A matéria abordou ainda a invisibilidade de pessoas trans na academia. A

repórter informou que não conseguiu obter junto ao CNPq, Capes e MEC o número de pesquisadores que utilizam nome social, o que entendemos como causa e consequência da invisibilidade trans. Sem fornecer a fonte, ela reportou que, em 2019, 19% das universidades federais reservavam cotas de ingresso para pessoas trans, mas apenas 0,1% do corpo discente dessas instituições declarava-se trans⁹⁷. O texto mostrou ainda que, dos 37 mil grupos de pesquisa registrados no diretório do CNPq, apenas sete se dedicavam a gênero e sexualidade, entre eles o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gêneros e Sexualidades da Universidade Federal da Bahia, à qual se vinculam outras duas fontes da matéria: dois mestrandos – o escritor Ian Habib e o biólogo Murilo Medeiros – que falaram sobre a importância de políticas de permanência para a população trans dentro dos espaços acadêmicos.

Figura 39 – Páginas da *Folha de S.Paulo* de 29.01.2021



Fonte: *Folha de S.Paulo*

No dia seguinte, o jornal voltou a publicar uma página inteira sobre o tema, dividida em três pautas relacionadas a violência (Figura 40). A principal, assinada por Arthur Rodrigues (2021), tem como título “Assassinatos de transexuais crescem 41%” e se baseia integralmente no dossiê anual da Antra. Os trechos reproduzidos entre aspas foram retirados do documento, cuja autoria – Bruna Benevides e Sayonara Nogueira – foi nomeada ao final do texto. Nenhuma representante da instituição, no entanto, “falou” na matéria. O texto se inicia fazendo referência ao assassinato da adolescente cearense ocorrido no início do mês e, novamente, ressaltou os detalhes violentos da morte de Keron Ravach, omitindo a sanção aplicada ao menor que a

⁹⁷ Levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas do Iesp/Uerj, a partir da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, realizada em 2018, estima em 0,3% o percentual de pessoas trans nas universidades brasileiras (PORTELA; FERES JÚNIOR, 2021).

matou. Não dar visibilidade às condenações aplicadas ao infrator contribui para a banalização desses atos violentos. Na mão oposta, expor as penas aplicadas significa demonstrar os limites socialmente construídos, como ocorreu em relação à cobertura sobre a Lei Maria da Penha (SARMENTO, 2013).

Uma coordenada, a cargo de Dhiego Maia, também citou como fonte exclusivamente um relatório. O título resumiu o principal achado do primeiro mapeamento da população trans da capital paulista: “43% dos trans de SP sofrem violências nas ruas e escolas”. O texto destacou que a “iniciativa inédita no Brasil – está sob o guarda-chuva da secretaria de Direitos Humanos da gestão Bruno Covas (PSDB)” com financiamento “a partir de emenda parlamentar do vereador Eduardo Suplicy (PT). Sob o título “Entenda o dia da visibilidade trans”, uma pequena coluna explicou as origens da data. Para ilustrar a página, foi usada uma foto de arquivo de Karime Xavier na qual estavam retratadas três pessoas em situação de rua sem, no entanto, informar suas identidades de gênero. A legenda identificou e situou duas delas: Ariadna Bruneli e Lucas Oliveira no Minhocão. Ambos são pessoas trans? Ela é trans e ele, cis? Ele é trans e ela, cis? Não podemos fazer essa afirmação. E qual seria a identidade de gênero da pessoa que aparece ao fundo? Apesar de “visualmente visíveis”, essas pessoas permanecem invisíveis para o jornal na medida em que suas histórias pessoais, nem sequer seus nomes, aparecem no corpo da matéria.

No terço final da página, a matéria “Governo Doria terá que incluir identidade de gênero e orientação sexual em BO, diz Justiça” tratou da liminar conquistada pela Defensoria Pública para que os crimes relacionados a gênero e sexualidade obtivessem visibilidade por meio de registro nos sistemas de segurança pública. Apesar de a decisão ter sido proferida quase dez dias antes, ela não perdeu valor para o jornal, indicando que o Dia da Visibilidade Trans se tornou gancho com força suficiente para “esquentar” a cobertura factual. Nesse texto, assinado no pé com as iniciais do mesmo repórter da matéria principal, além da decisão judicial e de comunicados emitidos por autoridades estaduais, havia falas da defensora pública Yasmin Pestana, inclusive destacadas em olho⁹⁸. Como exemplos recentes, a matéria citou as ameaças feitas à vereadora Erika Hilton (PSOL) e os disparos em direção à casa da cientista social Carolina Iara, integrante do mandato coletivo Bancada Feminista do mesmo partido.

⁹⁸ Estratégia gráfica para abrir espaço em um texto e destacar uma informação importante a partir da reprodução de um trecho.

Figura 40 – Página da *Folha de S.Paulo* de 30.01.2021

Fonte: *Folha de S.Paulo*

A cobertura do Dia da Visibilidade Trans se estendeu além de janeiro. Devido a uma postagem em redes sociais nessa data, a *Folha* publicou uma matéria sobre um atrito na chamada Bancada Ativista na Assembleia Legislativa de São Paulo. Representado pela deputada estadual Mônica Seixas (PSOL-SP), o coletivo optou por desligar a codeputada Raquel Marques (Rede-SP), que postara um comentário considerado transfóbico exatamente no dia 29. No título, a matéria passou ao largo da questão de gênero: “Codeputada é destituída após post sobre retorno às aulas” (PINHO, 2021). No texto, porém, compreende-se que o que suscitou a ruptura foi um post no Facebook que pedia que “o desrespeito ao direito da infância e da adolescência ganhasse na mente da esquerda a mesma indignação que a transfobia causa”. Embora a matéria afirmasse que os conflitos vinham ocorrendo desde o ano anterior, ela estabeleceu um nexos entre a frase de Raquel e a questão trans, ao lembrar que Erika Hilton também integrava o coletivo antes de se eleger vereadora, “a primeira mulher transgênero a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo”. A foto que acompanhou o texto era de 2019 e mostrava a Bancada Ativista tal como foi eleita (Figura 41).

Figura 41 – Página da *Folha de S.Paulo* de 05.02.2021

Fonte: *Folha de S.Paulo*

Em 2022, a *Folha* inaugurou a cobertura sobre o Dia da Visibilidade Trans com um artigo de opinião publicado na seção Tendências/Debates (Figura 42). No texto, Clara Serva e Maria Paula Bonifácio (2022), do escritório Tozzini Freire Advogados, discorreram sobre a publicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero publicado em outubro de 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁹⁹. A iniciativa do CNJ atendeu a uma determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos – informação destacada no olho do artigo – com base na Agenda 2030 da ONU (BRASIL, 2021). Em pouco mais de um quarto de página, as autoras consideravam que, até aquele momento, a publicação do documento contribuía de forma importante para iluminar as questões relacionadas a feminicídios e violências domésticas sofridas por mulheres – cis, cabe aqui acrescentar, já que essa demarcação não foi feita no artigo. Suas contribuições para a análise de casos relativos às violências sofridas por “pessoas transgênero”, consideradas aquelas sujeitas à “mais grave vulnerabilidade”, permaneciam na sombra. Assim, as advogadas aproveitaram a proximidade do dia 29 de janeiro para chamar a atenção de agentes do Judiciário para o tema. Elas mencionaram as decisões do STF sobre autodeterminação de gênero e possibilidade de alteração de registro sem necessidade de laudo médico ou intervenções e citaram a condenação de uma empresa por discriminação a uma trabalhadora trans como exemplos de decisões que levaram em conta a perspectiva de gênero.

⁹⁹ O documento brasileiro seguiu o documento desenvolvido pelo México, tendo como premissa a ideia de que certos estereótipos e preconceitos de gênero podem influenciar as avaliações do juízo e, portanto, precisam ser identificados, desconstruídos e superados.

Figura 42 – Página da *Folha de S.Paulo* de 20.01.2022

Fonte: *Folha de S.Paulo*

Na véspera da comemoração, a *Folha* publicou uma matéria de quase meia página no alto da editoria Cotidiano, retomando a sobreposição de sentidos relativos à exclusão social (periferia + transgeneridade) (Figura 43), mas neste momento trata-se menos de uma periferia existencial/moral, como acionado anteriormente, e mais de uma periferia econômica, marcada pela pobreza e pela violência urbana. Com o título “Moradores da periferia de SP falam sobre visibilidade trans”, o texto trouxe considerações de quatro pessoas trans – dois homens, uma mulher e uma pessoa não-binária – sobre a visibilidade trans em seus cotidianos. É preciso chamar a atenção para um aspecto que não parece ser coincidência. Essa foi a primeira matéria em que as transmasculinidades se destacaram na *Folha* no contexto do Dia Nacional da Visibilidade Trans, tanto na proporção de fontes ouvidas quanto na foto que ilustra o texto. O autor é Caê Vasconcelos (2022), um homem trans¹⁰⁰, que entrevistou o ator e roteirista Leo Sá, o poeta Kairós de Castro, a performer Pedro Galliza (o nome masculino é precedido de artigo feminino mesmo e sinaliza para a identidade não-binária) e a professora Anally Loureiro. Os relatos todos incluem lembranças relacionadas às suas infâncias e a maior parte deles continha passagens de sofrimento ou rejeição que deixaram marcas, inclusive com remissão à dependência química. O texto foi concluído com uma observação atribuída à professora de que “a transformação do mundo está nas crianças” e, portanto, o tema precisaria ser abordado com essa faixa etária. Aqui, a voz da fonte parece ecoar a voz do próprio repórter e do próprio movimento trans na medida em que pôs em evidência o tema das infâncias trans, em debate naquele momento. A esse respeito, cabe mencionar que levantamento sobre raça e gênero do

¹⁰⁰ Essa informação não está mencionada na matéria, mas está disponível nas redes sociais do jornalista nas quais compartilha publicamente algumas experiências relativas ao processo de transição.

Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Geema/Iesp/Uerj) identificou apenas uma mulher trans atuando como autora de um artigo de opinião isolado num universo de 1.193 profissionais que assinaram textos em *O Globo*, *Folha* e *O Estado de S. Paulo* no primeiro semestre de 2021 (PORTELA; FERES JÚNIOR, 2021).

Outro ponto que não passa despercebido ao se analisar a matéria inserida no contexto editorial é a semelhança entre a foto de Leo Moreira Sá com a imagem que compõe o anúncio publicitário do aplicativo Match da Saúde, da própria *Folha* com patrocínio do plano de saúde Amil, na metade inferior da página. A ferramenta de automonitoramento de saúde promete que “não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você”. A ilustração é de uma figura feminina, negra, sentada com as pernas cruzadas, mãos repousadas sobre os joelhos e olhos fechados, acompanhada de um gato e cercada de plantas. A foto de Karime Xavier retratou Leo também sentado com as mãos nos joelhos, mas de perfil, olhando para o horizonte numa densa área verde. Um gato siamês está de costas para o entrevistado e encara as lentes da câmera. É inevitável não pensar numa apropriação utilitária da questão trans pela empresa jornalística – e não pelos jornalistas. Os depoimentos, recheados de situações que minam as condições de bem-estar físico, mental e social que supostamente definem saúde parecem encontrar uma “solução” digital e gratuita. Será que nos jornais a visibilidade trans, dissociada das formas de violência ou de manifestações artísticas, passa pela possibilidade de mercantilização do tema? Tornar a pauta trans corriqueira nos veículos de comunicação significa torná-la vendável? Veremos num futuro próximo cadernos especiais pensados pelos departamentos comerciais com esse gancho para atrair anunciantes?

Figura 43 – Página da *Folha de S.Paulo* de 28.01.2022



Fonte: *Folha de S.Paulo*

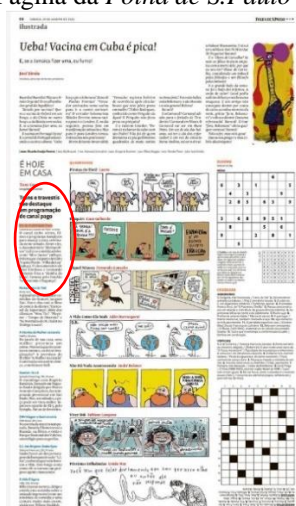
No dia seguinte, data da celebração propriamente, o jornal paulista denunciou que cadastros do SUS não estavam aptos a incluir o nome social de usuários/as/es (Figura 44), ainda apontando para formas de violência, mas de outro tipo. A matéria de Victoria Damasceno dividiu dois terços de página com uma coordenada, de William Cardoso e Alfredo Henrique, sobre o lançamento do dossiê anual da Antra sobre os assassinatos de pessoas trans, de onde foram extraídos os três gráficos que ilustram a página sob o título “Veja os números da violência contra trans”. Esse recurso visual “mostra” por meio das barras e números os corpos mortos. A matéria principal registra que a violação do direito ao nome social estava ocorrendo na plataforma CadWebSUS e no ConectSUS, usado para registro da vacina contra a Covid-19. Sistemas estaduais e municipais não estariam enfrentando o problema. Como fontes, a matéria citou Caia Maria Coelho, pesquisadora e vice-coordenadora da Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco, que recebera as primeiras queixas cerca de um mês antes; Bruna Benevides, da Antra, que, em citação indireta, ressalta que o problema se configura uma violação de direitos humanos; e o Ministério da Saúde, que “fala” por meio de nota e de “funcionários”. Enquanto os últimos apareceram de forma não nomeada e creditaram o problema ao ataque hacker de que a pasta foi alvo no fim de 2021, o comunicado oficial – diz o texto – atribuiu o problema à integração de sistemas de informação federais por determinação do decreto 10.046/2019. A reportagem, no entanto, ressaltou que não obteve resposta para dois questionamentos: os motivos para que apenas o campo destinado aos nomes sociais não estivesse disponível no CadWebSUS nem no ConectSUS.

No texto sobre o dossiê, os números compilados anualmente foram atualizados e comparados a anos anteriores. O elemento atípico nesta matéria foi a inclusão de uma personagem. No jargão jornalístico, personagens são as fontes que experenciam aquilo de que trata a matéria. Diferentemente de especialistas ou entidades públicas, que fornecem dados ou contextualizam os eventos narrados, personagens “humanizam” as pautas ao darem seu testemunho. Foi o que ocorreu com Sofia Nyx. Sua profissão (analista de desenvolvimento) e idade (42) foram informadas antes mesmo de sua identidade de gênero (“aceitou-se como mulher”). O texto narrou seu cotidiano de “violências implícitas”, que entendemos ser as violências simbólicas, e o medo de sofrer violências físicas como já ocorrido com amigas e amigos trans. O texto terminou fazendo uma ligação com a matéria principal da página, na qual a dimensão de violência simbólica ficou apagada e restrita à brevíssima menção ao enunciado de violação de direitos humanos: “Outro medo de Sofia é sofrer violência em algum eventual atendimento hospitalar, por algum profissional de saúde”.

Figura 44 – Página da *Folha de S.Paulo* de 29.01.2022

Fonte: *Folha de S.Paulo*

Também no dia 29, a principal nota da coluna de programação de TV *É Hoje em Casa*, de Tony Goes (2022), noticiou que o Canal Brasil¹⁰¹ programara séries, filmes e programas sobre o tema (Figura 45). Informando os respectivos horários de exibição, o jornalista destacou dois documentários – o então inédito *Luana Muniz: filha da lua* e o premiado *Divinas Divas* – e a comédia infantojuvenil *Alice Junior*. É interessante reparar que, ao apresentar o filme sobre a “rainha da Lapa”, ele inclui seu bordão – “Travesti não é bagunça!”. Além disso, podemos pensar que, tal qual as campanhas do Ministério da Saúde foram capazes de criar um fato jornalístico, o lançamento e a exibição de obras audiovisuais conseguem conferir valor-notícia às pautas trans.

Figura 45 – Página da *Folha de S.Paulo* de 29.01.2022

Fonte: *Folha de S.Paulo*

¹⁰¹ Canal por assinatura especializado em produções nacionais.

A cobertura do Dia da Visibilidade Trans se encerrou em 31 de janeiro com uma matéria com Ariadna Arantes, que participou do *BBB* em 2011, publicada na editoria de cultura, Ilustrada (Figura 46). O texto tratava das impressões da primeira trans a integrar o elenco do programa sobre a participação da segunda, a cantora Linn da Quebrada, na atração que estava no ar havia duas semanas e das mudanças relativas à presença de pessoas trans na sociedade nos onze anos que separam as duas edições (ALVES, 2022). Com 1 milhão de seguidores no Instagram, ela contou que passou a ser procurada por algumas empresas para fazer publicidade após sua participação em *No Limite*, outro *reality show* da mesma emissora, em 2021. Apesar disso, sublinhou que não havia sido contratada para qualquer trabalho durante aquela semana especial. Seu exemplo prático endossava a avaliação de que as mudanças para a comunidade T no geral foram insuficientes para inseri-la de fato em diferentes espaços sociais. A notícia trouxe um pouco de sua história, mencionando a expulsão de casa, aos 14 anos; a dificuldade de aceitação no mercado de trabalho formal; a prostituição no Brasil e na Itália; a cirurgia de redesignação realizada na Tailândia em 2009; e o retorno ao país no ano passado. A matéria abordou ainda uma postagem feita por ela em redes sociais logo após a estreia do *BBB 22* (Figura 47) em que lembrava a capa que o jornal *Meia Hora* publicou no dia de sua eliminação em 2011 (ARANTES, 2022). O texto informou que, após a repercussão da postagem, o tabloide popular pediu desculpas pela mesma rede. Para Ariadna, no entanto, o pedido foi insuficiente. Em sua avaliação, a mudança de mentalidade manifestada pelo jornal deveria se traduzir numa nova capa com ela.

Figura 46 – Página da *Folha de S.Paulo* de 31.01.2022



Fonte: *Folha de S.Paulo*

Figura 47 – Reprodução do Twitter de Ariadna Arantes de 21.01.2022



Fonte: Twitter

Como a postagem de Ariadna chamava a atenção para um deslocamento importante, consideramos relevante incluí-la aqui como uma informação acessória ao corpus. Seu tweet contempla camadas de sentidos: 1. trata da suposta estratégia por não revelar para integrantes do programa que era trans; 2. registra a humilhação que as condições de comunicabilidade vigentes permitiam contra uma mulher trans; 3. fala do sofrimento causado por esse tipo de abordagem. A capa do jornal *Meia Hora* propunha-se a fazer humor no dia do “paredão”, votação pública por meio da qual os/as participantes deixam o programa. Antetítulo: ““Aí, colega, apara a franjinha e pica atrás, por favor””. Título: “Aberto 24 horas”, “Corto cabelo e pinto”, “Entrada pela frente e pelos fundos”. Subtítulo: “Taí a sugestão do ‘Meia’ para a cabeleireira do ‘BBB 11’ abrir o próprio negócio se ela for eliminada no paredão de hoje, que tem ainda Lucival e Janaína”. Duas horas e meia após a postagem de Ariadna, o jornal publicou o pedido de “perdão”, reconhecendo que as “piadas infelizes” eram corriqueiras, a despeito de causarem sofrimento: “Além de nos envergonhar, não reflete a nossa atual linha editorial”, concluiu o post. De forma muito emblemática, as repostas a esse tweet cobravam do jornal a abertura de espaço a pessoas trans traduzida tanto na cobertura jornalística quanto em sua estrutura empresarial por meio de ações afirmativas que assegurem contratações. Esse tipo humor, antes admitido por supostamente aproximar e distensionar, já não é mais tolerado pelo sofrimento causado. Rir de alguém é diferente de rir com alguém.

Voltando a nosso corpus propriamente, a partir de 2020, *O Globo* também não deixou o Dia Nacional da Visibilidade Trans passar despercebido em suas páginas (Figura 48). O jornal se antecipou em dois dias, publicando em 27 de janeiro de 2020 uma capa sobre o tema no

Segundo Caderno, suplemento cultural diário. O título “Todos os gêneros” fez remissão tanto ao conceito político-identitário quanto às modalidades do campo da literatura, mencionada no antetítulo. O subtítulo descreveu a pauta: “Livros de autores trans ganham espaço no mercado editorial e ajudam a derrubar estereótipos e mostrar uma outra realidade para além da opressão e do preconceito”. Ilustrava a página uma arte sobre foto feita por Léo Martins. A legenda informava: “Novos espaços. A escritora Amara Moira na Bienal do Livro de 2019: a autora foi destaque da primeira mesa sobre literatura trans da história do evento”. A imagem sobrepôs a bandeira trans em transparência e a foto em P&B de Amara vestida e coroada como miss, numa imagem muito mais próxima daquela da “princesa”. Seu vestido era feito de saco de lixo, sua faixa trazia o código XXX, em alusão à codificação genética feminina exacerbada¹⁰², e a indicação 18+, símbolo de classificação etária em obras de arte. O lead da matéria demarcava o espaço decorrido entre a publicação de *Eu Ruddy*, creditado no texto como “o primeiro livro de autoria trans publicado no país”¹⁰³, de *Cartas para Pepita*, o então mais recente título, de autoria da cantora de funk Mulher Pepita. O texto se baseou na pesquisa feita por Amara Moira, “doutora em Letras pela Unicamp”, sobre as produções editoriais trans nesse intervalo de quatro décadas, e abordou o crescimento expressivo de publicações de autores trans, que haviam obtido pela primeira vez espaço específico na Bienal do Livro. Danieli Cristóvão Balbi, “pesquisadora”, e Kika Sena, “mestranda em artes cênicas na Universidade de Brasília”, foram outras autoras entrevistadas cujas credenciais acadêmicas foram tão destacadas quanto suas identidades de mulheres trans. Uma das falas desta última, poeta, foi destacada na página: “Não preciso falar sobre opressão. Nosso corpo também recebe afeto e amor” (O GLOBO, 2020), num nítido exemplo do deslocamento de sentido em comparação com a maior parte das matérias sobre o tema.

¹⁰² A trissomia X é uma condição genética designada popularmente como síndrome da superfêmea.

¹⁰³ A publicação da editora Avenir data de 1980, dois anos antes da coletânea de poesias de Anderson Herzer e quatro antes de sair “Erro de pessoa: João ou Joana?”, de João Nery.

Figura 48 – Página de *O Globo* de 27.01.2020

Fonte: *O Globo*

Além delas, outras pessoas foram apontadas no texto corrido e no box “Para ficar de olho”: Luisa Marilac, Tarso Brant e Tom Lê Grito. Em nosso recorte, Tom foi o primeiro homem trans a ter uma fotografia publicada, ainda que diminuta – na *Folha*, a visibilidade material das transmasculinidades só ocorreu em 2022, como apontamos. Era a última das quatro fotos pequenas no box. Nela, ele apareceu diante de um microfone, com os cabelos azuis e usando boné, camisa social e suspensório. Doutoranda na Universidade de Brasília, Leocádia Aparecida Chaves foi ouvida como fonte especializada em narrativas trans autobiográficas e apontou o medo da transfobia como um elemento recorrente nessas produções. Diferentemente do que ocorreu com as outras pessoas citadas direta ou indiretamente, sua identidade de gênero de mulher cis não foi mencionada. Ao deixá-la implícita, o jornal e, nesse caso, também o autor do texto, revelaram o que tomam por norma.

Até aquele momento, as veteranas na reivindicação por visibilidade para a população trans relataram episódios nos quais as reportagens foram resultado do agenciamento de movimentos sociais em direção aos veículos de comunicação, por meio de sugestões de pauta. A partir dali, fontes de matérias mais recentes testemunharam um movimento contrário. Danieli Balbi¹⁰⁴ e Tom Grito, citados na capa de um dos principais suplementos culturais do país, apontam para uma relação completamente diferente: o interesse partiu do jornal.

¹⁰⁴ Danieli havia sido entrevistada anteriormente em 2016 sobre sua cirurgia de redesignação genital custeada, em parte, com recursos captados por alunos/as/es da escola onde lecionava. Essa matéria, publicada na editoria Rio, era ilustrada por foto da professora recém-operada, acompanhada da mãe. Não havia qualquer menção ao Dia da Visibilidade Trans. Dias antes, a notícia havia sido publicada em primeira mão na coluna de Ancelmo Gois. Dessa matéria, ela se recorda com carinho.

Danieli não se recorda exatamente como a entrevista foi realizada – “eu devo ter feito por aplicativo” – tampouco tem clareza de como seu nome foi indicado.

Como eu acho que a vida queer e o interesse sobre a vida e a visibilidade e a cidadania queer ou trans ou LGBTQIA+ está em evidência, e está em evidência há algum tempo, eu acho que eu acabei, neste momento, estando em evidência e eu lembro, então, de estar respondendo a muitos questionários, dando muitas entrevistas e atendendo a muitas solicitações. Então, não lembro exatamente dessa solicitação (Danieli Balbi).

Ela acredita que tenha sido procurada como fonte devido à repercussão de sua tese de doutorado, a primeira defendida por uma estudante transexual na UFRJ, já que sua área de pesquisa não está diretamente ligada ao tema da reportagem, o que nos aponta para um círculo de visibilidade no qual um evento ilumina outros.

Eu acho que ele (o repórter) pesquisou no Google: professora trans, literatura trans. E aí deve ter vindo... Professora de literatura trans Danieli. (...) Quando eu me formei, quando eu concluí o doutorado, algumas capas de grandes revistas de circulação nacional como a *Época* deram a formação. E foi muito replicado, né? A *Época* fez uma matéria extensa, a AdUFRJ fez... Porque eu acabei me tornando a primeira professora, a primeira doutora transexual. E, em seguida, a primeira professora transexual da UFRJ, título do qual eu muito me orgulho. E acho que talvez tenha se cruzado um pouco ali, né? Não sei. (...) Mas a questão é a seguinte: não é o meu tema de pesquisa e nunca foi. Inclusive, talvez o que eu estude menos é literatura LGBT. Eu gosto de Cassandra Rios, que pra mim é uma das maiores poetisas do Modernismo, mas não (tenho pesquisado isso)... Aí, ultimamente, eu tenho sido chamada para contribuir, mas eu nunca pesquisei isso. Na graduação, eu era conhecida como a menina do século XIX, porque eu estudava muito o romance clássico. (...) E eu acho que eu acabei, por força das circunstâncias... Acho que, por conta de ser pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é uma das maiores referências quando se trata do estudo da literatura, eu acabei sendo ouvida. E hoje, participando do corpo docente da faculdade de Comunicação, da Escola de Comunicação da UFRJ, também acaba fazendo a gente se posicionar enquanto referência para uma série de debates que, na realidade, não são debates que a gente domina. Domina de orelhada. Como eu acho que a função da pesquisadora e do pesquisador é estar sempre atendida e atendido e, obviamente, se posicionando por uma pesquisa que contribua para a oxigenação da sociedade. Então, no caso da transexualidade – e eu, sobretudo, enquanto mulher trans que tem orgulho de ser uma mulher trans –, me sinto responsável em estar atendida em relação a uma certa, ainda que com todas as aspás, vanguarda ou uma certa assinatura estética de uma literatura trans, travesti ou LGBT ou queer, como nós queiramos chamar, assim como sobre uma literatura negra e sobre negritude. Mas não são... Assim... São caminhos marginais ou caminhos laterais da minha pesquisa. Eu tenho estudado, aliás, eu estudo desde a graduação a relação entre classes. Óbvio que as determinantes macroestruturais não são só aquelas que estão diretamente ligadas à estrutura de classe canônica, marxista, marxiana, mas eu reclamo elas. Inclusive (...) me espanta muito porque eu sou sempre chamada e parece

que naturalmente eu estudei isso. E, por exemplo, a minha tese e uma série de outros artigos que vão publicados nas revistas científicas não tratam disso essencialmente (Danieli Balbi).

A maneira como também se deu a participação de Tom Grito na reportagem do *Globo* reforça o interesse pela pauta trans ressaltado na fala de Danieli. No caso dele, porém, o jornal sequer fez contato. Sua foto e um pequeno texto de apresentação sobre seu trabalho foram incluídos no box que compõe a página sem que ele soubesse. Segundo ele, seu nome foi indicado por uma amiga, a jornalista Jéssica Balbino, a quem pediram sugestões de pessoas trans na literatura. Além dele, ela também teria indicado Kika Sena, que foi entrevistada. Ele só tomou conhecimento da reportagem no dia seguinte, quando a amiga lhe enviou o material, o que lhe causou algum incômodo. Mas, da mesma forma como as pioneiras do movimento, percebeu que havia algum tipo de compensação, na medida em que sua imagem contribuiu para a compreensão de outras pessoas trans sobre si mesmas. Também reconhece a importância de uma data para a visibilidade trans ser lembrada, inclusive nos jornais, justamente pela atuação política favorecida pelos atos, eventos e encontros motivados pela efeméride.

É muito louca essa matéria. E eu só soube depois porque ela me mandou: “aqui, amigo, tu tá na capa do jornal”. Eu falei: nossa! Tô na capa do jornal e eu não falo nada. Aparece minha foto. Eu achei curioso, como as coisas se dão porque... E essa faz parte da crítica sobre a cisgeneridade, sobre como as coisas são vistas, porque é um não entendimento e, ao mesmo tempo, uma tentativa de entendimento. E eu acho isso muito desconfortável porque eu não fico investigando como a cisgeneridade se comporta. Ao mesmo tempo há essa invisibilidade mesmo porque as pessoas não sabem o que é uma pessoa trans ou não entendem muito bem ou fazem que não entendem. Não sei muito bem. Então, eu acho que a visibilidade, ela é importante na medida em que outras pessoas trans possam se reconhecer também. Porque eu, por exemplo, sou uma pessoa que transicionou mais velho, o que não é comum. Mas porque justamente por eu ser uma pessoa mais velha e na época em que eu me entendia esse assunto não era falado. Então, durante muito tempo na minha vida eu sofri muito nesse não lugar de entendimento comigo mesmo e que talvez isso pudesse ser sanado se eu soubesse que existiam outros como eu. Então, a visibilidade ela é importante nesse sentido de respeito, de respeito à própria identidade, de respeito a essas identidades como possibilidades de existência, né? Eu acho que é importante nesse sentido. Então, ao mesmo tempo que a gente estranha, a gente celebra (Tom Grito).

A presença transmasculina, até então mínima, finalmente ocupou um espaço de maior destaque. No primeiro Dia da Visibilidade Trans após a criação da editoria Celina, um alto de página na editoria de Esportes revelou que “Jogador trans busca sonho no futebol masculino”. A matéria, assinada por Giulia Costa e Marcello Neves (2020), tem as marcas gráficas da seção editorial concebida como plataforma digital e página móvel dentro do jornal para cobertura de

temas ligados a gênero e diversidade: além do selo próprio, um tom de lilás aplicado a ilustrações e fotos, sempre com alguma intervenção da editoria de arte. Lançada no Dia Internacional da Mulher do ano anterior, dois meses antes da estratégia homóloga da *Folha*, foi batizada em homenagem à professora mineira Celina Guimarães Viana, a primeira mulher a conquistar, na Justiça, o direito a votar em 1928, quatro anos antes da aprovação do sufrágio feminino no Brasil.

No texto, o jornal apresenta o dilema do jogador Marcelo, de 31 anos, que se viu na dúvida entre fazer a transição de gênero ou continuar no esporte (Figura 49). Sua opção, tomada no anterior, foi se afastar do Corinthians, por onde conquistara o Campeonato Brasileiro Feminino em 2018, e adotar os procedimentos biomédicos e jurídicos para se tornar quem era. Ao fazer esse registro, o próprio jornal adota uma interessante construção: o texto narra brevemente sua trajetória desde a infância até ser “campeã brasileira”, adotando desinências femininas para se referir ao passado. Já na legenda, opta pelo masculino para trazer a mesma conquista para o tempo presente: “Título. Marcelo foi campeão pelo Corinthians em 2018”. A matéria contou que a liberação de seus documentos estava prevista para aquele dia mesmo. Esse passo era decisivo para ingressar no futebol masculino, seguindo o percurso inverso feito pela jogadora de vôlei Tiffany Abreu, que conseguiu autorização para jogar na Superliga Feminina em 2018, tornando-se a primeira mulher trans a participar de um campeonato de alto rendimento no Brasil. Além de Marcelo, foram fontes da matéria seu agente, Jean Dutra; o coordenador da comissão médica e combate a dopagem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Fernando Solera; e a médica Fernanda Domecg, “pós-graduada em medicina do esporte e coordenadora do Laboratório de Performance Humana”. A dupla de repórteres parece querer marcar a dificuldade do meio esportivo para compreender (e aceitar) o processo de transição do modo como reivindicam as pessoas trans quando opta por reproduzir em discurso direto as falas de Dutra e Solera. Enquanto o técnico se refere a Marcelo no feminino, o médico da CBF utiliza duas vezes a expressão “virar trans” para explicar as regras da entidade, estabelecidas em consonância com o Comitê Olímpico Internacional, e da World Anti-Doping Agency (Wada). Por essas regras, os efeitos da testosterona produzida até o momento da transição impediriam as mulheres trans de competir com mulheres cis, enquanto isso não ocorreria com homens trans porque não haveria ganho de hormônio acumulado. Apesar de ter sido feita antes da transição, a foto que ilustra a matéria, feita por Bruno Teixeira, da Agência Corinthians, parece traduzir o desejo do craque: vemos em campo um jogador com cabelo estilo moicano vestindo o uniforme de seu clube, que não revela qualquer volume no torso. Nada na imagem conota um sentido que não seja vinculado àqueles tradicionalmente atribuídos à masculinidade no contexto brasileiro.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ressaltar a solidão que a foto expressa: vemos apenas o jogador e a bola; arquibancada vazia. É uma situação muito diferente da imagem da matéria logo abaixo, sobre um tema factual de um time carioca. Nela, o jogador Keisuke Honda, do Botafogo, em primeiro plano, está em campo com pelo menos dois atletas não identificados, sendo um o goleiro rival, e a arquibancada está lotada. Seguramente, as fotos foram captadas em situações diferentes – treino (Marcelo) e jogo (Honda). Isso não nos impede de pensar: com quem Marcelo pode armar seus passes? Quem ele dribla? Quem torce por ele?

Figura 49 – Página de *O Globo* de 29.01.2020



Fonte: *O Globo*

Em 2021, o jornal carioca celebrou o mês da Visibilidade Trans com três notícias. A primeira, em 16 de janeiro, deu uma página inteira para o lançamento do EP do grupo As Baías – o nome da banda foi abreviado a partir deste trabalho (Figura 50). Além da matéria do repórter Luccas Ribeiro, ilustrada por uma foto de divulgação do trio em três colunas, foi publicada a crítica de Silvio Essinger que cotou o álbum como regular. Num local de arquitetura moderna no qual uma escadaria de cimento se destaca – era o complexo cultural Cidade das Artes, na Barra da Tijuca, como informou o texto –, a imagem destacava o trio com figurino de palco, com muitas cores e grafismos. Enquanto o corpo do homem cis Rafael Acerbi estava coberto por um sobretudo largo, o de Assucena Assucena se delineia sob uma espécie de malha vinílica e o de Raquel Virgínia fica bem à mostra, de maiô. Na avaliação do crítico, na qual é inserida a reprodução da capa do disco, destacou-se a expressão utilizada para classificar o estilo – pop queer – do qual o expoente seria Pablllo Vittar, homem cis gay que performa como drag queen

e cuja identidade, num primeiro momento, foi associada à de pessoa trans, o que causou indignação entre os movimentos sociais de mulheres trans e travestis, indicando uma apropriação comercial mais até do que cultural da visibilidade trans. Na matéria, chama a atenção a oposição entre o desejo reportado pelo grupos de “furar a bolha” e a vinculação explícita com a data tão importante para a comunidade T. Isso nos faz refletir – e faremos isso com mais ênfase no capítulo seguinte – sobre o engessamento que essa pauta é capaz de promover sobre as diferentes esferas da vida das pessoas trans.

Figura 50 – Página de *O Globo* de 16.01.2021



Fonte: *O Globo*

Na semana seguinte, também com a efeméride citada, a cantora e escritora Pepita (já sem o prenome Mulher), nome artístico de Priscila Nogueira, voltou às páginas. Ela foi entrevistada por Eduardo Vanini (2021) na Revista Ela, publicada aos domingos (Figura 51). Em modelo pingue-pongue (perguntas-e-respostas), o texto abordou seu casamento “de véu e grinalda” com um homem cis gay, o desejo de ser mãe, a infância e os tempos na escola, além da carreira e a mudança do nome artístico. As imagens principais – a que ocupa uma página inteira na abertura da matéria e a que ilustra a terceira e última página – misturaram sentidos relacionados a infância e adolescência (maria-chiquinha, pirulito, cores primárias digitais – amarelo, ciano e magenta) com uma certa sensualidade: barriga bem torneada de fora, top que valoriza dos seios, calcinha rendada parcialmente à mostra e a língua projetada sobre os lábios. Há ainda duas fotos menores contrapostas ao colorido das outras: a do casamento em que ela e o noivo de braços dados vestem tons off-white – apesar de um profundo recorte em V, seu vestido não revela qualquer parte do corpo – e um registro de divulgação do livro que havia lançado. Nesse registro, ela posou de blazer sobre um espartilho semitransparente.

Figura 51 – Páginas da Revista Ela de 24.01.2021



Fonte: *O Globo*

No dia 29, a data foi mais uma vez celebrada por Ancelmo Gois, que publicou sob o título “Hoje é dia da Visibilidade Trans” o principal texto-legenda da coluna (Figura 52): uma foto da atriz Gabriela Loran, clicada sorridente e de olhos fechados. Seus cabelos negros e crespos foram adornados por um arco de flores brancas de tecido, enquanto o colo enquadrado do alto destacou-se na construção da imagem, que tem ao fundo travesseiros brancos. Com um top de renda branca, os seios muito juntos se projetam. A imagem remete a sentidos muito variados. Ela tanto pode fazer alusão a uma ideia de uma noiva, feliz, que se desperta ou se prepara para as núpcias (a renda branca, a grinalda) quanto remeter a alguns ícones de matrizes africanas. Os acessórios brancos numa sexta-feira e a remissão ao estilo da cantora brasileira Clara Nunes permitem essa associação. A legenda informa que a atriz usaria seu perfil no Instagram para compartilhar experiências de seu cotidiano e “passar uma mensagem inspiradora sobre a comunidade trans brasileira para o planeta”. A ideia de inspiração que vai além da própria comunidade trans representa um importante deslocamento de endereçamento dos sentidos acionados.

Figura 52 – Reprodução da coluna Ancelmo Gois de 29.01.2021



Fonte: *O Globo*

Como uma última menção ao Dia da Visibilidade Trans de 2021, identificamos um texto publicado em 6 de fevereiro na seção País sobre o conflito entre integrantes do mandato coletivo Bancada Ativista (Figura 53). Diferentemente da *Folha*, *O Globo* tratou menos do estopim para o “racha” e mais dos limites desse modelo de representação política ainda não regulamentado (CAETANO, 2021). Compôs a matéria uma foto do grupo então formado por oito integrantes, incluindo uma mulher indígena com um adorno de plumagem. Juntamente com a da *Folha*, essa foi a primeira matéria associada ao Dia da Visibilidade Trans em que os conflitos no interior dos movimentos foram expostos.

Figura 53 – Página de *O Globo* de 06.02.2021



Fonte: *O Globo*

Finalmente, em 2022, o jornal carioca destacou o tema em três datas distintas. No dia 19, uma nota com foto na coluna de TV, assinada Patrícia Kogut (2022), anunciou a entrevista que a jornalista Andreia Sadi faria naquele mesmo dia com a vereadora niteroiense Benny Briolly (PSOL-RJ) em seu programa no canal por assinatura Globonews (Figura 54). O texto fez menção ao mês da Visibilidade Trans e registrou que a entrevistada foi a primeira travesti eleita no estado. A foto de divulgação foi a principal da coluna e reproduziu a cena da entrevista sem qualquer traço visual de exotificação: duas mulheres com roupas formais (calça social, blazer, salto alto), sentadas em elegantes cadeiras, ambas de pernas cruzadas, conversavam a uma pequena distância. Na mesma página, uma matéria sobre o *Big Brother Brasil*, que havia estreado na antevéspera, não cita a participante Linn da Quebrada. Diagnosticada com Covid-19, ela só entraria alguns dias depois no programa.

Figura 55 – Página de *O Globo* de 29.01.2022

Fonte: *O Globo*

No dia seguinte, domingo, uma reportagem de página inteira na editoria Brasil tratou do descompasso entre a legislação e a burocracia para adequação de documentos (Figura 56). O texto da repórter Pâmela Dias (2022) fez referência direta ao caso de Linn da Quebrada, que havia anunciado pelas redes sociais, pouco antes de entrar no *reality show* da TV Globo, que conseguira retificar seus registros civis. Também foram entrevistadas a ativista Bruna Benevides, a atriz Gabriela Loran, a historiadora Giovanna Heliodoro, a cantora Kira Gregório e o assistente de entregas Yuri Carvalho. Três fotos ilustraram a página – duas são de divulgação (Linn e Giovanna). Produzida pela equipe do jornal, a fotografia de Kira foi feita por Maria Isabel Oliveira, que optou por uma composição em que a cantora é vista pelo espelho de um camarim improvisado. Ela não se olha, tampouco olha para a câmera. Diferentemente das outras duas que encaram o/a/e leitor/a/e, seu olhar está direcionado para um ponto que não está captado na cena. Não está dado para quem ou para quê olha Kira.

Figura 56 – Página de *O Globo* de 30.01.2022

Fonte: *O Globo*

Se o olhar das pessoas trans às vezes se dirigiu para um horizonte difuso nas imagens produzidas pelos jornais, isso não ocorreu fora das pautas, no cotidiano. Na disputa pela construção da visibilidade, as pessoas trans entrevistadas olham o jornalismo de frente e apontam exemplos de aliança e de tensão nos últimos 18 anos. A sensação ambígua em relação à cobertura jornalística – ora de aliança e visibilidade, ora de oposição e apagamento – foi mencionada em uma entrevista de uma forma genérica, sem fazer menção a uma notícia em particular. Para uma das pessoas, que não quis que o trecho a seguir fosse identificado, os jornais estão procurando ampliar a cobertura da pauta trans num enquadramento de Direitos Humanos, mas fazem isso em editorias especializadas, como *Celina*, de *O Globo*, que destoariam em relação ao restante do jornal.

O Globo lançou aquela *Celina*, acho que foi em 2019. Uma editoria dedicada para pensar questões de diversidade, de gênero. E o Governo Federal na gestão Bolsonaro quer tirar isso de circulação. (...) Se você pegar e comparar matérias do *Globo* antes da *Celina* e na *Celina*, você vê que o tom é completamente distinto. (...) Mas eu fico pensando: será que quem consome as matérias da *Celina* é essa bolha que já tem algum tipo de relação com direitos humanos, com o debate sobre sexualidade? Não sei... Quais são as pessoas que leem isso? Isso é uma coisa que eu fico me perguntando. Será que tem um efeito também muito pra nós, para pessoas como eu que têm uma visão crítica e querem encontrar essa coisa que vai se identificar com o jornal? Ou o público em geral vai acessar também? Essa coisa da recepção, como é que vai receber isso, né? (Depoimento anônimo).

Apesar de perceber que editoriais como Celina, do *Globo*, e Diversidade, da *Folha*, não são fixas e “circulam” por todo o jornal, como vimos ao captar uma matéria publicada na editoria de Esportes, estamos de acordo com a indagação anônima sobre o alcance da publicação e acrescentamos uma camada adicional à problematização levantada: haveria um certo uso instrumental dessas pautas como chamariz para assinantes que potencialmente não se identificam com os posicionamentos político e econômico predominantes desses veículos? Certamente, as respostas para as perguntas dependeriam de outros estudos. As estratégias metodológicas que acionamos aqui permitem afirmar que a fronteira que separa o interesse público (de que público?) e o comercial parece ser bastante porosa. Se essa não é a situação idealmente almejada pelos movimentos sociais, não pode ser de todo desconsiderada. Danieli Balbi vê nessas fissuras, que não farão o sistema como um todo ruir, uma possibilidade de sensibilização, tão necessária, quando se pensa no dia a dia das pessoas trans. Ela concorda que, neste momento, toda a visibilidade possível é válida.

Eu acho que uma cantora LGBT, que se declara LGBT, que luta pela visibilidade, ela tem um papel. Não acho que é ali que a gente vai fazer revolução. Como eu disse, não acho que a capa da *Vogue* que vai fazer revolução, mas é melhor que tenha a capa da *Vogue*, é melhor que tenha a Pablo Vittar, é melhor que tenha uma atriz trans com par romântico no final da novela, que sensibilize as pessoas. É muito bom. Ajuda muito. Não sei se toca no essencial. Também realmente não sei, porque pode ser que a mudança de mentalidade, das famílias e a questão do acesso dos afetos e da possibilidade da humanização venha por aí. Eu realmente acho que pode vir por aí. Mas ao lado disso há um papel que eu queria cumprir, que é o papel de uma politização mais radical, que eu não quero dizer que é melhor ou é mais importante porque eu realmente, com mais maturidade, tendo a entender que não... Mas é um papel que importa e que, inclusive, ninguém quer cumprir. Então, deixa a gente cumprir: que é falar das relações estruturais, que é falar do reflexo de um machismo e de um machismo que é estruturante, que é uma misoginia estruturante (Danieli Balbi).

A fala de Danieli aponta para o argumento que estamos tentando consolidar: tal como vem sendo construída, a visibilidade trans não atendeu a todas as necessidades e demandas trans nem no plano individual nem no coletivo, mas alterou e foi alterada pelas instâncias que escolhemos observar. Se são essas as condições de comunicabilidade atuais, é preciso compreendê-las e explorá-las para que possam ser alargadas, e outras capazes de assegurar direitos possam emergir.

4.3.5. Deslocamentos e permanências na cobertura

É provável que a capacidade do jornalismo em captar o espírito do seu tempo, como observado por Bakhtin (2011), tenha sido a habilidade mais relevante para a construção da visibilidade trans em seu campo. Na maior parte do período analisado, os jornais parecem ter atuado como instâncias com capacidade de refração menor do que o Estado, a cujas ações deram a ver em suas páginas. Essa relação se inverteu a partir do final da década de 2010, quando as campanhas estatais deixaram de ser lançadas e os dois jornais passam a adotar o Dia Nacional da Visibilidade Trans como gancho para notas e reportagens de destaque.

Se as matérias iniciais sobre a data partiram da interseção entre Saúde e Política, foi no da Cultura que o Dia Nacional da Visibilidade Trans ganhou espaço e valor, constatado pelo lugar privilegiado das capas de suplementos e das colunas. Entre 2004 e 2022, os jornais alteraram o modo de operar a construção da visibilidade trans, refratando as demandas dos movimentos sociais bem menos do que o Estado numa primeira fase e, mais recentemente, ocupando de certa maneira o espaço deixado por ele. Em 18 anos, as formas de abordar o tema bem como de nomear e mostrar os corpos, suas demandas e afetações foram deslocadas, embora uma questão tenha permanecido sempre presente: a ideia de violência relacionada à transfobia, termo usado mais recentemente para designar um fenômeno para o qual o movimento social e o próprio MS chamavam atenção já em 2004 e que, como mencionamos, é englobado como questão de saúde em seu sentido mais amplo.

Outro aspecto contemplado na primeira notícia da *Folha* e acionado com menor ênfase ao longo dos anos, mas com recorrência, foi a noção de empregabilidade. Além do programa do governo fluminense noticiado na editoria de Economia do *Globo*, a ideia de trabalho está presente, ainda que de forma subjacente, nos textos sobre moda e cultura. Em última instância, as/os artistas estão ali divulgando as atividades pelas quais são remuneradas/os.

Entre as impermanências, observamos a progressiva adoção de desinências de gênero compatíveis com as identidades de gênero das pessoas trans citadas na construção textual. Isso tem especial valor para o grupo das travestis que reivindicavam seu tratamento no feminino. A vinculação com a saúde num sentido mais estrito e com o próprio MS também se dispersou. A ideia de direitos, que estava presente desde o início, tornou-se mais intensa, acionada por termos como igualdade. A forma como os corpos trans são mostrados é outra alteração perceptível. A ambiguidade presente na foto da *Folha* e o acanhamento da imagem selecionada pelo *Globo*, em 2004, deram lugar a imagens ampliadas de corpos em performances artísticas nas quais a identidade de gênero foi explicitada e passou por uma certa higienização, apontando para um

privilégio das formas binárias de encarar gênero. De forma inversa, porém, a ambiguidade foi acionada (e encenada) na pauta do caderno de moda que optou por um modelo cis para o editorial andrógino. Além disso, os jornais também espelharam uma questão observada nas duas outras instâncias que elegemos para analisar. Da mesma forma que ocorre no interior dos movimentos sociais e nas campanhas do Ministério da Saúde, os corpos transmasculinos não obtiveram visibilidade nos anos iniciais. Sua presença nos jornais passa a ser destacada muito recentemente: em matérias relativas ao Dia da Visibilidade, os homens trans só são enxergados como parte do movimento a partir de 2020.

Não só a forma como são mostrados interessa, mas também em que espaços da geografia do jornal esses corpos aparecem são relevantes. A passagem da pauta dos cadernos de política, onde foi inicialmente publicada, para os de cultura é sintomática dos lugares editoriais nos quais a visibilidade trans pode ser *vista*. Ao mesmo tempo, as recentes chamadas de capa expressam a relevância das pautas, já que se trata de uma seleção do que o jornal produziu de melhor naquele dia.

Algo que perdeu muita força no período analisado é a ideia de uma coletividade capaz de se organizar para pautar suas demandas. Embora a imagem do grupo não tenha sido publicada nos jornais no lançamento de 2004, as referências a ele estavam presentes nos textos. A única travesti citada na matéria da *Folha* falava em nome da Antra. Posteriormente, a nota da coluna de Ancelmo Gois trazia representantes do movimento junto ao ministro da Saúde, sem nomeá-las individualmente. Isso se inverte nos anos seguintes, quando a proeminência artística ou acadêmica supera o coletivo. As fontes passam a ser identificadas nominalmente e, ainda que tenham uma atuação no seio do movimento social, as credenciais atribuídas pelos jornais são aquelas que as distinguem individualmente como artistas ou acadêmicas de forma predominante.

Por fim, chegamos a 2022 cientes de que, se ainda falta muito a dizer e a mostrar sobre as demandas e necessidades da população trans, nem tudo o que já foi dito e mostrado pode continuar a sê-lo. O pedido de desculpas de um jornal popular a uma celebridade trans parece ser um daqueles exemplos a serem explorados nos cursos de jornalismo sobre formas éticas de se enquadrarem as notícias e sobre os contextos políticos que permitiram que uma capa como aquela fosse publicada. Um dos elementos que compõem o atual contexto no qual a transfobia não pode ser usada para ampliar a vendagem é a presença de pessoas trans em espaços de decisão editorial. Identificamos pelo menos um repórter que transformou sua vivência em pautas. Ações afirmativas em empresas jornalísticas podem contribuir para a pluralidade que

os jornais dizem perseguir, traduzindo em prática social uma construção que por ora se dá principalmente no plano discursivo.

A instauração do Dia Nacional da Visibilidade Trans contribuiu para lançar luz sobre as demandas de um grupo historicamente desprivilegiado na sociedade brasileira, indicando que as campanhas estatais são importantes espaços de interseção com as notícias, mas não são os únicos. Neste tópico, procuramos compreender como as lógicas jornalísticas mediaram a construção de sentidos sociais a partir das propostas gestadas pelo MS em parceria com os movimentos sociais até que as questões trans pudessem assumir valor-notícia por si próprias. Ao analisar os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, observamos um progressivo crescimento no espaço e no valor cedidos ao tema com permanências e descontinuidades. Por um lado, a noção ampliada de saúde presente desde 2004 ficou esmaecida em comparação com as notícias da década seguinte em que predominaram as vinculações com o campo das artes e da cultura. Por outro, a abordagem dos jornais se afastou da ideia de coletividade, centrando-se em percepções individuais sobre a experiência da transgeneridade. As representações imagéticas de corpos inteligíveis em comparação com as imagens mais ambíguas usadas nos anos 2000 apontam para formas binárias de tratar gênero nos jornais. A análise dos sentidos presentes nos jornais nos leva a reiterá-los como espaços privilegiados, embora não exclusivos, para compreender fenômenos sociais de forma diacrônica.

5. ARMADILHAS DA VISIBILIDADE

Há olhares, todos me medem pelo tamanho de
meus passos.

(Guilherme Almeida)

Como procuramos destacar no capítulo 1, a visibilidade não é um atributo positivo ou negativo a priori (BRIGHENTI, 2007). A ambivalência é constitutiva tanto de sua construção quanto de seus efeitos. Até aqui exploramos com maior ênfase as formas de visibilidade que contribuíram para a conquista de direitos e o atendimento de demandas. Contudo, como discutido por Foucault (1999b) a partir do exemplo do panóptico, a visibilidade pode ser uma armadilha. A descrição do dispositivo arquitetônico mostra como estar à vista, na situação analisada pelo autor, significava estar vulnerável, sobretudo quando não se sabia quem via e de onde se via.

Apesar de construída por outros dispositivos e em outro momento histórico, a visibilidade de que tratamos aqui também expressa ambiguidade. Aplicada à questão trans, ela é condição tanto de existência quanto de risco, na medida em que o olho que vê pode ser o mesmo que vigia e julga, inclusive simultaneamente. O olhar alheio que confere existência social também a retira a depender do juízo que faça daquilo que testemunha. As formas de violência decorrem, em grande medida, da luz lançada coletivamente sobre as reivindicações dos movimentos sociais, mas não apenas. Em nível individual, atua sobre os corpos que passam a disputar os espaços sociais “com o dia claro”.

Além dos riscos de violência física a que os corpos estão concretamente sujeitos nas cidades brasileiras, há ainda outras armadilhas simbólicas instaladas na sociedade, compreendida aqui em sua forma difusa, heterogênea e desigual. A visibilidade pela condição trans retira dessas pessoas, em muitas situações, a liberdade de existência baseada na privacidade ou na possibilidade de ser mais um/a/e na multidão, de gozar do “direito à indiferença” (ALMEIDA, 2012). Nesse sentido, uma leitura social em consonância com os padrões estéticos cisgêneros tenderia a garantir um efeito protetor contra a transfobia (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), ou seja, quanto mais semelhante a uma mulher ou um

homem “de verdade”¹⁰⁵ maior seriam as chances de se tornar invisível num sentido positivo. Mas nem sempre isso acontece. A discrição com que algumas pessoas trans optam por levar a vida pode ser violada em momentos críticos, como adoecimento e morte, e abordada com o sentido de falseamento ou um deliberado engodo. Também ocorre que a visibilidade obtida por meio da “passabilidade” possa colocar as pessoas trans num engessado lugar de modelo de transgeneridade, algo que muitas delas rechaçam (PRECIADO, 2014).

Há ainda outras emboscadas, algumas armadas inclusive no âmbito dos próprios movimentos sociais. Ao se colocarem num local de visibilidade política, alguns atores acreditam que também se tornaram alvo de uma série de demandas e cobranças às quais não necessariamente desejariam fazer jus. Além disso, pensando mais na visibilidade de certos temas do que na de pessoas, os riscos apontados são o de sua apropriação por forças contrárias. É o caso do reconhecimento das infâncias trans, cuja defesa vem sendo atacada por grupos conservadores como se fosse uma tentativa de “influenciar” ou “confundir” crianças e adolescentes sobre suas identidades.

Os efeitos dessa sensação de permanente de vigilância que paira no ar, seja por controle, idealização ou exotificação, foram colocados em debate durante as entrevistas. Foi muito perturbador reconhecer o quanto a construção de visibilidade pode resultar no contrário do que se busca. Essa percepção se desdobrou na própria elaboração da tese, já que durante as conversas algumas pessoas reelaboraram suas falas para assegurar que os sentidos do que falavam estavam sendo compreendidos tal como desejariam, ou ainda solicitaram anonimato para tratar de determinados temas por avaliarem que seus posicionamentos poderiam atrair animosidade para si. A seguir, compilamos em cinco categorias, identificadas a partir das falas das pessoas entrevistadas, as situações nas quais a visibilidade provoca efeitos indesejados.

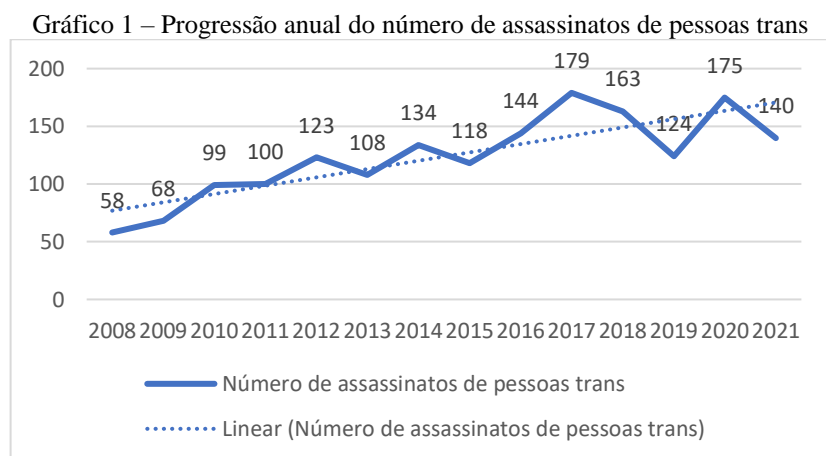
5.1. A ARMADILHA DA VIOLÊNCIA FÍSICA

Os efeitos negativos da visibilidade mais recorrentemente mencionados durante as entrevistas foram aqueles relacionados às formas de violência física. Anualmente, entidades como o Grupo Gay da Bahia, a Antra e a Rede Trans Brasil compil(am)¹⁰⁶ óbitos por causas

¹⁰⁵ Esta expressão considerada transfóbica por muitas pessoas trans, é recorrentemente usada de forma supostamente elogiosa por pessoas cis pouco familiarizadas com as questões de gênero para enaltecer os resultados estéticos da transição.

¹⁰⁶ Os levantamentos começaram a ser feitos em 2008 pelo Grupo Gay da Bahia e, posteriormente, passaram a ser realizados por Antra e Rede Trans Brasil, que adotam metodologias distintas, mas geralmente apresentam números equiparáveis. Os resultados costumam ser apresentados no Dia Nacional da Visibilidade Trans.

violentas motivadas por agressões ou autoprovocadas entre a população trans. No registro da Antra (BENEVIDES, 2022), a progressão de assassinato entre 2008 e 2021 apresenta tendência de alta, apesar de pontuais quedas (Gráfico 1).



Fonte: Elaborado pela autora com os dados de Benevides (2022)

O desenho da linha de tendência está em consonância com a percepção de uma das pessoas entrevistadas. Segundo Raicarlos Durans, num dado período, quando as transmasculinidades eram menos evidentes mesmo dentro dos movimentos sociais, ele considerava positiva a visibilidade que havia alcançando e que culminou em sua participação na campanha do Ministério da Saúde em janeiro de 2016. Com a mudança no contexto político-partidário, passou a considerá-la um perigo. De forma taxativa, ele demarca como ponto de virada o afastamento de Dilma Rousseff: “O marco é o impeachment. O marco é 12 de maio de 2016¹⁰⁷”.

Hoje ela (a visibilidade) me põe em risco. (...) Eu não me senti mais seguro no Brasil. (...) Até 2016, até a ruptura, na minha leitura político-ideológica, eu ainda estava disponível para responder pesquisas de doutorado, de mestrado, de monografia de TCC, participar de seminários, falar em rádio comunitária, falar com os jornais. (...) Eu não falo isso em rede social, eu não dou entrevista falando isso. Eu não dou mais entrevista há muito tempo por questões bem particulares, eu não dou entrevista por segurança pessoal. Então, eu fiquei um pouco neurótico do ponto de vista desse assédio da imprensa que não é confiável no Brasil, do Estado que nós estamos vivendo, das forças políticas

¹⁰⁷ Data em que o Senado Federal votou pela abertura do processo de impeachment e a partir da qual a presidente foi afastada, sendo substituída pelo vice Michel Temer. Cerca de um mês antes, em 17 de abril, a Câmara havia votado pela admissibilidade do processo. Nessa votação, o então deputado federal Jair Bolsonaro fez defesa da memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar a ser condenado por tortura durante o período da ditadura. Pouco depois, Bolsonaro se envolveu numa discussão com o também parlamentar Jean Wyllys, que lançou uma cusparada em sua direção. Pelo episódio, Wyllys recebeu uma advertência do Conselho de Ética da casa. Alvo de ameaças de morte, renunciou a seu segundo mandato legislativo e deixou o Brasil em janeiro de 2019.

e obscurantistas que governam o Brasil. Eu fiquei perturbado com isso (Raicarlos Durans Coelho).

Nem sempre esse tipo de estratégia pode ser adotado, já que a chance de enfrentar uma situação de violência marca o cotidiano das pessoas trans. Tathiane Araújo valoriza as conquistas obtidas pelos movimentos, algumas das quais com sua participação direta, mas se ressentido de ainda não ter plenamente assegurado seu direito de transitar em liberdade plena, o mesmo direito de passar incólume defendido por Almeida (2012).

Eu ainda cauro alvoroço se eu for à padaria e, de repente, chega alguém que não me conhece e (...) e alguma situação traga a minha condição de mulher trans ali à tona. De repente, eu viro o centro das atenções ali daquele lugar que me constrangeu e eu tenho que ir embora. Isso é normal? Isso não foi culturalmente e historicamente elaborado e preparado? (Tathiane Araújo).

A indagação de Tathiane ecoa numa preocupação fundamental manifestada por Tom Grito: a assimilação idealizada das mortes e ameaças contra a população trans decorrente de um corolário cristão, mesmo que o contexto não seja o religioso. Para ele, a ideia do/da líder que abraça seu martírio não pode ser romantizada e precisa ser combatida. Ele recorreu a episódios recentes de violência extrema contra a população LGBTQIAP+ para demonstrar com exemplos concretos a pertinência da preocupação e demandar estratégias para garantir a proteção dessas pessoas em cargos de maior visibilidade.

Na medida em que você é mais visível, você passa a ser alvo. Como aconteceu, por exemplo, com Marielle. Pra mim, é uma preocupação nesse sentido de que as nossas lideranças sejam visíveis, mas elas também sejam protegidas. Como está acontecendo agora com a Benny Briolly. Ela teve que sair do país correndo. Então, a visibilidade é muito complicada. Ela é importante, mas ela é uma armadilha. É importante falar disso, como a visibilidade pode se tornar a própria morte da liderança. (...) E o cristianismo leva a isso também. A ideia do mártir, a ideia do líder como um mártir. Então, romantiza essa ideia como se isso fosse bonito. Isso não é bonito. Então, essa é uma preocupação (Tom Grito).

Em sua leitura da situação, ele mencionou dois casos de violência extrema. Em primeiro lugar, o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018. Eleita em 2016 pelo PSOL com uma das cinco maiores votações na capital, a socióloga tinha a pauta LGBTQIAP+ como uma das suas bandeiras de campanha. O segundo exemplo trata das ameaças de morte sofridas pela também vereadora Benny Briolly, de Niterói, a primeira travesti eleita no estado do Rio de Janeiro. Também filiada ao PSOL, a militante e ex-assessora

parlamentar foi a mulher mais votada para a Câmara Municipal. Desde que assumiu, porém, ela denuncia ser vítima de ataques dentro e fora do plenário, onde sua identidade de gênero teria sido desrespeitada por outro vereador durante uma sessão. O caso está sendo investigado pelo Conselho de Ética da Câmara Municipal e pelo Tribunal de Justiça. Dois meses depois do episódio, ocorrido em março de 2021, Benny recebeu ameaças a sua integridade física e precisou sair do país por algumas semanas. No fim de 2021 e em junho de 2022, ela tornou a registrar mais ameaças e crimes de intolerância. Além do partido e da bandeira da diversidade, as duas vereadoras citadas por Tom Grito têm em comum a cor da pele e a origem social: negras e nascidas em favelas do Estado do Rio. Embora reconheça os riscos a que está exposto, ele chama a atenção para a relativa proteção de que goza por ser uma pessoa branca, o que aponta para a camada de risco que sobrepõe as violências de gênero ao racismo estrutural.

A preocupação manifestada por ele ajuda a ter em mente um ponto relevante ao se buscar entender como a visibilidade trans é construída. Em alguma medida esses corpos são entendidos como sacrificáveis (do latim *sacrificium*, ato sagrado). Nesse sentido, não podemos deixar escapar que certas expressões do cristianismo referendam tacitamente essas formas de violência por sustentarem um discurso de purificação pela eliminação de um espírito visto como manifestação do mal, bem como de redenção que o suplício corporal seria capaz de proporcionar à alma. Fazemos essa interpretação a partir do trabalho de Mary Douglas (2014) que tratou de apontar como vigoram em diferentes grupos sociais associações entre pureza física e ordem moral. Sua análise dos interditos compartilhados pela tradição judaico-cristã é especialmente útil para pensar como operam no cotidiano as chaves sociais de pureza x impureza e contaminação x purificação.

5.2. A ARMADILHA DA “PASSABILIDADE”

No capítulo 2, procuramos discutir como o processo de biomedicalização contribuiu para a construção social dos corpos trans. O aprimoramento técnico e a disponibilidade política de intervenções ambulatoriais e cirúrgicas foram decisivos para que uma significativa parcela da população trans pudesse fazer as modificações corporais que desejava com resultados esteticamente bem sucedidos e sem os riscos sanitários dos procedimentos improvisados¹⁰⁸. Tais intervenções provocam alterações físicas que proporcionam uma leitura social próxima

¹⁰⁸ Qualquer intervenção ambulatorial ou cirúrgica oferece riscos. O que estamos dizendo aqui é que os procedimentos regulamentados oferecem maior segurança sanitária e também menor chance de resultados previsíveis, mas indesejáveis e até mesmo perigosos, como o deslocamento de silicone líquido.

dos padrões adotados pela cisgeneridade ou “passabilidade”. Enquanto essa aproximação é muito desejada – e não raro alcançada e realçada – por algumas pessoas trans, para outras ela não pode nem precisa ser atingida, como já mencionamos. Durante as entrevistas, os efeitos da exigência social de “passabilidade”, tanto na esfera pessoal quanto na coletiva, foram colocados em discussão a partir do entendimento de que são os corpos mais próximos dos modelos cis os que mais conseguem ocupar os espaços de visibilidade.

Eu acho que talvez a minha figura é palatável. Já me botaram na capa do Correio Braziliense. E aí eu sempre entro em parafuso, assim, né? Que ótimo! Que bom! Porque eu estava lá na capa do principal jornal de Brasília, denunciando que a gente não tinha saúde, em especial, para a população trans, mas ao mesmo tempo sempre questionando, né? Sou uma pessoa que, apesar de ter enfrentado muito transfobia institucional, consigo acessar uma universidade federal. E consigo acessar uma série de coisas, sempre questionando muito assim. E com uma responsabilidade muito grande. Eu tento sempre ser muito consciente nessas minhas falas porque a vida das pessoas trans... Por uma série de questões eu consegui sobreviver, me dar bem, acessar as coisas, né? Mas essa não é a realidade da maioria (Bernardo Mota).

Por outro lado, em alguns momentos, o apagamento da ambiguidade nos corpos trans foi referido como um contravalor por supostamente negar uma identidade que não mereceria ser “camuflada” ou por cristalizar um padrão de transgeneridade mais aceitável, criando expectativas não necessariamente “verdadeiras” do que sejam as experiências trans. Não por acaso, os exemplos dados são de pessoas com posicionamentos ou atuações político-partidárias vinculadas a um espectro mais conservador.

Isso é uma coisa que para mim é muito contraditória: os homens trans que a gente tem atualmente e são mais famosos são vinculados a uma figura de direita talvez ou fora da militância. O Tarso Brant, o Thammy... São figuras muito controversas. E são essas figuras que são palatáveis. E isso que me deixa assim num lugar de muito conflito, né? (Bernardo Mota).

O conflito vem do entendimento de que a construção da visibilidade trans de forma libertária ainda não predomina; seria, contudo, a visibilidade possível neste momento. A armadilha é criada quando se vincula a noção de uma transição bem sucedida a uma ideia de um percurso no qual haveria uma linha de chegada demarcada pela identificação das características masculinas e femininas de forma muito bem separada. Na esfera individual, essa compreensão pode estimular a busca por intervenções que põem o organismo em risco – semelhante ao que pode ocorrer com pessoas cis que perseguem o físico “perfeito”. Ao mesmo tempo, impactos na saúde mental, como o desenvolvimento de ansiedade, depressão e outros

agravos psíquicos, podem ser gerados por essa compreensão para as quais as equipes de atenção à saúde mental devem estar habilitadas a desconstruir (JUNQUEIRA; ABDO, 2018).

Além desses efeitos na construção da subjetividade das pessoas trans, há desdobramentos também no plano coletivo. O descompasso entre um modelo de transgeneridade idealizado e a existência de corpos que não se submetem a ele causa atritos no bojo dos movimentos sociais. Tom Grito relata como a armadilha da “passabilidade” angulou o modo como via a si próprio e sua inserção política. A ambiguidade visível de sua figura que conjuga barba e seios no mesmo corpo não encontra um lugar de acolhimento preciso.

Durante muito tempo eu não me entendi uma pessoa trans por conta disso. Porque eu mantinha ainda um nome feminino e existe uma pressão de adequação a essa patologização desse corpo. Então, se eu não sou um homem trans com um aspecto que se parece cis, é mais difícil eu ser aceito pelos espaços de homens trans. Então, eu ainda não tenho um espaço que seja acolhedor para pessoas não-binárias. A própria Antra acabou de se posicionar colocando que pessoas trans são mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculines. Embora eu me reconheça como transmasculine, eu me reconheço muito mais como pessoa não-binária. Esse termo, transmasculine, ele já me veio. Ele me foi dado. Eu não escolhi ele. Até porque na minha perspectiva a minha identidade está muito mais pra *gender-fucker*. É o termo que eu gosto. É uma ideia muito mais queer do que binária nesse sentido, mas nesse sentido nacional, politicamente, eu acabo me colocando como transmasculino. Eu não me coloco como homem trans porque os homens trans não me acolhem dessa forma como me veem (Tom Grito).

5.3. A ARMADILHA DA FETICHIZAÇÃO

A estética próxima da cisgeneridade de uma transgeneridade glamourosa, que lança mão da ambiguidade mais como um recurso retórico do que efetivo, conforme destacamos no capítulo 4 ao analisar a matéria de capa de um caderno de moda, contribui para o processo de fetichização dos corpos trans, entendido aqui como o incensamento de corpos vistos como objetos. Nas entrevistas, esse ponto foi especialmente acionado de forma crítica por quem trabalha com arte, mas as ponderações se dirigiram prioritariamente à produção jornalística. A sensibilidade do fazer artístico pareceu atuar como uma lente para a leitura do noticiário. Dramaturga, Danieli Balbi ponderou que as atuais formas de visibilidade comportam mais benefícios do que prejuízos, mas precisam ser revistas.

A vantagem da visibilidade é a humanização. O que me incomoda é que existe uma espetacularização, uma exotificação da transexualidade que é melhor resolvida hoje, quando a pauta LGBT emerge, mas ainda é resolvida como propaganda ou como exposição, mesmo que da melhor maneira. E é óbvio que

eu, enquanto produtora, alguém que está atrás, no *backstage*, que trabalha num outro lugar, num outro setor, que é o setor da elaboração, me ressinto porque ainda é muito difícil, por exemplo, apresentar a minha formação, que eu acho que é consistente enquanto dramaturga, enquanto roteirista, enquanto alguém que independente disso poderia estar em alguma mesa de roteiro. Eu demorei muito para estar numa produtora grande, trabalhando com uma equipe que não trata especificamente de questões... Que trata, óbvio, também, mas que não é uma equipe focada em LGBTI. Combate a LGBTIfobia. Então, eu me ressinto muito sobre isso. Também me ressinto em relação a isso porque eu acho, por conta da minha formação comunista talvez, entendendo a centralidade do trabalho, a cidadania precisa ser compreendida de forma global. Uma compreensão holística da cidadania. Então, para mim, inclui, não sei se centralmente, mas com força sempre, a questão do trabalho, a questão do ingresso no mercado de trabalho formal, principalmente quando a gente fala de mulheres transexuais e travestis, que estão sempre na prostituição. Então, eu sempre problematizo por que que a outra ponta é a modelagem ou é a exposição da figura e não é, por exemplo, a advocacia e, no meu caso, a produção de conteúdo (Danieli Balbi).

Danieli recorreu a um episódio pessoal para demonstrar como a fetichização dos corpos trans permeia as relações sociais desde aquelas de maior intensidade e afeto, por parentesco, por exemplo, até as mais distanciadas, construídas a partir dos meios de comunicação. Ela lembrou que o primeiro livro que ganhou de presente de sua mãe, por quem demonstrou enorme amor e admiração durante a entrevista, foi a biografia da modelo Roberta Close. O presente lhe despertou uma sensação dúbia porque, já sendo doutora em literatura com interesse especial por romances do século XIX, entendeu que o livro significava que o olhar de sua mãe estabelecia um elo entre ela e a modelo, considerada uma das mais belas do país na década de 1980, construído a partir da idealização da beleza do corpo.

Isso está ligado a uma transferência ou como se fosse de certa maneira uma liberalização – e eu não sei se esse é termo – para depositar uma série de fetiches sobre o corpo feminino em cima de pessoas trans, como se pessoas trans por serem trans e por estarem ou precisarem passar por uma série de modificações corporais na sua aparência estão mais abertas ou deveriam estar ou devem ser constrangidas ou são entendidas como alguém que procura a beleza essencialmente ou procura se inserir na vida e ser socialmente alguém que expõe essa sua mudança ou essa sua trajetória de vida pela aparência ou pela marcação da aparência. Isso, então, me incomoda (Danieli Balbi).

Seu incômodo – ela fez questão de frisar ao longo da entrevista – não está dirigido à presença das modelos trans na moda, mas, sublinhando sua orientação ideológica feminista comunista, reforçou que a sua crítica é gestada no bojo de um feminismo trabalhista emancipatório que compreende que a visibilidade nas revistas de moda é importante, mas não é exclusiva, nem suficiente.

A gente reclama muito de hipersexualização, de descarte, de prostituição compulsória. E eu acho que, óbvio, eu não estou comparando o fato de a *Vogue* ter lá as mulheres trans... Eu acho isso importante, eu acho que tem um impacto significativo. Eu não acho que a gente vai fazer a revolução com a *Vogue*, mas eu acho que isso tem um impacto significativo. Agora, será que isso não é um resquício justamente da grande fetichização sobre o corpo? Junto e em interseção com a transexualidade, coloca-se e cabe a exposição da transexualidade. (...) Eu não estou atacando modelos trans. Eu acho ótimo! Acho que tem isso, mas não é só isso (Danieli Balbi).

Além da beleza, outro elemento acionado na cobertura jornalística que contribui para a fetichização dos corpos trans é o que expõe e explora os sofrimentos. Apesar de deslocamentos recentes, dos quais as pautas de moda são indício, a visibilização das formas de violência ainda está muito presente. Ao explorá-la, a cobertura noticiosa tradicional contribui para alimentá-la mesmo quando o que supõe fazer é denunciá-la. Esse tipo de enquadramento equivocados, porque reduzido e tratado como exótico, foi apontado a partir de coberturas recentes no noticiário nacional.

Toda a questão da mídia, do entretenimento pega muito as nossas dores e conta de uma forma como se fosse espetáculo e, na verdade, não é. Na verdade, a gente tá falando de gente morrendo o tempo todo, saca? Teve mais um caso agora. E, além dessa moça que faleceu no hospital, porque ela foi fazer uma cirurgia (para colocação de prótese mamária). A Lorena. Além dela, teve uma outra que faleceu semana retrasada. Uma nova. (...) Foi assassinada. Então, o tempo todo a gente tá tendo que lidar com isso, sabe? Vamos pensar. Vamos ter um pouco de cuidado para não atravessar essas pessoas, essas histórias, porque é muito foda. Não que essas mortes não tenham que ser faladas. Isso tem que ser dito. Inclusive existe a Antra, que contabiliza. Existem esses dados porque isso para a gente é importante para a gente poder lutar contra isso. Mas as nossas vidas não são só sobre isso, né? Isso que me preocupa (Kaique Theodoro).

Kaique Theodoro se referia às mortes de Lorena Muniz, de 25 anos, e Keron Ravach, de apenas 13. As mortes haviam ocorrido poucos dias e semanas antes da entrevista. Como registrado no dossiê da Antra (NOGUEIRA; BENEVIDES, 2021), a primeira faleceu em São Paulo após ser abandonada durante um incêndio numa clínica na qual se internara para colocação de próteses mamárias. A segunda foi espancada no interior do Ceará. Matérias que circularam em portais de notícias nacionais relacionaram o horror à prostituição: “Jovem trans de 13 anos foi morta pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito” (G1, 2021). Em outro site nacional, o enquadramento foi diferente: “Keron, 13, brutalmente assassinada no mês da visibilidade trans: a vítima mais jovem do transfeminicídio no país” (VASCONCELOS,

2021). A oposição entre os sentidos contidos numa e noutra notícias poderiam desconstruir a argumentação de Kaique Theodoro se não fosse um detalhe: o fato de o jornalista que assina a segunda matéria ser um homem trans. Desse modo, ao contrário, sua fala é reforçada. A ocupação dos espaços de construção dos sentidos sociais por pessoas trans parece ser fundamental para a humanização de suas histórias de vida.

Além da visibilidade relacionada aos óbitos violentos, há a visibilização forçada da identidade de gênero. Um caso de ampla repercussão nacional, já mencionado na tese, foi lembrado por outro jovem homem trans durante as entrevistas: a reportagem do programa *Fantástico*, exibida em 3 de fevereiro de 2019, sobre a morte de Lourival Bezerra, explorada com intensa carga dramática como um segredo descoberto.

Pelo amor de Deus. (Ele estava) No campo, quietinho lá, na dele, vivendo a vida dele de boa. Faleceu. E aí fizeram toda a questão de explorar que o cara era um trans. Botaram o nome dele de batismo. Eu fiquei muito horrorizado. Nossa, essa notícia me fez muito mal quando eu soube disso. Eu fiquei me perguntando muito. Porra! A gente luta, luta, luta e não tem nem direito ao luto? Por que que fazem isso?!?! Eu me perguntava: por que que uma pessoa que faz jornalismo, ela estuda para isso, né? Tem toda uma questão de ética e é um ser humano que está sendo tratado ali. Você não está falando de uma manchete, sabe? Antes é um ser humano, então... Quem foi essa pessoa? Por que que ela se colocou desse jeito? O que aconteceu? Será que eu não estou atravessando nada muito sério aqui, fazendo isso? As pessoas, sabe, sei lá... Um pouco de empatia... Mas, enfim, eu acho que vem muito desse lugar da exploração. Principalmente da dor (Kaique Theodoro).

Por outro lado, uma entrevista ao mesmo programa, citada como “uma das coisas mais importantes” feitas na vida por Marcelly Malta, pode ser incluída na armadilha da fetichização pela via da caricatura. Ela falou, ao lado da médica e ativista brasileira Camille Cabral. Radicada na França, ela foi a primeira transexual eleita naquele país ao ocupar uma cadeira no Conselho Municipal de Paris, cargo equivalente ao de vereadora, entre 2001 e 2008. Segundo Marcelly, a edição não contemplou aspectos mais realistas como o cotidiano de prostituição, que ela contou ter abordado, e se concentrou em fatos curiosos e engraçados da vida das travestis: “Aparecer no *Fantástico* não é para qualquer uma, né? Glória Maria me entrevistando, né? E dando gargalhadas o dia inteiro com nós, né? Foi uma entrevista, eu digo assim, fantástica, né?”. Sem ter conseguido localizar a entrevista, podemos pensar, a partir da fala entusiasmada de Marcelly, que o contraponto à exploração da dor não precisaria ser necessariamente o riso, faceta oposta da mesma da visibilidade construída a partir de condições vinculadas ao exotismo.

5.4. A ARMADILHA DA CAPTURA

Outra armadilha construída pela visibilidade é aquela que prende as pessoas a uma existência unicamente vinculada a questão trans. Mais do que uma queixa, a exposição desse efeito se constitui uma recusa à captura de suas vidas a uma dimensão identitária exclusiva. Na prática, essa armadilha furta o tempo e a energia a serem dedicados a outros interesses pessoais e profissionais.

Com a exposição de sua trajetória biográfica em notícias e redes sociais, Danieli Balbi percebeu um aumento no número de convites para participação em bancas acadêmicas e eventos científicos – mesas-redondas, simpósios e palestras – dedicados à discussão das questões trans, negras ou feministas. Também conta ter participado de uma peça publicitária sem cobrar qualquer tipo de contrapartida ou cachê. Ocorre que tais convites, que procura atender sempre que tem disponibilidade de tempo, concorrem com outras necessidades da vida acadêmica, como as publicações, produtos mais valorizados em seu campo:

Nos últimos anos, eu tenho batido muito o pé para discutir alguma coisa que não me capture de certa maneira, não me sequestre da minha área de atuação, que é a literatura, a teoria da literatura e a estrutura da literatura, agora especificamente falando de roteiro dramático, de dramaturgia, que são as questões centrais da minha pesquisa. Então, a gente negocia muito. Mas eu acho que tem o impacto da visibilidade que faz o meu nome circular e isso respinga na academia, que é onde eu atuo (Danieli Balbi).

Este tema foi, inclusive, problematizado por ela com certo desconforto em dado momento da entrevista. Durante a conversa, Danieli disse que estava se sentindo cobrada a justificar por que não incluía pessoas trans em seus trabalhos, embora nenhuma pergunta tenha ido nessa direção objetivamente. Uma referência à sua atuação profissional suscitou o deslocamento da conversa para a produção audiovisual sobre o tema.

Eu me apresento como uma pessoa trans, mas eu me sinto... Por exemplo, nesta entrevista nossa, não me leve a mal, né? Eu acho que você é uma grande pesquisadora e agradeço pelo seu interesse no tema, mas parece que eu tenho que estar sempre me justificando porque que, enquanto produtora de conteúdo, eu não me interesso ou não me interesso agora ou nunca apresentei nada que falasse especificamente da transexualidade, nenhuma protagonista trans ou nenhum protagonista trans, ou o universo LGBT não apareça centralmente como conflito dramático nas obras que eu apresento agora, né? E aí eu digo – olha só como é que é a cabeça do cerceamento militante hoje, que eu acho que é um pouco sobre também o que a gente está falando aqui: de antemão me justifico: mas, Tatiana, a questão negra sempre aparece na minha produção.

As protagonistas são mulheres negras, né? Porque tem uma questão de transferência (Danieli Balbi).

Ainda que a pergunta que motivou essa resposta tenha sido a respeito de seu olhar profissional sobre os sentidos em produções audiovisuais, como *A força do querer*, ou seja, não lhe fazia uma provocação quanto a seus próprios trabalhos, é possível que a maneira como ela foi inserida na conversa tenha despertado algum atravessamento de sentido que a levou a manifestar essa reflexão que não poderia ser desconsiderada e nos ajudou a entender melhor as repercussões adversas da visibilidade¹⁰⁹.

Se a armadilha apontada por Danieli se coloca para fora, há um segundo elemento relacionado a esse engessamento que estamos tentando discutir que se dá dentro dos movimentos. Em diferentes entrevistas sobressaiu o entendimento de que os temas caros às transmasculinidades ficam subsumidos nas discussões políticas mais amplas. A necessidade de frequentemente colocá-las em evidência parece causar esse indesejável efeito de encapsulamento. Kaique Theodoro expôs essa situação, mas enfatizou que se trata de uma questão a ser solucionada internamente, delimitando de forma muito polida a fronteira até a qual a entrevista poderia ir.

É complicado. É uma coisa que a gente tem que discutir muito entre os nossos e nossas, porque é foda (risos). Às vezes, eu percebo que há uma vontade de invisibilizar também as transmasculinidades e, ao mesmo tempo, a gente não tem um... Fica muito aquela coisa de como é que vamos nos colocar para não ficar naquele lugar do macho que está querendo impor alguma coisa e não é sobre isso. A gente sabe que não é sobre isso (Kaique Theodoro).

Nesse sentido, voltamos ao ponto sobre a legitimidade de fala e observamos em outra entrevista que, além dos temas que capturam as pessoas, há as pessoas que capturam certos temas. A esse respeito, Ivana Spears se colocou no lugar da atuação negativa desse efeito também interno ao movimento. Segundo ela, por ampliar sua visibilidade após a campanha do Ministério da Saúde, passou a falar e a divulgar com intensidade ações de prevenção contra ISTs e HIV/Aids. O resultado em sua vida pessoal é que foi acusada por outras pessoas trans de querer se promover ou “aparecer”.

¹⁰⁹ A pergunta foi: “Já que você falou sobre essa sua atuação dramaturgica, você diria que... Eu vou extrapolar um pouco, mas você diria que as produções audiovisuais têm priorizado, têm dado visibilidade para a questão trans? E aí eu vou fazer referência diretamente à novela *A força do querer*, que foi exibida em 2017 e reprisada no ano passado, como um exemplo disso, porque tem aparecido muito nas entrevistas. Queria saber como você vê a construção dos sentidos nesses produtos audiovisuais”.

5.5. A ARMADILHA DA APROPRIAÇÃO DAS PAUTAS TRANS

Por fim, um último risco decorrente da visibilidade foi identificado durante as entrevistas: o da apropriação das pautas trans pela cisgeneridade. Essa armadilha é criada por grupos que supostamente ocupam campos opostos na disputa discursiva sobre as questões trans. De um lado, estão entidades que se afirmam aliadas, mas capturam a visibilidade trans para obterem vantagens para si próprias. O próprio campo acadêmico é acusado desse tipo de prática. Essa crítica, verbalizada principalmente durante eventos científicos, teve efeitos nítidos na produção da tese. Durante todo o processo, houve muitas reflexões internas e externas sobre os limites cabíveis nas interações entre uma mulher cis ocupando a função de entrevistadora/autora e as pessoas trans entrevistadas, em posição diferente. O esforço o tempo todo foi o de tentar minimizar as assimetrias dessas formas de participação não apenas na construção dos argumentos, mas também na redação do texto que procura destacar a fala das pessoas entrevistadas e suas contribuições para o encadeamento dos pontos teóricos. Não é à toa que, com frequência, a voz autoral tenha ficado um tanto abafada e tenha sido necessário modular a dimensão polifônica e dialógica que se desejou valorizar. Mas este trabalho terá sido incoerente se tiver se tornado instrumento daquilo que critica. Durante as entrevistas, porém, os setores que foram mais apontados como responsáveis por armar essas emboscadas, por motivos distintos, não foram o acadêmico ou científico, e sim o econômico e o político.

Considerando que recentemente a expressão de diversidade passou a ser um valor para atrair consumidores e clientes em muitas empresas, a abertura de vagas de trabalho para pessoas trans pareceria algo altamente desejável, como de fato é. No entanto, o modo como os processos de recrutamento e seleção ocorrem nem sempre oferecem oportunidades de fato. Marcelly Malta se queixou muito duramente de ações que procuram atrair pessoas trans *pro forma*.

Referência em seu estado por liderar a ONG Igualdade, ela contou que é frequentemente procurada para intermediar a contratação de pessoas trans por empresas. Durante a conversa, em fevereiro de 2021, ela relatou que, naquela semana, estava passando por uma situação que classificava como discriminação contra a população trans. Ela havia sido procurada por uma funcionária do setor de Recursos Humanos de uma grande rede de supermercados que pedia indicação de candidatas. Marcelly entrou em contato com várias meninas trans e travestis – que, sofrendo os impactos da pandemia de Covid-19, estavam precisando de emprego e dispostas a atuar em qualquer função – e as orientou a entrar em contato com a contratante. Poucos dias depois, começou a receber retornos decepcionados pelas expectativas frustradas diante das exigências feitas.

Agora, estão todas me ligando, dizendo: “Marcelly, eu não consegui a vaga porque eles querem mais qualificação, eles querem que tu tenha mais capacidade, que tu tenha trabalhado”. Aí eu digo: bota que tu foi puta! Até falei para uma isso: a gente tem que colocar isso. A nossa realidade é essa! Eu peguei e liguei para essa menina do RH e disse: pô, mas vocês estão exigindo muito. O Ministério do Trabalho quer que a população trans comece a trabalhar, que os mercados de trabalho abram vagas para a população trans. E tá abrindo vaga, aquela vaga entre aspas. “A gente tá fazendo a boazinha, a gente vai chamar...”. Mas eles colocam lá que não foi aprovada. Então, me enche de ódio. Não me manda mais pedir para as travestis e as trans começarem a trabalhar. Primeiro, temos que qualificar, fazer um trabalho com elas. Elas têm que começar a estudar, mas quem é que vai dar sustentabilidade para elas? (Marcelly Malta).

Além desse uso instrumentalizado da população trans, outra armadilha criada pela visibilidade relacionada à apropriação das pautas tem a ver com a usurpação de seus temas por forças conservadoras, que invertem os sentidos das demandas colocadas pelos movimentos sociais. A visibilidade das infâncias trans tem sido um exemplo de alvo desse tipo de operação.

No DF, a gente está construindo o 17 de maio. Queriam fazer (o Dia da) Visibilidade de Crianças Trans. Eu tô assim: pelo amor de Deus, não dá essa pauta para os fundamentalistas. Não dá, não quero, não apoio, não sou a favor. Eu acho que, de uma certa forma, a gente está mostrando para eles uma vitrine para eles se lançarem. “Olha aqui o que eles querem fazer com as nossas crianças, transformar mulher em homem”. Não é o momento. Não é estratégico. Eu acho que essa visibilidade tem que ser muito cautelosa (Bernardo Mota).

A preocupação de Bernardo Mota tem fundamento. A suposta defesa da integridade física e moral da infância tem sido uma das principais estratégias para instalação de pânico pelas organizações de direita, mesmo as nem tão extremas assim. Movimentos religiosos de orientação cristã têm mirado nessa pauta para mobilizar sistemas de crenças, valores e afetos suficientes para criar identificações político-partidárias (CLÉBICAR; BRASILIENSE, 2021; LEITE, 2019). Isso nos leva de volta à discussão teórica do capítulo 3: já estão em vigor condições de comunicabilidade capazes de sustentar a visibilidade das crianças trans sem que se criem novas armadilhas?

6. REVER-SE, REVER-NOS: A ETAPA DEVOLUTIVA

Uma noite ela passou a noite toda diante do espelho chamando por ela mesma. Chamava, chamava e não respondia.

(Conceição Evaristo)

Num contexto em que a experiência se tornou credencial ora necessária, ora suficiente para respaldar o que se fala sobre o mundo – reivindicada por um irrevogável movimento político em prol da inclusão em várias esferas sociais, incluindo a produção de saberes –, uma pesquisa sobre visibilidade trans conduzida por alguém que não cruzou qualquer barreira de gênero poderia não encontrar legitimidade entre as pessoas com as quais se desejava dialogar. Os encontros que a alteridade proporcionaria provocaram considerável apreensão desde o primeiro momento. Neste tópico, trataremos de uma necessidade percebida já no início da pesquisa e ressaltada na etapa das entrevistas: uma construção de conhecimento compartilhada. Na prática, essa percepção enquadrada pelos marcos teóricos do trabalho se traduziu na inclusão de uma etapa metodológica que não havia sido inicialmente prevista. Como contaremos a seguir, foi necessário retornar às pessoas entrevistadas num segundo momento para tornar a discutir com elas o que estávamos conseguindo ver sobre a visibilidade trans.

Conforme discutimos no início da tese, para lidar com a inquietação gerada pelo fato de estar à frente da pesquisa sobre transgeneridade uma mulher cis com outros marcadores sociais valorizados em nossa sociedade, como classe e grau de escolaridade, buscamos referências teórico-metodológicas que nos ajudassem a encontrar um modo de estar em campo respeitoso e confortável para todas as pessoas envolvidas. Para tanto, procuramos nos apoiar em autoras que discutem as assimetrias no contexto de investigações no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Pensando nas variadas formas de violência que a cis-heteronormatividade impõe a quem rompe as fronteiras de gênero, as pessoas trans que participaram das campanhas e notícias que compunham o primeiro nível de construção do corpus empírico, em tese, ocupariam o lugar de “subalternidade” que Gayatri Spivak (2010) tratou de problematizar. A autora critica, porém, uma visão essencialista e supostamente autêntica de experiências de escuta que certos pensadores, entre eles Foucault, advogam para si como se estivessem abrindo mão de fato de seu poder de criação. A autora conclui que nenhuma categoria subalterna pode realmente falar

se for compreendida enquanto tal, o que não significa desconsiderar e deixar de sublinhar as assimetrias que marcam os grupos sociais. Nesse sentido, acreditamos que desde o início adotamos uma postura tão horizontal quanto possível no modo de ver as pessoas que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Em muitos momentos, a relação de poder simbólico chegou a se inverter dado justamente o valor da experiência.

A partir do trabalho de Spivak, Linda Alcoff apontou um caminho possível para não essencializar “as pessoas oprimidas como sujeitos não-ideologicamente construídos” (ALCOFF, 1991, p. 22, tradução nossa). É preciso reforçar que, desde o início, a pesquisa não reservou para as pessoas trans um lugar fixo de assujeitamento, inclusive porque sabíamos que justamente as pessoas elegíveis para participar eram aquelas que tinham conseguido exercer de algum modo resistência às forças que lhes são contrárias. A saída para o dilema, segundo Alcoff, seria então conciliar a própria produção discursiva de quem desenvolve o trabalho intelectual com as produções desse/a outro/a que não é necessariamente transparente, autêntico/a e autocognoscível. Tal circuito dialógico é o que ela explica pela expressão “falar com”. Falar com sujeitos – ou com pessoas, como preferimos ao longo da pesquisa – implica em abrir a possibilidade de contra-argumentação que aponte para outros caminhos que inibam os riscos de apropriação e deturpação que as práticas de “falar por” e “falar sobre” alguém incorrem. Para a autora, a solução para se escapar desse perigo epistemológico estaria no próprio ato de falar.

Falar constitui um assunto que desafia e subverte a oposição entre o agente do conhecimento e o objeto do conhecimento, uma oposição que é fundamental na reprodução dos modos de discurso imperialistas. O problema de falar pelos outros existe na própria estrutura da prática discursiva, não importa seu conteúdo, e, portanto, é essa estrutura em si que precisa de alteração (ALCOFF, 1991, p. 2, tradução nossa).

Podemos criticar a opção da autora de recorrer às ideias de agente e objeto do conhecimento para construir seu argumento, mas a proposição que ela traz parece contradizer os termos que adota e dos quais procuramos fugir ao longo da tese. Ao sugerir criar condições de encontro e de fala, ela propõe condutas práticas para que essas falas sejam dialógicas, e uma delas é uma abertura genuína para ouvir as críticas. Da mesma forma, seria cabível acrescentar a necessidade de abrir-se ainda às dúvidas, aos receios, aos incômodos que nem sempre são expressos na forma de posicionamento contrário evidente, mas que carregam consigo esse sentido no espaço de uma pergunta ou mesmo de um silêncio. Valorizando as interações

dialógicas, a questão levantada reforçou a pertinência da realização de entrevistas neste trabalho.

Para tanto, levamos em consideração as recomendações de Jean Poupart para que as situações relacionadas às entrevistas fossem não só descritas como alvo de discussão de suas inflexões nos estudos. Foi o que tentamos fazer ao relatar e compreender determinadas questões levantadas durante as conversas. Ao mesmo tempo, para reconstruir os discursos a partir da pergunta e dos objetivos que orientavam a pesquisa, tentamos respondê-los a partir das categorias e interpretações que nem sempre foram colocadas de forma explícita, mas que pareciam fazer sentido para as pessoas entrevistadas num esforço de cocriação. Segundo o autor, é preciso

reconhecer que os discursos produzidos pelas entrevistas devem ser analisados tanto à luz dos enfoques dados pelos entrevistados (...) quanto à luz dos enfoques dados pelos pesquisadores. É nesse sentido que, sob uma perspectiva autocrítica, os pesquisadores são convidados a mostrar mais transparência quanto às influências que eles próprios sofrem (POUPART, 2012, p. 244).

Talvez transparência não seja o conceito que melhor se aplique a esse exercício intelectual. Acreditamos que a ideia de refração, à qual recorreremos ao longo de toda a tese, também aqui seja pertinente. Trata-se de procurar demonstrar como determinados fatores – além dos marcadores sociais já mencionados, eventos, memórias, heranças afetivas e culturais – atravessam a produção dos saberes.

Nesse sentido, recorreremos a Donna Haraway para demarcar que as explicações sobre o mundo dependem de “uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder” (HARAWAY, 2009, p. 37). Não há simetrias nas relações de pesquisa, o que não significa que elas não sejam dinâmicas e que as forças atuem em múltiplas direções a depender dos contextos. Autores como Becker e o próprio Poupart fizeram afirmação semelhante, mas a questão que Haraway traz, baseada numa produção de conhecimento feminista, é que esses saberes entendidos como localizados percebem naquilo que olham a capacidade de agenciamento que vai além do conhecimento supostamente objetivo. O principal ponto levantado por ela consiste em sublinhar que a produção de conhecimento é necessariamente parcial e localizada, mesmo quando não se chama atenção para essa contingência. A suposta neutralidade do homem, cis, branco não é neutra – e é preciso chamar a atenção para isso da mesma forma que não há neutralidade numa abordagem de uma mulher cis sobre a questão trans. Segundo ela,

O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar (HARAWAY, 1995, p. 34/35).

Esse lugar é definidor do sentido último da ciência que é a capacidade de explicar o “real” com alguma fidelidade. Entendemos, então, que a construção de saberes de que fala a autora não apenas tem lastro naquilo que se propõe a compreender como tanto maior será sua fidedignidade quanto mais explicitado for o lugar do qual se olha, se constrói e se fala. Ao longo do trabalho, procuramos enfatizar o lugar do qual olhamos para as questões relacionadas à visibilidade trans e os limites que ele define tanto nos modos de ver quanto nos de dar a ver. O fato de assumirmos que a reconstrução jamais será reflexo e, sim, refração do que se vê não reduz, no entanto, a expectativa das pessoas envolvidas de se reconhecerem, inclusive como autoras, do conhecimento produzido.

Nesta tese, essa tensão esteve permanentemente presente. Não foi imediata a percepção de que ela seria uma produção válida e legítima. Essa sensação pairou desde a proposta do projeto, passando pelas sessões de orientação, pelo exame de qualificação, pela negociação com as pessoas entrevistadas – antes e durante as conversas virtuais – até finalmente chegar na tessitura do texto. Algo que merece ser registrado é que isso não foi escamoteado. Foi colocado em perspectiva de forma reiterada de uma parte e de outra. Em mensagem eletrônica em que respondeu ao convite para participar da pesquisa, após ter solicitado e recebido o projeto submetido ao exame de qualificação e ao CEP, bem como o TCLE, Tom Grito deixou evidente seu incômodo com certas premissas, o que voltou a ser debatido durante a entrevista que ele de maneira crítica e generosa não se furtou a conceder:

Eu vou aceitar o nosso encontro online para esse papo, mas devo deixar registrado que me incomoda essa ótica da visibilidade e especialmente que a pesquisa seja conduzida por uma pessoa cis. Estou entendendo que você deixou isso também registrado em seu trabalho, mas é importante entender que este viés traz o olhar da cisgeneridade e atravessa o entendimento de algumas questões fundamentais que conceitualmente discordo. Especialmente o fato de que o termo cis não se opõe ao termo trans pois que não estão em igualdade de condições na sociedade, para haver oposição seria necessário que tivessem alguma equiparação entre os termos e isso não há. Outro incômodo é a ideia de visibilidade como o entendimento da cisgeneridade sobre nossos corpos. Quando a cegueira da invisibilidade é uma escolha política por uma norma que nos exclui em si (GRITO, 2021, n/p).

Esse é um exemplo do que nos motivou a problematizar, permanentemente, a perspectiva a partir da qual a pesquisa estava atuando no mundo. Na elaboração do texto, outras situações emergiram, como esperamos ter sido capazes de registrar ao longo dos capítulos. Por isso, no momento de (re)construir um saber localizado numa instituição de pesquisa da área da Saúde, por uma mulher cis, heterossexual, casada, católica, fruidora dos privilégios da branquitude, ainda que não seja caucasiana, a postura dialógica decorrente das escolhas teóricas, mas também de uma insegurança política – é preciso assumir – ensejou uma volta às pessoas entrevistadas. Esse retorno, não previsto, foi decisivo para conferir mais confiança à pesquisa nas duas pontas: a de quem viu – a entrevistadora – e a de quem se deu a ver – as pessoas entrevistadas –, ainda que essa relação tenha se invertido em alguns momentos. Como mencionamos anteriormente, uma das pessoas entrevistadas – Raicarlos Durans, do Pará – solicitou que uma foto fosse enviada antes de optar por sua participação. Para tentar criar alguma identificação possível, a imagem enviada captava o rosto da entrevistadora tendo ao fundo as águas da baía do Guajará e o Mercado Ver-o-Peso, juntamente com a informação de que havia sido feita dois anos antes durante o congresso da Intercom em Belém. Ao final da primeira conversa on-line, ele também enviou *print* da tela, ou seja, também estava fazendo seus registros.

Essa necessidade de “reencontrar” as pessoas entrevistadas, não para submeter o conteúdo ao seu crivo, mas para estabelecer mais uma rodada de troca, estava latente e ficou ainda mais nítida durante algumas entrevistas nas quais outros receios foram manifestados. Como registramos, durante uma das entrevistas, um/a/e participante considerou sensível a publicação de certas falas suas com a identificação, temendo represálias dentro dos movimentos trans e apropriações indevidas por movimentos feministas radicais ou conservadores, que têm se unido na defesa de uma ideia essencialista e biologicamente construída de mulher. A possibilidade de sigilo de identidade para toda a entrevista foi, então, reiterada. Ela já havia sido oferecida anteriormente no momento do convite. O/A participante, no entanto, preferiu que a maior parte da entrevista fosse identificada, por avaliar que seria importante que seu nome estivesse na pesquisa, o que reforça as tensões que procuramos apontar: é preciso ter visibilidade sem fazer dela uma armadilha. Acordamos, então, que os trechos considerados delicados seriam indicados durante a conversa e seriam tratados e publicados sob anonimato. Foi lembrado ainda que o sigilo para esses trechos seria garantido, mas que a possibilidade de inferência de sua identidade permaneceria como risco a ser ponderado. Assim, foi enfatizado que, caso mudasse de ideia, poderia voltar atrás a qualquer momento antes da publicação da

tese, mas isso precisaria ser verbalizado. Além desse caso, dois/duas participantes pediram, ainda durante a entrevista, acesso à transcrição de suas falas, ao que receberam confirmação imediata. As transcrições foram enviadas logo que concluídas e não receberam qualquer reparo ou consideração.

Levando em conta esse desconforto manifestado pelos/as participantes que pediram anonimato e acesso às transcrições, avaliamos que uma devolutiva da pesquisa antes de sua publicação seria importante, mesmo sem ter sido explicitamente demandada. Para tanto, consideramos voltar às pessoas entrevistadas, pela mesma ferramenta de videoconferência, num momento de maior amadurecimento da análise das entrevistas e da escrita da tese. Essa possibilidade foi oferecida a todos/as participantes, que puderam aceitar ou não de acordo com seu interesse e disponibilidade. Do ponto de vista da ética em pesquisa, a proposta parecia cabível. Para atender aos trâmites previstos nas normativas em vigor, esses mesmos argumentos que estamos trazendo aqui foram compartilhados com o CEP, por meio de relatório parcial, e obtivemos o aval necessário para seguir com a proposta.

Assim, após a consolidação da estrutura da tese e seus pontos-chave, voltamos a procurar os/as participantes com a proposta de lhes apresentar de forma parcial os resultados para os quais haviam contribuído e a tempo de fazer atualizações, ajustes e adendos antes de submeter a tese à banca examinadora e torná-la pública. Ao fazer o convite, sublinhamos que se tratava de uma escuta reverente, mas não subserviente. A ressalva não retiraria o direito de se retirarem da pesquisa a qualquer tempo, conforme informado no TCLE. Por outro lado, explicitava que não havia um compromisso de concordar com os aportes, mas de incluí-los nas problematizações. Essa preocupação se mostrou genuína quando uma das pessoas entrevistadas indagou se, caso fizesse a opção por retirar completamente sua identificação, causaria algum tipo de prejuízo à pesquisa, ao que foi assegurado que, além de esse ser um direito, poderíamos trabalhar com todas as suas declarações anônimas sem qualquer problema, se fosse essa a sua opção.

A esse respeito, convém lembrar que a volta às pessoas entrevistadas quase sempre representa uma inversão na relação de visibilidade: quem viu agora estaria se dando a ver. Em outros contextos, voltar às pessoas entrevistadas pode significar abrir mão de seu poder de construção da “verdade”. Em trabalho sobre a cobertura de saúde em jornais cariocas, observamos que não era raro que repórteres mostrassem trechos das notícias às fontes médicas ouvidas para checar as informações, mas faziam isso de forma “escondida”, contrariando orientação de editoras/es que, em consonância com certas lógicas da produção jornalística, entendiam que esse retorno conferia um poder às fontes que elas não poderiam ter (LEITE,

2016). Não parece ser esse o caso nas pesquisas que se propõem a dialogar com os/as participantes. A relação de poder é de outro tipo: é a do compartilhar o conhecimento, as informações, os acessos a determinados fatos.

Para realizar a nova etapa, desenvolvemos a seguinte estratégia metodológica: em encontros individuais também on-line, projetamos o sumário da tese, relembrando as premissas teóricas bem como os objetivos do trabalho e apresentando os pontos principais de cada capítulo. Ressaltamos que a dimensão dialógica repercutiu no privilégio das falas literais e, assim, mostramos como cada depoimento contribuiu para a construção dos argumentos do trabalho, tentando evidenciar o empenho de cocriação. Considerando que supressões e alterações poderiam ser demandadas, cada participante teve acesso direto apenas aos “seus” trechos, o que não nos impediu de reportar indiretamente outras passagens sem as respectivas identificações. Apenas na última devolutiva, alguns nomes que já haviam completado o processo todo foram mantidos.

Nesse segundo contato, uma preocupação especial envolvia a caracterização individual, incluída na Introdução. Felizmente, apesar de muito sucintos, os trechos provocaram sensação de autorreconhecimento. Foi necessário apenas atualizar algumas informações em alguns casos e corrigir o nome formal de uma das graduações cursadas. Alterações e acréscimos solicitados foram incorporados e assinalados nos capítulos anteriores. Aqui, neste tópico final, avaliamos ser necessário compartilhar algumas percepções comuns sobre essa estratégia metodológica, ou seja, sobre a etapa devolutiva em si.

Em primeiro lugar, é preciso informar que a adesão à proposta não foi unânime. A partir dos nove contatos feitos, foram agendadas seis devolutivas, mas apenas cinco foram realizadas de fato. As lógicas temporais da produção acadêmica contribuíram em parte para essa configuração. Tanto os convites quanto as sessões ocorreram em maio de 2022, aproximadamente um ano após a primeira rodada de entrevistas, feitas entre fevereiro e junho de 2021. De saída, obtivemos uma negativa justificada por questões de agenda. Essa resposta veio numa mensagem encorajadora, que ressaltou a confiança no trabalho a ser desenvolvido, e partiu de uma das pessoas que haviam solicitado a transcrição da entrevista. Com outra participante, o contato foi respondido, mas não houve a possibilidade de agendamento dentro dos prazos estabelecidos. Uma terceira pessoa entrevistada não chegou a dar qualquer retorno. Por fim, uma das seis entrevistas confirmadas foi suspensa no momento de sua realização. A pessoa informou que enfrentava um dia difícil, não teria condições de participar e solicitou que o material fosse enviado por escrito, no que foi atendida prontamente. A possibilidade de remarcarmos para outra oportunidade foi oferecida, mas isso acabou não ocorrendo.

Antes de detalhar essa última etapa é interessante observar que, a despeito de tentarmos nos manter em contato e disponíveis, enviando algumas mensagens em datas significativas, como no Dia da Visibilidade Trans, Dia Internacional da Mulher, festas de fim de ano, além de situações em que nos “encontramos” virtualmente com participantes, como congressos, a sensação de distanciamento se colocou. As devolutivas foram úteis também para demonstrar que o “convívio” se prolongou durante o tempo na medida em que, no âmbito da produção da pesquisa, suas vozes, ideias e imagens estiveram sempre presentes.

Eu até falei com a Rose em fevereiro: vem cá, aquela pesquisadora sumiu...
Aí a Rose falou: sumiu nada, ela deve estar em meio a todos os textos, pesquisando as pessoas, escrevendo, reescrevendo, comparando, investigando, lendo (Raicarlos Durans).

Trabalhamos, então, com cinco devolutivas. Alguns aspectos foram comuns. O primeiro deles tem a ver com a proposta de retorno. De modo semelhante, as pessoas entrevistadas se sentiram contempladas por receber informações sobre o produto acadêmico que ajudaram a construir e por isso ocorrer num momento anterior à sua publicação, ou seja, seriam as primeiras pessoas a conhecerem os resultados do trabalho e ainda teriam a oportunidade de intervir na etapa final de elaboração do texto. Essa percepção comum se expressou de forma mais clara na fala de Kaique Theodoro, que manifestou ainda preocupação em se certificar que o trabalho teria acesso aberto e gratuito. Segundo ele, que tem sido cada vez mais procurado para contribuir com pesquisas com diferentes graus de aprofundamento e níveis acadêmicos, o retorno não costuma ser frequente: “(essa produção) não está colocando a gente nesse campo de diálogo, mas sim como um objeto, sabe? E isso é tão cruel quanto uma transfobia também, porque é mais uma vez esse não-lugar, esse não-espaço” (Kaique Theodoro).

Uma vez garantido esse espaço, que em outros trabalhos vinculados ao cinema etnográfico assume a nomeação de *feedback* (SILVA JÚNIOR, 2018), um aspecto comum foi o que entendemos como uma autovalidação exógena a partir dos discursos refratados. Repetidamente, foram manifestadas reações de surpresa diante dos trechos apresentados, como se fosse necessária a mediação do olhar externo para se confirmarem as crenças e as percepções declaradas durante a primeira entrevista. Isso foi manifestado textualmente e remete para uma sensação de não reconhecimento das próprias competências.

Nossa, eu falei isso tudo? Que fala linda! Nem parece que sou eu (...) Toda essa história... Eu achei lindo tudo o que você me falou. Às vezes eu preciso ouvir de outra pessoa o que eu fiz, o que eu vivi (Ivana Spears).

Tá lindo, né? Eu realmente acredito muito nisso! (Bernardo Mota).

Eu estou adorando muito a devolutiva e o texto que eu falei (Raicarlos Durans).

Houve, por outro lado, a sensação de incômodo com a opção de preservar na transcrição das falas o tom coloquial. Preocupado com “arquivamento” de sua fala, Bernardo Mota solicitou ajustes na adequação do texto, evitando repetições de palavras e certas marcas de oralidade que pudessem contrariar a norma culta ou mesmo conferir um tom informal às suas contribuições. Pensando no objeto da tese, seu cuidado evidencia o tipo de visibilidade que deseja construir para si numa produção acadêmica. Como apontou, sua preocupação se legitima pelo que ele mesmo encontrou como resultado de sua investigação na dissertação de mestrado sobre arquivos transmasculinos, defendida dias depois da devolutiva. Após efetuar os ajustes solicitados, refletimos sobre dois aspectos presentes em sua fala. O primeiro tem a ver com um certo grau de isonomia. A manutenção dos discursos literais das demais pessoas entrevistadas poderia dar a sensação de hierarquia entre falantes? Avaliamos que, ao explicitar as opções feitas, essa probabilidade não se confirmaria, preservando a identidade enunciativa de cada participante. O segundo tem a ver com o reconhecimento, por meio da crítica construtiva, que o trabalho se soma a outros elementos na produção de visibilidade sobre as experiências trans. Se estava preocupado com o modo como suas declarações seriam reproduzidas, significa que via na tese potencial para ser lida por outras pessoas.

Nessa mesma direção, de modo a concluir o que percebemos como a tônica desses reencontros, compartilhamos uma sugestão e um pedido que injetaram a confiança necessária para que esta tese, proposta por uma mulher cis, fosse finalmente percebida como válida e legítima. Fazemos isso não porque são favoráveis ao trabalho, embora isso provoque uma sensação de contentamento, mas porque também reconhece a proposta como um elemento para a construção de uma forma de visibilidade que se alia às demandas de parte da população trans.

Tá linda essa tese. Depois você vai publicar um livro, né? (...) Eu autorizo já aqui, pode fazer um livro (Raicarlos Durans).

Será uma valia se você puder mandar um artigozinho falando desse trabalho para a gente. Vai ser uma satisfação também para propagar que pessoas como você se importam com a nossa história, com as nossas vidas e a nossa caminhada nesse Brasilzão (Tathiane Araújo).

Se, como defendemos ao longo do trabalho, visibilidade depende de quem se dá a ver, das condições e contextos do meio e de quem vê, uma mulher cis também é parte desse processo e, dessa perspectiva, também participa de um lugar específico do debate. Em alguma medida, esta tese é um metaproduto da refração da visibilidade: como a produção acadêmica vê, dá a ver e como é vista pelas pessoas e movimentos trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor.

Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.

(Guimarães Rosa)

Ao observar a emergência da transgeneridade como uma questão mobilizadora de debates nas esferas política e científica, permeadas por visões médicas, jurídicas, religiosas e artísticas que disputam a produção de regimes de verdade, propusemos uma investigação no campo da Informação e Comunicação em Saúde que a tomasse como objeto, levando em conta tanto as vulnerabilidades que mantêm a população trans nas periferias sociais e econômicas quanto suas potentes contribuições para a promoção de direitos e redução de desigualdades em diferentes campos sociais. Para isso, elegemos trabalhar com a categoria visibilidade, entendida pelo seu enquadramento teórico, metodológico e social.

Partimos da dimensão sensível, fundadora da filosofia ocidental, para compreender que visibilidade é uma categoria-chave para a comunicação na medida em que é mediação. Como proposto por Merleau-Ponty, a visibilidade está simultânea e indissociavelmente no olho que vê, no visível que se dá a ver e no meio – mais ou menos transparente aos sentidos que nos permitem apreender o mundo. Dinâmica, essa categoria não pode ser qualificada a priori. Apoiando-nos em outros autores, como Foucault, Bourdieu e Brighenti – homens cis europeus –, discutimos como visibilidade comporta ambiguidade: ela pode libertar ou prender, pode ser chave ou armadilha.

Com essas premissas em mente, tencionamos compreender como foram construídas as formas de visibilidade de identidades trans no contexto brasileiro desde 2004, quando um dia específico – 29 de janeiro – foi reservado para celebrá-la. Durante o percurso, procuramos caracterizar e qualificar produções discursivas sobre as pessoas que fizeram a transição de gênero em três instâncias estratégicas de produção de visibilidade – o Estado, o jornalismo e os movimentos sociais – e em três tipos de materialidades discursivas: campanhas, notícias e entrevistas. Nosso olhar esteve voltado de modo especial para as formas de nomear as experiências, de mostrar os corpos, de demonstrar os afetos e de reivindicar demandas. Também

estavam entre os objetivos da pesquisa compreender como as pessoas trans em espaços hegemônicos de visibilidade se veem e veem o olhar sobre si e como exercem no cotidiano práticas comunicativas capazes de fixar ou alterar o modo como são vistas.

Porosas, as três instâncias estão imbricadas, e as formas de visibilidade construídas são interdependentes. Do mesmo modo, agentes transitam por elas, ocupando posições e funções discursivas variáveis que refratam sentidos sociais (re)construídos nesses pontos de observação. Sabendo, então, que o processo se dá de forma recíproca nas três instâncias selecionadas de maneira deliberada, separamos para fins analíticos as três ações relacionadas à visibilidade: dar-se a ver, visibilizar e ver. Para discutir os três aspectos, adotamos uma estratégia narrativa que conjugou a discussão teórica e as análises com os depoimentos das pessoas trans que se dispuseram a participar da pesquisa e cujos critérios para interlocução foram detalhados.

Buscando priorizar as vivências trans, iniciamos a pesquisa recuperando marcos históricos do processo de construção social das identidades trans, agenciadas pelos sujeitos a partir de categorias científicas e biomédicas construídas pelo olhar do outro sobre corpos e experiências que se davam a ver em diferentes contextos e culturas. Destacamos ainda o modo como se relacionaram com taxonomias nosológicas e políticas para se fazerem inteligíveis para si e para a alteridade, incluindo o Estado, e, assim, gozarem de direitos civis e políticos. Com essa finalidade, foi necessário discutir o conceito de gênero, por meio do qual as experiências trans puderam ser vistas e compreendidas. Para isso, recuperamos as teóricas feministas que, a partir da discussão não essencialista sobre como se torna uma mulher, levou-nos ao entendimento de que as identidades de gênero – qualquer uma delas – são socialmente construídas e o componente biológico é parte concorrente e não decisiva em sua conformação.

As formulações de Rubin (1975), Scott (1995) e Lauretis (1994) apontaram aparatos sociais que se utilizam do gênero como tecnologia para o exercício do poder. As autoras adotam enquadramentos diferentes para mostrar, com nuances marcadas ao longo do trabalho, estruturas de poder acionadas para coibir quaisquer tentativas de reduzir as assimetrias em polos masculino e feminino, incluindo o apagamento de ambiguidades e das vivências em trânsito. A partir desses trabalhos, Butler (2017) coloca em cena a crítica radical à compreensão de que sexo comportaria a dimensão biológica e gênero, a cultura. Baseando-se em correntes filosóficas não-essentialistas, a autora aponta que não é possível “ser” um sexo ou um gênero e que ambas as categorias se constroem pela performatividade, que não depende do alinhamento entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Elaboraões transfeministas, como as de Preciado (2014), propuseram romper com quaisquer tentativas de se cristalizarem as identidades sexuais e de gênero. Na prática, no entanto, as pessoas trans e os movimentos sociais adotam as

estratégias possíveis para lidar com as tentativas de apagamento, entre elas uma certa condescendência com as categorizações biomédicas que, afinal, proporcionaram algum tipo de inteligibilidade às suas existências, garantindo-lhes acesso a certos espaços (CALIFIA, 2003). Posturas como essa não são unânimes. No Brasil, enquanto num dado período a categoria transexual ocupou esse lugar menos ambíguo, reivindicado por parte das pessoas trans, a identidade travesti se colocou como contraponto político à higienização e à medicalização. Atualmente, a noção de pessoas não-binárias continua a tensionar as formas de nomear e os lugares políticos dessas pessoas.

A dimensão biomédica foi trabalhada como um dos elementos, ainda no campo de ação de quem se dá a ver, que contribuíram para tornar as pessoas trans – por meio de seus corpos – mais visíveis. Isso não significa afirmar que ela é necessária ou fundamental, mas, como discutimos, ocupa um papel importante na consolidação dessas experiências. O processo de biomedicalização (CLARKE et al, 2003), visibilizado por experiências como as de Christine Jorgensen, cuja transição despertou grande interesse midiático no plano internacional, alargou as possibilidades do imaginário social em relação às intervenções corporais (HAUSMAN, 1995). À medida que o processo transexualizador, com suas técnicas ambulatoriais e cirúrgicas, desenvolve-se, novas possibilidades de procedimentos se concretizam, alterando não apenas os corpos, mas também as demandas e os afetos em disputa. Incorporadas ao SUS, essas novas tecnologias alteram as formas de subjetivação e abrem a possibilidade de imaginar novas formas de estar e agir no mundo. A ideia de pessoa gestante – que atualmente se aplica a mulheres cis e homens trans, mas num futuro não muito distante poderá aderir também a mulheres trans, quando transplantes de útero forem viáveis – é um exemplo do que tratamos aqui. A amamentação, por exemplo, já é uma realidade possível para essas mulheres.

Mas a realização dessas intervenções está num campo exógeno ao das pessoas trans, no espaço da mediação ou interface. Assim, discutimos os contextos políticos e partidários que contribuíram ou não para a visibilização das identidades trans. A partir de Foucault (2014) e Pollak (1990), tentamos entender quais foram as condições de comunicabilidade que permitiram transformar a ordem simbólica relacionada às questões trans. Para isso, elencamos eventos dos campos político, jurídico, sanitário, cultural e comunicacional, entre os quais a eleição de governos petistas, que se abriram aos movimentos sociais; a regulamentação de práticas biomédicas relativas ao processo transexualizador; a conquista do direito ao uso do nome social por meio de decisão do STF; a proliferação de produtos culturais e midiáticos, como novelas, filmes e séries, que narraram histórias ficcionais e documentais de pessoas trans;

e o processo de midiaticização, que alargou a possibilidade de (auto)construção e gestão da visibilidade.

Observamos como a construção de políticas públicas, fomentadas por gestões que priorizavam a participação social, por meio de sucessivas conferências (AGUIÃO, 2018; IRINEU, 2016), foi decisiva para que as pessoas LGBTQIAP+ pudessem construir uma identidade frente ao Estado brasileiro primeiramente – por meio do reconhecimento do direito ao uso do nome social em unidades de saúde, por exemplo, e, na sequência, em outras esferas sociais, como os campos culturais e midiáticos.

Para contemplar a terceira ação implicada no processo de visibilidade – ver –, discutimos como as três instâncias que escolhemos têm visto as questões trans e refratado os sentidos sociais sobre o tema. Assumimos que a escolha desses três pontos de vista foi deliberada e justificamos sua importância neste momento histórico em que é impensável qualquer construção sobre gênero fora do Estado (VIANNA; LOWENKRON, 2017); em que os jornais ainda são espaços privilegiados para a compreensão do mundo (RIBEIRO, 2000); e em que as reivindicações políticas para as populações trans têm sido marcadas por movimentos sociais (CARVALHO, 2011, 2015).

Em consonância com o propósito de valorizar as pessoas envolvidas e reconhecendo seu protagonismo em todo esse processo, iniciamos a discussão pelo ponto de vista de quem luta cotidianamente para se ver como alguém que possa gozar de uma cidadania plena. Assim, articulando autores/as que vivem e discutem a transição de gênero no contexto brasileiro (ALMEIDA, 2012; ANDRADE, 2012; JESUS, 2015; LANZ, 2014; YORK, BENEVIDES, OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2015) com as experiências das pessoas entrevistadas, buscamos entender como as próprias pessoas trans se viram como tal e como se colocaram nos espaços públicos, encontrando similaridades entre as trajetórias biográficas. Também pudemos observar que atuação político-partidária, em confluência com o momento histórico que o país atravessou, favoreceu que certas pessoas se tornassem mais visíveis e suas experiências alcançassem uma circulação ampliada. Algumas delas chegaram a ocupar espaços de poder hegemônicos, o que não ocorreu sem tensões e contradições. Esse foi um ponto sensível da tese, que despertou o interesse das pessoas entrevistadas e demandou cuidado na abordagem, que não está totalmente pacificada: que tipo de visibilidade é possível construir em aliança com forças que operam pela invisibilização das identidades trans?

A segunda instância que privilegamos foi o Estado, por meio das campanhas do Governo Federal, uma tradicional estratégia de comunicação estatal no Brasil (FERNANDES, CHAGAS, SOUZA, 2011; CARDOSO, 2001). Num intervalo de 15 anos em que localizamos

materiais produzidos, identificamos quatro modos de ver as identidades trans, a começar pela ressignificação da identidade travesti, a primeira a surgir no léxico gênero-dissidente. Coube à campanha “Travesti e respeito”, promovida de forma mais ampla e visível em 2004, no Governo Lula, embora tenha sido herdada da gestão anterior, o destaque institucional que resultou posteriormente na criação do Dia Nacional da Visibilidade Trans. Outras três campanhas – “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” (2010, 2012), Campanha de Carnaval (2012) e Dia Nacional da Visibilidade Trans (2013) – veem as travestis como detentoras de direitos à cidadania, ainda que os evoque no âmbito da saúde e por associação às políticas de prevenção às ISTs, como Pelúcio (2009) já havia apontado. A ideia de superação de uma identidade estigmatizada (GOFFMAN, 1981) predomina nesse momento.

Entre 2013 e 2016, a demanda pelo direito à saúde se intensificou e se deslocou para a reivindicação pelo cuidado integral. A ampliação do escopo não fura a barreira do campo sanitário, embora direitos do campo cível, como o uso do nome social, sejam acionados. Essa forma de o Estado ver as identidades trans coloca a Saúde como aliada em grande medida, mas mantém em circulação os sentidos vinculados à patologização das experiências de transição de gênero, valorizando numa concepção positiva de saúde que também comporta seus riscos (CAMARGO JR, 2007). Em 2017, embora a produção da campanha audiovisual “Poptrans” ainda esteja sob a responsabilidade da Saúde e a vinculação seja textualmente evocada, ela fica enfraquecida pelo teor dos depoimentos, que reforçam as múltiplas possibilidades identitárias contempladas pela sigla T. As formas como os corpos são mostrados e o uso da bandeira trans como símbolo alteram de maneira significativa como as vivências são percebidas: ocupam espaços domésticos, lugares de afeto e acolhimento, e têm uma representação visual política capaz de distinguir suas peculiaridades do conjunto das reivindicações LGBTQIAP+ que até pouco tempo atrás eram compartilhadas sob as cores do arco-íris.

Nos dois anos seguintes, os últimos de que conseguimos recuperar materiais, o enfrentamento da transfobia, ainda que não necessariamente nomeada, marca as campanhas. Esse enquadramento coincide com a decisão do STF de criminalizar as formas de violência e discriminação por identidade de gênero proferida em 2019. A ausência de campanhas – ou sua invisibilização – nos anos seguintes marca o governo Bolsonaro.

Acompanhando os sentidos em circulação no tempo histórico (BAKHTIN, 2011), os jornais atuaram como instância refratora para a visibilidade trans. Entendido como arena de disputa de sentidos e espaço privilegiado para a compreensão de fenômenos sociais que se iniciaram antes da popularização das redes sociais, o jornalismo viu as questões relacionadas ao Dia da Visibilidade Trans seguindo uma lógica que se iniciou muito próxima do Estado e

que, com o passar dos anos, foi se descolando, até que a data ganhasse valor-notícia suficiente para ser, ela própria, o mote para reportagens. Ainda em 2004, os jornais selecionados registraram a divulgação da campanha no Congresso Nacional com ênfases bastante diferentes. Quatro anos depois, antes que a segunda campanha fosse lançada, portanto, o jornal volta ao tema numa nota que ainda se refere às travestis no masculino e usa do chiste em favor da superação de um estigma que permanece presente. Entre 2011 e 2017, a forma de os jornais verem as questões trans se inverte e elas ganham apelo com um enquadramento glamourizado que fetichiza os corpos e as experiências. A partir de 2018, a visibilidade trans se consolida como efeméride a ser coberta pelos jornais, que pautam o tema independentemente da ocorrência de campanhas estatais. Os ganchos para as matérias são as violências, registradas pelo movimento social em dossiês anuais; as produções culturais que tenham artistas trans como protagonistas ou nas quais o assunto seja abordado; e questões relacionadas à empregabilidade. É expressivo o crescimento em espaço e valor conferido nos anos 2020 quando comparamos com as décadas anteriores.

A ampliação da visibilidade nas três instâncias ao longo dos anos analisados não se traduziu em efeitos necessariamente positivos. As demandas conquistadas e os avanços políticos ocorreram de modo concomitante com repercussões indesejáveis, consideradas armadilhas. Identificamos algumas delas, a saber: violência física, que se intensifica à medida que as pessoas trans legitimamente ocupam os espaços públicos, inclusive por meio de ações afirmativas que viabilizam o ingresso de uma parcela ainda diminuta, mas significativa, em instituições de ensino e produção econômica; “passabilidade”, que vincula a aceitação a uma leitura social dos corpos trans próxima daquelas obtidas pelos corpos cis, o que promove um apagamento das ambiguidades e reforça categorizações binárias das vivências; fetichização, que objetifica os corpos, as demandas e as pautas; captura, que se dá pela redução das experiências das pessoas trans às questões ligadas a gênero e sexualidade, retirando-lhes possibilidades de atuação em outras áreas de produção de conhecimento; e apropriação de suas pautas por pessoas e grupos cisgêneros em prol de benefício próprio, arapuca que esta tese se esforçou para não armar.

Com base em referências teóricas que angularam a forma como vemos a produção acadêmica, algumas estratégias foram adotadas para evitar incorrer no risco de apropriação indevida. Optamos por valorizar uma construção compartilhada tanto por meio das abordagens metodológicas quanto da redação do texto que desse a ver a riqueza dos encontros marcados pela diversidade. Partimos da premissa que só falam em pesquisa as pessoas vistas com alguma simetria de poder (SPIVAK, 2010). Desse modo, adotamos a sugestão de Alcoff (1992) e nos

pusemos a falar com as pessoas trans e não por elas, nem sobre elas apenas. Essa postura nos levou a usar o diálogo como método de trabalho, problematizando as formas de entrar em campo e as objeções colocadas durante as entrevistas. Ao considerar o que estava sendo dito e o que não estava sendo dito, avaliamos que seria necessário voltar às pessoas entrevistadas não apenas para devolver os resultados do que foi construído em parceria, como também para acolher quaisquer ajustes, adendos e considerações sobre aquilo que se tornaria visível com a publicação da tese. Em nenhum momento, deixamos de destacar que se trata de um conhecimento produzido com os limites e as possibilidades do olhar de uma mulher cisgênera, sublinhando que, como qualquer outro, trata-se de um saber localizado (HARAWAY, 1995). Essa experiência de pesquisa nos leva a defender a necessária ampliação do acesso à produção do conhecimento pelas pessoas trans, a ser ainda garantida e reforçada por meio de ações políticas e institucionais: “é preciso transver o mundo” (BARROS, 2010, p. 350).

Após a análise das entrevistas, das campanhas, das notícias, sustentamos que as formas de visibilidade trans, como puderam ser construídas e pelos sentidos associados desde 2004, são ainda insuficientes para um gozo pleno de cidadania por parte das populações gênero-dissidentes. Há um deslocamento da estigmatização para uma certa fetichização dessas pessoas e seus corpos. Apesar disso, contribuíram para os avanços conquistados – e atacados na atual conjuntura. Argumentamos, então, que as formas de visibilidade nascidas na Saúde e reconstruídas nos campos midiático e cultural são incompletas e problemáticas, mas possíveis; e foram, em alguma medida, agenciáveis pelas pessoas trans. Elas ajudaram, com a participação de pessoas cis inclusive, a humanizar vivências que, num passado não muito distante, podiam ser vistas como abjetas. Já não podem mais. E nisso não se pode retroceder.

REFERÊNCIAS

A) REFERÊNCIAS DO CORPUS: CAMPANHAS E NOTÍCIAS

ALVES, Martha. Ariadna afirma que transexuais ainda vivem sob o peso da violência. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C4, 31 jan. 2022.

BERGAMO, Mônica. Curto-circuito. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C2, 30 jan. 2013.

BERGAMO, Mônica. Curto-circuito. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C2, 29 jan. 2018a.

BERGAMO, Mônica. Curto-circuito. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C2, 29 jan. 2020a.

BERGAMO, Mônica. Direitos iguais. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C2, 20 jan. 2018b.

BERGAMO, Mônica. 'Vamos trocar emails', diz Suplicy a integrante do Pussy Riot. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. C2, 30 jan. 2020b.

BOTTALLO, Ana. De erro no nome social à falta de banheiros, vida acadêmica traz barreiras para cientistas trans. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B7, 29 jan. 2021.

BRASIL. **29 de janeiro é celebrado o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais**, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/mdhbrasil/status/1090215293140566016?s=27&t=Fp7_S3dwpXWji8YYWHGbZw>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **29 de Janeiro**: Dia da Visibilidade Trans. In: MOTA, Bernardo. Whatsapp [Conversa com o entrevistado]: 20 mai. 2022, 21h04.

BRASIL. **Campanha de Carnaval** – 2012. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-de-carnaval-2012>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Campanha do Dia da Visibilidade Trans** – 2013. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-do-dia-da-visibilidade-trans-2013>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Campanha LGBT** - Delegada Laura Teixeira, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yCGxqeLIZGY&t=3s&ab_channel=Mulher%2CFam%C3%ADliaeDireitosHumanos>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Campanha Travestis** – 2002. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-travestis-2002>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Campanha**: Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou – 2010. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-sou-travesti-tenho-direito-de-ser-quem-eu-sou-2010>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Campanha**: Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou – 2012. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-sou-travesti-tenho-direito-de-ser-quem-eu-sou-2012>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Capítulo 2** - Web Doc Pop Trans 20', 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OXEmL2O8f18>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Conheça a campanha**: “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/2016/01-janeiro/ministerio-lanca-campanha-voltada-a-saude-da-populacao-trans>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Nome social**: travestis e transexuais, um atendimento acolhedor como vocês merecem, 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-39582>>. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. **Webdocumentário Poptrans 15'**, 2017. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/video/webdocumentario-poptrans-15>>. Acesso em 10 jun. 2022.

CAETANO, Guilherme. Racha em mandato coletivo levanta discussão sobre o modelo. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 8, 6 fev. 2021.

CAMPANHA: Travestis na Câmara. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 8, 30 jan. 2004.

COSTA, Giulia; ALVES, Marcelo. Jogador trans busca sonho no futebol masculino. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 29, 29 jan. 2020.

CUNHA, Joana. Diversidade. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, A13, 28 jan. 2021.

DAMASCENO, Victória. Cadastros do SUS impedem pessoas de usar o nome social. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, B4, 29 jan. 2022.

DIAS, Pamela. Nas 'quebradas' da vida, lutando por um nome para chamar de seu. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 13, 30 jan. 2022.

FRASES da semana. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 2, 1 fev. 2004.

GABEIRA defende eleição de travesti para o Congresso. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. A7, 30 jan. 2004.

GOES, Tony. Trans e travesti são destaques em programação de canal pago. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, C6, 29 jan. 2022.

GOIS, Ancelmo. Hoje é dia da Visibilidade Trans. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 15, 29 jan. 2021.

GOIS, Ancelmo. Isso rola muito. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 18, 18 jan. 2012.

GOIS, Ancelmo. Olha o passarinho. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 14, 30 jan. 2008.

GREGÓRIO, Rafael. Contratada pela Universal, As Bahias e a Cozinha Mineira lança canção-denúncia. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. 4-4, 29 jan. 2019.

GUEDES, Ideídes. Adolescente trans de 13 anos é espancada e morta no interior do Ceará. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B5, 09 jan. 2021.

KOGUT, Patrícia. Em foco. **O Globo**. Rio de Janeiro, Segundo Caderno, p. 3, 19 jan. 2022.

MAIA, Diego; XAVIER, Karime. Pessoas transgênero encontram apoio na periferia paulistana. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B7, 29 jan. 2021.

NALIN, Carolina. Diversidade trans avança nas empresas. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 13, 29 jan. 2022.

NOVA/SB. Respeite as diferenças, 2017. Disponível em: <<https://www.novasb.com.br/trabalho/respeite-as-diferencas/>>. Acesso em 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, Flávia. Igualdade. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 22, 25 jan. 2011.

ORSINI, Bety. 2 em 1. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-4, 29 jan. 2011.

PINHO, Angela. Codeputada é destituída após post sobre retorno às aulas. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B5, 05 fev. 2021.

RIBEIRO, Luccas. As Baías dão guinada pop para furar a bolha. **O Globo**. Rio de Janeiro, Segundo Caderno, p. 2, 16 jan. 2021.

RODRIGUES, Arthur. Assassinatos de transexuais crescem 41%. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B5, 29 jan 2021.

SERVA, Clara; BONIFÁCIO, Maria Paula. Visibilidade trans. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. A3, 20 jan. 2022.

TORRES, Bolívar. Todos os gêneros. **O Globo**. Rio de Janeiro, Segundo Caderno, p. 1, 27 jan. 2020.

VANINI, Eduardo. Pepita. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 20, 24 jan. 2021.

VASCONCELOS, CAÊ. Moradores da periferia de SP falam sobre visibilidade trans. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. B6, 28 jan. 2022.

VISIBILIDADE trans. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. 54, 24 jan. 2020.

B) DEMAIS REFERÊNCIAS

A GAROTA dinamarquesa. Direção de Tom Hooper. Nova York: Focus Features, 2015. (119 min.), son., color. Legendado.

ABRANCHES JUNIOR, Nilton; ALMEIDA NETO, Arthur Marques de. Religião, Gênero E Território: Discursos Midiáticos Da Parada Gay De São Paulo. **Espaço e Cultura**, [S.l.], n. 38, p. 205-224, dez. 2015. ISSN 2317-4161. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29076/20566>>. Acesso em 10 mai. 2022.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 391. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575115152>>. Acesso em 10 mai. 2022.

ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. **Cultural Critique**, n. 20, 1991-1992, p. 5-32.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n.14, p. 380-407, ago, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2018.

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun. 2020.

ALVES, Marcelo Rodrigo de Avelar Bastos. **Publicidade governamental de utilidade pública em saúde**: configuração do circuito das práticas de produção na realização de uma campanha publicitária pelo Ministério da Saúde. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17860>. Acesso em 10 mai. 2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ANTRA. Instituições LGBTI nacionais repudiam omissão do Brasil em assinatura do Plano de Ação LGBTI+ no Mercosul. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/10/22/instituicoes-lgbti-repudiam-omissao-brasil-planolgbti-mercosul/>. Acesso em 1 jun. 2022.

ANTRA. Damares e o corpo trans de estimação... Twitter (@AntraBrasil), 18 nov. 2021. Disponível em: <<https://twitter.com/AntraBrasil/status/1461362811007692810>>. Acesso em 10 mai. 2022.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-

14982006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>.

ARANTES, Ariadna. Quando alguém falar... Twitter (@ariadnalive), 21 jan. 2022. Disponível em: <<https://twitter.com/ariadnalive/status/1484559278560141316>>. Acesso em 10 jun. 2022.

ARAÚJO, Condeixa de. [A.C.] O corpo transexual: o pontapé inicial na construção de uma cartografia que colabore na reflexão de como a transexualidade foi construída pela imprensa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: Intercom, 2018.

ARAÚJO, Inesita Soares de. Materiais educativos e produção dos sentidos na intervenção social. In: MONTEIRO, S.; VARGAS, E.P (Orgs.). **Educação, Comunicação e Tecnologia: interfaces com o campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 49-69.

ARAÚJO, Inesita Soares de. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ASSIS NETO, Pedro Vicente. Uma nova visibilidade para as experiências trans?: uma análise das trajetórias de Elis e Ivan na telenovela *A força do querer*. In: Congresso Internacional da Abeh, 9., 2018, Ceará. **Anais [...]**. Ceará, Abeh, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. [VOLOSHINOV]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Hucitec, 2006.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. Leya: São Paulo, 2010.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: **O óbvio e o obtuso: ensaio sobre fotografia, cinema, texto e música**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 27-43.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.

BECKER, Howard S. De que lado estamos. In: **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Cap. 7, p. 123-136.

BENEVIDES, Bruna G. (Org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, Antra, 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2021. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 10 mai. 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna; LEE, Debora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 252-255, ago./dez. 2018.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos.

BENTO, Berenice. Brasil: do mito da democracia às violências sexual e de gênero. In: **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BESEN, Lucas Riboli. **"Pode tudo, até ser cis"**: segredo de justiça, cisgeneridade e efeitos de estado a partir de uma peciografia dos processos de retificação do registro civil em Porto Alegre/RS. 2018. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BOECHAT, Ricardo. Fez sucesso. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 9 out .1996.

BORBA, Rodrigo. **O des-aprendizado de si**: transexualidades, interação e cuidado em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ed. Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275. Relator: Min. Marco Aurélio Mello.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 1 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>>. Acesso em 10 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010,** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7388-9-dezembro-2010-609641-publicacaooriginal-130956-pe.html>>. Acesso em 10 mai. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.216-37,** de 31 de agosto de 2001. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2216-37.htm#art11>. Acesso em 18 abr. 2022.

BRASIL. **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero** (recurso eletrônico). Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, 2021. Disponível em <https://www.enfam.jus.br/publicacoes-3/colecao-enfam/colecao-manuais-e-protocolos/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-2021/>. Acesso em 10 mai. 2021.

BRIGHENTI, Andrea. Visibility: a category for the Social Sciences. **Current Sociology**, v. 55, n. 3, p. 323–342, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0011392107076079>>. Acesso em 30 jun. 2020.

BRITO, Arthur; GOMES, Dérick. A Festa da Chiquita: espaço sagrado e profano na festa do Círio de Nazaré - Belém-PA. **Revista de Geografia**, v. 33, n. 1, 2016, p. 208-227.

BURY, Michael. Chronic illness as biographical disruption. **Sociology of Health and Illness**, v. 4, n. 2, p. 167-182, jul. 1982.

BUTLER, Judith. Sex and gender in Beauvoir's Second Sex. In: **Yale French Studies**, n. 72, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality. **GLQ: Journal of Gay and Lesbian Studies**, v. 7, n. 4, p. 621–636, 2001. doi: 10.1215/10642684-7-4-621.

CAESAR, Gabriela. Quase 300 transgêneros esperam cirurgia na rede pública 10 anos após portaria do SUS. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/19/quase-300-transgeneros-esperam-cirurgia-na-rede-publica-10-anos-apos-portaria-do-sus.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CALIFIA, Pat. **Sex changes: the politics of transgenderism**. São Francisco: Cleiss Press, 2003.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. As armadilhas da “concepção positiva de saúde”. **Physis [online]**, v. 17, n. 1, 2007. p. 63-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100005>>. Acesso em 10 mai. 2022.

CARDOSO, Janine. **Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987-1999)**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Cap. 2.

CARDOSO, Janine; ARAUJO, Inesita. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARRARA, Sérgio. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 2019.

CARVALHO, Cleide. Com sonho de ser ator, vencedor do Mister Brasil Trans rebate críticas de que parece hétero: 'Padrão é cis, não sou padrão'. **O Globo**, 12 nov. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-sonho-de-ser-ator-vencedor-do-mister-brasil-trans-rebate-criticas-de-que-parece-hetero-padrao-cis-nao-sou-padrao-25274522>>. Acesso em 10 mai. 2022.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100512&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 ago. 2020.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito Prazer, Eu Existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil, 2015**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario Felipe. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185211, 2018b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CARVALHO, Mario Felipe. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2011. 147f.

CASTRO, Daniel; GALLO, Odara. Para atriz transexual, *A força do querer* teria evitado seu próprio sofrimento. UOL, Notícias da TV, 24 set. 2017. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/para-atriz-transexual-a-forca-do-querer-teria-evitado-seu-proprio-sofrimento-16774>>. Acesso em 10 mai. 2022.

CERTEAU, Michel. Estratégias y tácticas. **La invención de lo cotidiano**: 1. Artes de hacer. México: Universidad Iberoamericana, 2000, p. 40-45.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Merleau-Ponty: a obra fecunda. **Cult**, n. 123. São Paulo, 14 abr. 2008. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/merleau-ponty-a-obra-fecunda/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CLARKE, Adele; SHIM, Janet; MAMO, Laura; Fosket, Jennifer; FISHMAN, Jennifer. Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness, and U.S. biomedicine. **American Sociological Review**, n. 68, v. 2, 2003, p. 161-194. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1519765>>. Acesso em 10 mai. 2022.

CLÉBICAR LEITE, Tatiana; LERNER, Katia. Notícias sobre a nova classificação das identidades trans: uma análise das fontes citadas em reportagens publicadas no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019a. Disponível em: <[doi:https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1699](https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1699)>. Acesso em 10 mai. 2022.

CLÉBICAR, Tatiana; A construção social das identidades trans num jornal brasileiro: análise das fontes citadas em *O Globo* entre 1997 e 2007. In: **VI Escuela de Verano Alaic**, 2019, La Paz.

CLÉBICAR, Tatiana; BRASILIENSE, Danielle. “Nosso gênero vem de Deus: Normatividade heterossexual e cisgênera em vídeos religiosos infantis no YouTube. **Alceu**, v. 21, n. 45, 2021. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/58>>. Acesso em 10 mai. 2022.

CLÉBICAR, Tatiana; LERNER, Katia. A construção social das identidades trans na *Folha de S.Paulo*: análise das fontes citadas (1998-2008-2018). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019b.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). **Transexualidades: um olhar interdisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014, p. 13-23.

CONRAD, Peter. Medicalization and social control. **Annual Review of Sociology**, v. 18, n. 1, p. 209-232, 1992.

CONRAD, Peter. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução n. 1.482, de 19 de setembro de 1997**. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução n. 1.955, de 3 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652, de 2 de dezembro de 2002. Disponível em:

<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução n. 2.265, de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Disponível em: <

http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2019/2265_2019.htm>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias do Brasil. In: VITAL DA CUNHA, Christiana; LOPES, Paulo Vitor; LUI, Janayna (Org.). **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 121–131, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

FEINBERG, L. **Transgender liberation: A movement whose time has come**. New York: World View Forum, 1992.

FEMENIAS, María Luisa. Filosofía de la ambigüedad o el ambiguo lugar de las mujeres. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 56, e195602, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FERNANDES, Tania Maria Dias; CHAGAS, Daiana Crús; SOUZA, Érica Mello de. Varíola e vacina no Brasil no século XX: institucionalização da educação sanitária. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 479-489, fev. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FOLHA DE S.PAULO. ‘Manual da Redação’ da *Folha* chega à 5ª e mais ampla versão. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. 3-4, 18 fev. 2018.

- FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Prefácio de Michel Foucault, novela de Oscar Panizza, trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas, trad. Salma Tannus Muchail, 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Moderna, 1999b.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FRANCISCO, Alessandro de Lima. **Calçando os tamancos de Paul-Michel**: um estudo sobre a psicologia na problematização filosófica de Michel Foucault com base nos manuscritos inéditos dos anos 1950. 2017. 340 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FREIRE, Dante. E que as formas e cores sejam fronteiras para as pontes invisíveis. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo; CONCEIÇÃO, Vêrsio (orgs.). **Transmasculinidades negras**: narrativas plurais em primeira pessoa. Ciclo Contínuo Editorial: São Paulo, 2021. p. 65-70.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Trad. Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FUREDI, Frank. The end of professional dominance. **Society**, v. 43, n. 6, p. 14-18, 2006.
- FUREDI, Frank. **Authority**: a sociological history. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- G1. Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghml>>. Acesso em 10 mai. 2022.
- GELEDÉS. Governo Federal promove campanha de combate à violência contra trans, 201. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/governo-federal-promove-campanha-de-combate-a-violencia-contra-trans/>>. Acesso em 10 mai. 2022.
- GIANNA, Maria Clara. Ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais: cinco anos de desafios e realizações. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GRUPO Globo. Princípios editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>. Acesso em 30 jun. 2020.

GZH. Travesti consegue na Justiça o direito de mudar de nome na certidão. **GZH**, 2011. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2011/02/travesti-consegue-na-justica-o-direito-de-mudar-de-nome-na-certidao-3213086.html>>. Acesso em 10 mai. 2022.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, n. 82, 2011, p. 61-86.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, 2004, p. 201-246.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p. 7-41.

HAUSMAN, Bernice. **Changing sex**: transsexualism, technology, and the idea of gender. Durham: Duke University Press, 1995.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/38327>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

HOMRICH, Lalo Nopes. **Telenovelas**: a construção de personagens transexuais na Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUPE. **Boletim do HUPE**, v. 2, n. 20, 2021. Disponível em <http://www.hupe.uerj.br/wp-content/uploads/2021/06/Boletim-20mai-jun2021.pdf>. Acesso em 08 jan. 2022.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Estudos Feministas**, n. 1-2, dez. 2002.

IRINEU, Bruna. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014)**: homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Cidadania LGBTTTI e políticas públicas: identificando processos grupais e institucionais de desumanização. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). **Desfazendo gênero**. Edufrn: Natal, 2015.

JONES, Benjamin et al. Perceptions and motivations for uterus transplant in transgender women. **JAMA network open**, v. 4, n. 1, e2034561, 4 jan. 2021. Disponível em: <[doi:10.1001/jamanetworkopen.2020.34561](https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.34561)>. Acesso em 22 jun. 2022.

JUNQUEIRA, Heloísa; ABDO, Carmita. Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia. **Diagn. tratamento**, v. 23, n. 4, p. 147-151, out./dez. 2018.

KALIL, Irene. **De silêncio e som**: a produção de sentidos nos discursos pró-aleitamento materno contemporâneos. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016.

KELLY-SANTOS, Adriana, RIBEIRO, Ana Paula; MONTEIRO, Simone. Comunicação na hanseníase: a recepção de materiais educativos por profissionais e usuários do Sistema Único de Saúde, no município do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 6, n. 4, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KIRKPATRICK, Kate. **Simone de Beauvoir**: uma vida. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

LACAN, Jacques. (1961-1962). **O seminário, livro 9**: a identificação. Inédito. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36800>>. Acesso em 10 mai. 2022.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEAL, Aline. Cartão SUS vai ter nome social de travestis e transexuais. Agência Brasil, 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-28/cartao-sus-vai-ter-nome-social-de-travestis-e-transexuais>>. Acesso em 10 mai. 2022.

LEITE, Tatiana Clébicar. **Sobre jornalistas e médicos**: relações, contextos e mediações. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro, 2016.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago. 2019.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000200119&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jun. 2020.

LERNER, Kátia. **Memórias da dor**: coleções e narrativas do Holocausto. Brasília: Ibram, 2013.

LIBERDADE de gênero. Direção de João Jardim. Rio de Janeiro: Fogo Azul Filmes, 2016. Son., color.

LIMA, Luiza. Em busca da pessoa transexual “verdadeira”: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 25, n. 25, p. 267-292, 2 out. 2017.

LIMA, Stephanie Caroline Ferreira de. **Identidade de gênero**: (in)visibilidade e militância trans nos canais Mandy Candy e Thiessita do Youtube. 2020. 97f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

LIMA, Stephanie Caroline Ferreira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Transexualidade e visibilidade trans em mídias digitais: as narrativas de Mandy Candy no YouTube, **Semina**, v. 40, n. 1, 2019.

LIONÇO, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Debates.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MONART. Carta aberta do Movimento Nacional de Artistas Trans para todos os artistas cisgênero. In: *Cult*, 24 fev. 2018. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/carta-aberta-do-movimento-nacional-de-artistas-trans/>>. Acesso em 22 jun. 2022.

MONEY, John; HAMPSON, Joan; HAMPSON, John. An examination of some basic sexual concepts: the evidence of human hermaphroditism. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, v. 97, n. 4, p. 301-319, 1955.

MONTORO, Tania; DALLA SENTA, Clarissa. Orange é o novo gênero: ressignificações e transsignificações do feminino /masculino em formato televisivo para plataforma Web. In:

Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 24., 2015, Brasília. **Anais [...]**. Belo Horizonte, Compós, 2015.

MOREIRA, A. de L. **Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde: ressonâncias e interrelações na saúde indígena.** Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015.

MOUILLAUD, Maurice. O sistema de citações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: UNB, 2012, 3. ed.

NERY, João. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois.** 4. ed. São Paulo: Leya, 2011.

NEVES, Thiago; POSTINGUEL, Danilo; GONZALEZ, Fernando. O canto da quebrada: aberrâncias audiovisuais, friccionalidades e **transgressão** do sistema. In: Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 27., 2018, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, Compós, 2018.

NEVES, André Luiz. “Política é vida”: ativismo e saúde trans em Manaus. 2019. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PAZIN, Arthur. Orange Is The New Black estreia na tela da Band neste sábado. **UOL**, 03 mar 2020. Disponível em: <<https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/orange-is-the-new-black-estreia-na-tela-da-band-neste-sabado>>. Acesso em 10 mai. 2022.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: FAPESP; Annablume, 2009.

PINHEIRO, Eli. **Corpos que transitam: as trajetórias desafiadoras de dois homens.** 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de pós-graduação em Antropologia - Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

PITTA, Aurea. Por uma política pública de comunicação em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 85-93, 2002.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2000. Coleção Obra-prima de Cada Autor.

PODER 360. A evolução na circulação de jornais impressos e digitais no Brasil, Poder 360, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/a-evolucao-na-circulacao-de-jornais-impressos-e-digitais-no-brasil/>>. Acesso em 10 mai. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. **Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia.** Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PORTELA, Poema; FERES JUNIOR, João. Pessoas trans nas universidades federais do Brasil. Grupo de Estudos Interdisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA), 2021. Disponível

em: <<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/>>. Acesso em 10 mai. 2022.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 215-253.

PRECIADO, Paul [B]. **Manifesto contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. Introdução. In: PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 19-42.

RAUPP RIOS, Roger et al. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a discriminação contra pessoas LGBTTI: panorama, potencialidade e limites / The Inter-American Human Rights System and discrimination against LGBTTI: overview, potentiality and limits. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 1545-1576, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28033/20622>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RAUPP RIOS, Roger. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

REDE TRANS. Quem somos, s.d. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 10 mai. 2022.

REGO, Claudia de Moraes; MARCONDES, Carolina Costa. Leitura de um mal-estar na contemporaneidade: sexo, gênero e sexuação. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 24-34, jun. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun. 2020.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança LGBTI+, 2018.

REPO, Jemina. The Biopolitical Birth of Gender Social Control, Hermaphroditism, and the New Sexual Apparatus. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 38, n. 3, p. 228-244, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum (UFRJ)**, n. 11, p. 25-44, 2000. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113010121113A%20midia%20e%20o%20lugar%20na%20historia%20%20-%20Ana%20Paula%20Goulart%20Ribeiro.pdf> Acesso em 30 jun. 2020.

ROCHA, Rose de Melo; CAMINHA, Marina. Estéticas bastardas de subjetividades celebrizadas: sensualização, deboche e resistências no pop-funk de Lia Clark, **Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 26, n. 1, 2019.

RODRIGUES, Adriano. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2012, 3. ed.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.13, n.1, p. 179-183, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>.

RODRIGUES, Niki [E]. **Visibilidade trans na produção científica brasileira: contextos, temas, desafios e tendências**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Informação e Comunicação em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

RUBIN, G. The Traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayna. **Towards an anthropology of women**. New York: Columbia University Press, 1975, p. 157-210.

RUBIN, Gayle, Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality, trad. Jamille Pinheiro Dias. In: **Políticas do sexo**. São Paulo, Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALEIRO, Sandra. **Trans Gêneros: uma abordagem sociológica da diversidade de gênero**. 2013. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/7848>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, Chopelly. Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SANTOS, Joselyson Fagner. Travestimentas e transexualidades no entretenimento televisivo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

SANTOS, Marcia Cristina Brasil. **Aos trancos e barrancos: uma análise do processo de implementação e capilarização do processo transexualizador no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 508f.

SARDENBERG, Cecília. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: SARDENBERG, Cecília, MOTTA, Alda; GOMES, Márcia (org.). **Diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000, p. 75-107.

SARMENTO, Rayza. **Entre tempos e tensões: O debate mediado sobre a Lei Maria da Penha (2001-2012)**. 2013. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES [Online]**, v. 18, 01 dez. 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

SENNA, Paulo. A tia divertida de ‘O bofe’. **O Globo**, Revista da TV, p. 9, 26 nov, 2000.

SILVA, Livia Karoline Morais da et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300835&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jun.. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300023>.

SILVA, Luiz Martins. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2012, 3. ed.

SMITHSONIAN. Who designed the transgender flag? **Smithsonian**, 2022. Disponível em: <<https://www.si.edu/stories/who-designed-transgender-flag>>. Acesso em 10 mai. 2022.

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SOBREIRA, Isabel Levy. **Práticas de comunicação e saúde no ciberespaço: uma análise a partir da campanha nacional de combate à dengue 2011/2012**. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/7132>>. Acesso em 10 mai. 2022.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Alice. Jovem responsável por morte de Keron pode ficar internado até 2024. **O Povo**. Fortaleza, 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/2021/01/21/jovem-responsavel-por-morte-de-keron-pode-ficar-internado-ate-2024.html>>. Acesso em 10 mai. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLLER, Robert. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. Londres: Karnac Books, 1984.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. **A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Transrespeto versus transfobia en el mundo:** actualización TDoV 2018, 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_ES.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia até a atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VASCONCELOS, Caê. Keron, 13, brutalmente assassinada no mês da visibilidade trans: a vítima mais jovem do transfeminicídio no país. **Ponte**, 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/keron-13-brutalmente-assassinada-no-mes-da-visibilidade-trans-a-vitima-mais-jovem-do-transfeminicidio-no-pais/>>. Acesso em 10 mai. 2022.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal:** saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade.

VENTURA, Miriam; SCHRAMM, Fermin Roland. Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. **Physis** [online], v. 19, n. 1. p. 65-93, 2009.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 ago. 2020.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine. (Org.). **Vents d'Est, vents d'Ouest:** Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. 1 ed. Genève/Berne: Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, 2009, p. 151-163.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes e BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2020, v. 28, n. 3, e75614. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>>. Acesso em 10 mai. 2022.

ANEXOS

A. Outras peças gráficas produzidas para a campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” – 2012

A.1. Banner vertical



A.2. Banner horizontal



A.3. Faixa



A.4. Arte para blimp (balão)



B. Fôlder da campanha “Dia da Visibilidade Trans” – 2013



APÊNDICES

A. Transcrições dos vídeos das campanhas

A.1. “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” – 2010

A.1.1. Tathiane Araújo (55’)

Bem, meu nome é Tathiane. Eu escolhi esse nome por volta dos 17 anos de idade quando vi que minha vida se inclinava para o universo feminino e que eu era travesti. E esse nome foi escolhido porque meu nome de registro, que minha mãe me registrou começa com a letra T. Eu, então, eu queria algum nome que tivesse, que começasse com a letra T também e que eu me identificasse. Então foi esse o nome que eu achei bonito e que combinava com meu jeito,

minha feminilidade. Então, é a Tathiane, que até hoje conserva o sobrenome: Tathiane Araújo. Obrigada.

A.1.2. Fabrícia Marques (1'15'')

Bom, eu me chamo Fabrícia. Eu escolhi esse nome, na verdade, foi uma ajuda da minha mãe. Eu sempre perguntei para ela, na verdade, o que que ela queria se eu nascesse mulher, que nome ela colocaria em mim, né? Mas eu me inspirei primeiro em Fábio, que é meu nome de certidão e aí ficaram entre três nomes: Fabrícia, Fabíola e Fabiana. Então, minha mãe achou melhor, mais conveniente colocar Fabrícia. E para mim também Fabrícia soa mais forte, mais diferente, não é tão comum assim quanto Fabiana e Fabíola. E eu gosto de Fabrícia, tem uma boa sonoridade, tem um bom significado. As pessoas gostam de chamar também. E aí é esse meu nome. Fabrícia é o nome que eu escolhi para mim. Eu sou muito feliz sendo Fabrícia.

A.2. Campanha de Carnaval – 2012

A.2.1 Adriana K (3'25'')

Visibilidade trans é importante para você abranger novos conhecimentos, abranger o esclarecimento das pessoas não só para nosso orgulho como para o conhecimento da sociedade. Isso foi importante para a inserção da travesti na sociedade. Além do conhecimento da questão da saúde, da importância do ser humano em si. As travestis, elas têm uma questão do medo pelo trabalho delas na rua de pegar não só um HIV como qualquer outro tipo de DSTs, como uma hepatite ou qualquer outra que seja a doença, DSTs, é o medo muito grande. Porque elas estão muito mais expostas do que o próprio gay. Toda travesti também brinca no carnaval. Toda travesti, ela sai no carnaval e toda travesti transa no carnaval. Então, a importância disso, dessa prevenção, entendeu, não tanto quanto as travestis porque as travestis já têm essa consciência da prevenção, elas saem, e quando elas vão transar, vão conhecer um rapaz, elas já estão com a camisinha. Porque elas sabem que na maioria das vezes os homens não têm. Infelizmente, diante do preconceito, ainda existe a dificuldade de elas serem debochadas, de as pessoas zombarem, entendeu? E a questão social, justamente, muitos dos problemas é por causa do nome. O nome social. Então, ela não quer chegar num posto de saúde, ela não quer ser chamada como João ou como José. Ela é uma mulher! Ela tem seios, ela tem quadril, ela veste vestido, ela está de sandália, ela tem cabelos longos, ela está maquiada. Ela não vai chegar diante de um milhão de pessoas, está sentada esperando uma consulta e o médico fala: “José, a sua vez!”.

A.3. Campanha “Dia Nacional da Visibilidade Trans” – 2013 (1'03'')

Eu sou Ivana Spears. Sou artista da noite LGBT. Já trabalho com isso há 12 anos e sou travesti há dez anos. Ser travesti é você pegar uma caixinha com muitas coisas boas e muitas coisas ruins. No dia a dia de uma travesti, ela sofre preconceito quando ela sai de casa, para ir à padaria, de dia ou de noite. Eu sou feliz sendo como eu sou, mas eu seria muito mais se eu fosse respeitada. Eu não quero amor nem compreensão: eu quero respeito. Porque eu respeito e eu quero ser respeitada pelo gênero que eu escolhi. Disque Denúncia é 100. Disque e denuncie. Não fique calada¹¹⁰, porque a violência, ela agride e o preconceito agride tanto quanto. Mas o silêncio só é válido para aquele que agride. E eu queria que a sociedade melhorasse... Entendeu? Faça amor, mas não faça guerra. Eu tô aqui pra fazer amor.

¹¹⁰ A legenda do vídeo transcreve a palavra no masculino, mas o áudio parece estar no feminino.

A.4. Campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil” – 2016 (8’43’’)

Ser trans é ser guerreira, porque ser mulher é difícil, né? No Brasil. Aliás, até em outros países do mundo, não é só aqui. Agora, você imagina: ser mulher e nascer com o sexo biológico masculino, ter alma de mulher e assumir o gênero feminino. Ai! Os tabus são mais ainda, é bem pior ainda. Assumir o gênero feminino é difícil, é difícil! (Milena Passos, presidenta da Associação de Travestis de Salvador e diretora da UNALGBTB)/ É não ter cidadania, porque definir a sua sexualidade em função da sua genitalidade ou, aliás, qualquer... O gênero não se define pela anatomia. Anatomia nunca foi destino. O gênero é que define a pessoa. Então, a questão das identidades, elas são necessárias apenas para você se fazer inteligível na cultura, mas são criações sociais. O que é ser homem, o que é ser mulher? O que é ser feminino? (João W. Nery, primeiro transexual masculino operado no Brasil – RJ)/ Se ser hétero, ser gay ou ser trans não é uma doença mental, é do jeito que eu vejo, é um jeito de ser e se os héteros já ficam com muitos problemas – e Freud trabalhou muito em cima da sexualidade heterossexual e descobriu neuroses e angústias –, a vivência trans e a vivência homo é muito mais difícil dentro da sociedade e isso é uma causa muito grande de sofrimento para pessoas que têm isso no seu pacote e é uma dificuldade. E é muito cruel, às vezes, quando você chega no serviço de saúde em que você imaginava que você entraria para ser acolhido, para ser respeitado, para você, enfim, elaborar a sua vida e você toma uma invertida dessas e as pessoas não te chamam pelo nome que você se chama, não reconhecem a sua identidade de gênero e reproduzem dentro do serviço de saúde de alguma maneira todo o rol de preconceitos e discriminação que essas pessoas já vieram passando a vida toda. (Arthur Kalichman, médico do Centro de Referência Trans de São Paulo-SP)/ Achar especialista que saiba cuidar de homens trans já é uma coisa diferente porque é uma coisa muito específica. Tá tomando hormônio masculino, tem o corpo feminino... Você tá tomando hormônio. Se tá tomando hormônio feminino e tem um corpo feminino, como é o caso das meninas... Então, especialistas nessa área já ficam mais complicados, mas, assim, o acolhimento tem que ser diferenciado porque os meninos, eles se sentem muito constrangidos, por exemplo, de chegar numa sala de ginecologista e ter um monte de mulher lá. Pô, se você está indo para o ginecologista e o cara senta lá de barba, bigode e tal e fica todo mundo olhando, entende? Então, essa diferenciação, sensibilidade, tinha que ser um pouco mais detalhada, entende? Eu acho que é um ponto a ser visto de uma forma mais humanizada. (Leonardo Barbosa, homem trans e integrante do Ibrat-SP)/ Com o plano operativo da política LGBT como um todo, os estados e os municípios começaram a perceber que nós éramos uma população que tinha todas as outras doenças e precisamos cuidar delas e que só a porta do DST/Aids não dava conta. E aí a gente fazendo o nosso papel também nos estados e municípios, sensibilizando gestores da saúde, do estado e do município para receber essa demanda. (Keila Simpson, travesti e ativista em Direitos Humanos – BA)/ É uma grande jogada, assim de você poder trabalhar com sua comunidade, mas saber que conscientizar ela só não basta. Tem que sensibilizar onde está aquele problema para ela. E a travesti, o grande problema delas é a exclusão social em diversos campos. Na saúde, com o serviço do SUS e eu acredito que a gente tem que sempre estar nessa peregrinação. Estar sensibilizando esses profissionais a atender a demanda. Tipo: uma coisa que ainda é um desafio para vocês é fazer com que essas equipes do SUS estejam antenadas a nossa realidade de condição de construção física, com a questão da hormonioterapia. Às vezes, muitas das vezes, a gente sabe que é proibido, mas é uma realidade de aplicação do uso do silicone injetável. Tem que haver uma alternativa de se discutir isso porque é a realidade social de uma comunidade que se faz presente na sociedade. (Tathiane Araújo, travesti e presidente da Rede Nacional de Pessoas Trans – SE)/ A conquista

de normas como a Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, bem como a portaria que normatiza o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde é fundamental para garantir um direito e dar visibilidade à população trans, mas ainda é preciso avançar mais. É preciso transformar essa norma, essa conquista, esse direito em vida real e, para isso, nós precisamos de forma articulada, compartilhada, União, estado e município, com a parceria dos movimentos sociais, garantir que se torne vida real esse acolhimento com nome social bem como a hormonioterapia e as cirurgias no Sistema Único de Saúde. (Kátia Souto, diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (*Dagep/SGEP/MS*)/ Eu hoje sou uma trans negra superrealizada, superfeliz, sabe? Eu tenho uma família maravilhosa, tenho amigos maravilhosos e eu sei que, a partir de nossa história, a gente tem como mudar a realidade das travestis, que como eu vêm de comunidade, vem lá da base, que não têm oportunidade, porque o que mostra ainda na sociedade, principalmente nessa mídia é que para você ser aceita, você tem que ter o cabelo lisinho, ter os olhinhos clarinhos e nós que ficamos lá na base ficamos esquecidos, nós somos sempre a escória, nós que temos o cabelo ruim, nós que fazemos parte da lista negra e isso nos machuca ainda, mas Maria Clara não se afeta mais por isso. Isso fortalece, porque não matou até hoje... Fortaleceu. (Maria Clara, mulher transexual integrante do mecanismo de combate à tortura – PE)/ Eu percebo que, na grande maioria, as principais políticas públicas que aconteceram foram através da saúde porque foi a porta de entrada para as demais discussões que a gente tem tido. (Marina Reidel, mulher transexual e representante da ABEH no CNCDLGBT)/ Bom, a gente ser trans no Brasil hoje, assim, menos do que antigamente, mas é uma coisa muito difícil. Muito difícil porque, em função de a gente não corresponder às normas de gênero que estão preestabelecidas na cultura da sociedade, a gente sofre muito preconceito em todos os setores dos direitos sociais, educação, saúde, assistência social, segurança pública, família, tudo o que qualquer cidadão tem direito na sociedade, a gente tem menos porque nós somos tratados como menos cidadãos, como menos seres humanos. Então, é isso que uma política de saúde no SUS para atender a nossa população faz. Dá o tratamento correspondente a nossa humanidade, a nossa cidadania. Por exemplo, todo mundo precisa de assistência em saúde, específica ou não, está garantido na lei 8.080 do SUS. Todas as pessoas têm direito. O SUS é universal e é gratuito. Por isso que é importante a gente ter esse entendimento aqui. (Leonardo Tenório, homem trans trabalhador da saúde do Espaço Trans no Hospital das Clínicas – SP)/ Então, o papel dos profissionais de saúde é o acolhimento a isso, é reconhecer como uma demanda de saúde. E que deve ser atendida conforme disponibilidade. Então, eu acho que os serviços de saúde têm o papel de acolher, de reconhecer enquanto uma população que tem direito de ser atendida e a partir daí também oferecer aquilo que a gente tem de melhor para melhorar a qualidade de vida para que elas sejam pessoas mais felizes nesse mundo. Eu acho que a medicina, a saúde e os serviços de saúde têm uma grande contribuição a dar com relação a isso. (Tiago Feitosa, médico do Hospital das Clínicas de Recife – PE)/ Eu vejo um futuro melhor. Eu sou muito otimista. Eu vejo essa militância toda indo para a rua, eu tô vendo todo mundo lutando por direito. Eu tô vendo as coisas acontecendo e eu espero que, em breve, pelo menos a lei João Nery seja aprovada. (Leonardo Barbosa)

A.5. Campanha “Poptrans” – 2017 (14’03’’))

Eu sou travesti. Quem me aceita, aceita. Quem não aceitou não tem problema nenhum. Eu planejei minha vida para ser o que ela é hoje. (Marcelly Malta) / Eu me vejo muitas vezes num dilema, saca? Porque eu queria ser enxergada simplesmente como a Ludymilla. Mas aí em alguns lugares eu tenho que me apresentar enquanto a Ludymilla trans, preta e periférica. (Ludymilla Santiago)/ Um órgão genital ou uma fisiologia, que é uma coisa mais complexa do que só um órgão genital, mas que começa geralmente nessa ideia de órgão genital, que não é

isso que corresponde a ser homem. Não é isso que corresponde a ser mulher. (Eric Seger)/ Minha autoestima, ela vem se construindo porque eu saio da pessoa que ninguém entendia como garoto e agora eu pareço um garoto de 16 anos de verdade com bigode nascendo. (Bernardo Mota)/ A cirurgia para mim veio como se fosse para mim renascer novamente. Então, assim, eu costumo falar que a coisa mais importante da minha vida foi isso. (Cristiany Beatriz)/ Eu sempre digo assim: eu não preciso que ninguém me aceite; eu exijo que me respeite. (Glória Krystal)/ Essa regra genital que a gente está desafiando. Por isso que eu chamo de transterrorismo. É tu poder entender que um órgão genital ou uma fisiologia que é uma coisa mais complexa do que só um órgão genital, mas que começa geralmente nessa ideia de órgão genital, que não é isso que corresponde a ser homem e não é isso que corresponde a ser mulher. (Eric Seger, Porto Alegre -RS)/ Eu sou Marcelly Malta do Rio Grande do Sul, representando uma ONG de travestis e transexuais e eu sou uma travesti heterossexual. Todo mundo se olhou e vieram as perguntas, aquela enxurrada de perguntas. “Mas por que travesti heterossexual?” Eu nunca tive uma relação com mulheres, né? Entendeu? Nada contra, mas na minha concepção eu não iria conseguir fazer isso. Eu sou travesti. Quem me aceita, aceita. Quem não aceitou não tem problema nenhum. Eu planejei minha vida para ser o que ela é hoje. Quando eu falei que eu era uma mulher travesti, todo mundo começou... Veio aquela crítica. “Mas por que você fala que é mulher travesti? Não é mulher... As transexuais são mulheres transexuais.” Tudo bem, elas são transexuais, mas eu, Marcelly, eu sou uma mulher travesti. Eu não saio nem no portão da casa sem estar, entendeu, maquiada, com uma roupa feminina. Eu me sinto 24 horas uma mulher travesti. (Marcelly Malta, Porto Alegre-RS) / A minha questão pessoal íntima, a mulher Cristiany queria provar para ela que ela sempre foi aquela mulher que estava lá dentro, independente de ter um cabelo curto, uma aparência masculina, talvez pelos no rosto, né? Lá dentro tinha uma mulher, sabe? E eu queria externar isso, essa mulher que tinha dentro de mim. Eu sou uma mulher transexual hétero e tenho convivência com algumas mulheres transexuais que são homossexuais. Eu tenho uma amiga que é uma mulher transexual cirurgiada, passou pela cirurgia e hoje ela se relaciona só com mulheres. Ela.... Então a identidade dela enquanto mulher transexual... Ela correu atrás dessa questão da cirurgia para adequar o psicológico ao ginecológico porque a identidade dela é ser mulher transexual, mas ela tem uma orientação sexual homossexual. Muita gente questiona: “ah, então por que que ela fez a cirurgia? Por quê, se ela gosta de mulher?”. Não! Ela fez a cirurgia para ela se sentir bem com ela mesma. Para ela se relacionar com outra pessoa é uma questão pessoal de vivência dela, não tem nada a ver com identidade de gênero. Aí já é uma orientação que ela tem, uma orientação sexual. (Cristiany Beatriz, Goiânia-GO)/ Porque querendo ou não, travesti e mulher trans a gente tem uma ideia, né? Mesmo que uma ideia muito errada, muito equivocada, muito estereotipada do que é uma travesti, a gente tem uma ideia. Mas homem trans a gente acha que é uma sapatão masculinizada. Acha que é uma mulher muito masculina, mas isso não tem nada a ver com orientação sexual. Até porque eu sou homem e eu não gosto apenas de mulher. Então, eu não seria uma lésbica. Eu me envolvo com homens e com mulheres, eu sou bissexual. (Bernardo Mota, Brasília-DF)/ Eu sou um homem trans muito feliz porque ter a liberdade de ser quem eu sou, ter meus documentos num país onde as pessoas não têm esse direito, é algo surreal, sabe? E eu estou curtindo muito essa fase de ter essa liberdade porque é, assim, é muito novo para todo mundo e não é todo mundo que sabe respeitar. Então, se não há esse respeito e eu tenho isso, é muito privilégio e eu gosto muito dessa perspectiva que eu estou trazendo. (Cristian Auvray, Brasília-DF)/ Se eu nasci com vagina e fui criada enquanto mulher, eu vou me considerar uma pessoa cisgênera. Se eu sou uma pessoa transexual, eu provavelmente vou ter um sexo que não condiz com quem eu me apresento ou com quem eu sou. Então, eu enquanto mulher transgênera, eu, Ludymilla, não nasci ou não fui dita, desde o meu nascimento, mulher e Ludymilla. E aí é doido isso porque a gente vive nessa sociedade binária. Se eu tenho vagina, eu sou uma mulher. Se eu tenho pênis, eu sou homem e, por isso, fica. Mas não é isso que

acontece, né? Eu, enquanto mulher trans, eu não gosto de, sei lá, homens que gostam de outros homens. Eu vou gostar de homens que gostam ou se interessam por mulheres. E aí isso me coloca num patamar de heterossexualidade. Não são diferenças. São mulheres que possuem as suas características, as suas especificidades. E hoje eu uso como exemplo o seguinte: qual é a diferença entre uma mulher branca para uma mulher preta, a não ser a cor da pele? (Ludymilla Santiago, Brasília-DF) / Acho que a melhor forma de a gente entender as pessoas transexuais é a gente entender as pessoas cisgêneras, né? Se você pegar uma pessoa cisgênera, um homem cis, ele pode ser heterossexual, um homem que gosta de mulher; bissexual, gostar dos dois gêneros, ou homossexual. O mesmo pode acontecer com as pessoas transexuais. Eu, por exemplo, eu sou um homem transexual bissexual, eu me relaciono com mulheres e com homens. (Bernardo Mota, Brasília-DF) / E a gente não quer se autoafirmar. A gente só quer ser o que a gente é e pronto. Eu, às vezes, quando as pessoas me perguntam “Glória, tu é uma travesti, uma transexual?”, eu sempre faço questão de dizer que eu sou, antes de qualquer coisa, um ser humano. Eu tenho direitos, eu tenho deveres, eu tenho obrigações para com a sociedade, que eu estou neste mundo e que eu não estou neste mundo a passeio. Eu escrevo a minha história todos os dias, né? E respeito as pessoas independente da religião, independente de raça, independente de orientação sexual. Eu não preciso que ninguém me aceite, eu exijo que me respeite. (Glória Krystal, Porto Alegre-RS) / E aí não desisti. Continuei a ir, sempre de tempos em tempos, indo no hospital, procurar como que estava. Foi quando saiu o processo transexualizador, a conquista, a portaria. Nossa! Agora então vai começar tudo, né? Só que era uma fila de espera e eu não sabia ainda como era o procedimento. Que você tem que passar por terapias, acompanhamento multidisciplinar. Eu achei que eu só fosse ter que esperar. (Cristiany Beatriz, Goiânia-GO) / Quando a pessoa está no processo transexualizador e não tem a paciência para esperar porque são dois anos de acompanhamento e tem mais condições, vai para outro país fazer a cirurgia. Eu acho a coisa mais errada que tem porque a gente vê... Eu conheço muita gente e eu conheço muitas meninas que se arrependem. E aí dizem: “ah, não deu certo?” Não, simplesmente se arrependem. É um direito do ser humano. Hoje eu quero isso, amanhã eu posso não querer. Então eu acho que é importante esses dois anos de acompanhamento, esses dois anos com psicólogo para ver se é aquilo que tu quer, se tu vai se sentir acolhida, se tu vai se sentir bem, se tem a ver com o que tu pensa, se o corpo tá trabalhando junto com teu pensamento. Se vocês estão dialogando, pensamento e corpo. Muitas vezes isso não acontece. Eu, por exemplo, eu me sinto muito feliz do jeito que eu estou. A única operação que eu fiz foi da fimose e está ótimo para mim. (Glória Krystal) / Esse período muitas vezes muitas pessoas até mesmo do movimento social questionam: “ah, não precisa desse tempo todo”. Eu acho que esse tempo, ele é para você se preparar para a cirurgia porque é uma cirurgia delicada. A cirurgia para mim veio como se fosse para mim renascer novamente. Então, assim, eu costumo falar que a coisa mais importante da minha vida foi isso. E aí eu lembro do meu primeiro banho e foi... Quando a água foi escorrendo e eu fui passando a mão e aí eu senti... A Cristiany. Eu senti ali, naquela cirurgia, eu me senti completa. (Cristiany Beatriz) / E aí, beleza, você passa pelo vigilante e chega lá na recepção. E aí, com o empoderamento que você tem, você sabe: eu posso requerer que as pessoas me chamem pelo nome social. Aí você vai lá e explica para o atendente: eu sou uma mulher trans ou sou uma travesti e gostaria de ser chamada pelo meu nome social que é Jéssica. Aí, beleza, você consegue fazer essa etapa, mas aí o seu prontuário anda lá dentro e vai parar na mão da enfermeira. Aí a enfermeira vai te chamar e ela já grita no corredor: José não sei das quantas. Quem era a Jéssica? Se for eu, eu não levanto. Meu nome não é José, é Jéssica. (Ludymilla Santiago) / Eu chegava e já dizia para a enfermeira. Eu falava: meu filho, senta aqui que eu vou lá resolver. Então, eu dizia para ela o seguinte: meu filho é um rapaz trans e ele se identifica com o nome Cristian. Quando você for chamar, por favor, chame pelo nome social. E eu olhava no olho da pessoa porque, se você não... exigir, às vezes nem é de maldade. As pessoas não entendem. As pessoas, muitas, não têm intenção de

entender. Então eu já chegava e olhava no olho da pessoa e já era para dizer: aqui não. Aqui meu filho é respeitado. (Rosana Guedes, Brasília-DF) / Se, ao chegar no posto de saúde, o vigilante sabe que eu sou uma travesti, ele já começa a embarreirar a minha entrada no posto de saúde, perguntando o que que eu fui fazer, o que que eu tô fazendo ali. E, assim, se você vai no posto de saúde não é para você fazer a compra do mês. Você vai porque você está sentindo alguma coisa ou você quer saber alguma coisa relacionada à sua saúde. E aí você não é bem tratada por isso. Aí, se eu sou uma mulher trans ou uma mulher travesti, as pessoas já vêm logo com uma camisinha, com um folder de DST para me entregar e não foi para aquilo que eu entrei no hospital ou no posto de saúde muitas vezes. Como eu falei, eu tenho dor de garganta, eu tenho dor de cabeça. Eu posso quebrar um pé, eu posso... Podem acontecer várias coisas comigo. Mas aí já está autoentendido que a minha identidade, ela só pode ser tratada pela lógica da DST. (Ludymilla Santiago) / Eu acho que o ideal do serviço de saúde algum dia, ainda está longe de chegar nesse nível, é tu ter a hormonização na atenção primária, atenção básica, eu não sei como é que chama, mas qualquer endócrino do serviço de saúde poder fazer o acompanhamento da hormonização. Isso seria muito mais prático porque daí o cara pode ir ali no seu próprio posto e falar com o clínico geral e encaminha para o endócrino. Resolve isso, né? (Eric Seger) / Acho que foi uma revolução do Ministério da Saúde chamar essa população tão discriminada que não pode estudar, a questão do preconceito, a questão do banheiro, enfim, são várias demandas que a gente não conquistou ainda, mas a gente tem que, aos poucos, conquistar. (Marcelly Malta)

A.6. Campanha “Poptrans – Capítulo 2” (22’09’)

(Simulação)

Atendente: Natasha! Natasha Oliveira? Natasha Oliveira! Oi, pois não?

Kaique: Bom dia. Meu nome é Kaique, não é Natasha.

Atendente: Ah... Pra mim aqui está como Natasha. Desculpe, o senhor pode me acompanhar, por favor? Pode me dar o seu documento de identidade, por favor? Eu vou fazer seu cadastro, tá bom? Acho que o senhor está com o documento errado. Aqui está Natasha.

Kaique: Então... É porque eu sou trans e ainda não mudei o meu nome.

Atendente: É o que que o senhor é? Desculpe: é trans, é o quê?

Kaique: Eu sou trans.

Atendente: É... Quer dizer trans, travesti? Desculpe, eu não entendo.

Kaique: Por aí. Eu faço tratamento hormonal e estou no processo para mudar o meu nome.

Atendente: Tá. Olha só, vamos fazer o seguinte: eu vou usar o nome que está aqui no seu documento. Tá bom? Qualquer coisa lá, o senhor se informa melhor com a enfermeira, com o doutor... Eu posso fazer uma pergunta indiscreta.

Kaique: Ah...

Atendente: Posso?

Kaique: Vamos lá, né?

Atendente: O que que a sua mãe acha disso? Você é tão novo... Nova... Não sei nem como te chamar. Desculpa, mas é porque eu acho tão estranho. Não tenho nada a ver com a tua vida, mas se fosse um filho meu ou uma filha minha, eu sinceramente não aceitava, não. Mas enfim, né? Porque para mim é assim: nasceu mulher, é mulher; nasceu homem, é homem. Entendeu?

Kaique: Entendi.

Atendente: Enfim... Eu estou fazendo seu cadastro e, no dia da consulta, eles vão te chamar pelo nome que está aqui. Não adianta o senhor insistir que eu não vou trocar. É o seu nome que está aqui na identidade. Tô colocando. Aí lá depois o senhor conversa com eles. Sei lá se vai haver outras consultas. Conversa que não quer ser chamado de tal nome, prefere ser chamado de Kaique, mas infelizmente estou seguindo regras. As regras são essas. Tá bom?

Eu sou uma mulher transexual, identificada como travesti pela sociedade. Portanto eu sou uma travesti. (Bruna Benevides) / Você passa a ser um homem e o sistema não aceita homens fazendo exames ginecológicos. Então onde é que está o problema? Está no homem ou está no sistema? (Lam Matos) / A gente precisa só de sensibilidade, só isso. As pessoas precisam ser mais sensíveis. (Fernanda de Moraes) / Às vezes perguntam: “Nossa, quando que começou isso?”. E as pessoas não acreditam que isso venha da infância, que eu tenha nascido assim, por exemplo. (João Henrique) / Ou seja, a gente não tem trans nas escolas em função da transfobia. Tudo isso é sintoma do não-direito à identidade. (Jaqueline de Jesus) / Qualquer pessoa pode exigir ser chamada pelo nome (com) o qual ela se sente melhor. Qual o objetivo disso? É poder dar acesso à saúde (Maria Eduarda) / A identidade é a sua própria existência, né? A identidade, a forma como você se coloca no mundo, como você é reconhecido no mundo. Então, não é algo que dá para deixar para depois. (Kaique Theodoro) / É questão de o médico olhar para aquele ser humano com as peculiaridades dele, com as singularidades dele e dar um tratamento de acordo. (Márcia Rocha) / Eu poderia viver a minha masculinidade com peito tranquilamente se a sociedade não me cobrasse tanto. (Alexandre Peixe) / As meninas da escola falavam: “Ah, porque eu beijei o fulano. Ah, beijei o garoto tal, beijei não sei quem”. E eu nunca tinha beijado ninguém ainda e eu falava: nossa! Aí alguém falava assim: “ah, o fulaninho, eu vi vocês conversando. E aí, beijou?”. E aí eu ficava pensando: eu não beijei, mas se eu falar que não beijei elas vão achar que eu sou estranha. Aí eu falava: beijei. “E aí, como foi?” Ah, foi incrível! E eu inventava toda uma história, enfim. Isso foi bem ruim para mim porque eu me forcei não só com esse cara, mas com outros meninos inclusive porque aí também tinha uma cobrança dentro da igreja das meninas com 16, 17, arrumando, procurando um namorado, se apaixonando por garotos e eu não me apaixonava por nenhum e eu falava: gente, tem alguma coisa errada comigo, né? Eu até pensava que quando eu tivesse meus 35 eu ia morar sozinho e ia viver só. Ia trabalhar, ia ter uma casa, um apartamento, ia morar em algum lugar e ia viver sozinho. Aí minha mãe falava: “Não fala bobagem, não fala bobagem. Você vai casar, você vai ter seu marido, você vai ter filhos e não sei o quê...”. E isso me dava extremo pavor de pensar que eu teria essa obrigação de me casar com um homem e ter filhos e ser dona de casa. Mas, pô, eu não quero isso. (Lam Matos, coordenador nacional do Ibrat) / Não é uma opção, igual quando falam de sexualidade, sabe? A identidade de gênero, eu me identifico desde a infância, sabe? Nas brincadeiras mesmo, nos brinquedos. A minha família me dava liberdade de escolher com o que eu queria brincar e tal. E sempre era o carrinho, era o skate, era o violão e tal. E minha família me incentivava. Minha tia era professora, então eu brincava com os moleques na rua,

empinava pipa e tudo mais. Era bem tranquilo pra mim. (João Henrique, estudante de audiovisual -SP) / Eu fui um menino que brinquei muito na infância. Eu tenho muita saudade da minha infância porque, na minha infância, eu mais pude ser o menino que eu era porque não tinha essas coisas de menino e menina. Então, eu jogava bola, soltava pipa, andava de rolimã, jogava pedra na janela, tocava campainha e saía correndo. Então, eu era um menino muito feliz. Curti muito a minha infância. Tinha os momentos da infância que eram complicados. (Alexandre Peixe, coordenador da Região Sudeste Ibrat) / Como eu tinha um irmão mais velho e ela percebeu que nada em mim se modificava, ela queria saber: como assim esse menino não fica mais forte e a voz dele não engrossa nem nada? Aí ela foi buscar nas minhas coisas, né? E ela percebeu que estava já tomando hormônio, porque eu comecei a me hormonizar muito cedo. Eu comecei a estudar muito cedo na Escola Técnica Federal do Amazonas. Eu fiz Química lá, exatamente por causa disso, porque eu não queria ter essa aparência masculina. Aí eu comecei a pesquisar sobre hormônios. (Fernanda de Moraes, assistente social - SP) / Eu sou uma mulher transexual, identificada como travesti pela sociedade. Portanto eu sou uma travesti vinda da Escola de Formação de Marinheiros de Pernambuco. Eu sou militar, sou segundo-sargento da Marinha do Brasil na ativa. Sou casada há seis anos com um homem cis, um homem cisgênero como queiram, que acaba infelizmente sendo exposto à mesma transfobia que me alcança no dia a dia. E a gente tem tido algumas dificuldades para enfrentar a sociedade mesmo enquanto um casal heterossexual monogâmico em um relacionamento fechado. Porque as pessoas ainda têm a ideia de que travesti e transexual só serve para realizar fetiche ou que somos transmissoras em potencial, vetoras de ISTs, HIV/Aids. E, quando surge um homem, dentro da sociedade machista, que admite um relacionamento, que admite a possibilidade de se relacionar com uma travesti, ele diz para a sociedade que meu corpo é elegível e é possível ter um relacionamento estável antes de mais nada. Mas, infelizmente, a gente ainda vê que somos uma minoria de travestis e transexuais que tem um parceiro, que tem um companheiro que está disposto a abrir mão de seus privilégios e para estar se expondo a essa transfobia. (Bruna Benevides, militar e ativista da Rede Antra-RJ) / A dificuldade é você conseguir de uma forma de uma forma bem – vamos chamar de natural – sair desse enquadramento, mesmo que não seja consciente. Às vezes, você é criativo mas não tem consciência. O que que as pessoas trans têm feito ao longo dessas décadas de não-acesso à educação para acessar os outros serviços sociais? Tem criado seus próprios recursos. Então, é uma questão muito prática. As pessoas trans se automedicam. As pessoas trans, elas criam suas próprias oportunidades de trabalho porque não encontram na sociedade ciscentrada, cissexista, transfóbica oportunidade de acesso à saúde porque são excluídas, primeiro porque não têm seu nome reconhecido nos sistemas de saúde. São maltratadas. Então, elas se injetam silicone industrial. A gente se indica hormônios, indica remédios porque não há uma confiança nos profissionais de saúde. E é por acaso? Não, porque essas pessoas são maltratadas. Eu vou recorrer a quem me maltrata? Não. (Jaqueline de Jesus, doutora e professora – RJ) / São questões que vão pegando contra a lógica e contra a ciência. E contra o que é bom para as pessoas de fato, porque discutir gênero na escola não é discutir só travesti. É discutir a questão da mulher, do direito da mulher, do papel da mulher na sociedade: se ela pode trabalhar, se ela tem que ser dona de casa. Isso é discutir gênero. (Márcia Rocha, empresária e advogada – SP) / A identidade é a sua própria existência, né? A identidade, a forma como você se coloca no mundo, como você é reconhecido no mundo. Então, não é algo que dá para deixar para depois. Tem muitos casos de pessoas trans que eu respeito muito, que são pessoas que se identificam e conseguem se assumir, sair do armário, como a gente brinca, com muito mais idade e tudo mais. Então, elas passam por situações muito complicadas durante a vida toda até o processo que tem esse boom, esse start. (Kaique Theodoro, músico e ator - RJ) / Nós tomamos testosterona. Nós temos útero, ovário e trompas. E isso pode causar algum problema e os meninos não vão ao ginecologista por essa questão. Porque... Primeiro que até para a mulher. Você chega no médico e a primeira coisa que ele pergunta é há quanto tempo

você tem relação. E a relação que ele pensa, dentro da ginecologia, é penetração e a maioria dos homens trans não tem. Não são penetrados, né? Não vou dizer que todos não, mas a maioria não. Então, é uma coisa que não é procurada. A gente não procura ginecologista. (Alexandre Peixe, coordenador da Região Sudeste Ibrat)/ Eu fui acompanhar esse homem trans numa emergência porque ele estava sentindo fortes dores na virilha. Entrou no consultório médico e o médico: “Então, qual que é o seu problema?”. “Ah, estou com dor na virilha”. Aí, quando o médico pegou a ficha e começou a ler, viu que ele era uma pessoa trans. O médico mandou ele para o CRT. Ele não estava lá para fazer nada do processo transexualizador dele. Ele não estava lá para tomar hormônio. Ele não foi lá para ver uma cirurgia. Ele não foi para fazer isso. Ele foi para fazer um exame, para se consultar porque ele estava sentindo uma dor na virilha. (Lam Matos) / Assim, eu estava fazendo uma comparação. Já que o SUS, o Sistema Único de Saúde, é guiado por dois princípios, o da humanização e o da integralidade, as pessoas trans deveriam ser atendidas dentro dessa lógica. É uma lógica de que a gente deve atender de forma humana, de forma digna e deve considerar ela de forma integral, não só como uma pessoa dentro de um estereótipo. (Jaqueline de Jesus, doutora e professora – RJ) / E esse atendimento básico às vezes não é satisfatório quando a gente se depara, por exemplo, com uma atendente, a primeira pessoa ali da entrada, que faz o primeiro atendimento e não respeita o uso do nome social da população trans. Então, isso já é um dos principais fatores que nós identificamos de exclusão da nossa população. E aí, quando a gente vai fazer conversas com essas pessoas, elas dizem: “mas as pessoas trans não acessam o serviço de saúde”. E eu devolvo para ela a pergunta que deveria ser: por que que elas não estão acessando o serviço de saúde? (Bruna Benevides, militar e ativista da Rede Antra-RJ)/ Porque a população não sabe, não tem empoderamento sobre esses dispositivos, esses decretos. Qualquer pessoa pode exigir ser chamada pelo nome (com) o qual ela se sente melhor. Qual o objetivo disso? É poder dar acesso à saúde para que essas pessoas, por causa de um nome social de repente que não é chamado ou um nome que as envergonha não procurasse o serviço de saúde (Maria Eduarda, ativista e advogada – Antra-RJ)/ Como no meu caso eu sofri um AVC e só precisei... Eu só precisei de um neuro, só isso. Eu não preciso de um médico que seja neurologista para pessoas trans. (Fernanda de Moraes) / Eu entrei e falei: não, cara, eu estou aqui por um objetivo, que era para fazer a histerectomia. Aí, quando eu entrei no banheiro onde as mulheres se trocavam, cara para mim não era uma coisa que era normal, não era natural -- sei lá se natural existe – mas não era uma coisa que era para mim. As mulheres estavam peladas, conversando, como se estivessem numa sala de estar. Cheguei. Era para internar às 11h no domingo. Eu fui no sábado à noite. Aí fiquei lá na casa de uma amiga. Aí 7h fui para o hospital. Sentei lá. Aí chegou na hora internação e a mulher falou: “Não, não tem ninguém com esse nome aqui para operar”. Nossa, mano! Não saio daqui com teta. Só saio daqui sem teta e ali eu fiquei. Aí eu passei a noite inteira assim. Operei na segunda e aí sim! Aí foi meu gol de placa. Nossa, só de lembrar foi... Eu nunca tinha entrado no mar sem camisa. Sempre na praia com camiseta. Era muito ruim e aí, cara, chegou o dia de eu entrar no mar. Mano, você não tem noção. Você não tem noção. Quando eu tirei a camisa e olhei pro mar assim. E fui entrando, cara. Eu parecia... Sabe aquelas crianças? Eu pulava, eu gritava. As pessoas não entendiam o que estava acontecendo porque eu gritava. Eu gritava: caraaaaca! E batia na água e pulava e chorava, chorava, chorava. E deitei na areia e rolei na areia. Naquele momento, cara, eu estava livre das minhas amarras, livre dos meus constrangimentos, livre de tudo. Eu poderia viver a minha masculinidade com peito tranquilamente se a sociedade não me cobrasse tanto. (Alexandre Peixe, coordenador da Região Sudeste Ibrat) / Eles são muito curiosos. Quando você vai lá, eles tentam te estudar de todas as maneiras. Tipo: eu tô com dor aqui no braço, por exemplo. Vamos atender o braço, sabe? Porque eu não estou ali para tirar as curiosidades dela. Eu tô ali para ser atendido porque eu estou passando mal. (João Henrique, estudante de audiovisual – SP) / Muitas vezes a pessoa não sabe do seu direito e se acanha, se acovarda, fica com medo, né? Ah, vai chamar a polícia... Então, a gente precisa... Isso vale para

a questão de saúde no atendimento. Esses dias eu tive na Casa Florescer. “Ah, aqui a gente não atende trans, vai lá pro HC”. Gente, é dor de ouvido! E é do lado da Florescer. Aí, eu falei para elas: vocês têm que chegar lá e falar: eu vou ser atendida, sim! Isso não pode acontecer. É algo que é ilegal. É contra a lei. A pessoa que está ali atendendo ou mesmo o médico ou seja lá quem for não pode selecionar quem ele atende ou não, qual é o ser humano que vale mais que o outro... (Márcia Rocha, empresária e advogada -SP) / Burocraticamente, para o sistema você passa a ser um homem e o sistema não aceita homens fazendo exames ginecológicos. Então onde é que está o problema? Está no homem ou está no sistema? Tá no sistema! Primeiro é que a gente precisa entender que ginecologista não é médico para mulher. Ginecologista é um médico especialista em útero, ovário, vagina, trompas, nesse sistema reprodutor. (Lam Matos, coordenador nacional do Ibrat) / Eu tive dois AVCs em 2006 porque eu queria muito essa barba, eu queria muito essa voz. A voz ainda não mudou tanto. Vai mudar. Vou fazer fono agora. Eu queria muito. A ansiedade de ter o que eu precisava, a sociedade queria que eu tivesse para poder ser respeitado e eu comecei a comprar clandestinamente. Em quatro semanas, eu tomei quatro ampolas. Uma ampola de Durateston por semana. Era para tomar a cada 21 dias. O que que aconteceu comigo? Um AVC. Passou uma semana, outro AVC. Fiquei todo torto, cara. Aí eu falei: putz, eu podia ter morrido. E é o que eu falo para os meninos... Tá difícil? Mas vamos à luta, vamos procurar profissionais, vamos bater na porta do ministério. Vamos no SUS. Vamos procurar porque, assim, o que a gente vai ter se a gente continuar nessa vibe? São meninos morrendo. (Alexandre Peixe, coordenador da Região Sudeste Ibrat) / É questão de o médico olhar para aquele ser humano com as peculiaridades dele, com as singularidades dele e dar um tratamento de acordo. (Márcia Rocha, empresária e advogada – SP) / Eu acredito que os profissionais de saúde deveriam buscar conversar com a gente porque nada melhor do que a gente para falar do nosso corpo, sabe? E eu acredito que tem que haver essa aproximação da gente, de oportunidade de emprego, oportunidade de saúde. Todo mundo tem direito à saúde. Na teoria, todo mundo tem direito a educação, saúde. Então, eu acredito que a gente não está pedindo nada além disso, sabe? Um direito que todo mundo tem. A gente também envelhece. A gente também tem outros problemas de saúde. É importante também pensar no psicológico, a gente fica abalado com as coisas que acontecem. Não é normal, sabe? (João Henrique, estudante de audiovisual – SP) / Não é uma aula muito difícil de ser dada. É uma questão de mostrar humanidade e de dizer trata igual e fazer com que as pessoas trans se sintam igual. (Márcia Rocha) / A gente vai sobrevivendo. Mas hoje eu sou um cara muito feliz. Eu tenho uma filha maravilhosa. Tenho uma neta maravilhosa. Tenho uma outra neta agora, que é filha da minha irmã que eu que criei. Então, é minha neta também. Tenho uma mulher que eu estou apaixonado, que vai ter neném por agora. Se ela me ligar daqui a pouco eu vou ter que correr. E, assim, eu estou muito feliz. Estou me sentindo plenamente feliz. (Alexandre Peixe) / Eu costumo perguntar às pessoas quem é que tem uma amiga travesti, quem tem um amigo homem trans, que convive no seu dia a dia. Porque hoje está em voga falar sobre transexualidade e travestilidade. A gente vê muitas publicações falando, a gente vê a mídia falando, a gente viu novela falando, mas de fato quando a gente vai para o dia a dia, a visibilidade por si só não está sendo suficiente para dar conta das violações que a gente vive. Então a visibilidade ela é muito importante, mas de que forma que esta visibilidade está sendo vista pelas pessoas que estão fora da possibilidade de ver esse documentário, de estar fora da militância, para o senso comum, porque é o senso comum que tem grande resistência na hora de discutir as nossas questões. Então, eu acredito que a visibilidade ela é muito importante. Ela é necessária para a gente trazer um outro olhar sobre quem somos principalmente, mas ela também precisa estar aliada a exemplos positivos de conquistas e de ocupação de espaços que antes nos eram negados. Então, falar sobre visibilidade trans é falar sobre corpos, sobre pessoas que estavam totalmente fora da possibilidade de existir, mas que hoje já se reconhecem enquanto pessoas que podem acessar

um serviço de saúde minimamente e ter um atendimento humanizado como todo mundo espera que seja (Bruna Benevides, militar e ativista rede Antra-RJ).

(Simulação)

Atendente: Kaique Oliveira.

Kaique: Bom dia!

Atendente: Bom dia, Kaique. Como é que eu posso lhe ajudar?

Kaique: Então... Eu gostaria de marcar uma consulta.

Atendente: Ok, me acompanhe, por favor. Bom dia, Kaique. Você gostaria de consulta por que mesmo?

Kaique: Então... Endócrino.

Atendente: Endocrinologia? Me empresta sua identidade. Eu vou estar fazendo o seu cadastro, tá? Vou estar te agendando com um clínico porque é ele quem vai fazer os encaminhamentos para as especialidades via SISReg.

Kaique: Beleza.

Atendente: A sua equipe é essa mesma, a qual estou apoiando. Eu sou a Regina, agente de saúde. Sou também a agente responsável pela parte onde você mora e em breve eu estarei passando na sua residência só para a gente confirmar e estar finalizando esse cadastro, tá bom?

Kaique: Tá ok.

Atendente: Eu tenho um atendimento para amanhã. Você está disponível amanhã na parte da manhã?

Kaique: Tá ótimo.

Atendente: Pode ser no horário das 9h?

Kaique: Pode.

Atendente: Ok. Pronto, Kaique. Já finalizei.

Kaique: Obrigado.

Atendente: Esse é o seu cartãozinho. Qualquer coisa, qualquer dúvida é só voltar e nos procurar.

Kaique: Tá ok. Muito obrigado.

Atendente: Bom dia.

Kaique: Bom dia.

A.7. Campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado, Respeite as Diferenças” – 2018 (3’58’’)

Meu nome é Laura. Tenho 36 anos, sou delegada de Polícia. Eu tenho consciência de que sou uma mulher transexual, desde que eu era uma criança. Eu trabalho como delegada de polícia há, aproximadamente, sete anos. O fato de eu ser delegada fez com que eu planejasse a minha transição de uma maneira mais elaborada, para que eu pudesse me apresentar sem me expor de uma maneira demasiada e preservar a minha instituição, que é a Polícia Civil. Eu tomei a decisão de realizar a cirurgia de redesignação sexual por volta dos 30 anos. A minha maior preocupação sempre foi a aceitação social da minha decisão. Apesar de a Polícia ser considerada uma instituição machista, cheia de rótulos, na Polícia Civil, eu encontrei uma grande receptividade por parte dos meus colegas e encontrei, principalmente, uma grande aceitação por parte da direção da instituição. Eu sofri, sim, preconceito inclusive no exercício da minha profissão, mas consegui superar sempre com muita tranquilidade. Eu mereço estar onde eu estou e não é a opinião alheia que vai tirar de mim esse direito. O problema do preconceito é da pessoa que tem preconceito. Não é eu não me aceitar, é outra pessoa que não me aceita. Logo, é algo que não deve ser tratado em mim, mas no outro. Até hoje, eu ainda não tenho dimensão do que eu represento para as outras pessoas. Eu encontro pessoas na rua que chegam, me abraçam, me agradecem. Eu penso e vejo: nossa! Mas o que que eu fiz de tão importante para essas pessoas? Até que me disseram o quanto é importante para elas ter alguém como eles, como elas, em uma posição de destaque. Isso dá a mim uma representatividade muito grande, porque eu sou uma delegada transexual, então eu estou numa posição de autoridade. Faz com que eu tenha que pautar muito mais pela moralidade, pelo respeito, pelo profissionalismo, a minha conduta, seja a minha conduta profissional seja minha conduta enquanto cidadã. Aprendam a se aceitar, porque a opinião alheia sobre nós é sempre variável, sempre mutável. Todos nós vemos o mundo de maneira diferente. Então para que você esteja pronto ou pronta para se deparar com a opinião alheia de outra pessoa desfavorável sobre a sua pessoa, é importante que você esteja de bem consigo mesmo. Independente de origem, de raça, de sexo, de cor, idade, orientação sexual, orientação de gênero, toda pessoa tem que ter o direito de se mostrar enquanto profissional, de mostrar a sua qualificação profissional para que ela seja julgada por isso, que é a única coisa que interessa no ambiente corporativo. Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças.